**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de pós-graduação em História Econômica**

Marcelo Lunardi do Carmo

D. Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia

Versão Corrigida

São Paulo – SP
2018

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de pós-graduação em História Econômica**

Marcelo Lunardi do Carmo

D. Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à banca do programa de pós-graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de mestre em história.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Strum

São Paulo – SP
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de
Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C287d Carmo, Marcelo Lunardi do
D. Pedro II e as reformas administrativas no
Brasil colônia / Marcelo Lunardi do Carmo ;
orientador Daniel Strum. - São Paulo, 2018.
187 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. Século XVII. 2. Brasil colônia. 3. crise
econômica. 4. açúcar. 5. Bahia. I. Strum, Daniel,
orient. II. Título.

CARMO, M.L. **D. Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia**. 2018. 187f.
Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Agradecimentos

Muito me alegra escrever esses agradecimentos, não apenas porque é chegada a hora de reconhecer aqueles que se empenharam para que esse trabalho acontecesse, mas, e principalmente, porque por diversas vezes, ao longo desses três anos, pensei que não seria capaz de chegar nesse momento, etapa derradeira da construção dessa dissertação.

Muitas foram as intempéries enfrentadas, mas, para me deter apenas às acadêmicas, que afinal são a razão desse texto, cito a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos. Num momento em que não abunda o financiamento para pesquisas, não me restava outra opção que não vencer esse obstáculo. Nesse contexto agradeço imensamente a compreensão e cooperação de meu orientador, prof. Dr. Daniel Strum, que sempre compreendeu essa realidade e teve a paciência necessária quando ocorriam alguns atrasos.

Agradeço aos profs. drs. Rodrigo Ricupero e Pablo Oller Montserrat pelas valiosíssimas indicações dadas na banca de qualificação. Ao prof. Pablo, ainda, por em 2015 quando ministrava aulas da matéria “*Portugal e seu Império no Século XVIII: Ilustração, Reformismo e Exploração Colonial*” ter lido e discutido comigo o primeiro esboço do que se tornaria o capítulo 2 dessa dissertação. Ao dr. Thiago Alves Dias por me indicar a localização dos catálogos do Projeto Resgate, sua ajuda foi muito útil. Agradeço aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, principalmente as responsáveis pela seção de obras raras e periódicos. Sempre fui muito bem atendido por todos os servidores, mas o empenho dessas merece ser destacado. Aos funcionários do Instituto de Estudos Brasileiros e Biblioteca Brasileira Mindlin que sempre foram muito prestativos ao disponibilizar acesso as obras do acervo, sou grato também a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP por manter tão rico acervo doado pelo prof. dr. Delfim Neto. Agradeço ainda aqueles que sem saber tornaram esse trabalho possível, digitalizando documentos ou fotocopiando livros.

Não chegaria nessa fase, se além do apoio acadêmico, não tivesse recebido apoio nos outros campos de minha vida. Nesse ponto agradeço aos amigos servidores da Universidade de São Paulo, em especial aos da Seção de Tesouraria da Superintendência de Assistência Social, onde trabalhei durante todo o trajeto da pesquisa.

Aos amigos Anderson Barguena e Thiago La Maia que por diversas vezes, mesmo que algumas em tom de brincadeira, ouviram minhas ideias sobre o trabalho e deram suas opiniões. Quase nada se aproveitou das discussões, mas isso não tira delas seu caráter especial.

Agradeço a minha irmã Fernanda que me acolheu quando mudei para São Paulo em 2013. Ao meu irmão Raphael por todo o companheirismo e as aventuras que vivemos nos shows de rock, que conseguimos ir ao longo desses anos. Obrigado especial a minha mãe, com quem por diversas vezes conversei sobre as dificuldades na dissertação, e que sempre tinha a resposta mais simples e motivacional: "deixa de ser mole menino!", não sei dizer como seriam as coisas se não fossem esses puxões de orelha. Agradeço ao meu pai que sempre me apoiou nas minhas decisões, mesmo quando não concordava inteiramente com elas.

A minha querida Fernanda Castro, dizer que te amo do fundo do coração não seria suficiente para agradecer por ler em primeira mão os capítulos, antes mesmo de eu manda-los ao orientador, sua ajuda foi imprescindível não apenas nesse, mas em todos os sentidos. De todas as pessoas você é a que estive mais próxima e dividiu comigo as infelicidades e alegrias desse trajeto, essas últimas, fruto de muito esforço. Agradeço por todas as vezes que aceitou o fato, de eu ter que ficar trabalhando na dissertação aos finais de semana, e por isso, muitas vezes, não podermos nos ver. Obrigado por não reclamar quando viajávamos e eu tinha que levar alguns livros para nos fazer companhia.

Agradeço por fim a Deus sem Ele nada disso teria se concretizado. Fica aqui apenas a esperança de que, no futuro, tenhamos nossa trajetória marcada mais por sorrisos do que por tristezas.

Resumo

CARMO, M.L. D. Pedro II e as reformas administrativas no Brasil colônia. 2018. 187f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Em 1668, D. Pedro assumiu o governo português, ainda como regente, devido a incapacidade de seu irmão D. Afonso VI. A conjuntura econômica, de finais do século XVII, não era favorável a Portugal. Muitas das possessões do Oriente estavam perdidas e o comércio de especiarias drasticamente reduzido, reflexo do conflito contra a República das Províncias Unidas. A Guerra da Restauração também infligiu grandes perdas aos cofres régios, mesmo com o fim das hostilidades os custos com a desmobilização das tropas foram sentidos por vários anos. O açúcar, que no início do século tinha gerado grandes lucros, sofria com a competição internacional e amargava constantes quedas nos preços. Nesse contexto de redução das receitas e aumento das despesas, medidas foram implementadas visando diversificar as fontes de rendimentos e, aumentar a eficiência dos mecanismos de controle da arrecadação de impostos, com intuito de diminuir os descaminhos das rendas régias. A aclimação de especiarias, o fomento da economia do Maranhão, o aumento da fiscalização sobre a cultura do tabaco, estão entre as medidas empreendidas no período. A essas ações soma-se a tentativa de revitalizar a indústria açucareira. No presente trabalho pretendemos examinar se as ações implementadas no período foram fruto de um planejamento sistemático, ou, não podem ser consideradas como concorrentes, tendo sido apenas respostas as vicissitudes do período. As conclusões nos permitem afirmar, que observadas pela ótica das ideias econômicas que circulavam por Portugal no século XVII, essas reformas administrativas inseriam-se em um planejamento.

Palavras-chave: Século XVII, Brasil colônia, crise econômica, açúcar, Bahia.

Abstract

CARMO, M.L. D. Pedro II and administrative reforms in Brazil colony. 2018. 187f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

In 1668, D. Pedro assumed the Portuguese government, still as regent, due to the incapacity of his brother D. Afonso VI. The economic situation of the late seventeenth century was not favorable to Portugal. Many of the possessions of the East were lost and the trade of spices drastically reduced, reflecting the conflict against the United Provinces. The Restoration War also inflicted heavy losses on royal coffers, even with the end of hostilities the costs of demobilizing troops were felt for several years. Sugar, which at the beginning of the century had generated large profits, suffered from international competition and bitterly declined in prices. In this context of reducing revenues and increasing expenditures, measures were implemented to diversify sources of income and increase the efficiency of tax collection control mechanisms, in order to reduce the ruin of royal incomes. The acclimatization of spices, the promotion of the economy of Maranhão, and the increase in tobacco control are among the measures undertaken in the period. To these actions is added the attempt to revitalize the sugar industry. In the present work we intend to examine whether the actions implemented were not the result of a systematic planning, or, can not be considered as competitors, and were only responses to the vicissitudes of the period. The conclusions allow us to state that, observed from the perspective of the economic ideas that circulated in Portugal in the seventeenth century, these administrative reforms were part of a planning.

Key words: 17th century, Brazil colony, economic crisis, sugar, Bahia.

Sumário

Introdução	10
 Capítulo 1 – Crises, guerras e a tentativa de fomentar a economia do Reino	17
1.1 – Para além dos problemas econômicos: a crise política do início do governo.	17
1.2 – A crise do século XVII e seus reflexos em Portugal.....	22
1.3 - Enfim a paz, mas a que custo?.....	37
1.3.1 – A Guerra da Restauração.....	38
1.3.2 – A Guerra Luso-Holandesa.....	45
1.4 – As manufaturas como estratégia de fomento da economia do Reino	54
1.4.1 – O discurso de Duarte Ribeiro de Macedo	61
 Capítulo 2 – A conjuntura da indústria açucareira nas últimas décadas do século XVII	64
2.1 – A crise da indústria	65
2.2 - A estrutura produtiva da Bahia	68
2.3 – A demanda europeia por açúcar.....	78
2.4 – Novos Concorrentes: queda nos preços e perda de mercados	83
2.5 – A visão dos senhores de engenho	87
2.6 - A navegação em frotas e o exclusivo metropolitano	91
 Capítulo 3 – As políticas para o açúcar	97
3.1 – Problemas na precificação do açúcar	97
3.2 – As políticas para diminuição do preço dos escravos.....	108
3.3 – A Lei das Farinhas: exemplo da força política dos senhores de engenho.....	112
3.4 – A lei da distância entre engenhos.....	115
3.5 – Combate às fraudes e a tentativa de padronização do açúcar	125
 Capítulo 4 - A busca por novas fontes de receita no Brasil.	129
4.1 – As instruções de Roque da Costa Barreto	130
4.2 – As expedições em busca de metais preciosos	133

4.3 – Introdução de Especiarias	134
4.4 – Novos instrumentos para controlar a fumicultura.....	144
4.5 – Fomento da economia do Estado do Maranhão	153
4.6 – A Colônia do Sacramento	162
Conclusão	171
Bibliografia.....	174

Introdução

Para Portugal a segunda metade do século XVII foi um período marcado pela adversidade econômica. Os conflitos bélicos em que o Reino esteve envolvido, após 1640, obrigaram a Coroa a despender grandes somas na manutenção do esforço de guerra. Ademais as perdas, infligidas pelos adversários neerlandeses, de importantes possessões ultramarinas no Oriente, de onde provinham as rentáveis especiarias comercializadas na Europa, obrigaram as autoridades régias a procurar novas fontes de recursos, que compensassem a supressão das receitas desse lucrativo negócio. Nesse contexto as atenções da Coroa se voltaram para o Brasil, e para seu principal produto de exportação, o açúcar.

Contudo a indústria açucareira da Bahia, região que respondia pela maior parte da produção da colônia, não passava por bons momentos. No início do século XVII, o aumento da demanda europeia por açúcar, e os altos preços pelos quais o produto era comercializado, ocasionaram uma rápida expansão no número de engenhos na capitania. A expectativa de ganhos com o comércio do açúcar teve reflexos também na produção internacional da mercadoria, com intuito de abastecer seus mercados internos ingleses e franceses iniciaram a produção de açúcar nas Antilhas. A inserção desses concorrentes, e a expansão do número de unidades produtivas na Bahia, refletiram-se num rápido incremento da oferta do produto, forçando uma redução nos preços.

Com a situação desfavorável no mercado externo, no interior da colônia os produtores também não encontravam facilidades. As novas unidades produtivas, instaladas no Recôncavo, passaram a concorrer com as já estabelecidas pelos insumos, causando muitas perdas para os senhores de engenho. As novas plantas, conhecidas como engenhocas ou trapiches, eram movidas a tração animal, e quando comparadas aos grandes engenhos movidos a água, conhecidos como reais, eram menores e mais baratas.

O menor custo de instalação das engenhocas permitiu sua rápida expansão, que não foi acompanhada pelo aumento da área cultivada com cana. Essas unidades produtivas, que quase sempre eram construídas pelos lavradores de cana, tinham a vantagem de produzir a matéria-prima necessária para suas moendas, situação diferente da experimentada pelos engenhos reais, que não cultivavam toda a cana de que precisavam, e dependiam do insumo que era plantado em outras propriedades. Dessa forma as novas unidades competiam com os engenhos inicialmente instalados à beira-mar, no Recôncavo, pelo estoque de canas.

No sertão da capitania por serem os engenhos instalados muito próximos uns dos outros, esses acabavam sofrendo com a escassez de madeira. Isso ocorria porque essas

unidades consumiam muito rapidamente o insumo que se encontrava em suas imediações, gerando grandes discussões sobre a distância mínima que deveria existir entre os engenhos, a fim de preservar o acesso das unidades produtivas a madeira.

Com seu produto desvalorizado e os custos de produção cada vez mais altos, dado a concorrência gerada pelo grande número de unidades produtivas, os senhores de engenho endividaram-se. A falta de moeda circulando no Brasil agravava ainda mais o problema. Sem recursos monetários para pagar as dívidas contraídas, os produtores eram forçados a celebrar acordos de venda do açúcar antes mesmo da safra, o que ocasionava significativos prejuízos. Para compensar a queda nos preços, muitos produtores passaram a misturar açúcares de baixa qualidade com os de qualidade superior, que eram vendidos por melhores preços, prática que arruinava a reputação do açúcar brasileiro na Europa.

Foi esse o contexto econômico que D. Pedro encontrou quando assumiu, ainda como regente, o governo de Portugal em 1668. A conjuntura da indústria açucareira levou o a tomar várias medidas que visavam reverter, ou amenizar, os efeitos da crise que enfrentavam os produtores baianos.

Estando a indústria açucareira em dificuldades, a Coroa, além de agir para mudar esse quadro, buscou diversificar a pauta de exportações da colônia, fomentando outras culturas que tinham potencial de gerar bons retornos econômicos. Houve, nesse contexto, a tentativa de aclimação das especiarias do Oriente, e o fomento da cultura do tabaco. Outrossim foram colocadas em prática ações para desenvolver a economia do Estado do Maranhão, e promover a implantação de uma nova colônia, no território considerado pelos portugueses o limite meridional de suas possessões no Novo Mundo.

Pretendemos ao longo desse trabalho demonstrar que o conjunto dessas medidas, quando observadas pela ótica das ideias econômicas que circulavam por Portugal no século XVII, configuram um plano de fomento da economia colonial, colocado em prática durante a administração de D. Pedro.

Muitas das ações empreendidas no período tiveram reflexos positivos sobre a economia colonial, sobretudo na indústria açucareira. Apesar dos problemas enfrentados, o açúcar era ainda o principal produto de exportação do Brasil, figurando a Bahia como seu maior exportador, na segunda metade do século XVII. O foco da análise nesse trabalho serão as medidas colocadas em prática pela Coroa sobre a economia sacarina baiana, sem perder de vista as ações implementadas com intuito de promover outras culturas, que também eram potencialmente exportadoras.

Procuraremos no decorrer desse trabalho responder a seguinte questão: as diversas alterações na estrutura administrativa da colônia foram promovidas pela Coroa de forma deliberada e consciente, visando a revitalização da economia colonial, ou não podem ser consideradas como concorrentes, tendo sido apenas respostas as vicissitudes do período?

Registre-se que o processo de revitalização econômica ocorrido no reinado de D. Pedro já havia sido identificado por Jaime Cortesão. Afirma o autor: “duma forma geral, também os reinados de D. Pedro II, e o de D. José, sob o governo do Marquês de Pombal, marcam duas fases de ressurgimento na história dos nossos domínios coloniais”¹. Há muitos estudos que comprovam que as mudanças implementadas durante o reinado de D. José foram tomadas com intuito de promover a economia da colônia, visando aumentar os ganhos de Portugal, em outras palavras, as ações econômicas foram planejadas. Já para o governo de D. Pedro não há clareza se houve um planejamento das ações régias.

Muitas das medidas implementadas por D. Pedro já foram objeto de outros estudos, porém, nenhum deles deteve-se sobre a questão central de nosso trabalho, que é a existência, ou não, de um planejamento para as ações da Coroa no período. Esses estudos analisam as mudanças ocorridas na segunda metade do século XVII, em recortes diferentes daquele por nós proposto, examinam, por exemplo: as mudanças promovidas na cultura e comércio do tabaco², a introdução das especiarias na colônia³, o fomento da economia do Estado do Maranhão⁴ e a evolução da legislação sobre os escravos⁵. Além dessas medidas econômicas, trataremos: das políticas implementadas para o promover a indústria do açúcar, da fundação da Colônia do Sacramento e da organização de expedições que buscavam metais preciosos.

Pretendemos analisar a intencionalidade desse conjunto de ações econômicas empreendidas no período, com intuito de averiguar se as mesmas tiveram caráter mais

¹ CORTESÃO, Jaime. As colônias do Oriente. In: *Idem. Obras Completas - vol. 4 - História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993 p. 267.

² Sobre a cultura do tabaco no período ver: NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996 e ACIOLI, Gustavo. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

³ Para uma melhor compreensão da dinâmica de inserção das especiarias ver: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. Revista Portuguesa de História*. Coimbra, v. 15, pp. 339-481, 1975, bem como ANTONY, Philomena Siqueira. *Relações intracoloniais: Goa-Bahia: 1675-1825*. Brasília: FUNAG, 2013.

⁴ A questão da economia do Maranhão na segunda metade do século XVII é discutida por: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010, o autor vale-se de um recorte temporal muito similar ao empregado em nosso trabalho.

⁵ Uma compilação sobre o tema encontra-se na obra: LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. In *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamerica*, Madri: Fundación Histórica Tavera Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom)

programático ou pragmático⁶. Entendemos como ações pragmáticas, aquelas implementadas apenas com o intuito de solucionar um problema conjuntural, fossem esses econômicos ou sociais. Já as ações programáticas teriam o objetivo de modificar a estrutura econômica da colônia, com um propósito bem definido: promover o ressurgimento econômico da possessão portuguesa e, portanto, fortalecer o Império. Inicialmente todas as medidas empreendidas podem ser consideradas como pragmáticas, a existência, ou não, de um planejamento prévio às ações das autoridades régias, é a variável que tornará possível classifica-las como programáticas. O recorte temporal da pesquisa situa-se, portanto, no período de governo de D. Pedro que vai de 1668 a 1706.

A ideia do recorte do trabalho surgiu da leitura do livro *Roteiro dos Bispados do Brasil* de Carlos Augusto Peixoto d'Alencar publicado em 1864. O relato do autor sobre os fatos ocorridos nos anos de 1676 (elevação do bispado da Bahia a categoria de arcebispado e criação de bispados no Rio de Janeiro e Pernambuco) e 1677 (criação do bispado do Maranhão) motivaram nossa curiosidade, já que esses eventos modificaram uma estrutura organizacional da colônia que se mantinha inalterável desde 1551 (ano de criação do bispado da Bahia).

Com essa informação em mãos iniciamos a pesquisa na obra *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada*, organizada por José Justiniano de Andrade e Silva. Trata-se de um compêndio da legislação portuguesa editado em 11 volumes, compreendendo o período entre 1603 e 1702.

Em uma primeira etapa, levantamos todas as leis, alvarás, decretos ou regimentos, promulgados durante o período pesquisado que tinham relação com a administração do Brasil colônia. Posteriormente, selecionamos aquelas fontes que representavam uma transformação da estrutura administrativa colonial que tivesse impacto sobre a economia. Essa mudança poderia se mostrar pela criação, expansão ou reestruturação de uma estrutura administrativa preexistente ou, situação mais rara, pela criação de novas estruturas. Os documentos que se referiam a posse de administradores ou a benefícios dados exclusivamente a determinados indivíduos, como a concessão de isenções de impostos, foram excluídos do recorte documental.

Nos volumes 8, 9 e 10 da obra, deparamo-nos com outras mudanças implementadas no final do século XVII que coincidiam com a regência e, posterior, reinado de D. Pedro II. Deparamo-nos também com uma limitação apresentada pela própria base documental. A

⁶ Agradeço ao prof. dr. Pablo Oller Mont Serrath por ter colaborado com essa expressão no exame de qualificação ocorrido em 15/08/2016.

promulgação da legislação é, quase sempre, o fim de uma cadeia de acontecimentos. Apesar dos preâmbulos, na maioria das vezes, apresentarem um resumo da conjuntura, citando as autoridades ouvidas ou as motivações para a publicação da lei, a norma é já um fato consumado. Se por um lado as leis podem servir como mecanismo para a compreensão do período, por outro, usá-las como única fonte documental, não nos permite acompanhar o processo de discussões que culminaram com a sua promulgação. Esses processos são por vezes mais importantes do que a própria legislação, pois, demonstram com mais clareza as intenções do legislador.

Com intuito de escrutar os processos de discussões, que antecederam a promulgação das leis, servimo-nos dos manuscritos do *Arquivo Histórico Ultramarino* catalogados no âmbito do Projeto Resgate Barão do Rio Branco e dos documentos publicados na coleção *Documentos Históricos*, da Biblioteca Nacional. Por sua importância econômica e política, a Bahia foi o foco dessa fase da pesquisa, contudo foram também utilizados, em menor quantidade, documentos sobre outras capitanias como Rio de Janeiro e Pernambuco.

Esses documentos eram remetidos ao, ou pelo, Conselho Ultramarino. Órgão criado por D. João IV, em 14 de julho de 1642, para tratar de todos os assuntos das conquistas ultramarinas “que até agora corriam por ministros obrigados a outras ocupações, sendo as das conquistas tantas e de qualidade que se deixa entender”. Ao Conselho deveriam ser “dirigidas todas as cartas e despachos que se me enviarem de todos os ministros, e prelados, e quaisquer outras pessoas dos ditos estados, e todas as vias dos ditos despachos se levarão ao dito Conselho”⁷.

A importância do Conselho Ultramarino foi reconhecida por D. Pedro logo que assumiu a regência. Depois de consultar as Cortes sobre a matéria, expediu em 17 de setembro de 1668 provisão que determinava que nas conquistas não se cumprissem ordens sobre justiça, fazenda ou guerra que não fossem expedidas pelo órgão⁸.

Em correspondência encaminhada ao governador-geral do Brasil, informando sobre a nova determinação, o regente comunica que a única exceção seriam as ordens encaminhadas pelas secretarias de Estado e Expediente “e sendo caso que por outro qualquer tribunal, se remetam algumas ordens, cartas ou provisões tocantes às matérias referidas se não fará obra

⁷ SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1640-1647*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856a pp. 151-154.

⁸ SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1657-1674*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856b, p. 163.

por elas e as remeteréis logo ao dito Conselho Ultramarino, salvo as que forem expedidas pelas Secretarias de Estado e Expediente”⁹. Fica assim demonstrada a relevância da base documental utilizada nesse trabalho.

No capítulo 1, apresentaremos o contexto político do início do governo de D. Pedro, e analisaremos a crise geral que teria afligido a Europa no século XVII, bem como seus desdobramentos em Portugal. Trataremos ainda dos efeitos que a Guerra da Restauração e a Guerra Luso-Holandesa tiveram sobre a economia portuguesa, e das ações de fomento às manufaturas no Reino, que visavam reverter ou atenuar a conjuntura econômica desfavorável.

Nos dois capítulos seguintes, focaremos nossa análise no açúcar. Inicialmente no capítulo 2 trataremos da conjuntura da indústria açucareira. Analisaremos a crise internacional do gênero e seus reflexos sobre a estrutura produtiva do Recôncavo baiano, examinando a demanda europeia por açúcar e a inserção dos novos concorrentes no mercado. Baseado em relatos da época, procuraremos descrever a visão que os produtores tinham da conjuntura econômica, posteriormente descreveremos o regime de navegação em frotas e o exclusivo metropolitano, variáveis que influenciavam diretamente o preço das mercadorias coloniais.

Já no capítulo 3, veremos as políticas que foram implementadas para estimular a indústria açucareira baiana. Analisaremos os problemas de endividamento dos senhores de engenho, e a tentativa da Coroa de criar mecanismos para controlar o preço dos escravos. Através da análise de duas leis – a das farinhas e a de distância mínima entre os engenhos – procuraremos demonstrar que mais do que proteger os produtores locais, a Coroa tinha a intenção de desenvolver a indústria, aprovando leis que a permitissem alcançar esse objetivo. Discutiremos ainda as medidas tomadas para combater as fraudes na exportação do açúcar.

No capítulo 4, apresentaremos algumas ações que visavam desenvolver a cultura e comércio de outros gêneros além do açúcar. Iniciaremos pela tentativa de aclimação das especiarias do oriente. Trataremos das novas estruturas administrativas criadas para controlar a lavoura de tabaco, das medidas para fomentar a economia do Estado do Maranhão e da criação da Colônia do Sacramento, bem como a busca por receitas que permitissem a autossuficiência do novo território. A Coroa tentou também fomentar outras áreas da economia da colônia como a exploração de salitre, por exemplo. Contudo optamos pelas

⁹ Carta encaminhada ao governador-geral do Brasil em 18/09/1668, BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Cartas Régias 1667-1681*, vol. 67. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945 pp. 6-7. Em duas cartas régias, uma de 10 de fevereiro e outra de 14 de maio ambas de 1670, os desembargadores da Relação da Bahia são proibidos de tomar conhecimento de agravos e apelações das Execuções da Fazenda Real. SILVA, *op. cit.*, 1856b, p. 181.

anteriormente elencadas pois foram as que por mais vezes apareceram citadas na base documental que utilizamos nesse trabalho.

Na conclusão intentaremos responder à questão que permeia esse trabalho: houve, ou não, um planejamento para promover a economia da colônia durante o governo de D. Pedro II?

Capítulo 1 – Crises, guerras e a tentativa de fomentar a economia do Reino

Durante o governo de D. Pedro II a conjuntura econômica foi desfavorável para Portugal. É fato que em alguns anos houve uma relativa prosperidade, mas o quadro de adversidades se destacou. No âmbito do Reino, os grandes complicadores da economia foram a crise do século XVII e as guerras contra Castela e a República das Províncias Unidas. Esses eventos tiveram consequências inclusive nas possessões ultramarinas.

As dificuldades enfrentadas obrigaram o monarca a implementar ações que buscavam não apenas, criar novas fontes de receitas para a Coroa, como também, elaborar meios de consolidar a arrecadação das rendas já existentes. Dentre as medidas empreendidas destacamos: a tentativa de inserir no Brasil as especiarias do Oriente, depois da perda do controle do comércio desses produtos para os neerlandeses, um dos reflexos negativos da guerra; as políticas para fomentar a indústria açucareira, que sofria com a competição da produção das Antilhas, e as ações para controlar a produção de tabaco, que foram as mais bem-sucedidas do período, firmando o produto como uma importante fonte de rendas para a Coroa. Esses empreendimentos tiveram como consequência uma considerável reestruturação da economia do Império.

Nesse capítulo dissertaremos sobre a crise que afligiu a Europa durante o século XVII, os custos que os citados conflitos bélicos causaram à economia do Império e algumas medidas econômicas colocadas em prática em Portugal que buscavam reverter esse quadro adverso. Antes, contudo, de abordarmos as dificuldades econômicas que afligiram o Reino, trataremos da crise política que marcou o início do governo de D. Pedro.

1.1 – Para além dos problemas econômicos: a crise política do início do governo.

Em princípios de 1684, padre Sebastião de Magalhães¹⁰ escreveu uma carta¹¹ ao recém empossado rei D. Pedro II tentando dissuadi-lo da decisão de abdicar da Coroa em favor de sua filha e de se exilar voluntariamente no Brasil.

¹⁰ Em 1692, Sebastião de Magalhães viria a se tornar confessor régio depois da morte de seu antecessor, o padre Manuel Fernandes. Magalhães havia nascido em Tânger, em 1635, estudou filosofia e teologia em Coimbra, e entrou para a Companhia de Jesus em maio de 1655. Após a conclusão dos estudos, lecionou filosofia por quatro anos na Universidade de Évora, onde posteriormente assumiu o cargo de reitor do colégio de Santo Antão, prepósito da casa de São Roque e provincial da Ordem. GAMA, Maria Luísa. Padre Sebastião de Magalhães: conselheiro e confessor de D. Pedro II (1635-1709). In: MARTÍNEZ MILLÁN, José e RODRIGUEZ, Manuel Rivero (coords). *La corte en Europa política y religión, siglos XVI-XVIII*. V. III. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012 p. 1230. Para mais informações sobre os confessores de D. Pedro II, ver o recente trabalho: CAMARÃO, Lúcia Andreia Rocha. *Os confessores de D. Pedro II (1668-1706): os diretores da consciência régia*. 2017. 286f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2017 passim.

¹¹ O documento intitulado “*Papel secreto do Padre Sebastião de Magalhães confessor de El Rei D. Pedro, dissuadindo o do intento que teve de renunciar o Reino na senhora Infanta sua filha e na pessoa que com ela se*

No ano anterior, D. Pedro, após um longo período como regente, tinha herdado a Coroa de seu irmão, D. Afonso VI, falecido em 12 de setembro. Ainda em 1683, em 27 de dezembro, mais uma perda afligiu o monarca. Sua primeira esposa, D. Maria Francisca de Sabóia, também faleceu. As sucessivas perdas, e o fato de sua ascensão ao trono já ter sido motivo de intensas controvérsias nas Cortes de 1667 e 1673, abateram o ânimo do soberano e o fizeram pensar em renunciar às obrigações do governo¹².

No documento, padre Magalhães argumentava que a renúncia intentada seria pecaminosa, já que representaria uma quebra do contrato feito entre o monarca e os povos que o confirmaram no cargo. Ademais, ainda que as intenções do rei fossem as melhores: “o mundo dá mais crédito ao que com as vozes se publica, que ao que com as ações se dá a entender, e pouco importará para a opinião do mundo que Vossa Alteza com suas ações inculque uma coisa, se os sediciosos com seus enredos publicarem outra”¹³. As argumentações de Magalhães surtiram efeito e D. Pedro desistiu da renúncia, permanecendo à frente do trono português até sua morte em dezembro de 1706.

Nas Cortes de 1667 e de 1673, o principal assunto discutido foi a sucessão do trono português¹⁴. D. Pedro não fora o primeiro na linha sucessória da Casa de Bragança. Seu caminho até a Coroa foi descerrado graças à morte de um de seus irmãos e da presumível incapacidade do outro. Filho primogênito de D. João IV, D. Teodósio era o herdeiro presuntivo do trono, mas sua morte prematura em 1653, com apenas 19 anos de idade, permitiu que a Coroa passasse ao infante D. Afonso, coroado D. Afonso VI em 1656, logo após a morte de seu pai. Dada a menoridade do rei, D. Luíza de Gusmão, a rainha-mãe, permaneceu como regente do Reino até 1662, quando esse passou a governar, auxiliado pelo titular do cargo de escrivão da puridade, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, o Conde de Castelo Melhor.

As Cortes, também chamadas de “Assembleia dos Três Estados”, eram uma reunião dos três estamentos da sociedade portuguesa: clero, nobreza e povo. Elas eram convocadas pelo rei sempre que alguma decisão complexa, e que pudesse influenciar todos os vassalos,

casasse” faz parte do acervo da Biblioteca da Ajuda. Nesse trabalho utilizamos a transcrição contida em: PEREIRA, João. Tentativa de D. Pedro II para renunciar a coroa. *Brotéria* – Revista contemporânea de cultura. Lisboa, vol. 57, pp. 43-59, jul. 1953

¹² GAMA, *op. cit.*, 2012 pp. 1231-1232 e PEREIRA, *op. cit.*, 1953 pp. 45-46.

¹³ PEREIRA, *op. cit.*, 1953 pp. 51-52.

¹⁴ As cartas régias que convocaram os delegados para essas reuniões nos mostram os assuntos que levaram à instalação das Cortes. As de 1667-1668, que duraram de 20 de janeiro a 01 de agosto de 1668, foram convocadas para jurar o infante D. Pedro como regente e governador do Reino e para tratar de contribuições fiscais. As de 1673-1674, 20 de janeiro a 24 de julho de 1674, deveriam jurar a princesa D. Isabel Luísa Josefa como herdeira do trono e discutir sobre contribuições fiscais. CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos., 1998 p. 96 dados extraídos da tabela 1.

precisasse ser tomada. Esse modelo de representação tinha um caráter natural para os portugueses, e o rei sabia que tinha que governar escutando essas vozes, tinha que respeitar e facilitar esses canais ancestrais de representação. Governar sozinho, sem ouvir as opiniões da sociedade, era uma prática vista com maus olhos pelos vassalos e gerava frequentes protestos. Nas Cortes, diversos segmentos da sociedade participavam, ainda que indiretamente, da governação, o que tornava essas reuniões muito importantes para o fortalecimento da imagem do monarca como bom administrador. Após a Restauração, elas foram convocadas quatro vezes por D. João IV (1641, 1642, 1645 e 1653), 3 vezes por D. Pedro II (1673, 1679 e 1698) e apenas uma vez por D. Afonso VI, em 1667, ano em que esse foi deposto do governo¹⁵.

Não entraremos na seara da discussão sobre a incapacidade governativa de D. Afonso VI. Fato é que as fontes¹⁶, sem dúvida escritas para justificar a deposição do rei, dão por certa sua falta de trato com as obrigações régias, que passaram a ser exercidas de forma centralizada pelo Conde de Castelo Melhor. Esse ouvia apenas as juntas de ministros por ele eleitos, deixando que importantes decisões, que deveriam ser tomadas em Cortes, ficassem ao arbítrio desses poucos privilegiados. Situação que não passava despercebida ao povo e gerava um clima de tensões constantes¹⁷.

O conde que no princípio do governo era para o povo ídolo, esquecido de que com as mesmas artes de subir se havia de conservar, veio a ser de todos o maior escândalo: de nenhuma consulta fazia caso, despachando tudo por cima, sendo ele o datario dos postos, comendas, ofícios e tenças, e sua vontade era toda a razão para dar e tirar despachos, que como cega, ou do ódio, ou do amor, nem via serviços, nem incapacidades, regulando tudo por seu querer, e pelo parecer de dois bacharéis do esterco do Pombal. O povo sofria, e murmurava, a nobreza murmurava, porem não podia sofrer, que

¹⁵CARDIM, *op. cit.*, 1998 pp. 19-30.

¹⁶ Segundo relatos D. Afonso fora uma criança doente: “aos três anos de idade lhe sobreveio uma febre maligna, a que se seguiu um acidente de paralisia, que lhe deixou visivelmente atida toda a parte direita, desde os pés até a cabeça”. Após se salvar do perigo de vida, a lesão do corpo ficou mais evidente e “por algumas ações até naquela idade menos pias, ou menos judiciosas, se começou a suspeitar que não só o corpo, mas também o juízo era ofendido”. Foram aplicados vários remédios ao príncipe, mas sem grandes sucessos, “e ficou o infante com pouco uso da mão direita e com aquela parte quase impedida, o tempo e o exercício a desembaraçaram depois de tal sorte, que pode servir-se dela com alguma facilidade, mas não sem desar”. FARIA, Leandro Dorea Caceres e. *Catástrofe de Portugal na deposição D’el rei D. Afonso o sexto e sub-rogação do príncipe D. Pedro o único, justificada nas calamidades públicas, escrita para justificação dos portugueses*. Lisboa: Miguel Manescal, 1669 pp. 9-10.

¹⁷ O processo de tomada de decisões em Cortes era por vezes muito demorado, isso porque dependia do consenso de todos os delegados. O que se mostrava muito complicado, em especial no caso dos representantes do povo, que contavam com 200 delegados. O Conde de Castelo Melhor tentou inserir mudanças nesse processo, optando pelo “recurso a meios de governo mais agilizados e autoritários”. Situação que culminou com a deposição do rei e a volta “ao estilo costumeiro de governar Portugal” CARDIM, *op. cit.*, 1998 p. 128. Para mais informações sobre o governo de Castelo Melhor ver: DANTAS, Vinicius Orlando de Carvalho. *O conde de Castelo Melhor: valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667)*. 2009. 293f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009 *passim*.

vassalo governasse o Reino, absoluto no exercício, e tanto que seu príncipe Natural o era só no nome, sujeito em tudo ao Privado. (BARRETO, J.A. da Graça. *Monstruosidades do tempo e da fortuna: diário dos factos mais interessantes que sucederam no reino de 1662 a 1680, até hoje atribuído infundadamente ao beneditino frei Alexandre da Paixão*. Lisboa: Tipographia da Viúva Sousa Neves, 1888 p. 10)

Novos fatos ocorridos após o casamento do rei contribuíram para aumentar a insatisfação popular com seu governo. D. Afonso se casara em junho de 1666 com D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Contudo, pouco mais de um ano após as núpcias, a consorte recolheu-se ao Mosteiro da Esperança e pediu a anulação do matrimônio, por incapacidade do rei de consumá-lo.

Em agosto de 1667, a rainha teve um atrito com o secretário de Estado, e sentindo-se muito ofendida em sua honra, pediu o afastamento do mesmo. Castelo Melhor não atendeu ao pedido e julgou que o caso não era tão grave a ponto de justificar a demissão do funcionário. Pela proeminência dada ao secretário em detrimento da rainha, o infante D. Pedro sentiu-se também ofendido. Ao tomar conhecimento da insatisfação do príncipe, Castelo Melhor aumentou a guarda do Terreiro do Paço, acreditando que o rei estava correndo perigo de vida. A ação do escrivão da puridade revoltou ainda mais D. Pedro, levando-o a escrever ao rei pedindo o afastamento do Conde¹⁸.

A indignação pelo autoritarismo de Castelo Melhor motivou o juiz do povo de Lisboa a realizar uma audiência com o rei pedindo, assim como fizera D. Pedro, o afastamento do escrivão da puridade, uma medida necessária para evitar que o povo se rebelasse. D. Afonso sentindo a gravidade da situação, ao invés de decidir pelo afastamento, encaminhou a demanda aos tribunais, que julgaram a solicitação procedente e confirmaram que o Conde deveria ser demitido. Com a decisão dos tribunais, tanto os nobres como o povo começaram a pressionar o rei para que afastasse Castelo Melhor. Não tendo mais como postergar a remoção, em 09 de setembro de 1667 o escrivão da puridade foi retirado do cargo¹⁹.

Numa medida bastante impopular, D. Afonso VI tentou efetivar uma manobra para reconduzir o Conde ao seu posto, mas o povo se rebelou ao tomar conhecimento da sua intenção. Os ministros, partidários de Castelo Melhor, aconselharam o rei a cuidar da rebelião prendendo e castigando as pessoas sem diferença, pois “o povo era uma nuvem de mosquitos,

¹⁸BARRETO, J.A. da Graça. *Monstruosidades do tempo e da fortuna: diário dos factos mais interessantes que sucederam no reino de 1662 a 1680, até hoje atribuído infundadamente ao beneditino frei Alexandre da Paixão*. Lisboa: Tipographia da Viúva Sousa Neves, 1888 pp. 12-13.

¹⁹*Idem* pp. 14-15.

que quatro lagostas e um odre de vinho o aquietava”²⁰. O rei seguiu os conselhos, deixando ainda mais prejudicada sua imagem.

Em 31 de outubro de 1667, os representantes do povo entregaram ao rei uma solicitação para que fossem convocadas as Cortes com o intuito de discutir a situação calamitosa em que se encontrava o Reino. D. Afonso deu prazo de uma semana para responder ao pedido feito pelos delegados do povo. Como a resposta não foi dada no tempo prometido, os representantes do povo informaram ao rei que não pagariam mais os impostos, até que a Assembleia dos Três Estados fosse iniciada²¹.

Com o agravamento da crise, o rei convocou as Cortes para 01 de janeiro de 1668, motivado em grande parte pela ameaça de suspensão dos impostos, já que a situação financeira do Reino não estava melhor do que a conjuntura política. Em 7 de outubro de 1667, havia sido criada uma junta, formada por 5 nobres, “com superioridade sobre todos os tribunais, tesourarias e almoxarifes, assim para tomar contas, como para receber, despender, e dispor de sorte, que nada se gaste, nem receba, sem ordem da dita Junta”. Atitude necessária para aliviar as rendas da Coroa “que estavam exaustas e empenhadas até o ano de 1670”²².

Em 21 de novembro de 1667, a rainha se recolheu ao Mosteiro da Esperança, justificando sua atitude: “por não haver tido efeito o matrimônio em que nos concertamos, e por não poder sofrer mais tempo os escrúpulos de minha consciência”²³. A partir desse momento, as opções de D. Afonso se tornaram escassas, e sua sustentação no trono ficou impossível. Não apenas o rei era incapaz de governar, como não podia dar descendência à Casa de Bragança. Os ecos da Guerra de Restauração ainda se faziam ouvir e lembravam aos portugueses os problemas gerados por um monarca sem herdeiros.

Numa audiência com o rei em 23 de novembro, o Marquês de Cascais expressou os sentimentos do Reino em relação à manutenção do monarca a frente do trono português:

Senhor, vós nascestes tolo, e o achaque que depois tivestes vos fez mais incapaz, sois doente e cheio de enfermidades, não tendes piça, nem sois para casado, e assim estais incapaz de teres geração, razões todas pelas quais hão de vir os procuradores das Cortes, e vos hão de privar do Reino, e dar o governo dele a vosso irmão, dizei que o fazeis por vossos achaques: tomai meu conselho, que é de amigo velho, fazei por vossa vontade, o que vos hão

²⁰*Idem* p. 17.

²¹*Idem* p. 21.

²²*Idem* p. 20.

²³*Idem* pp. 22-23. Em 24 de março de 1668, D. Afonso foi julgado incapaz para “mulher donzela, porém não para corrupta” e o matrimônio com D. Maria Francisca Isabel de Saboia foi considerado nulo. Em 26 de março uma bula papal autorizava o casamento da rainha com D. Pedro. O príncipe havia tomado a decisão de desposar a ex-cunhada, pois o Reino não disponha de recursos para restituir o dote à rainha. BARRETO, *op. cit.*, 1888 pp. 41-42.

de fazer quatro marotos; dai o governo a vosso irmão, e que trate de se casar para dar sucessores a Casa Real, pois vós sois incapaz de os dares e ficais como estais até agora, governando o Conde de Castelo Melhor, e muito airoso demitindo o governo por vossa vontade. (BARRETO, *op. cit.*, 1888 p. 24)

Em 23 de novembro de 1667, atendendo ao apelo, o rei passou a D. Pedro e seus descendentes o governo de Portugal. Mas a reunião das Cortes convocada para janeiro do ano seguinte ainda levantaria alguns problemas sobre a sucessão. Os representantes do povo queriam não apenas jurar o príncipe como legítimo governador, mas aclamá-lo rei. Justificavam que isso evitaria o transtorno de ter a Coroa em uma pessoa e o governo em outra. Uma junta de teólogos, canonistas e juristas concluiu que a solicitação do povo era contra as leis do Reino, e que o rei tinha renunciado apenas ao governo não ao trono. A solução seria D. Afonso abdicar ao trono em favor do irmão²⁴.

Os conselheiros do infante consideravam tal medida imprudente, pois concederia as Cortes um poder muito grande, uma vez que caberia a essa instância, além da fiscalização do governo, a capacidade de depor o monarca “quando a sua atuação era considerada prejudicial”²⁵. A proposta de assumir a Coroa não foi aceita, e D. Pedro viria a se tornar rei apenas com a morte do irmão.

Em 16 de junho de 1668, D. Pedro foi jurado governador de Portugal e curador de seu irmão. A partir dessa data as decisões sobre a governação do Reino caberiam ao regente, durante seu governo foram implementadas várias medidas, tanto em Portugal como nas possessões ultramarinas, para combater a conjuntura desfavorável pela qual passava a economia portuguesa. Sobre algumas das variáveis responsáveis pela criação desse cenário economicamente adverso, dissertamos a seguir.

1.2 – A crise do século XVII e seus reflexos em Portugal.

A historiografia comumente considera o século XVII como um período de crise, e abundam os fatos que justificam essa classificação. Nas primeiras décadas do século XVII a Europa foi varrida por uma onda de guerras, levantes populares e mortandade populacional, que atingiram praticamente todas as regiões do continente.

Entre 1648 e 1649 o governo russo defrontou-se com diversos levantes populares. Na França as rebeliões contra o governo central, conhecidas como Frondas, estenderam-se por 5

²⁴*Idem* pp. 37-38.

²⁵ CARDIM, *op. cit.*, 1998 p. 113.

anos, de 1648 a 1653. Das vinte e cinco grandes revoltas camponesas registradas na Alemanha e na Suíça no século XVII, mais da metade ocorreu entre 1626 e 1650. Na Inglaterra foram registradas 12 revoltas por comida entre 1600 e 1620, esse número triplicou na década seguinte chegando a 36, entre 1647 e 1649 teriam ocorrido 14 levantes²⁶.

O período foi marcado também por constantes guerras, entre 1611 e 1669 não houve nenhum ano em que não houvesse ao menos um confronto armado, em andamento, entre estados europeus²⁷. Além da constância, os conflitos do século XVII tiveram duração média maior do que os ocorridos nos séculos XVI e XVIII²⁸. Os conflitos geraram a desestruturação de importantes monarquias como a Espanhola, que enfrentou na década de 1640 a revolta da Catalunha, a conspiração independentista da Andaluzia liderada pelo Duque de Medina-Sidónia, a Restauração Portuguesa além de revoltas na Sicília e em Nápoles.

Durante o século XVII a população diminuiu significativamente em muitas regiões da Europa graças não apenas aos levantes populares e guerras, mas as epidemias de doenças que atingiram o continente, em particular em 1628, 1635 e 1638²⁹.

Com todos esses acontecimentos é compreensível que o século XVII seja visto como um período de crise. Mas quais foram os fatores responsáveis por essa conjuntura, que forças teriam criado a chamada “crise geral do século XVII”?

Os autores se dividem quanto as causas do que chamam de “crise geral do século XVII”. O autor que formulou o termo “crise geral” foi Eric John Hobsbawn em artigo publicado originalmente em 1954³⁰. Para Hobsbawn (1983) a crise geral foi fruto da expansão comercial do século XVI, representando a fase de transição entre a economia feudalista e a economia capitalista, nesse período as estruturas de mercado necessárias para o surgimento do capitalismo foram construídas.

²⁶ PARKER, Geoffrey. *Crisis and Catastrophe: The Global Crisis of the Seventeenth Century Reconsidered*. The American Historical Review. Oxford, v. 113, n. 4, 2008 pp. 1054-1055. Os levantes populares não se restringiram a Europa, no artigo o autor lista 49 grandes revoltas que ocorreram durante o século XVII das quais 22 se deram na América, África ou Ásia. Destacam-se as revoltas ocorridas na China que na década de 1630 contabilizou ao menos 80 levantes, que teriam envolvido mais de 1 milhão de pessoas de 160 cidades.

²⁷ Nos 60 anos compreendidos entre 1618 e 1678 a Polónia esteve em paz em 27 deles, a Holanda em 14, França 11 e Espanha apenas em 3, *Idem* pp. 1056-1057.

²⁸ *Idem*. Os conflitos do século XVII duraram em média 7 anos, contra 4 anos no XVI e 5 no XVIII, dados sobre a duração dos conflitos foram retirados da figura 2.

²⁹ A população do Sacro Império Romano teria diminuído em mais de um quarto na década de 1630. Na primeira metade do século a Itália sofreu uma diminuição populacional passando de 13 para 11 milhões de habitantes, em Castela até 1650 um quarto da população havia perecido nas guerras ou devido as pestes. DE VRIES, Jan. *A economia da Europa numa época de crise (1600-1750)*. Lisboa: Dom Quixote, 1983 pp. 16-17.

³⁰ Nos valemos nesse trabalho do artigo publicado em espanhol: HOBBSBAWN, Eric John. La crisis del siglo XVII. In: ASTON, Trevor (org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1983 pp. 15-71.

O comércio, que tinha alcançado seu auge entre as décadas de 1590 e 1620, entrou em colapso e depois de um breve período de recuperação, declinou catastroficamente até a década de 1650, permanecendo estacionário até por volta de 1680. Com o enfraquecimento do comércio algumas regiões do continente se desindustrializaram, como o caso da Itália, que de nação mais industrializada da Europa passou a ser um país agrário. Contudo a crise não foi sinônimo de recessão econômica em todos os lugares. As indústrias de países como Suíça, Inglaterra e Suécia experimentaram um forte crescimento no período. Mesmo algumas áreas rurais teriam se beneficiado com a desindustrialização, vendo suas produções de manufaturas aumentarem às custas da produção artesanal urbana. As guerras e revoltas ocorridas durante o século XVII seriam responsáveis pelo agravamento da crise, mas não pela sua gênese, a tendência à crise existia anteriormente aos conflitos por isso muitos países tiveram dificuldade para se recuperar deles. Cite-se que os gastos dos beligerantes impulsionaram a mineração e metalurgia em países que estavam fora das guerras³¹.

Segundo Hobsbawn (1983) para o triunfo do capitalismo era necessário que a estrutura feudal fosse suprimida, era preciso uma revolução na divisão social do trabalho. Na economia feudalista os indivíduos supriam praticamente todas suas necessidades com sua própria produção ou com trocas de produtos em mercados locais, dessa forma não tinham interesse em vender sua mão-de-obra nem tinham recursos monetários para adquirir bens de consumo. Não havia no seio da economia feudal um mercado consumidor que pudesse absorver toda a oferta de produtos gerada pela expansão do comércio, ocorrida nos séculos XV e XVI, por isso em dado momento esse começou a declinar. A limitação não foi técnica e sim da estrutura social, as reservas de capital e os trabalhadores livres não foram canalizados para a indústria³².

Durante a expansão comercial, a Europa importava muito mais produtos do que exportava, tanto em suas relações com o oriente como com as colônias do ocidente, a balança comercial europeia era, portanto, predominantemente deficitária no período. Os ganhos advindos das conquistas ultramarinas podem ser divididos em 3 etapas: inicialmente os europeus obtiveram benefícios fáceis, seguiu-se a fase da crise e posteriormente, com significativas diferenças entre as colônias, uma prosperidade estável, mas modesta. No oriente onde os ganhos advinham do monopólio sobre o comércio de especiarias a crise foi provavelmente causada pela subida dos custos de proteção contra os concorrentes. No ocidente onde os lucros se baseavam em uma produção abundante e barata de metais

³¹ *Idem* pp. 15-25.

³² *Idem* pp. 25-28.

preciosos e outras matérias-primas os custos de proteção não foram tão significativos. A mineração deparou-se com limites técnicos e pode ter utilizado a mão-de-obra disponível até o limite. Para reverter essa situação adversa foi criado no período um novo modelo de exploração colonial, baseado na exportação de produtos manufaturados desde a Europa³³.

Para Hobsbawn (1983), uma vez instalada a crise, a subida dos custos da mão-de-obra contribuiu para agravá-la. Esse incremento nos preços da força de trabalho provavelmente foi gerado pelo aumento do poder de negociação dos trabalhadores, reflexo da diminuição da população urbana. A crise foi, portanto, fruto do fato de ainda não terem sido superados certos obstáculos que se opunham ao pleno crescimento do capitalismo. Teve também como resultado uma considerável concentração de poder econômico, que seria canalizado para a posterior Revolução Industrial³⁴.

À explicação baseada predominantemente em fatores econômicos dada por Hobsbawn (1983) seguiram-se outras, que tinham como ponto central questões ideológicas e culturais das sociedades europeias.

Em 1959, Hugh Redwald Trevor-Roper publicou um artigo onde contestava a predominância dos fatores econômicos na crise do século XVII³⁵. Para Trevor-Roper (1983) a causa principal da crise foi um conflito ideológico entre as cortes, fundadas na mentalidade Renascentista, e a população, que assimilará novas ideias oriundas já da Ilustração. A crise do século XVII não foi uma crise do sistema econômico, mas do Estado, uma crise da relação deste com a sociedade³⁶.

Segundo o autor apesar das particularidades das revoltas ocorridas durante o século XVII, essas contêm muitos aspectos em comum, tantos que quase se confundem com uma revolução geral. A Guerra dos 30 anos teria sido uma das causas das sucessivas revoltas, a carga de impostos necessários para financiar o conflito, a opressão militar ou o enfraquecimento gerado pelas derrotas, que motivaram muitos levantes. As mudanças que a guerra causou no comércio levaram o desemprego e a violência a muitas regiões fabris ou comerciais. Mas a Guerra dos 30 Anos não foi o fator primordial para a revolução em todos

³³ *Idem* pp. 33-34. A Inglaterra foi uma das grandes beneficiárias desse novo modelo de exploração: “*Hacia el 1700, puede que algo así como el 20 por 100 de las exportaciones inglesas fueron a parar a áreas que podrían describirse como coloniales (incluyendo las colonias de otros estados). En 1759-60 y en 1770, más de un tercio fue a colonias británicas solamente, sin contar las exportaciones directas a las colonias españolas e portuguesas.*” HOBBSBAWN, *op. cit.*, p. 63.

³⁴ *Idem* pp. 38-43.

³⁵ Nos valemos nesse trabalho do artigo publicado em espanhol: TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. La crisis general del siglo XVII. In: ASTON, Trevor (org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1983 pp. 72-109.

³⁶ *Idem* p. 108.

os países, a Inglaterra que teve uma grande revolução no século XVII esteve neutra no conflito³⁷.

O século XVII teria presenciado uma mudança na mentalidade dos indivíduos. Enquanto que, de finais do século XV até metade do XVI imperava o clima do Renascimento, no meio do século XVII a ideologia já era da Ilustração. As revoluções ocorreram graças a deficiências das estruturas sociais fomentadas pelas debilidades das monarquias ocidentais, esses levantes populares foram vistos pelos contemporâneos como uma luta entre órgãos tradicionais dos estados europeus, a coroa e os estamentos, pelo poder e pela sobrevivência dos mesmos. O século XVII experimentou, portanto, uma crise nas relações entre o estado e a sociedade e não pode ser explicada como uma simples crise de produção econômica, como defendido por Hobsbawn (1983)³⁸.

Segundo Trevor-Roper (1983), para entender as revoluções não basta analisar o século XVII, as explicações para os fatos ocorridos nesse interim estão contidas em períodos anteriores, nos estados e sociedades europeias do Renascimento. Durante o século XVI a Europa não havia passado por grandes alterações estruturais, fossem essas tecnológicas ou nas formas de pensar e governar. A expansão ultramarina criou mercados e oportunidades, mas as tecnologias empregadas nas conquistas permaneceram praticamente inalteradas. Reflexo dessa realidade, os pensadores renascentistas dão a vida por certa: a observam e descrevem, porém, não a analisam, não a criticam nem contestam. As monarquias também não sofrem mudanças, o movimento observado foi apenas de uma expansão continua das estruturas políticas existentes. Nesse contexto os estados começaram a ficar cada vez maiores e mais caros para os contribuintes. No final do século XVI, com os turcos arrasando as tropas europeias no Leste, os cristãos divididos pela revolução religiosa e continuas guerras, os reis gastavam mais e mais recursos, e suas cortes eram mais esplendorosas do que nunca antes. Além dos luxos ostentados pelas coroas, havia uma vasta gama de funcionários régios que também mantinham vidas extravagantes. Tudo isso financiado pela população e pelos lucros da expansão comercial³⁹.

O estado renascentista era no fundo uma burocracia sempre em expansão que, apesar de ter sido eficaz no seu princípio, nos finais do século XVI se tornara uma administração parasitaria, com sua estrutura sendo sustentada pelo povo. Mas como no século XVI as economias estavam em expansão, essas foram capazes de suportar o pesado fardo imposto

³⁷ *Idem* pp. 72-75.

³⁸ *Idem* pp. 76-80.

³⁹ *Idem* pp. 81-86.

pela estrutura estatal. No início do século XVII, um pensamento que pregava o ódio e a repulsa contra as cortes e seus cortesãos, que condenava o gasto excessivo dos príncipes e a corrupção dos burocratas surge na Europa. Era o chamado puritanismo que na Inglaterra tomou a forma do protestantismo extremo, esse movimento manifestou-se também em países católicos, e em todos tomava a forma de uma guerra contra o luxo. Por pressões desses grupos, vários países promulgaram leis para limitar a suntuosidade das cortes⁴⁰.

Na década de 1620 o pensamento puritano, pregando a diminuição dos gastos das cortes, havia triunfado na Europa, era, pois, o momento dos partidários dessa ideologia insurgirem-se contra o caráter e o custo do estado Renascentista. Portanto, para Trevor-Roper (1983), as revoltas não estavam relacionadas com fatores econômicos, eram demandas de emancipação frente a um estado que pela sua estrutura inflada era muito custoso à população⁴¹. Contudo salienta o autor que nem todas as revoluções ocorridas no século XVII tiveram o mesmo êxito de reformar os estados. A Holanda seria o exemplo de estado que conseguiu se reformar completamente, já na Espanha não houve quaisquer reformulações significativas, muito pelo contrário a quantidade de funcionário estatais só aumentou. Exemplo intermediário é dado pela França que apesar de prosseguir como uma monarquia implementou reformas, diminuindo os limites de gasto da coroa e disciplinando a venda de cargos⁴².

Uma análise que privilegia os fatores culturais dos povos da Europa foi elaborada por Jan De Vries na obra “*The Economy of Europe in an Age of Crisis, 1600-1750*”, publicada inicialmente em 1976⁴³. Para o autor, o século XVII foi marcado por um grande conjunto de economias em declínio, cada país teria reagido aos problemas do período de um modo diferente, com isso “a época de crise não é uma denominação fútil, não se pode aplicar de maneira uniforme, mas lançou sem dúvida uma sombra que cobriu grande parte da Europa”⁴⁴.

Os povos que tinham capacidade de inovação e aceitavam com mais facilidade os processos de mudança e adaptação, conquistaram “grandes mercados internacionais, num espaço de tempo muito curto”, transformando a antiga distribuição geográfica das atividades industriais e comerciais. Um exemplo de inadaptabilidade econômica seria dado por Veneza. No início do século XVII o comércio de especiarias estava perdido sob o controle dos holandeses, a indústria têxtil apresentava altos custos de produção, a cidade perderá a posição

⁴⁰ *Idem* pp. 91-93.

⁴¹ *Idem* pp. 94-96.

⁴² *Idem* pp. 101-102.

⁴³ Nesse trabalho utilizamos a tradução para o português publicada em 1983: DE VRIES, *op. cit.*, 1983.

⁴⁴ DE VRIES, *op. cit.*, 1983 p. 44

de centro internacional de edição de livros e os custos da seda e do algodão haviam aumentado muito graças a desvalorização da moeda turca. Para o autor “apenas uma população comercial maleável e inovadora poderia ter vencido tais dificuldades”, e não era esse o perfil dos venezianos do século XVII. A estabilidade econômica do século XVI havia mudado as pessoas “e a reação aos problemas econômicos era agora defensiva e restritiva”, o que se materializou nas ações tomadas para reverter a crise. Os nobres venezianos retiraram seus capitais do comércio e investiram em terras, com isso nos séculos XVII e XVIII a cidade transformou-se gradativamente de um polo industrial em um centro turístico, com cafés, casas de jogos, operas e longas festas de entrudos⁴⁵.

Não apenas Veneza, mas todas as cidades do norte da Itália; que contavam com indústrias de lanifícios, sedas e metalúrgicas; sofriam com os grandes custos industriais de matérias-primas, mão-de-obra e transportes, mas, “ninguém parecia capaz de fazer as mudanças técnicas e institucionais necessárias para se continuar em condições de concorrência”. De Vries (1983) considera que essa rigidez é uma característica das economias em declínio e teria sido verificada em várias regiões da Europa durante o século XVII. A rigidez em tempos de crise manifestava-se nas classes privilegiadas que erguiam obstáculos cada vez maiores as reformas, e nos governos que consumiam cada vez mais a economia para tirar dela as receitas necessárias. Esse conjunto de fatores, difícil de impedir, esteve sempre presente quando as economias se encontravam em estagnação ou declínio⁴⁶.

Segundo De Vries (1983) o período de revés econômico, como aquele vivenciado durante o século XVII, não pode ser visto apenas como o contrário de uma época de prosperidade, o declínio toma formas novas e não representa a volta a formas de organização econômicas e sociais já ultrapassadas. Pelas peculiaridades das economias em declínio não é possível aplicar a elas as mesmas teorias econômicas utilizadas para explicar o crescimento econômico⁴⁷.

Para o autor a crise não teria sido uniforme, e a economia da República Holandesa, que cresceu rapidamente durante os dois primeiros terços do século XVII, é um bom exemplo de exceção aos efeitos do declínio, experimentado pelos demais países europeus. A crise não foi gerada por fatores populacionais, dessa forma não teria sido o aumento da população ocorrido até meados de 1600 que pressionou os preços dos produtos. Também não foram as guerras incessantes, em especial a Guerra dos 30 anos, que causaram a crise, apesar do poder

⁴⁵ *Idem* pp. 40-41.

⁴⁶ *Idem* pp. 42-45.

⁴⁷ *Idem* p. 40.

de destruição dos exércitos ter aumentado durante o século XVII, graças a inovações técnicas, os conflitos estimularam alguns setores da economia europeia e os impostos duramente pagos em algumas regiões, proporcionavam um incentivo para a economia de outras. Nem mesmo a insuficiência de moeda em circulação, ou as condições institucionais e sociais da Europa seriam suficientes para justificar a crise⁴⁸.

Na visão do autor não houve uma única crise, mas várias, com cada país enfrentando a sua da forma que a seus governantes parecia mais viável no momento. E como vimos a adaptabilidade frente aos problemas determinou quais países saíram da crise em melhor situação econômica. O que aproximava as economias europeias no século XVII era o fato de várias delas enfrentarem uma conjuntura de declínio.

Uma última observação sobre a análise de De Vries (1983) se faz necessária. Segundo ele, as variações climáticas podem explicar os aumentos da mortalidade durante o século XVII. Oscilações na pluviosidade e nas temperaturas mínimas teriam atingido a Europa naquele período, e a região pode ter sofrido uma pequena idade do gelo. As mudanças do clima influenciaram negativamente as colheitas. A menor disponibilidade de cereais elevou o preço desses produtos provocando muitas mortes. As aldeias produtoras de cereais foram as que mais sofreram perdas nessa conjuntura. Os indivíduos que se encontravam em situação de carestia procriavam menos. Com o advento de melhores colheitas, “uma maré de casamentos e concepções de filhos se seguia ao retraimento anterior, e no espaço de poucos anos uma grande parte – talvez toda - da perda humana era recuperada”. Mesmo as mortes ocasionadas pelas pestes dependiam muito da nutrição da população atingida⁴⁹.

As mudanças climáticas têm apenas um efeito secundário sobre a crise, na teoria de De Vries (1983), gerando oscilações temporárias no nível populacional ocasionado pela quebra nas colheitas.

Essas mesmas variações do clima são alçadas a categoria de principal fator da crise na teoria formulada por Geoffrey Parker⁵⁰. O autor citando uma obra de Voltaire, escrita em 1756, defende que seriam três as variáveis que exercem influência sobre os indivíduos. Escrevia o filósofo iluminista francês que: “três coisas exercem constante influência sobre a mente dos homens: clima, governo e religião”, e somente essa tríade poderia explicar os

⁴⁸ *Idem* pp. 34-39.

⁴⁹ *Idem* pp. 20-25.

⁵⁰ Nesse trabalho utilizamos dois artigos de Geoffrey Parker: PARKER, *op. cit.*, 2008 e PARKER, Geoffrey. La crisis de la Monarquía de Felipe IV en España y sus dominios. ¿Problema particular o problema global?. *Revista Hispanoamericana*. Cadiz, n. 1, 2011, pp. 1-12. Para uma visão mais aprofundada sobre a teoria do autor sugerimos a leitura de: PARKER, Geoffrey. *Global crisis: war, climate change and catastrophe in the seventeenth-century*. New Haven: Yale University Press, 2013 pp. 3-55.

enigmas do mundo. Na teoria de Parker as oscilações climáticas são alçadas a categoria de elemento principal para a explicação dos fatos que ocorreram no século XVII. Para tanto o autor realizou uma vasta coleta de dados, divididos em duas frentes: as fontes humanas e as naturais. As primeiras foram levantadas de 4 formas: a) narrativas: informações encontradas em textos; b) numéricas: informações de relatórios de colheitas ou relatos sobre o clima; c) ilustrações: representações visuais sobre mudanças climáticas e d) informações arqueológicas obtidas em assentamentos abandonados devido as mudanças climáticas. As fontes naturais também são 4 e foram levantadas em outras ciências que fornecem elementos para o estudo do clima: a) estudo dos núcleos de gelo; b) glaciologia: estudo dos fenômenos que provocam a formação das geleiras; c) palinologia: estudo do pólen e d) dendrocronologia: ciência que analisa variações da espessura dos anéis de crescimento de uma árvore⁵¹.

Essas fontes trazem abundantes informações que revelam que na década de 1640, centro da crise geral, houve frio extremo e prolongadas secas ao redor do mundo. Há relatos que os invernos na década de 1640 foram extremamente severos, especialmente o de 1641-42. As baixas temperaturas foram sentidas também no verão, na França esse fenômeno ocasionou um atraso na colheita da uva de 1 mês entre os anos de 1640 e 1643, gerando também significativas quebras na safra. No hemisfério norte o verão de 1641 foi o terceiro mais frio em 600 anos, 1643 foi o décimo mais frio e 1642 o vigésimo oitavo mais frio. As severas variações climáticas ocorridas no período levaram os historiadores e climatologistas a classificar as primeiras décadas do século XVII como a “pequena idade do gelo”. A crise geral do século XVII coincide com esse período de grandes anomalias climáticas, criadas por uma redução da atividade solar e nuvens de poeira advindas de erupções vulcânicas que ocorreram na região do Pacífico entre 1638 e 1644. Além disso, o *El Niño*, fenômeno climatológico que ocorre uma vez a cada 5 anos em média, durante o século XVII, ocorreu com uma frequência muito maior. O evento foi registrado sete vezes num período de 21 anos: 1640, 1641, 1647, 1650, 1652, 1655 e 1661⁵².

As fontes registram relatos que comprovam as severas modificações climáticas enfrentadas pela Europa ao longo do século XVII. No inverno de 1620-1621 o estreito do Bósforo congelou totalmente e com tamanha intensidade que as pessoas podiam atravessar a pé entre a Ásia e a Europa. Em 1630 chuvas torrenciais varreram a Arábia e oeste asiático causando enchentes e destruição em Meca. Em 1658 durante a guerra entre Suécia e Dinamarca houve uma geada tão violenta que permitiu que o exército sueco marchasse sobre

⁵¹ PARKER, *op. cit.*, 2008 pp. 1064-1066.

⁵² *Idem* pp. 1067-1072.

o mar congelado. Os dinamarqueses atônitos tentavam cortar o gelo, mas as baixas temperaturas faziam com que a água se congelasse muito rapidamente.

Apesar da importância do fator climático, esse não deve ser visto como único responsável pelas guerras e revoltas que ocorreram durante o século XVII⁵³. Parker (2011) defende que as mudanças climáticas constituíram apenas um, de 4 fatores que seriam os responsáveis pela crise geral do século XVII. Mas foram as oscilações climáticas a mais importante e menos dócil de todas as variáveis. Os outros fatores seriam: a) o colapso demográfico originado pelas pressões climáticas nas zonas superpovoadas do planeta; b) surgimento de novas ideologias radicais em muitas sociedades, ainda que não em todas, causando explosões de violência bem como de criatividade e c) apesar de todas essas dificuldades muitos governos aumentaram fortemente a opressão social, religiosa e fiscal⁵⁴.

Das interpretações para a crise do século XVII apresentadas nesse trabalho, coadunamos com a formalizada por De Vries (1983). Concordamos com a hipótese do autor de que não houve apenas uma crise no período estudado⁵⁵, mas várias, com cada nação reagindo de uma forma diferente aos problemas enfrentados naquele interim. Para algumas foi “uma idade de ouro, ou pelo menos, um precursor de tal idade de ouro, enquanto que, para outras nações, foi um período de decadência e colapso”. Mas para todas elas o conjunto de conhecimentos socialmente adquiridos foram indispensáveis para o êxito ou fracasso da empreitada de superação das dificuldades, “a forte influência do passado limitou inevitavelmente as respostas possíveis às novas oportunidades e pressões”, num contexto em

⁵³ *Idem* p. 1073.

⁵⁴ PARKER, *op. cit.*, 2011 pp. 2-3.

⁵⁵ Romano (1993), assim como De Vries (1983), defende que a crise se manifestou de formas diferentes nas diversas regiões da Europa, variando sua intensidade não apenas de país para país, mas entre as diferentes classes sociais de um mesmo território. Dessa forma, na concepção do autor, o termo crise geral não define corretamente a conjuntura do período. As duas teorias divergem na medida em que Romano (1993) tenta encontrar um denominador comum, que teria sido o responsável pelo período de dificuldades econômicas. Segundo o autor, a crise da agricultura, e a diminuição do ritmo de crescimento da população, seriam as causas das crises enfrentadas pela Europa ao longo do século XVII. Isso se deu, pois, as sociedades pré-industriais estavam alicerçadas na agricultura, não nas atividades comerciais, e durante a centúria houve uma diminuição da área cultivada. Muitas terras utilizadas na cultura de cereais, passaram a ser usadas como pastos, ou no cultivo de vinhas, a falta de alimentos gerou grandes fomes, que por sua vez tornaram os indivíduos mais suscetíveis a doenças, permitindo que essas se espalhassem com mais facilidade, ocasionando uma diminuição ainda mais rápida do contingente populacional. Assim, grandes fomes geraram epidemias, que por sua vez, pelo desajuste geral que introduziam na circulação dos indivíduos e mercadorias, geravam novos ciclos de fome. Contudo não seriam as pestes responsáveis pela crise, mas a influenciavam diretamente. Romano (1993) coloca a crise agrícola de 1619-1622 como marco inicial do retrocesso econômico europeu, ao longo do século XVII. Para o autor a crise esteve quase que restrita a Europa, no Novo Mundo teria atingido apenas alguns grupos mercantis que transacionavam produtos colônias no mercado europeu. ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII em Europa e Hispanoamérica*. México: Colegio de México/Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1993 pp. 13-27.

que “as forças que aceleram a vida econômica deste período geraram cisões e tiveram um efeito diferenciador acentuado”⁵⁶.

Tanto Hobsbawn (1983) como Trevor-Roper (1983) tentam em suas teorias encontrar um denominador comum que justifique os acontecimentos do século XVII, apesar da sólida argumentação dos autores, as peculiaridades de cada caso não permitem, a nosso ver, a generalização, utilizando fatores sejam econômicos ou ideológicos. Cada sociedade reagiu as dificuldades enfrentadas ao longo do século XVII de uma maneira distinta das demais, inclusive nas diversas regiões de um mesmo território podemos observar soluções diferentes para os problemas. Por isso a nosso ver procurar um denominador comum para as crises do século XVII acarretará sempre em deixar importantes fatores de fora da análise.

Já a teoria de Parker (2008) apesar de parecer-nos bastante coerente; dado que oscilações climáticas são, ainda nos dias atuais, variáveis sobre as quais exercemos pouco ou nenhum controle, apesar de ser possível realizar previsões com significativa precisão; e de estar amparada por grande base documental, não apenas de países da Europa, mas da Ásia e América, carece, a nosso ver, de elementos de ordem econômica. Talvez só mesmo o clima possa ser utilizado como um denominador comum, na tentativa de encontrar uma causa principal para a crise do século XVII, já que é uma variável que influencia os indivíduos indistintamente. Contudo dado a conjuntura econômica as pessoas reagem às variações climáticas de formas diferentes. Como no exemplo apresentado por De Vries (1983), as aldeias produtoras de cereais que tinham divisões sociais mais acentuadas e meios de transportes mais primitivos, sofriam muito mais com as perdas nas safras, geradas pelas variações climáticas, do que aquelas que possuíam uma economia mais diversificada e acesso a transportes mais baratos⁵⁷.

Parker (2011) analisando as principais revoltas enfrentadas por Castela na década de 1640; a saber: Catalunha e Portugal em 1640 e Sicília e Nápoles em 1647; buscou encontrar as convergências entre elas: 1) as quatro ocorreram em momentos de adversidades climáticas sem precedentes; 2) todas aconteceram em cidades superpovoadas (Nápoles era a maior cidade da Europa ocidental, com população quase igual a toda a Catalunha); 3) as demandas de Madri que desencadearam as revoltas tomaram uma das duas formas: um repentino aumento nas ordens de recrutamento de tropas ou a cobrança de novos impostos; Portugal

⁵⁶ DE VRIES, *op. cit.*, 1983 p. 14.

⁵⁷ Na Inglaterra (onde a Lei de Assistência Pública de 1597 obrigou cada comunidade a sustentar seus pobres) e nos Países Baixos (com acesso fácil ao mercado internacional de cereais), a taxa de mortalidade e o preço dos cereais não variam conjuntamente o suficiente para criar autênticas crises de subsistência. E isto não significa que não fossem assoladas periodicamente por uma aterradora mortalidade. DE VRIES, *op. cit.*, 1983 p. 20.

teria se levantado contra a ordem dada aos nobres para recrutarem e dirigirem regimentos formados por seus vassalos para lutar contra os catalães; 4) as quatro começaram como revoltas populares, ainda que nem sempre muito numerosas como no caso de Lisboa, mas logo contaram com o apoio de intelectuais e do clero; 5) em Nápoles, Palermo e na Catalunha assim que atingiram seus objetivos os rebeldes aproveitaram para fazer outras reivindicações a Felipe IV, apenas os portugueses não tinham interesse em voltar a ser súditos do rei de Castela; 6) Primeiro Portugal, depois a Catalunha e Nápoles repudiaram totalmente a autoridade de Felipe IV e a declararam nula; 7) tanto na Catalunha como em Portugal os líderes rebeldes convocaram os estados do reino para aprovar novas medidas e cobrar impostos; 8) uma revolta em um lugar gerava uma onda de levantes em outras regiões; 9) com revoltas em várias regiões, havia um intercâmbio de pessoas que nutriam uma hostilidade pelo governo central e 10) várias pessoas se concentraram nas políticas de Madri lutando em mais de uma dessas revoltas⁵⁸.

Das conclusões do autor, podemos notar que apesar de aspectos semelhantes as revoltas foram diferentes, e o levante português que culminou na Restauração foi o que apresentou mais peculiaridades. Pretendemos com isso demonstrar que o estudo da crise (ou crises, como defende De Vries) deve ser feito num recorte específico tomando a realidade de cada território como diferente das demais, como de fato o eram. Nesse escopo vejamos qual era a situação econômica de Portugal ao longo do século XVII⁵⁹.

Em Portugal e no Brasil verificamos um impulso de crescimento econômico entre 1570 e 1600, depressão entre 1600 e 1620, novo surto de crescimento entre 1620 e 1640 seguido de uma depressão que durou ao menos até 1670. A crise que atingiu o Império no início do século XVII reduziu seriamente as receitas régias, principalmente as provenientes do comércio com as possessões ultramarinas e as nações estrangeiras. Com o advento da Guerra de Restauração em 1640, coincidindo com mais um período de retração da economia portuguesa, houve muita dificuldade para financiar o esforço de guerra, graças a escassez de receitas, como veremos adiante⁶⁰.

⁵⁸ PARKER, *op. cit.*, 2011 pp. 5-9.

⁵⁹ Nesse ponto faremos apenas uma análise sucinta do tema, tendo como foco os desdobramentos da crise no Portugal continental. Ao longo do trabalho, conforme formos tratando sobre as ações econômicas de D. Pedro, apresentaremos mais detalhadamente os efeitos da crise, especificamente a partir de 1668, recorte temporal inicial desse trabalho.

⁶⁰ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989 p. 252 e PEDREIRA, Jorge M. As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822). *Análise Social*. Lisboa, v. 33, n. 146/147, 1998 p. 442.

A economia de Portugal durante o século XVII pode ser considerada uma economia monetária, onde o metal precioso exercia uma importante função principalmente, mas não apenas, nas cidades portuárias⁶¹. Dado a monetização da economia portuguesa, as flutuações na moeda não foram um fator desprezível, em toda a extensão do Império, durante grande parte do século XVII.

O uso de moedas metálicas não era uma tarefa trivial no período. Como eram feitas de metais preciosos esperava-se que seu valor de face refletisse o valor da liga metálica de que era constituída. Como a cunhagem de moedas era ainda muito rudimentar, os indivíduos tinham que lidar com as falsificações e o cerceamento da moeda, desgaste no metal gerado pelo tempo, ou de forma proposital. Além desses problemas as depreciações do valor do metal, promovidas pelos governantes, geravam muitos transtornos para a economia. Essas desvalorizações poderiam ser feitas de duas formas: a) as autoridades ou cunhadores reduziam o valor da liga metálica e mantinham inalterado o valor de face da moeda, como foi feito diversas vezes em Portugal, a partir de 1640; b) as tarifas oficiais de câmbio eram alteradas aumentando o valor nominal de algumas moedas em relação a outras, já que cada moeda tinha um valor metálico fixo⁶².

Grosso modo, nas suas relações com a moeda, Portugal enfrentou dois períodos distintos durante o século XVII, o primeiro que vai até 1640 foi de estabilidade monetária. Houve um fluxo de metais preciosos para Lisboa e consequente aumento do estoque monetário. A partir da Restauração a situação se inverte, há uma desvalorização da moeda, medida utilizada para tentar atrair metais preciosos para o Reino e financiar o Estado, instala-se assim a instabilidade monetária⁶³.

Entre 1640 e 1670 o marco de prata, que inicialmente era cotado por 2.800 réis passou a valer 5.000. No mesmo período o marco de ouro foi de 38.400 réis para 82.500. Dessa forma, estrangeiros que pretendessem comercializar com Portugal ganhavam poder de compra, já que suas moedas eram tomadas pelo peso em metal. Essas medidas acabaram por elevar a relação ouro/prata em Portugal, no final do período essa estava em 16,6; a título de comparação, no mesmo interstício, na França esse índice era de 14, o que garantia significativos lucros para os franceses no comércio com Portugal. O aumento da relação ouro/prata estava ligado a balança comercial deficitária de Portugal, já que esse importava mais que exportava e suas transações comerciais com o exterior eram liquidadas em ouro. As

⁶¹ MAURO, *op. cit.*, 1989 p. 262.

⁶² STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal, São Paulo: Odebrecht, 2012 capítulo 7 “A paga” *passim*.

⁶³ MAURO, *op. cit.*, 1989 pp. 161-166.

constantes desvalorizações da moeda portuguesa são também justificadas pelos grandes dispêndios com a Guerra da Restauração⁶⁴.

A falta de moeda atingiu todas as possessões portuguesas do Atlântico durante o século XVII, exemplo da situação crítica vivenciada no ultramar é dado pelo caso de Cabo Verde. A falta de moedas metálicas no arquipélago obrigou os habitantes a usarem gêneros como moeda nas transações comerciais no interior das ilhas. Isso gerava grandes dificuldades para a arrecadação de impostos e pagamento de vencimentos e soldos. Em 1654, os estrangeiros foram autorizados a comerciar no arquipélago e as moedas introduzidas passaram a ser marcadas, e a partir de 1656 foi expedida lei que proibia a saída das ilhas das moedas marcadas, o que melhorou a situação monetária do arquipélago⁶⁵.

No Brasil, segundo Mauro (1989), a falta de moeda teria sido sentida desde finais do século XVI, e não apenas depois de 1640 como em Lisboa. Apesar de relatos de alguns viajantes que alegam ter visto muita moeda em circulação em terras brasileiras, a insuficiência de meios de pagamento teria feito com que em 1613 houvesse pedidos para a criação de uma casa da moeda no Brasil. Com intuito de remediar o problema eram autorizadas esporadicamente a cunhagem de moedas na colônia, como ocorreu em 1651 quando foi permitido a fundição das patacas que deveriam ser enviadas a Portugal para passarem pelo processo de refundição. Essa mesma autorização foi concedida aos moradores da colônia mais uma vez em 1663. Mesmo com essas medidas faltava moeda e haviam constantes reclamações sobre isso, tanto nas capitanias do norte como do sul⁶⁶.

Lima (2005) apresenta um quadro diferente sobre a disponibilidade de moeda no Brasil, ao longo do século XVII. Segundo o autor, até as duas primeiras décadas da centúria há fortes indícios de entrada líquida de metais preciosos na colônia, que se dava por duas vias. Um primeiro fluxo monetário advinha do aumento das exportações de açúcar, como no período os preços do produto eram mantidos em patamares elevados, e a produção da mercadoria se expandia na colônia, as receitas, derivadas das transações no mercado internacional, seriam suficientes para cobrir os custos com a importação de bens de consumo

⁶⁴ *Idem* pp. 167-168.

⁶⁵ *Idem* pp. 172-173. Nem sempre o uso de uma mercadoria como meio de pagamento gerava transtornos e nem era motivada pela escassez de recursos monetários. Segundo Strum (2012) o uso do açúcar como meio de pagamento estava ligado a praticidade que o produto possuía, era fácil de ser contabilizado e não havia grande variação de qualidade, dentro de cada um dos seus diferentes tipos. Além disso era um produto amplamente comercializado o que permitia que sua cotação fosse conhecida, tendo fácil aceitação por ser negociado em escala relativamente grande. Para o autor dadas as qualidades do produto, poderia ser aplicado a ele o moderno conceito de commodity, já que o açúcar era a principal mercadoria buscada na colônia e tinha grande saída e liquidez, sendo que geralmente não havia problema de coincidência das vontades ao aceita-lo como meio de pagamento. STRUM, *op. cit.*, 2012 *passim*.

⁶⁶ MAURO, *op. cit.*, 1989 pp. 174-175.

e escravos, bem como os decorrentes da instalação das unidades produtivas. O segundo, e principal, fluxo monetário advinha das relações comerciais, legais e ilegais, mantidas com a América espanhola, em especial com a região de Potosí através do Rio da Prata. Com o fim da União Ibérica, em 1640, o comércio com Buenos Aires diminuiu, mas a moeda originária do tráfico com as possessões espanholas continuou a ter importante participação no total do meio circulante até o final do século XVII⁶⁷.

Apesar desses fluxos monetários, segundo Lima (2005), já na década de 1620, começam a chegar a Lisboa, pedidos para que fosse solucionado o problema da falta de moeda na colônia. Um dos fatores que teriam gerado a escassez monetária foi a crise enfrentada pela indústria açucareira, essa teria sido gerada pela inserção de concorrentes no mercado internacional do produto, em especial os neerlandeses. O quadro de falta de moeda agravou-se nas décadas de 1670-80 período de forte recessão tanto em Portugal como na Europa. Nesse contexto os custos de produção aumentavam, influenciados pelas desvalorizações da moeda promulgadas no Reino⁶⁸ e pelos efeitos das políticas de exclusivo metropolitano, sobre as quais trataremos posteriormente.

Ao longo do século XVII, várias solicitações foram enviadas as autoridades régias pedindo a resolução do problema da falta de moeda. Em alguns momentos, como descrito por Mauro (1989), a Coroa permitia a cunhagem na colônia, mas apenas em 1694 foi autorizada a instalação de uma Casa da Moeda no Brasil⁶⁹. A autorização para criação da instituição foi concedida em 08 de março de 1694, a colônia continuava em situação de grave insuficiência de meios de pagamento, como podemos verificar no texto do decreto real que determinou a criação do órgão:

Faço saber aos que esta minha Lei virem, que, por me representarem o Governador do Estado do Brasil, e os das mais Capitanias, as Câmaras, os Cabidos, e a Nobreza de suas Cidades, o grande dano que padeciam com a falta da moeda, a qual era tão excessiva, que não tinham os moradores daquele Estado com que comprarem os gêneros necessários para o seu sustento e uso; por cuja causa haviam baixado tanto as rendas Reais, e todas as contribuições, que nem os filhos da folha eclesiástica e secular, nem os presídios, podiam ser pagos. (SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada*

⁶⁷ LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 1, 2005 pp. 179-182.

⁶⁸ *Idem* pp. 182-183.

⁶⁹ Para mais informações sobre a instalação da Casa da Moeda ver: LIMA, *op. cit.*, 2005 *passim* e COELHO, Rafael da Silva. *Moeda no Brasil no final do século XVII*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2013 *passim*.

por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859 pp. 345-346)

No que tange aos preços dos produtos, em Portugal eles parecem ter apresentado uma alta correlação com os fluxos monetários, ou seja, subiam ou desciam dependendo da variação da quantidade de metais preciosos disponíveis na economia⁷⁰. Na colônia os preços dos produtos, excluindo aqueles produzidos internamente, eram mais elevados do que no Reino⁷¹. Os maiores importes não eram fruto apenas dos custos da viagem ultramarina, muitos comerciantes cobravam preços abusivos pelos produtos, que eram vendidos a prazo aos senhores de engenho, situação da qual esses constantemente reclamavam à Coroa, como veremos.

Uma das causas para as constantes desvalorizações da moeda foram os custos da Guerra da Restauração, como vimos. Consideramos que a questão bélica é um fator muito importante para entendermos a economia de Portugal no final do século XVII. Os conflitos findos na década de 1660 além de continuarem gerando custos para os cofres régios por muitos anos, forçaram uma mudança da estrutura comercial do Império.

1.3 - Enfim a paz, mas a que custo?

D. Pedro II entrou para a história dos reis portugueses com o cognome de “o pacífico”. Durante seu reinado Portugal vivenciou um período de calma em suas relações internacionais. Foram mais de 30 anos sem o envolvimento português em hostilidades militares, ao menos no solo europeu⁷². Esse contexto só se alterou já perto do término de seu governo, com o início da guerra de Sucessão Espanhola em 1702. Mas se Portugal pode desfrutar, nas últimas décadas do século XVII, de uma conjuntura de paz no que tange às suas

⁷⁰ MAURO, *op. cit.*, 1989, pp. 179-180. Esse mesmo movimento foi observado por Braudel e Spooner num estudo de longo prazo sobre os preços na Europa. Os autores defendem que no curto prazo o efeito da prata sobre os preços é direto, quando abunda a prata os preços sobem, quando falta os preços caem, isso para o curto prazo. No longo prazo “qualquer deformação da moeda contábil se incorpora aos movimentos dos preços e nele naufraga”. Já variações no valor do ouro agem de outra forma sobre os preços “uma alta das moedas de ouro acalma cada vez, um início de alta dos preços, trunca por vezes, de maneira espetacular, as altas cíclicas. Ao contrário, toda diminuição das peças de ouro, todo aumento, relativo ou absoluto das peças de prata acelera as altas.” BRAUDEL, Fernand e SPOONER, Frank. Os preços na Europa de 1450 a 1750. In: BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 pp. 52 e 64. Para mais informações sobre a relação das moedas e dos preços ver o item I desse capítulo, intitulado: “À guisa de preâmbulo: as moedas, os metais amoeáveis e as trocas” pp. 43-64.

⁷¹ LIMA, *op. cit.*, 2005 p. 178.

⁷² Se Portugal gozou de paz nesse período, no que tange às suas relações com as outras nações europeias, não teve a mesma tranquilidade no trato com os povos autóctones do Brasil. A expansão do povoamento para o interior da colônia motivado pelo avanço da pecuária extensiva, pelas missões de exploração de metais preciosos e busca de um caminho terrestre até o Estado do Maranhão, geraram muitos conflitos com as nações indígenas. Para mais informações sobre os desdobramentos dessas guerras ver: PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 2002.

relações diplomáticas com o resto da Europa, os custos gerados pelos conflitos em que esteve envolvido até 1668, bem como aqueles necessários para alcançar as tréguas, continuaram a ser sentidos durante vários anos e representavam um pesado encargo que a Coroa dividia com seus vassallos, tanto do Reino como das possessões ultramarinas.

Durante o século XVII, Portugal esteve envolvido em dois grandes conflitos: a Guerra de Restauração, entre 1640 e 1668, e a Guerra Luso-Holandesa, que se estendeu de meados de 1640 até 1663. Se no âmbito do Reino não há dúvidas, “de que as pilhagens e devastações ocorridas, durante a luta pela Restauração contribuíram para as subseqüentes dificuldades econômicas de Portugal”⁷³, a Guerra Luso-Holandesa infligiu ao Império uma grande reestruturação comercial, que logrou alterar o centro das receitas régias do Índico para o Atlântico.

1.3.1 – A Guerra da Restauração

Em 27 de janeiro de 1668, D. Pedro foi reconhecido pelas Cortes como regente de Portugal. Poucos dias depois, já sobre a égide do seu governo, o acordo de paz que vinha sendo negociado com a Espanha foi assinado, colocando fim na Guerra de Restauração⁷⁴.

O tratado de paz firmado em 13 de fevereiro de 1668, com a intermediação do rei da Inglaterra Carlos II, não apresentava em seus 13 artigos quaisquer menções a indenizações que deveriam ser pagas pelos beligerantes. Mesmo as conquistas territoriais seriam restituídas. Apenas Ceuta continuaria sobre poder dos espanhóis⁷⁵. Apesar das cláusulas do tratado não comprometerem financeiramente o Reino, os custos da guerra continuariam a ser sentidos por vários anos. E os que mais causavam preocupações ao regente, logo após a suspensão das hostilidades, eram o atraso no pagamento do salário da tropa e o custo com a desmobilização do exército.

⁷³ HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. Lisboa: Dom Quixote, 1986 p. 161.

⁷⁴ O conflito fora iniciado em 1640 após Portugal proclamar em 01 de dezembro daquele ano sua independência da coroa de Castela, colocando fim a União das Coroas Ibéricas que durava desde 1580. Para mais informações sobre os eventos que culminaram com a Restauração ver: FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997 *passim*.

⁷⁵ Como preconizava o artigo II do tratado: “E porque a boa-fé, com que se faz este Tratado de Paz perpetua, não permite cuidar-se em guerra para o futuro, bem em querer cada uma das partes achar-se para este caso com melhor partido, se acordou em restituírem à Portugal as praças que durando a guerra lhe tomaram as armas de El rei católico, e a El rei católico as que durando a guerra lhe tomaram as armas de Portugal com todos os seus termos, assim e da maneira e pelos limites e confrontações que tinham antes da guerra, e todas as fazendas de raiz se restituirão a seus antigos possuidores, ou a seus herdeiros, pagando eles as benfeitorias uteis e necessárias e nem por isso poderão pedir as danificações que se atribuem a guerra e ficará nas praças a artilharia que tinham [...]. Declaram porem que nesta restituição das praças não entra a cidade de Ceuta, que há de ficar em poder de El rei católico, pelas razões que para isso se consideraram. (CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre Coroa de Portugal e as Mais Potências desde 1640 até o Presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo I, 1856, pp. 367-368)

Durante todo o conflito faltaram recursos para Portugal financiar sua luta contra Castela. Estimativa do ano de 1661 avaliou as receitas da Coroa em 1.488.000 cruzados e suas despesas em 1.464.500, ficando um saldo de 23.850 cruzados para gastos eventuais e variáveis, sempre tão avultosos na guerra⁷⁶.

A principal fonte de financiamento do conflito foram os impostos. Apesar de que “fora em boa parte para fugir à fiscalidade excessiva – e desordenada – de Felipe IV que a Restauração se fizera”⁷⁷, a guerra precisava de recursos e o aumento da carga tributária foi o caminho encontrado para fomentá-la.

Dentre os impostos, destacava-se a décima militar criada em setembro de 1641. A contribuição, como o próprio nome explícita, seria de 10% sobre os rendimentos dos habitantes do Reino e “incidia sobre toda a espécie de bens de fortuna – imóveis, comércio, juros, tenças e ordenados – e sobre todos os súditos. Os que não tivessem rendas pagavam a vintena dos aluguéis das casas em que viviam ou seja cinco por cento”. Em 1646 as cortes fixaram o orçamento anual para os gastos de guerra em 2.150.000 cruzados, desses 1.700.000 viriam da décima e os 450.000 cruzados restantes de fontes diversas⁷⁸. A décima militar deveria responder por aproximadamente 80% dos recursos necessários para financiar o esforço de guerra. Deveria, porque na prática não foi essa a realidade⁷⁹.

Ninguém estava isento da décima, mas os clérigos e nobres figuravam como grandes devedores da contribuição. Levantamento efetuado no ano de 1650 nos dá uma ideia da dificuldade de cobrar o imposto desses grupos. O valor a ser recolhido dos eclesiásticos fora estimado naquele ano em 220.600 cruzados, desse valor pouco mais de 73.000 foram arrecadados, restando uma dívida de 147.600 cruzados, ou seja, 67% do estimado não foi arrecadado. As ordens militares deveriam contribuir com 12.962 cruzados, mas só realizaram aproximadamente 48% desse valor, a saber, 6.194 cruzados. À guisa de comparação, o montante estimado para as comarcas era de 1.030.694 cruzados, tendo sido pagos 915.568,

⁷⁶ GUIMARÃES, Vitorino. As finanças na Guerra da Restauração. *Revista Militar*. Lisboa, v. 93, 1941 p. 164.

⁷⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Dinheiro para a Guerra: a Décima da Restauração. *Hispania*, v. 64, n. 216, 2004 p. 159.

⁷⁸ As outras fontes seriam “o real de água, os novos impostos de chancelaria e sobre o açúcar, os bens confiscados ou pertencentes a ausentes, os rendimentos da Casa de Bragança, depois da dedução dos soldos e pensões, e o que faltava ainda pelos rendimentos das ilhas. GUIMARÃES, *op. cit.*, 1941 pp. 219-222.

⁷⁹ A cobrança da décima nunca foi simples, e esse imposto passou por diversas remodelações durante sua existência. Fosse no percentual cobrado; em 1644 foi acrescido de sua décima parte, ou seja, a contribuição passou a ser de 11%, posteriormente em 1658 foi acrescida da quarta parte, novo acréscimo desse percentual em 1660 fez com que a décima chegasse a 15%, o percentual majorado vigorou até 1662; fosse na forma de cobrança. Para mais informações sobre a décima ver: MAGALHÃES, *op. cit.*, 2004 *passim*.

gerando uma dívida de 115.126 cruzados ou 11% do total, valor bem inferior as dívidas dos nobres e clérigos⁸⁰.

Apesar da dificuldade que a Coroa tinha de captar recursos em Lisboa através de empréstimos, o crédito público foi também um expediente utilizado para financiar o esforço de guerra, e todos os anos tanto o déficit, como a dívida pública aumentavam⁸¹.

Como nem todo o valor estimado das contribuições era efetivamente arrecado e a guerra sempre apresentava despesas extraordinárias; fosse com a reconstrução de fortificações⁸², sustento da tropa ou compra de armamentos e munição; durante todo os anos do conflito o Estado português esteve em dificuldades financeiras, que não diminuíram com a paz. Como procuraremos demonstrar nesse capítulo, cessaram com a paz as receitas dos impostos criados para financiar o esforço de guerra⁸³, ficaram as despesas. E a que inicialmente mais pesava era o pagamento das tropas.

Relatório das autoridades militares de 16 de março de 1668 davam conta da caótica situação dos soldados. Alguns estavam há 31 meses sem receber vencimentos, o que resultava

⁸⁰ MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013 p. 207 dados retirados da tabela 4.5. Na tese os valores estão expressos em réis, fizemos a conversão dividindo os montantes por 400, já que: 1 cruzado = 400 réis, com o intuito de padronizar as unidades monetárias utilizadas neste capítulo.

⁸¹ Em algumas ocasiões os empréstimos eram compulsórios como ocorreu em 05 de julho de 1644 e 14 de janeiro e 23 de junho de 1645 quando um empréstimo forçado de 20.000 cruzados foi lançado e distribuído entre os homens de negócio ricos e de cabedal, tendo como garantia bens confiscados pela Coroa. Para mais informações sobre as operações de crédito contratadas pela Coroa durante a Guerra de Restauração ver: GUIMARÃES, *op. cit.*, 1941 p. 285-288. A dificuldade para conseguir empréstimos é justificada por França (1997) como uma manifestação da má vontade da burguesia para com o novo governo, essa classe “não parece ter participado vivamente da ereção do novo rei”. Para detalhes sobre a participação dos burgueses na conjura ver FRANÇA, *op. cit.*, 1997 pp. 353-372. Apesar de em alguns momentos serem reticentes, em 1647 os mercadores de Lisboa fizeram uma grande operação de crédito com a Coroa. Em 15 de junho daquele ano os comerciantes ofereceram um empréstimo no valor de 200.000 cruzados para “apresto da Armada, a juros de seis e quarto por cento, consignando para pagamento a contribuição temporária de oitenta réis em cada arroba de açúcar branco, sessenta réis no mascavado, quarenta réis no pardo, oitenta réis no tabaco, cinquenta réis nos couros e seiscentos réis no frete de cada caixa de açúcar”. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1640-1647*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856a p. 330. Os comerciantes fizeram o empréstimo que seria pago com recursos oriundos do aumento do imposto sobre os produtos que eles comerciavam, apesar de à primeira vista essa transação parecer estranha eram esses os expedientes disponíveis para financiar a guerra contra Castela.

⁸² A responsabilidade pela manutenção das fortalezas e castelos ficou a cargo dos municípios. O financiamento das obras se dava através dos recursos das “terças dos conselhos” que eram a terça parte do rendimento das municipalidades. No período da União Ibérica esse imposto foi incorporado na Fazenda Real já que “em tempos de união não se justificava preparar defesas contra reinos com um monarca comum”. Em 1641 as Cortes determinaram que os recursos seriam novamente administrados pelos conselhos e um decreto de 1642 autorizou a transferência de sobras desses recursos para Lisboa ou para onde os provedores ordenassem, para ser aplicado no mesmo fim a que originalmente se destinavam. GUIMARÃES, *op. cit.*, 1941 pp. 226-228 e MAGALHÃES, *op. cit.*, 2004 p. 164.

⁸³ Em 10 de abril de 1668 os tributos de guerra foram levantados, para ter efeito no final do ano. MAGALHÃES, *op. cit.*, 2004 p. 182.

no abandono das posições. Em abril, D. Pedro apresentou uma proposta de reorganização do exército ao Conselho de Guerra. O órgão prontamente rejeitou o pedido alegando que antes de qualquer mudança os salários atrasados deveriam ser pagos⁸⁴.

A dificuldade para pagar os soldos da tropa e o custo da reconstrução das fortificações persistiram. Em 1674, o príncipe regente conseguiu das Cortes uma nova contribuição de 1.000.000 cruzados “para a defesa do Reino e pagamento dos soldados que nas praças dele a presidiam”. Metade do valor viria do aumento do real de água, imposto que incidia sobre as carnes e vinhos, os outros 500.000 cruzados viriam de novas taxas sobre o tabaco⁸⁵.

Os problemas com a conservação dos efetivos militares eram sentidos também no Brasil. Em 1664, após reclamações sobre os custos de manutenção da tropa, houve uma reforma nos terços⁸⁶ da capitania de Pernambuco. A câmara de Olinda passou a ser responsável pela alimentação dos soldados, cabendo à Fazenda Real os custos com o fardamento. Os 3 terços existentes foram reduzidos a 2, deixando a guarnição militar da capitania com um efetivo de 760 homens. Em 1676 a Bahia tentou também reformular seus terços. Os camaristas de Salvador solicitaram que os dois terços existentes fossem unidos, diminuindo assim o número de oficiais. A Coroa, contudo, não concordou com a mudança.⁸⁷

Os reflexos do não atendimento da solicitação da câmara de Salvador foram sentidos alguns anos depois. Em outubro de 1688, os soldados regulares que serviam na Bahia se amotinaram, motivados pelo atraso no pagamento dos soldos que já chegava a nove meses. O motim foi disperso após a distribuição de cinco mil cruzados entre os soldados, recurso emprestado pela Fazenda Real⁸⁸.

Na sociedade portuguesa onde estava profundamente enraizada a política de concessão de benefícios pela Coroa aos indivíduos que tivessem lhe prestado relevantes serviços⁸⁹,

⁸⁴ GUIMARÃES, *op. cit.*, 1941 pp. 217-218.

⁸⁵ *Carta de Lei - penas pelos descaminhos de tabaco, sementeira e manipulação, etc. Juízo privativo para conhecer destes delitos*. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1657-1674*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856b p. 380 e GUIMARÃES, *op. cit.*, 1941 pp. 478-479.

⁸⁶ Os terços eram grupos militarizados, que sob o comando de um oficial eram responsáveis pela defesa de uma determinada extensão territorial. Como a mobilização dessas tropas era em período integral, os indivíduos recebiam um soldo pelos serviços.

⁸⁷ CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII*. Juiz de Fora: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009 pp. 106-107.

⁸⁸ PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013 pp. 252-256

⁸⁹ À disponibilização para o serviço, seguia-se o direito de pedir uma gratificação pelo mesmo. O monarca por sua vez, para agir com justiça, tinha que remunerar o serviço prestado concedendo uma justa mercê ao solicitante, esse após a concessão do prêmio deveria agradecer ao seu benfeitor: “disponibilidade para o serviço, pedir, dar, receber e manifestar agradecimento, num verdadeiro círculo vicioso, eram realidades a que grande parte da sociedade deste período se sentia profundamente vinculada, cada um segundo sua condição e interesse”.

desmobilizar a tropa não seria sinônimo de diminuição de despesas, essas apenas mudariam de rubrica contábil.

Dentre os relevantes serviços que poderiam ser agraciados com mercês estavam aqueles prestados em campo de batalha. Tratando sobre os meios de ascender a nobreza e fidalguia de Portugal, Oliveira (2002) nos mostra a importância dos serviços militares para obtenção de graças: “é notório a todo o mundo que os postos militares enobrecem os sujeitos a quem forem conferidos [...] os guerreiros, digo eu, tem direito, e talvez preferência aos prêmios de honra, de glória e de estima, com que o Estado favorece aos que se distinguem na causa pública”⁹⁰.

Como aponta Olival (2001) no seu estudo sobre as ordens militares em Portugal durante os séculos XVII e XVIII, “não é fácil estabelecer uma correlação direta entre o simples volume de atribuições de hábitos e a conjuntura política”. Contudo como observado pela própria autora, durante o reinado de D. Afonso VI a guerra da Restauração passava por um momento de maiores ofensivas “o que não deixaria de ter impacto na política de mercês”. E uma vez feita a paz, “o mesmo dispositivo seria importante para assegurar a coesão interna e a eficácia administrativa e da defesa”⁹¹.

Essa conjuntura era conhecida pelo príncipe regente, como podemos constatar pela resolução de 26 de março de 1668 onde ordenava que: “sejam atendidos no provimento dos cargos e ofícios, e com outras mercês, os oficiais e soldados reformados por ocasião da paz”⁹².

No reinado de D. Afonso VI, entre 1662-1667, a média anual de novos cavaleiros da ordem de Cristo foi de 122. No período de regência de D. Pedro, 1667 a 1683, a média foi um pouco menor, foram 101 cavaleiros por ano. Esses números se encontram acima dos apresentados no reinado de D. João IV (1641-1656) de 74 cavaleiros anuais, e mesmo daqueles do período de reinado de D. Pedro II (1683-1706) quando foi feita mercê a 81 cavaleiros por ano em média. Nos 42 anos compreendidos entre 1641 e 1683 foram condecorados com o hábito da ordem de Cristo por volta de 3.762 indivíduos, sendo que o

Era essa a economia das mercês que para muitos moradores de Portugal durante o século XVII era “uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção”. OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001 pp. 18-22.

⁹⁰ OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Texttype, 2002 pp. 41-42.

⁹¹ OLIVAL, *op. cit.*, pp. 178-179.

⁹² SILVA, *op. cit.*, 1856b p. 380.

período entre o reinado de D. Afonso VI e regência de D. Pedro, 1662 a 1683, responde por 60% do total de concessões com 2.226 cavaleiros⁹³.

A partir de 1670 a tença mais comum que recebiam os cavaleiros da ordem de Cristo estava em 30 cruzados, valor que em 1674 correspondia a 8 meses de soldo de um soldado e a 1 mês e meio de um capitão de infantaria. Essas tenças, normalmente desde o século XVI, eram pagas em qualquer almoxarifado ou alfandega que tivesse sido indicado para esse fim, independente de pertencer ou não a ordem militar⁹⁴.

Individualmente o montante pago a cada cavaleiro não era muito grande, mas o conjunto das novas tenças oriundas da desmobilização das tropas da Restauração, certamente pesava no orçamento da Fazenda Real. Nos valem os números da ordem de Cristo, para exemplificar o aumento de concessões de mercês, no período imediatamente posterior a Guerra de Restauração, porque foram os que encontramos melhor sistematizados.

Fato é que além do hábito da ordem outras mercês poderiam ser pleiteadas pelos soldados e oficiais que foram reformados no final do conflito, e uma vez concedida à mercê impactava negativamente no já apertado orçamento régio. O aumento da concessão de mercês pode ser justificado pelo significativo incremento que sofreram as tenças entre 1641 e 1681, vejamos os números.

Em 1641 a despesa do Reino estava orçada em 1.018.656 cruzados, as tenças respondiam por 15% desse montante perfazendo o total de 159.060 cruzados. Em 1681 o valor das tenças subirá aproximadamente 148% atingindo os 394.183 cruzados, a participação das tenças no total da despesa também cresceu. Naquele ano os dispêndios da Fazenda Real foram orçados em 1.572.330 cruzados, com as tenças respondendo por 25% desse total. Mesmo deflacionando o valor das tenças pelo índice de preços do período temos uma significativa variação de 74%, com o total das tenças em 1641 atingindo os 8.371 cruzados e 14.599 cruzados em 1681⁹⁵.

Não advogamos que o incremento no valor das tenças teve como única motivação as concessões de mercês para os combatentes da Restauração, certamente outros serviços prestados mereceram o reconhecimento régio durante o período. Contudo, nos parece crível que a desmobilização das tropas tenha incrementado o número de pedidos de mercês e consequentemente o dispêndio da Coroa com tenças.

⁹³ OLIVAL, *op. cit.*, p. 179 dados extraídos da figura 13.

⁹⁴ *Idem* pp. 47-49.

⁹⁵ MONT SERRATH, *op. cit.*, 2013 p. 226 dados retirados da tabela 4.11. Na tese os valores estão expressos em réis, fizemos a conversão dividindo os montantes por 400, já que: 1 cruzado = 400 réis, com intuito de padronizar as unidades monetárias utilizadas neste capítulo.

Quando observamos o Regimento para concessão das Mercês, promulgado por D. Pedro em 19 de janeiro de 1671, essa afirmação parece se sustentar ainda mais. Logo no preâmbulo do novo regulamento o príncipe deixava claro a motivação para sua criação:

Suposto que por muitas leis, decretos e resoluções dos senhores reis meus antecessores, e estilo observado de muitos anos a esta parte na secretaria das mercês, estava bastantemente provido o modo que se deve guardar sobre os requerimentos das pessoas que pedem satisfação de serviços: vendo porém que o não serem reduzidas as tais ordens a forma de regimento, havia dado lugar a que com o tempo se alterassem algumas, e muitas por falta de noticia se não observassem com aquela exação que tão importante matéria pede: e ponderadas de novo todas as ordens dadas neste particular, moderando umas, e acrescentando outras, que a respeito de ser cessado a guerra, pareceram convenientes: mandei fazer o regimento seguinte. (*Regimento forma de expediente dos requerimentos de mercês em satisfação de serviços*. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1657-1674*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856b p. 186)

Apesar de existir suficiente regulamentação anterior, por ter cessado a guerra a forma de concessão de mercês teve que ser revisto, e a primeira alteração, expressa no artigo I do regimento, limitava os combatentes que poderiam solicitar a graça:

Por ser muito conveniente que aos que servem com satisfação se de o justo prêmio que merecem, e não convir que por quaisquer leves serviços se façam mercês, em razão do ruim exemplo que muitos podem formar, para que, vendo premiado os poucos anos de serviço, deixem a esse respeito de continuar: ordeno e mando se não admitam a despacho papéis de pessoa que não haja sido capitão; salvo se houver servido doze anos contínuos, ou for aleijado na guerra ou nela houver obrado alguma facção assinalada que os seus maiores me escreverão em seu favor, julgando a ação que fez por digna de se remunerar. (SILVA, *op. cit.*, 1856b p. 186)

Não apenas muitos ex-combatentes estavam solicitando mercês se apoiando em “leves serviços” prestados a Coroa, como alguns indivíduos justificavam os requerimentos com documentos falsos. Por isso foi determinado que o solicitante deveria apresentar sua folha corrida “e se os seus serviços forem feitos na guerra, apresentará também folha corrida da Auditoria Geral de Guerra”. As certidões deveriam ser confeccionadas pelo “escrivão da nau ou navio, em que cada um servir, ou pelo secretário dos generais, ou capitães-mores, em seus nomes, e por eles assinadas”. O documento deveria indicar o tempo de serviço e as atividades desenvolvidas pelo indivíduo. Essas certidões, se tratassem de serviços prestados no Brasil, Angola ou São Tomé, tinham que ser expedidas no máximo 1 ano após o fim da prestação. Caso os serviços tivessem sido prestados no Reino, armadas da costa, ilhas e lugares da

África o tempo para emissão da certidão era de 6 meses, “e passado o dito termo, e não sendo as certidões feitas na dita forma, não valerão nem por elas se poderá pedir satisfação”⁹⁶.

O regimento permitiu que os pais que tivessem perdido filhos na guerra requeressem a mercê dos serviços dos falecidos, ainda que não tivessem serviços pessoais. Esse benefício foi estendido aos filhos que perderam pais e aos irmãos “não porém em qualquer outro grau de parentesco”⁹⁷.

Nos parece bastante factível que numa sociedade onde estava enraizada a economia das mercês, finda a Guerra da Restauração tenha ocorrido um surto de solicitações. Não fosse esse o fato porque seria necessário estipular, através de regimento, quais militares tinham direito de pedir mercês? Ademais nas batalhas da Restauração muitos portugueses perderam suas vidas o que habilitava familiares próximos a pleitear uma remuneração pelos serviços prestados, e é difícil acreditar que de algum modo deixariam de tentar alcançar esse benefício.

Infelizmente não compulsamos quaisquer processos de concessão de mercês que pudessem fortalecer o argumento, fica esse projeto por realizar. Contudo o volume de concessões de hábitos da ordem de Cristo no pós-guerra, o aumento do dispêndio com tenças entre 1641 e 1681 e o Regimento nos levam a acreditar que de fato os custos da Restauração não acabaram em fevereiro de 1668, quando foi assinado o tratado de paz. Esses continuaram sendo suportados por vários anos pela Coroa que, como vimos, dividia o fardo com seus vassallos através do aumento de impostos.

O acordo com Castela não trazia cláusulas que explicitamente oneravam a Fazenda Real, mas indiretamente gerou um aumento de dispêndios. Situação diferente das cláusulas do tratado de paz firmado com as Províncias Unidas que estipularam uma pesada indenização a ser paga por Portugal.

1.3.2 – A Guerra Luso-Holandesa

A guerra contra as Províncias Unidas foi um legado deixado pela separação das coroas Ibéricas. Os ataques aos domínios portugueses iniciaram-se em 1598, com investidas contra São Tomé e Príncipe, como um desdobramento da Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), conflito em que estavam envolvidos a Monarquia Hispânica e a República Neerlandesa. A escolha pelos alvos portugueses teve duas motivações principais: 1) as possessões portuguesas eram mais vulneráveis aos ataques das embarcações neerlandesas, visto que a

⁹⁶ SILVA, *op. cit.*, 1856b p. 186.

⁹⁷ *Idem* p. 187.

maioria delas estava localizada na costa. Situação bem diferente dos domínios espanhóis que, via de regra, eram erigidos no interior; 2) havia um grande interesse dos Estados Gerais de retirar das mãos dos portugueses, por meio de suas companhias de comércio⁹⁸, o controle sobre o mercado das especiarias asiáticas, escravos africanos e açúcar brasileiro⁹⁹.

Da Restauração até o fim das hostilidades, tomando como parâmetro de classificação a região do Império português onde as batalhas se concentraram, podemos dividir o conflito em três períodos distintos. O primeiro que vai de 1641 a 1644 teve como centro as disputas pelo domínio do comércio de canela e conquista do Ceilão, tanto neerlandeses como portugueses tinham como principal preocupação a guerra no Oriente, apesar de terem acontecido importantes combates em Angola e no Brasil. De 1645 a 1654, o foco da disputa esteve em Angola e Pernambuco, reconquistadas pelos portugueses em 1648 e 1654, respectivamente. Por fim entre 1655 e 1663, o centro da contenda foi novamente o Oriente com os portugueses perdendo importantes posições para os neerlandeses (Ceilão, Macassar e Malabar)¹⁰⁰.

Portugal não tinha recursos suficientes para financiar os dois conflitos em que se viu envolvido após 1640. Ademais o poderio naval dos neerlandeses era muito superior ao dos portugueses, não sendo possível a esses combater com eficiência em frentes tão distantes como a Ásia e o Brasil. Conhecedor dessa realidade D. João IV já em 1641, pouco depois de ascender ao trono português, buscou um acordo de paz com os neerlandeses¹⁰¹.

⁹⁸ Em 1602 foi criada a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais, conhecida como *VOC (Vereenigde Oost-Indische Compagnie)*. Posteriormente foi fundada a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais ou *WIC (West-Indische Compagnie)*. Ambas foram as grandes adversárias de Portugal na luta pelo domínio do comércio, sendo que a *VOC* disputava o comércio de especiarias e a *WIC* o de escravos e açúcar brasileiro.

⁹⁹ BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 pp. 120-123.

¹⁰⁰ BOXER, Charles R. Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661. *Stvdia* - Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, n. 2, jul. 1958 p. 12. Muitos desses eventos se sobrepuseram, mas segundo o autor, com o qual concordamos, a divisão nesses três períodos é viável, “*these events inevitably overlapped to a certain extent, but the foregoing threefold division is broadly correct*”. Macassar era um importante centro de comércio de especiarias localizado no sudoeste da ilha Celebes no Arquipélago Malaio, atualmente parte da Indonésia. Já Malabar estava situada no sudoeste da Índia.

¹⁰¹ Em janeiro de 1641 D. João IV concedeu aos holandeses a liberdade de comércio no Reino “de que eles gozavam no tempo dos antigos reis portugueses” e designou como embaixador em Haia Tristão de Mendonça Furtado com a intenção de “renovar a antiga aliança entre as duas nações”. Em 20 de fevereiro os Estados Gerais publicaram um decreto determinando que os neerlandeses não deveriam fazer guerra contra os portugueses, nem tomar seus navios. Em contrapartida D. João IV, em 20 de março de 1641, ordenou que os moradores das Províncias Unidas fossem tratados com todo o favor. Ao mesmo tempo que expediam o decreto de não agressão os Estados Gerais ordenavam a seus subordinados que intensificassem os ataques contra as possessões portuguesas, mantinham assim um clima de paz na Europa, porque precisavam do sal de Setúbal e guerra no restante do mundo buscando expandir seus domínios às custas dos portugueses. PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928 pp. 193-195.

As tratativas iniciais não tiveram êxito¹⁰², e os representantes portugueses em Haia amargaram ao menos 20 anos de insucessos¹⁰³.

Foi D. Henrique de Sousa de Tavares, o conde de Miranda, que em 1661 pode colher os esforços de todos os seus antecessores e definir os termos do acordo de paz com os Estados Gerais. Em 24 de junho de 1661 os representantes das Províncias Unidas, deliberam fazer a paz com Portugal, abrindo mão da restituição do Brasil, questão que havia sido muito discutida. Dado a oposição da Inglaterra ao ponto que concedia aos neerlandeses os mesmos benefícios comerciais de que os ingleses gozavam em Portugal, o tratado foi assinado apenas em 6 de agosto¹⁰⁴.

Contudo a oposição de Carlos II geraria ainda muitos transtornos para Portugal e a ratificação do tratado que, segundo seu artigo XXVI, deveria acontecer “no tempo de três meses, e passados outros três meses” ser publicado, ocorreu apenas em 4 de novembro de 1662¹⁰⁵, sendo que os documentos foram trocados apenas em 14 de dezembro. Fazendo uma interpretação literal desse artigo os neerlandeses sustentaram que as hostilidades deveriam ser cessadas apenas após 14 de março de 1663, data contestada pelos portugueses, o que lhes deu tempo para tomar Cranganor, Cochim e Cananor¹⁰⁶.

Em linhas gerais o tratado determinava que:

Art. I - Portugal deveria pagar 4 milhões de cruzados aos Estados Gerais em açúcar, tabaco e sal “em forma que estas fazendas não tenham maior preço, nem se avaliem em mais do que se venderem em Portugal para o uso quotidiano dos moradores do Reino”. O pagamento da indenização seria feito em 16 parcelas anuais iguais, com a primeira vencendo “logo que em

¹⁰² Não pretendemos retomar aqui todo o trajeto das negociações que levaram a assinatura do acordo de paz de 1661, o que nos importa é comparar os termos de 1661 com os de 1669 e a forma que as finanças do Reino foram oneradas pelo último. Para uma visão detalhada da negociação ver: PRESTAGE, *op. cit.*, 1928 o capítulo intitulado “Relações com a Holanda” pp. 191-263 bem como MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003 *passim*.

¹⁰³ Um dos motivos dos insucessos era a complexidade de negociar com os Estados Gerais, instância onde 7 das 8 províncias que formavam a República das Províncias Unidas dos Países Baixos tinham representação, apenas a província de Dentre não tinha representantes. Dentre as províncias destacava-se a Holanda que respondia por mais da metade do produto nacional e contava com 40% da população, além disso a província contribuía com 58% do orçamento dos Estados Gerais, contribuição 5 vezes maior que a que recaía sobre a Frísia, segundo maior contribuinte. Dado a proeminência holandesa nos Estados Gerais Portugal optou por acertar os termos do acordo inicialmente com os representantes da Holanda, para que esses pudessem persuadir as demais províncias a aceitarem o tratado. Contudo mesmo essa estratégia demorou a surtir efeito pois nos Estados Gerais as decisões eram tomadas apenas com o consentimento da maioria e em algumas questões a decisão tinha que ser unânime como em casos de guerra. Para uma explicação pormenorizada da estrutura governamental das Províncias Unidas ver: MELLO, *op. cit.*, 2003 pp. 61-68.

¹⁰⁴ PRESTAGE, *op. cit.*, 1928 pp. 247-249.

¹⁰⁵ O documento encontra-se publicado em CASTRO, *op. cit.*, tomo I, 1856 p. 260-293.

¹⁰⁶ O conde de Miranda sustentava que o acordo deveria ser colocado em prática a partir de 25 de outubro de 1662 quando foi comunicado aos Estados Gerais a intenção de Portugal ratificá-lo. MELLO, *op. cit.*, 2003 p. 289.

Portugal se souber com certeza haver sido este tratado por ambas as partes assinado”. Obrigava-se ainda a restituir toda a artilharia das Províncias Unidas e da Companhia das Índias Ocidentais (*WIC*) que estivesse em Pernambuco ou em outras fortalezas do Brasil;

Art. III – os moradores das Províncias Unidas ganharam o direito de negociar e exercitar seu comércio no Reino e nas terras “que estão a sua obediência para o Brasil, como reciprocamente do Brasil para Portugal”. Adquiriram ainda os mesmos direitos comerciais que os ingleses gozavam “ou pelo tempo em diante houverem de gozar”;

Art. IV – liberdade de navegação “a todas as colônias, ilhas, províncias, terras, portos, cidades, vilas e lugares de comércio que obedecem a El-Rei de Portugal em África”;

Art. VII – proibição de cobrança de impostos, sobre o comércio neerlandês, maiores que os vigentes em março de 1653;

Art. IX – direito de ter um juiz conservador nos domínios de Portugal para julgar “as causas e demandas que pertencem a Nação Holandesa”;

Art. XII – autorização para comercialização de armas “e mais coisas pertencentes à guerra, e suas provisões, expô-las em publica venda, assim em grande como em pequena quantidade, vende-las juntas ou separadas, e por partes a qualquer preço”;

Art. XIV – os bens dos neerlandeses, mesmo aqueles que estavam em poder de procuradores, não poderiam ser embargados nem mesmo pela Inquisição;

Art. XV – liberdade de professar a religião em suas casas ou navios e de ter um local adequado para enterrarem seus mortos;

Art. XXIII – Os moradores de ambas as nações poderiam se deslocar e fixar livremente tanto em Portugal como nas Províncias Unidas, podendo carregar espadas ou outras armas;

Art. XXV – estabelecia meios para que os neerlandeses que tinham investido recursos em Pernambuco ou outras partes do Brasil, na construção de engenhos ou empréstimo a produtores locais, fossem indenizados pelas perdas decorrentes de sua expulsão¹⁰⁷.

O acordo de 1661 decretou o fim da guerra contra os neerlandeses. Esses por intermédio de sua Companhia das Índias Orientais (*VOC*) saíram vencedores no flanco asiático, reduzindo drasticamente as possessões portuguesas no Oriente, bem como o comércio de especiarias controlado por Portugal. No Brasil, os portugueses venceram a disputa contra a Companhia das Índias Ocidentais (*WIC*), retomando o controle sobre importantes regiões açucareiras que haviam sido dominadas pela companhia. Quanto às

¹⁰⁷ CASTRO, *op. cit.*, tomo I, 1856 pp. 260-293.

regiões fornecedoras de escravos, os neerlandeses mantiveram o controle sobre São Jorge da Mina, tomada em 1637, e os portugueses sobre Angola, retomada em 1648¹⁰⁸.

Segundo Boxer (2002), “podemos dizer que o resultado final foi equilibrado: uma vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil”¹⁰⁹. Acreditamos que: se em termos territoriais podemos considerar que houve um equilíbrio, em termos econômicos o conflito infligiu uma grande derrota aos portugueses já que esses perderam uma importante fonte de recursos com a diminuição do Estado da Índia¹¹⁰. Para Portugal, o desfecho da Guerra Luso-Holandesa não representou apenas a perda do controle político sobre as possessões asiáticas, mas principalmente a supressão das receitas oriundas do comércio de especiarias.

Antes do início do conflito, em 1588, as receitas geradas pelo comércio do Estado da Índia somavam 191,8 milhões de réis que correspondiam a 17,3% do total das receitas régias. Ao final do conflito, as receitas desse comércio tinham caído consideravelmente. Em levantamento efetuado no ano de 1681, elas representavam apenas 7% da receita total, somando 112,1 milhões de réis. A queda é ainda maior se compararmos com as receitas de 1619, quando esse comércio gerou para a Coroa um rendimento de 234,4 milhões de réis¹¹¹.

Com as possessões do Oriente perdidas e o comércio de especiarias drasticamente reduzido, Portugal focou seus esforços na ampliação das receitas geradas pelos produtos do

¹⁰⁸ BOXER, *op. cit.*, 1958 p. 41.

¹⁰⁹ BOXER, *op. cit.*, 2002 p. 124.

¹¹⁰ Apesar das grandes perdas que os Estados Gerais, através da VOC, impuseram aos portugueses no Oriente a diminuição do Estado da Índia não pode ser creditada apenas aos esforços expansionistas da companhia. Muitas possessões foram perdidas para forças militares oriundas da própria Ásia, como o caso de Ormuz tomada pelos persas em 1622. A luta pelo comércio asiático ia além do conflito entre forças europeias, forças locais participavam da disputa e por vezes impunham significativas perdas aos europeus. Para mais informações sobre o processo de diminuição do Estado da Índia português ver: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995 pp. 205-256. No final do século XVII as possessões portuguesas na Ásia estavam reduzidas a Goa, Macau e Timor. Os Holandeses controlavam as costas do Ceilão, possuíam importantes feitorias na Índia (Cochim e Negapatã), ocupavam Malaca e controlavam o comércio da península malaia, tinham um verdadeiro império na Indonésia (que chamavam de Batávia) e boas relações comerciais com a China e o Japão. As possessões inglesas estavam concentradas na Índia, onde a França detinha seu único estabelecimento asiático no final do século XVII em Pondichéri. Cabe destacar que a partir da metade do século XVII os interesses dos estados europeus não eram apenas as especiarias, que foram o grande motivador da expansão da sua influência sobre a Ásia. Os tecidos indianos, a seda e o chá chineses, bem como o café das Índias Holandesas ganharam o mercado europeu. Dentre essas mercadorias os tecidos se destacavam, pela qualidade “baixo preço, colorido e sobretudo resistência à lavagem” esses produtos se tornaram extremamente procurados pelas classes ricas e médias da Europa. PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969 pp. 68-69.

¹¹¹ PEDREIRA, Jorge M. Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822. In: Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010 p. 60.

Brasil, que naquele momento “embora de tendência ascendente, ainda eram demasiado modestas e instáveis para compensarem as perdas no Oriente”¹¹².

Nos próximos capítulos veremos as ações empreendidas pela Coroa, que visavam mudar o quadro de instabilidade das receitas oriundas do Brasil. Entretanto até que as medidas, colocadas em prática no último quartel do século XVII gerassem algum resultado, a situação das finanças da Coroa era tão grave que nenhuma das parcelas anuais da indenização devida as Províncias Unidas foi paga.

Além da inadimplência das prestações, os neerlandeses se queixavam que Portugal não honrava com as cláusulas de livre comércio, principalmente no que tangia as transações com o Brasil, nem havia expedido uma regulamentação clara sobre o trato com o sal de Setúbal¹¹³. Os portugueses, por sua vez, usavam a tomada de Cochim e Cananor como justificativa para não honrar com as prestações nem permitir o livre comércio holandês com suas possessões. Os neerlandeses tentaram resolver a questão pelas vias diplomáticas¹¹⁴, todavia com a deflagração da 2ª Guerra Anglo-Neerlandesa, que durou de 1665 a 1667, suas atenções se voltaram para os combates contra a Inglaterra e a discussão dos termos do tratado ficou em segundo plano.

No início de 1667, os Estados Gerais retomaram as negociações com a Coroa portuguesa, chegando a ameaçar o uso da força caso não se chegasse a um acordo. Propunham que Cochim e Cananor ficassem sobre domínio holandês em troca do perdão das prestações vencidas do tratado de 1661¹¹⁵.

Após uma rodada de negociações, foi assinado um novo tratado em 30 de julho de 1669, que pretendia resolver os problemas gerados pelo não cumprimento das cláusulas do tratado anterior. Em termos gerais o tratado de 1669 determinava que:

Art. I – Cochim e Cananor continuariam sobre o poder da VOC “para servir de garantia e penhor do pagamento dos seis termos expressos e prometidos no dito tratado de 1661, e vencidos em abril de 1668”. As cidades serviriam como garantia aos pagamentos das prestações atrasadas que somavam 1.500.000 cruzados, caso a Coroa pagasse esse valor poderia reaver a posse das mesmas, o que nunca aconteceu;

¹¹² *Idem* p. 68.

¹¹³ PRESTAGE, *op. cit.*, 1928 pp. 255-256.

¹¹⁴ Em 1664 foi designado pelos Estados Gerais um embaixador para tratar do pagamento das parcelas da indenização, a restituição da artilharia, o trato holandês do sal de Setúbal e a liberdade de comércio com o Brasil bem como a reparação pelas perdas sofridas com o abandono de Pernambuco. Em outubro de 1665 o Conde de Castelo Melhor respondendo ao representante holandês alegou que não havia no Tesouro Real recursos suficientes para honrar com o compromisso. PRESTAGE, *op. cit.*, 1928 pp. 259-260.

¹¹⁵ MELLO, *op. cit.*, 2003 pp. 298-299.

Art. III – os vassallos dos Estados Gerais renunciariam as indenizações previstas no artigo 25 do tratado anterior contra o pagamento de 500 mil cruzados, que seriam pagos com o sal da vila de Setúbal;

Art. IV – seriam entregues 168.919 moios¹¹⁶ de sal para satisfazer o pagamento da indenização prevista no artigo 3;

Art. VII – as 10 prestações de 250.000 cruzados que ainda faltavam ser pagas, seriam honradas com as receitas decorrentes do sal de Setúbal. A Coroa cobrava um tributo de 700 réis por moio de sal, o que em termos de cruzados representava 7 cruzados em 5 moios;

Art. VIII – como o volume de sal necessário para satisfazer os 250.000 cruzados era de aproximadamente 178.571 moios e anualmente não se carregavam mais do que 80 mil, o pagamento das prestações vou prolongado por 20 anos e seu valor diminuído para 150.000 cruzados;

Art. IX – Ficou acertado que a soma de 150.000 cruzados seria paga com o tributo de 107.143 moios de sal;

Art. X – Caso não fossem vendidos anualmente os 107.143 moios e dessa foram não fosse possível atingir os 150.000 cruzados de direitos, a Coroa poderia pagar no início do ano seguinte ao vencimento da prestação até 30.000 cruzados com sal. Nessa situação o valor de cada moio seria de 780 réis;

Art. XXI – as cláusulas de livre comércio do tratado de 1661 deveriam ser integralmente cumpridas, entretanto os moradores das Províncias Unidas que desejassem negociar com o Brasil “não poderão fazer em direitura, mas serão obrigados tanto a ida, como a vinda entrar nos portos de Portugal, e pagar neles os mesmos direitos de saída os que quiserem ir ao Brasil, e de entrada os que de lá vierem” assim como pagavam os vassallos do Reino;

Art. XXIII – liberdade de comércio na Índia Oriental para os portugueses, sem impedimentos por parte dos neerlandeses¹¹⁷.

Apesar de, à primeira vista, o acordo de 1669 ser financeiramente mais oneroso do que o de 1661, ele trouxe significativas vantagens para Portugal sendo “o menos ruinoso de todos que até então tentara negociar com os Estados Gerais”¹¹⁸.

A primeira vantagem foi evitar o desembolso das prestações atrasadas, que somavam 1.500.000 cruzados, ficando Cochim e Cananor como pagamento dessa quantia. Em segundo lugar a dilação do pagamento da dívida de 10 para 20 anos e uma diminuição no valor da

¹¹⁶ No século XVII cada moio de Setúbal tinha aproximadamente 750 quilogramas. RAU, Virgínia. *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984 p. 244 nota de rodapé 36.

¹¹⁷ CASTRO, *op. cit.*, tomo I, 1856 pp. 444-471.

¹¹⁸ RAU, *op. cit.*, 1984 p. 240.

parcela de 250.000 cruzados para 150.000. Cabe destacar também o fato de as indenizações previstas no artigo 25 do tratado de 1661 poderem ser satisfeitas com o pagamento de 500.000 cruzados, e o mais importante para as finanças de Portugal: as prestações seriam honradas com o sal de Setúbal, “evitava-se a saída de mais ouro dos cofres exaustos do reino, mediante a concessão de um monopólio ardentemente desejado pela Holanda”¹¹⁹.

Em um artigo separado do tratado de 1669 ficou determinado que através de uma convenção especial, se estipularia quanto sal os neerlandeses deveriam retirar de Setúbal anualmente, para satisfazer as obrigações do acordo. Contudo, por conta de infortúnios ocasionados pela guerra em que estavam envolvidas as Províncias Unidas, a convenção só foi assinada em 1 de julho de 1677, definindo que os holandeses deveriam retirar anualmente 85.000 moios de sal de Setúbal. As prestações que deveriam ser pagas em 20 anos se estenderam até meados de 1711¹²⁰.

Um dos motivos para a dilação do prazo de pagamento seria a baixa tonelagem dos barcos neerlandeses que iam anualmente a Setúbal carregar o produto. Entre setembro de 1679 e dezembro de 1690, 1420 embarcações aportaram em Setúbal, sendo que aproximadamente 79% delas provinham das Províncias Unidas. O segundo maior comprador no período foi a Inglaterra, mandando 169 barcos ao porto setubalense, algo em torno de 12% do total. O restante estava distribuído entre embarcações suecas 38, norueguesas 35, alemães 28, dinamarquesas 13, espanholas 10 e francesas 6. Os barcos holandeses, denominados pelos portugueses como charruas, tinham tripulação entre 10 e 14 homens, enquanto que as naus suecas e dinamarquesas contavam em média com 30 tripulantes. Se considerarmos que cada embarcação neerlandesa poderia transportar 600 moios de sal, o montante carregado entre 1679 e 1690 seria de 672.600 moios¹²¹.

Pela convenção de 1677, em 11 anos deveriam ter sido carregados 935.000 moios de sal. Mesmo com uma estimativa otimista, as embarcações holandesas teriam levado no período 262.400 moios a menos do que deveriam. Ainda que o prazo de pagamento tenha sido dilatado, saldar a dívida com o sal de Setúbal foi um bom negócio para os cofres régios.

Afirma Mello (2003) que “o essencial do tratado de 1669 foi assim a substituição do esquema da indenização. Em lugar de produtos brasileiros, Portugal comprava o Nordeste com Cochim e Cananor e com o sal de Setúbal”¹²².

¹¹⁹ *Idem* p. 241.

¹²⁰ *Idem* p. 243.

¹²¹ *Idem* p. 246-247.

¹²² MELLO, *op. cit.*, 2003 p. 302.

Num momento em que a Coroa não gozava de recursos monetários suficientes, tanto o sal de Setúbal como as possessões asiáticas de Cochim e Cananor foram indispensáveis para viabilizar o acordo de 1669. Também é fato que não há menções aos produtos brasileiros nesse tratado. Ao contrário do que versava o artigo I do acordo de 1661, que determinava que a indenização seria paga com açúcar, tabaco e sal.

Contudo, parte significativa do custo da paz recaiu sobre o Brasil. Em 4 de fevereiro de 1662 a rainha regente, D. Luísa de Gusmão, escreveu para o governador geral do Brasil informando sobre o acordo de paz firmado com as Províncias Unidas no ano anterior, notificando-o que:

E porque conforme àquele tratado se hão de dar aos Estados Gerais, cinco milhões, pagos em dezesseis anos, duzentos e cinquenta mil cruzados em cada um repartidos pelas conquistas mais interessadas nesta paz, e couberam a esse Estado cento e vinte mil cruzados em cada ano por tempo de dezesseis referidos que nele se hão de repartir proporcionadamente. Vos encomendo muito que logo que receberdes esta carta façais presente a esses moradores as utilidades que se lhes seguem da paz de Holanda para que entre si imponham e repartam esta contribuição de maneira que suavemente se satisfaça. (BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Cartas Régias 1651-1667*, vol. 66. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1944 pp. 190-191)

O acordo de 1661 previa que o valor pago anualmente aos Estados Gerais seria de 250.000 cruzados cabendo ao Brasil, por imposição da Coroa, arcar com praticamente a metade desse valor¹²³. Mesmo com a mudança nos termos do tratado, ocorrida em 1669, a colônia continuou contribuindo com o donativo para paz de Holanda. Daí considerarmos que os custos da paz, ou da compra do Nordeste como defende o Mello (2003), tenham recaído também sobre o Brasil.

Ainda que originalmente criado com o intuito de honrar as despesas do tratado, durante o século XVII o donativo teve destinações diversas, ora sendo encaminhado para o Reino na forma de caixas de açúcar, ora sendo usado para o socorro da Nova Colônia do

¹²³ No Brasil a cobrança do donativo para paz com a Holanda era feita junto com o donativo para o dote do casamento de Catarina de Bragança com o rei da Inglaterra Carlos II. Inicialmente, para o dote do casamento, as capitanias do Brasil se comprometeram a pagar 320 mil cruzados, divididos em 16 anos sendo 20 mil anuais, o valor para a paz com a Holanda eram os 120 mil cruzados impostos pela Coroa, perfazendo o total de 140 mil cruzados anuais. Esse valor foi dividido entre as capitanias na seguinte proporção: a Bahia contribuiria com 80 mil cruzados anuais, Rio de Janeiro 26 mil, Pernambuco 25 mil, São Paulo 4 mil, Paraíba 3 mil cruzados e Itamaracá 2 mil. A cobrança foi iniciada em agosto de 1662 e teria prosseguido até 1725, sofrendo algumas alterações de valor durante sua vigência. Para mais informações sobre a cobrança desses donativos ver: FERREIRA, Letícia dos Santos. *É pedido, não tributo. O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a paz de Holanda (Portugal e Brasil c.1660-c. 1725)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2014 *passim*, os dados sobre o valor das contribuições foram retirados da tabela 1 localizada na p. 89.

Sacramento¹²⁴. Ademais, se a quitação das parcelas do acordo seria satisfeita com o sal de Setúbal por que a Coroa não liberou os vassallos brasileiros do pagamento do donativo?

O anseio de aumentar as receitas régias pode ser a justificativa para a manutenção do tributo. Mas fosse qual fosse a motivação, durante as últimas décadas do século XVII o donativo onerou os moradores do Brasil, fazendo parte da carga tributária até meados de 1725. Portanto o ônus do processo de paz com as Províncias Unidas foi financiado também pelos produtos do Brasil, podendo dessa forma ser visto como um esforço que mobilizou cabedais de todas as regiões do Império Português.

1.4 – As manufaturas como estratégia de fomento da economia do Reino

Em 08 de junho de 1668, o príncipe regente promulgou legislação que pretendia “atalhar a grande demasia e excessos que há nos trajés, vestidos, guarnições e outras coisas e feitios deles”, que vinham deixando “os meus vassallos desse Reino tão atenuados de seus patrimônios e com tanto empenho que mal podem com suas rendas acudir ao precisamente necessário”¹²⁵.

Leis desse tipo, conhecidas como pragmáticas, eram comumente utilizadas pelos reis portugueses¹²⁶ como forma de tentar conter os excessivos luxos das classes mais abastadas. Porém, no governo de D. Pedro, elas foram também utilizadas como instrumento de proteção às manufaturas do Reino. Destinavam-se principalmente aos tecidos que faziam parte de um plano de fomento da produção nacional promovido pelo príncipe regente e seus ministros.

Foram promulgadas durante o governo de D. Pedro ao menos 4 pragmáticas. A de 1668, anteriormente citada, teria sido a primeira. A publicada em 25 de janeiro de 1677 é a que dá início a política de proteção da produção nacional, ou ao menos nos dá mostras que o fomento das fábricas do Reino era de fato um projeto da Coroa. As manufaturas portuguesas são citadas 3 vezes no documento:

1) ao determinar as vestimentas que as mulheres poderiam usar, fica explicitado que “as mulheres possam trazer guarnição de seis dedos de largura, não sendo dos gêneros acima proibidos, e poderão ser de rendas feitas no Reino, e da mesma largura”;

¹²⁴ Para mais informações sobre o uso dos recursos do donativo ver FERREIRA, *op. cit.*, 2014 pp. 118-138.

¹²⁵ SILVA, *op. cit.*, 1856a pp. 147-149.

¹²⁶ No preâmbulo da legislação de 1668 fica claro que era costume em Portugal editar essas leis “sem para se emendar bastem as repetidas pragmáticas, e leis que os reis meus antecessores fizeram, e particularmente o senhor rei Dom João IV meu pai”. *Idem* p. 147.

2) “nenhuma pessoa se poderá vestir de pano, que não seja fabricado neste Reino, como também se não poderá usar de voltas de renda, cintos, talins, boldreis, e chapéu, que não sejam feitos nele”;

3) mesmo os uniformes dos criados deveriam ser confeccionados com tecidos produzidos em Portugal “as librés que de novo se fizerem, dos cocheiros, liteireiros, lacaios e mochilas, não poderão ser de nenhum outro gênero, que não seja de pano feito no Reino¹²⁷”.

A pragmática de 1677 permitia apenas o uso de tecidos fabricados no Reino a única exceção era feita aos produtos provenientes da Índia: “porém não se compreendem nesta proibição as sedas, fitas, bordados, guarnições de prata, ou ouro fino, ou falso prateados ou dourados, que vierem da Índia, obrado tudo e feito naquele Estado, e sendo manufaturas da Ásia, porque de todas essas coisas se poderá usar livremente”¹²⁸.

A permissão aos produtos asiáticos pode ser explicada por um processo de reestruturação do comércio do Estado da Índia, iniciado na década de 1670, que visava além dos lucros garantir o controle das possessões orientais que haviam restado a Portugal depois da guerra com as Províncias Unidas.

Essa reestruturação surgiu da crença fundamental que as restantes possessões orientais, se devidamente administradas, em conjunto com o desenvolvimento da rica região da bacia do Zambeze, em Moçambique, poderiam servir de base para um estado rentável e viável. Em 1672, foi declarado que a costa leste da África passaria a ser uma zona de livre comércio, para todos os portugueses que desejassem enviar navios para aquela região. O vice-rei da Índia Luís de Mendonça Furtado argumentou que os ganhos alfandegários com o livre comércio não compensariam as perdas geradas pelo fim do monopólio da Coroa sobre o comércio. Para garantir a manutenção sobre o monopólio das mercadorias mais valiosas, em 1673 foi criado o Tribunal da Junta do Comércio de Moçambique e Rios. As mercadorias mais lucrativas, incluindo o marfim, metais preciosos, tecidos, pólvora e armas de fogo continuaram como estanco da Coroa, e deveriam ser negociadas sob a supervisão da Junta. Já os produtos menos valiosos poderiam ser negociados por comerciantes privados. Entre as medidas para promover o comércio das Índia insere-se uma política de incentivo ao envio de navios para Goa. Entre 1668 e 1682 foram feitas 31 viagens entre Lisboa e Goa, das quais 30 teriam sido bem-sucedidas. Durante o mesmo período saindo de Goa com direção a Lisboa foram 28 viagens das quais 23 tiveram sucesso. Nos 14 anos compreendidos entre 1668 e

¹²⁷ SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1675-1683 e suplemento a segunda série 1641-1685*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1857 pp. 25-27.

¹²⁸ *Idem* p. 25.

1682 houve em média 2 viagens por ano, na rota Lisboa-Goa. O que representou um significativo incremento se considerarmos que entre 1653 e 1663 houve, em média, apenas 1 viagem por ano na rota¹²⁹.

A permissão concedida pela pragmática de 1677 tornava mais atrativo o investimento de particulares nas viagens à Índia já que os produtos de luxo vindos da Ásia teriam exclusividade no mercado português, incentivando assim a retomada do comércio com aquele estado.

A terceira pragmática, promulgada em 09 de agosto de 1686, manteve a autorização para a comercialização dos tecidos da Índia. Porém, deixa claro que a permissão se entendia apenas aos panos “que venham navegados nas naus da carreira e sejam despachados na casa da Índia”, e aos “panos de grãa, que vierem de fora do Reino à alfandega de Lisboa para se navegarem para a Índia”. A legislação mantinha a proibição ao uso de “todo gênero de chapéus que não forem fabricados nestes Reino”, liberava o uso de “fitas lavradas, ou lisas, sendo fabricadas dentro do Reino”. Encontramos ainda nela expresse o empreendimento régio de fomentar a manufatura portuguesa “e porque tenho mandado dar nova forma as fabricas do Reino, para com elas se suprir o que for necessário a meus vassalos, proíbo que se não possa usar de nenhum gênero de panos negros ou de cor, não sendo fabricados dentro do Reino”¹³⁰.

Em 28 de setembro de 1688, foi expedido alvará que aumentava a lista de tecidos proibidos de comercialização em Portugal. Foram incluídos os panos de lã com ornamentos em relevo, conhecidos como droguetes, “que da publicação deste alvará em diante se não possa usar nestes meus reinos e senhorios dos ditos droguetes-panos, nem serão despachados nas alfandegas do Reino”. A proibição se justificava “pela utilidade e conveniência, que resulta a meus vassalos de se gastarem somente os panos fabricados no Reino”¹³¹.

Em 05 de agosto de 1688, havia sido expedido outro alvará que também alterava a pragmática de 1686, permitindo o uso das “rendas bordadas, e de ponto de Veneza” desde que

¹²⁹ As reformas empreendidas no Estado da Índia tiveram um considerável sucesso, podemos encontrar uma evidência disso no orçamento do ano de 1680 que apresentou um superávit de 271.164 xerafins em oposição a um déficit de 158.180 xerafins em 1630. Para mais informações sobre a política comercial de D. Pedro para as possessões do oriente ver: AMES, Glenn J. Pedro II and the ‘Estado da India’: Braganza Absolutism and Overseas Empire, 1668-1683. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin Press, v. 34, n. 2, pp. 1-13, inverno de 1997. Segundo apresenta-nos MONT SERRATH, *op. cit.*, 2013 p. 214 os 271 mil xerafins valeriam algo entornado de 81.000.000 réis ou 202.500 cruzados.

¹³⁰ SILVA, *op. cit.*, 1859 pp. 64-65.

¹³¹ *Idem* p. 169. Segundo Magalhães (1967) a proibição aos droguetes foi necessária pois os comerciantes ingleses que não conseguiram ser excetuados da aplicação da pragmática “começaram a enviar para o mercado português grandes quantidades de droguetes panos que pareciam não ser abrangidos pela legislação proibitiva”. MAGALHÃES, José Calvet. *História do pensamento económico em Portugal: da Idade-Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas, 1967 p. 159.

fossem brancas. A legislação trazia ainda orientações específicas sobre o corte das roupas, para “se evitarem os gastos, que nascem dos novos costumes que cada dia se introduzem”¹³².

Apesar da proibição ao uso de chapéus de fora do Reino, muitas pessoas continuavam a utilizar esses produtos “dizendo que são obrados no Reino”. Para mitigar esse problema, foi expedido alvará em 15 de novembro de 1690 que além de proibir a compra e venda de “chapéus de castor, bigunia e chamorro (que são as três qualidades de chapéus de fora), senão sendo obrados no Reino”, determinava que os fabricados em Portugal fossem marcados “com duas marcas das armas reais”. Além disso, deveriam receber a marca particular do mestre que os tivesse fabricado “imprimida de fogo na cintura do chapéu também pela parte de fora”¹³³.

Em 09 de janeiro de 1692, a promulgação de uma alteração à pragmática de 1686 dá-nos os primeiros indícios de que a política de fomento às manufaturas nacionais não estava tendo os resultados esperados, ao menos na fabricação de chapéus de castor e dos panos pretos, “pois procurando-se com todo o cuidado o aumento das fabricas, se não pode reduzir a termos, que se fizessem com a abundância de que se necessitava, seguindo-se da falta dos gêneros maior despesa e descômodo a meus vassalos”. A partir da publicação desse novo alvará a pragmática foi parcialmente revogada “em quanto a proibição dos chapéus de castor, e colbaques finos, e panos negros de fora do Reino”, foi liberada também a entrada de louças e vidros de fora¹³⁴.

A quarta pragmática promulgada por D. Pedro II foi expedida em 14 de novembro de 1698. Essa era uma síntese de toda a legislação publicada sobre o tema durante seu governo. O uso dessas leis como mecanismo de proteção das fabricas nacionais já estava bastante enfraquecido, dado as liberações de importações de chapéus, panos pretos e outros produtos concedidas em 1692. Com isso, a nova pragmática fazia menção aos produtos do Reino em apenas um de seus artigos: “hei por proibidos todos os panos de cor, fabricados fora do Reino; e da mesma sorte os droguetes-panos de cor; e somente se permitem os panos de grãa, que vierem de fora do Reino, para se navegarem para a Índia mas não para se usar deles no Reino”. Quanto aos produtos vindos da Ásia, a autorização para a entrada na alfândega de Lisboa foi restrita apenas a um tipo de tecido fino indiano conhecido como lós¹³⁵.

¹³² *Idem* p. 165.

¹³³ *Idem* p. 253.

¹³⁴ *Idem* p. 271. Em 05 de março de 1692 um decreto dispensou da proibição imposta pela pragmática “os chapéus de meio castor, e todos aqueles que por serem fabricados com alguma parte dele, se costumam chamar de castor”. SILVA, *op. cit.*, 1859 p. 276.

¹³⁵ *Idem* pp. 419-421.

Em julho de 1702, foi expedido um alvará criando novas regras para a fiscalização dos desvios da pragmática. Ordenava que os oficiais da justiça percorressem os bairros e distritos sob sua jurisdição apurando quaisquer denúncias de descumprimento das normas, e aplicassem as sanções devidas¹³⁶. Voltava assim a pragmática a ser apenas um instrumento de controle do consumo da sociedade, como havia sido a expedida em 1668¹³⁷, e perdia a atribuição que, por poucos anos, teve de ser um mecanismo para proteção da manufatura nacional. Essa mudança de rumos, em grande medida, deve-se ao fato dos setores produtivos não terem se desenvolvido suficientemente para atender a demanda do mercado interno.

Mas quais manufaturas estiveram no centro das ações régias empreendidas no período? O foco principal da estratégia de fomento das manufaturas esteve no setor têxtil, mais precisamente na produção de tecidos de seda e lã. Contudo, antes de uma política clara de incentivo as manufaturas desse setor implementada por D. Pedro, houve ações isoladas de promoção da industrial nacional. Dentre elas, podemos citar o fomento da indústria do ferro e do estanho durante a Guerra da Restauração e da produção de linho em Coimbra¹³⁸.

Dando início às ações empreendidas durante o governo de D. Pedro em 1670, vidraceiros venezianos prestaram assistência técnica a dois comerciantes portugueses para a construção em Lisboa de um forno para a produção de vidro. Em 1671, um mestre tecelão e oito trabalhadores especializados de Ruão entraram em Portugal, e se estabeleceu uma tecelagem em Estremoz no Alentejo, região próxima à fronteira com a Espanha, que produzia lãs de excelente qualidade, e possuía água em abundância, recurso indispensável para a indústria têxtil. No ano seguinte, quatro chapeleiros parisienses entraram em Portugal e ajudaram a estabelecer uma fábrica de chapéus de pele de castor. Os franceses não ficaram muito tempo a frente do empreendimento, pressões do governo de seu país os obrigaram a regressar à França¹³⁹.

¹³⁶ SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1701*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d. p. 37.

¹³⁷ A pragmática de 1668 não trazia quaisquer referências as manufaturas do Reino, poder-se-ia como faz Rossini (2010) classifica-la no mesmo grupo das outras, expedidas durante o governo de D. Pedro. Contudo a nosso ver isso seria um erro, acreditamos que a primeira pragmática promulgada pelo ainda príncipe regente explicasse como uma tentativa de controlar o consumo da sociedade que visava uma diminuição de importações, essa não pode ser considerada como fomentadora da manufatura nacional pois não havia ainda um planejamento nesse sentido. Portanto houve no período dois tipos de pragmáticas as que além de limitar o consumo protegiam as fabricas do Reino e as que apenas limitavam o consumo, no primeiro grupo temos as leis promulgadas em 1677, 1686 e 1698 enquanto que no segundo grupo teríamos apenas a de 1668. ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. As pragmáticas portuguesas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa. *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, n. 22, 2010 pp. 122-123.

¹³⁸ HANSON, *op. cit.*, 1983 p. 184.

¹³⁹ *Idem* pp. 184-185.

Notamos que, antes de ser promulgada a pragmática de 1677, já estavam em curso ações de fomento da manufatura nacional. Mas foi a partir desse ano que as mais significativas medidas foram colocadas em prática.

Naquele ano, um francês chamado Roland Duclos recebeu os direitos de produção de seda em Lisboa. A sericultura existia em Portugal desde o século XIII, porém a produção de seda diminuiu muito devido a entrada de tecidos a preços mais baixos no país com a expansão comercial. A sericultura ficou restrita a região de Trás-os-Montes. O empreendimento de Duclos se desenvolveu rapidamente e em 1679, a fábrica já contava com 50 teares ingleses em operação. A maioria desses equipamentos era operado por estrangeiros. Apesar da operação dos teares estar sob controle de trabalhadores especializados vindos de outros países, a fábrica empregava por volta de 300 portugueses na embobinação da seda. Além da fábrica, foram abertas em Lisboa duas lojas, de propriedade de comerciantes portugueses, que vendiam a produção¹⁴⁰.

Para operar a fábrica, precisava de matéria-prima e ações foram tomadas para garantir a provisão do insumo. Em 06 de outubro de 1676, provisão do Conselho da Fazenda fixava em 500 réis o valor a ser pago pela folha da amoreira. Em outubro de 1677, foi dada ordem a câmara de Lisboa para que fossem plantadas amoreiras em todos os locais possíveis. Em 4 de dezembro, o Marquês de Cascais recebeu instruções semelhantes. Na década de 1680, o esforço para promover a sericultura continuou, com D. Pedro financiando com recursos particulares a instalação de uma fábrica de seda na vila de Tomar. Em 1683, um parente de Roland Duclos firmou um contrato de 10 anos para acabamento e tinturaria nos tecidos de seda¹⁴¹.

A outra atividade têxtil que foi alvo de esforços durante o período foi o fabrico de tecidos de lã. Em 1668, quando D. Pedro assumiu o governo, a maior parte das lãs utilizadas em Portugal vinham da Inglaterra ou Holanda. Em 1676, Covilhã já era um dos três principais centros de produção lanífera, os outros dois eram Estremoz e Portalegre. D. Pedro nomeou como juiz de fora de Covilhã a Gonçalo da Cunha Vilas Boas, com a missão de desenvolver a produção de lanifícios mais baratos e úteis como as baetas e sarjas. Em 1677, um grupo de três comerciantes portugueses adquiriu o monopólio da produção de tecidos em Covilhã, deveriam instalar 10 teares e levar artífices estrangeiros para orientar a fabricação dos panos.

¹⁴⁰ *Idem* pp. 186-187.

¹⁴¹ *Idem* e MAGALHÃES, *op. cit.*, 1967 p. 158.

Pela tradição da região na indústria de lanifícios, a nova fábrica sofreu com a repulsão dos produtores já estabelecidos¹⁴².

Em dezembro de 1677, quatro teares estavam em funcionamento na fábrica de Covilhã e 11 artesãos ingleses eram responsáveis pela operação dos mesmos. Contudo, verificou-se que não havia especialista em acabamento e tinturaria entre esses profissionais para completar o fabrico das baetas e sarjas. Em fevereiro de 1678, após esforços da Coroa foram levados para a fábrica 3 técnicos: um fisoeiro, um tintureiro e um mestre especializado em todas as fases da produção de lanifícios. Infelizmente, esses técnicos não se mostraram tão competentes como o esperado. Apesar desses contratemplos iniciais, a produção de lanifícios prosperou em Covilhã. Em 1680, havia 17 teares em funcionamento, empregando um total de 415 pessoas em todas as fases da produção. Em 1684, houve uma tentativa de instalar uma grande fábrica de lanifícios em Tomar, localidade que em 1680, contava com 5 manufaturas de tecidos de lã, mas não há indícios de que o plano tenha se concretizado¹⁴³.

Além da indústria têxtil, a mineração, a metalurgia e a construção civil também receberam incentivos durante o governo de D. Pedro. Os principais produtos de mineração eram: ferro, estanho e chumbo. O estanho era utilizado no processo de fundição do ferro enquanto que o chumbo era empregado na produção de artigos bélicos. Em 1680, teve início o trabalho em ferro forjado e a fabricação de pregos em Lisboa. No mesmo ano teria sido fundada a fundição de Machuca, e em 1687 e 1692, os centros de produção metalúrgica de Tomar e Figueiró dos Vinhos foram reorganizados e um centro de fundição de armamentos instalado em Arega. A promoção da construção civil deu-se principalmente em Lisboa¹⁴⁴.

A prioridade nas indústrias de lã, seda e ferro justifica-se pois todas dependiam de matérias-primas que podiam ser obtidas dentro das fronteiras lusitanas¹⁴⁵, diminuindo assim a dependência do mercado externo, fator que era primordial para o equilíbrio das finanças do Reino. O insucesso da empreitada, que pode ser constatado pela liberação das manufaturas estrangeiras a partir de 1692, não diminuiu seu caráter programático nem lhe furta o posto de primeiro surto industrializante de Portugal.

¹⁴² HANSON, *op. cit.*, 1983 pp. 188-191.

¹⁴³ *Idem* pp. 191-193.

¹⁴⁴ *Idem* pp. 196-197. Segundo Lourenço (2010) foram várias as obras empreendidas em Lisboa “planearam-se ainda alargamentos de estradas, nomeadamente da Rua do Ouro e da Rua da Prata, uma nova casa da salga, um posto de pagamento para a cobrança da décima e a reconstrução de um matadouro no Bairro Alto.” Além disso destaca-se a construção e reparação de chafarizes como a Bica da Fontinha em 1685. Alguns projetos ficaram por fazer “um deles foi a proposta datada de 1688, tendente a construção de um aqueduto em Lisboa, que ganha novo folego em 1700, mas que adquire, apenas, a devida materialização no reinado de D. João V”. LOURENÇO, Maria Paulo Marçal. *Dom Pedro II, o pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Temas & Debates, 2010 pp. 308-309.

¹⁴⁵ *Idem* p. 199.

Um importante escrito econômico do final do século XVII pode ter sido o responsável por incentivar, não apenas o plano de promoção das manufaturas do Reino, como também a estratégia de revitalização da indústria açucareira e diversificação da pauta de exportações da colônia, sobre as quais falaremos nos capítulos seguintes.

1.4.1 – O discurso de Duarte Ribeiro de Macedo

Macedo nascera em Lisboa em 1618, cursou filosofia na Universidade de Évora e direito em Coimbra. Teve uma brilhante carreira judicial, que culminou com sua nomeação, em 1664, para o cargo de desembargador da Casa de Suplicação. Em 1668, foi designado como enviado extraordinário em Paris, posto que ocupou até 1677. No ano de 1675 quando ainda desempenhava sua atividade de embaixador em Paris, escreveu o *Discurso sobre a introdução das artes no Reino*¹⁴⁶.

Duarte inicia o discurso citando que o mesmo foi escrito, atendendo a um pedido feito por um alto personagem português: “diz-me Vossa Mercê que está lastimoso o comércio do Reino, porque as nossas mercadorias, por falta de valor, não têm saca, e que os estrangeiros, para se pagarem das que metem no Reino, levam dinheiro”¹⁴⁷.

Segundo correspondência, datada de 03 de novembro de 1675, o personagem que teria solicitado a Duarte a elaboração do parecer fora Francisco Correa de Lacerda¹⁴⁸.

Quando solicitou a Duarte a confecção do parecer, Lacerda ocupava o cargo de secretário de Estado de D. Pedro, função que exerceu entre os anos de 1669 e 1679. Mas seus serviços ao príncipe tinham iniciado quando esse ainda era infante. Em junho de 1662, Lacerda foi designado para assumir o cargo de mestre na Casa do Infantado. Onde passou a ser responsável pela educação de D. Pedro¹⁴⁹.

O fato de uma figura que fazia parte do centro das decisões políticas de Portugal, ter solicitado a elaboração do parecer a Duarte, nos leva a crer que as ideias contidas na obra influenciaram em alguma medida as ações empreendidas pela Coroa nas últimas décadas do século XVII.

O *Discurso* foi influenciado não apenas pelo pensamento mercantilista francês, e pela obra administrativa de Colbert, ministro de Luís XIV que colocou em prática um plano de

¹⁴⁶ MAGALHÃES, *op. cit.*, 1967 pp. 258-259.

¹⁴⁷ SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924 p. 243.

¹⁴⁸ MAGALHÃES, *op. cit.*, 1967 p. 259.

¹⁴⁹ *Idem* e LOURENÇO, *op. cit.*, 2010 pp. 48-49.

desenvolvimento das manufaturas francesas, mas também por autores britânicos. Com isso a obra era uma síntese do pensamento mercantilista europeu de sua época¹⁵⁰.

Ribeiro de Macedo defende que, dada a conjuntura econômica do Reino, a única forma de evitar o dano, da constante saída de dinheiro, era introduzir em Portugal a manufatura dos produtos que eram importados a altos preços, como os têxteis¹⁵¹.

Antes, contudo, de chegar a essa conclusão o autor cita que o mal da saída de dinheiro, poderia ser curado com as drogas do Brasil caso, “elas fossem bastantes para pagar aos estrangeiros o preço de todas as fazendas que recebemos deles – como, por exemplo, se recebêssemos 4 milhões e tivéssemos 4 milhões em drogas com que os satisfazer”. Mas esse não era o caso pois, segundo o autor, as importações de mercadorias manufaturadas superavam as exportações dos produtos agrícolas do Brasil. Uma das razões que levaram a essa conjuntura, foi a concorrência no mercado internacional de alguns produtos, como o açúcar: “a baixa e falta de saca dos nossos açúcares não procede só da carestia deles, mas das fábricas que os ingleses, holandeses e franceses tem nas ilhas da América, e a diminuição dos preços dos nossos, junto com sua bondade, lhes facilita a saca”¹⁵². Diminuir os preços do açúcar seria então uma solução para o problema, dada a melhor qualidade do produto brasileiro.

Nos próximos capítulos, demonstraremos que a política de criação e consolidação das fontes de receitas régias implementadas no Brasil, tinham um fundamento econômico. Apesar de, no ultramar, não estar focada no desenvolvimento de manufaturas, e sim na diversificação da pauta de exportação de produtos agrícolas e revitalização da indústria do açúcar, em ambos os casos as ações estavam amparadas pelo discurso econômico da época. Desenvolver os frutos do Brasil seria uma forma de aumentar as receitas régias e consequentemente diminuir a saída de moeda do Reino.

¹⁵⁰ MAGALHÃES, *op. cit.*, 1967 p. 261. Nesse trabalho quando utilizarmos o termo mercantilismo, o faremos baseado na interpretação dada por Heckscher (1983) a esse conjunto de ideias econômicas. Segundo o autor nunca houve uma escola mercantilista, o termo mercantilismo refere-se a uma fase da história das ideias econômicas. Refere-se ainda, a um conjunto de políticas econômicas, que eram colocadas em prática pelos governos no período pós Idade Média, essas já no final do século XVII encontravam uma significativa coesão, eram harmônicas e coerentes. O Estado figurava como sujeito e objeto das políticas mercantilistas, as ações econômicas defendidas pelos pensadores do mercantilismo estavam sempre voltadas para o fortalecimento do Estado, a ação centralizadora seria, portanto, uma característica desse sistema econômico. HECKSCHER, Eli F. *La Epoca Mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983 pp. 3-14.

¹⁵¹ SÉRGIO, *op. cit.*, 1924 p. 270.

¹⁵² *Idem* pp. 248-249.

Como veremos nos próximos capítulos a Coroa teve sucesso em algumas das medidas colocadas em prática, se muitas vezes essas ações não recebem da historiografia o destaque que merecem é porque acabaram embrumadas pelo brilho do ouro brasileiro.

Capítulo 2 – A conjuntura da indústria açucareira nas últimas décadas do século XVII

Quando assumiu a administração do Reino em 1668, o então regente, D. Pedro deparou-se com uma conjuntura de severa queda nos rendimentos da indústria açucareira do Brasil. Os problemas enfrentados pelos senhores de engenho eram do conhecimento das autoridades de Lisboa. O preâmbulo de uma carta régia encaminhada ao governador geral confirma essa afirmação:

E parecendo fortemente que os danos do comércio tenham a causa conhecida na carestia dos preços e no vício e falsidade com que se fabricavam os açúcares com que era preciso dar-se tal forma e providência que no preço dos gêneros houvesse moderação e na fábrica dos açúcares verdade porque enquanto assim não fosse não teriam conta aos estrangeiros e cresceriam os danos do comercio até a sua última e total ruina [...]. (*Carta de Sua Majestade sobre a lei dos açúcares e taxa dos gêneros de Portugal*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 162-164)

Depois de um período de prosperidade vivenciado no início de século XVII, com o aumento da demanda europeia permitindo que o açúcar fosse comercializado a altos preços, a indústria açucareira do Brasil enfrentava uma situação bastante caótica. A lucratividade esperada com a alta dos preços atraía novos produtores ao mercado, não apenas na colônia – onde houve a construção de um significativo número de novos engenhos –, mas também com outras nações iniciando a produção de açúcar, objetivando suprir as necessidades de seus mercados internos.

O aumento do número de concorrentes refletiu-se num rápido incremento da oferta de açúcar, forçando uma redução nos preços. Com seu produto desvalorizado e os custos de produção cada vez mais altos, os senhores de engenho estavam endividados. A falta de moeda circulando no Brasil agravava ainda mais o problema. Sem recursos monetários para pagar as dívidas contraídas, os produtores eram forçados a fechar acordos de venda do açúcar antes mesmo da safra, o que ocasionava significativos prejuízos. Para compensar a queda nos preços, muitos produtores passaram a misturar açúcares de baixa qualidade com os de qualidade superior, que eram vendidos por melhores preços. Essa prática estava arruinando a reputação do açúcar brasileiro na Europa e causando o “prejuízo dos compradores, do comércio e do Reino”¹⁵³.

¹⁵³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 167-169.

Através de relatos da época, demonstraremos que os produtores baianos tinham conhecimento da mudança na estrutura do mercado internacional do açúcar, e creditavam a conjuntura adversa à competição antilhana. Sem meios de afetar o mercado internacional, as políticas régias empreendidas no período tinham que estar voltadas para a produção interna, como veremos no capítulo seguinte.

Centramos nossa análise na Bahia, pois essa era a principal região produtora de açúcar da colônia no final do século XVII. Havia ao menos mais duas importantes regiões produtoras – Rio de Janeiro e Pernambuco – cada qual com suas especificidades, sendo por isso afetadas pela conjuntura adversa da indústria açucareira, em diferentes graus e formas.

2.1 – A crise da indústria

Discorrendo sobre a conjuntura adversa da indústria açucareira, Ferlini (2003) argumenta que “o movimento de regressão secular, notável em alguns mercados europeus desde 1619-1622, começou a atingir a produção açucareira depois de 1650”¹⁵⁴. Segundo interpretação da autora teria a crise, que afligia a Europa no século XVII, cruzado o Atlântico e mostrado seus efeitos sobre o mercado açucareiro do Brasil, para Ferlini (2003) os problemas enfrentados pelo açúcar brasileiro não estiveram ligados “diretamente à concorrência antilhana, mas à própria reestruturação dos mecanismos de mercado durante o século XVII”¹⁵⁵ já que houve uma “diminuição geral da procura do açúcar, em momento crítico da econômica mundial”¹⁵⁶.

Para Menz (2013) “a causa estrutural da crise no Nordeste seria a redução secular dos preços, motivada pela queda da demanda europeia”¹⁵⁷. A crise enfrentada no Nordeste seria um desdobramento “da crise geral do século XVII” e essa teria chegado até a colônia através da “escassez de moeda sentida primeiramente no centro metropolitano”¹⁵⁸.

Apesar dessa conjuntura adversa vivenciada pela indústria açucareira na segunda metade do século XVII, assim como Menz (2013) acreditamos não ser possível, dado as especificidades regionais, afirmar que todas as regiões produtoras de açúcar enfrentaram os mesmos problemas e com a mesma intensidade. Isso porque em muitos documentos que

¹⁵⁴ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003 p. 98

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ *Idem* p. 100.

¹⁵⁷ MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, 2013 p. 44.

¹⁵⁸ *Idem* p. 48.

consultamos para elaboração desse trabalho, tanto Pernambuco como Rio de Janeiro, são citadas por possuírem uma estrutura produtiva diferente daquela da Bahia¹⁵⁹.

Tanto Ferlini (2003) como Menz (2013) defendem que a crise do setor açucareiro baiano foi um reflexo da crise geral do século XVII, que teria gerado uma retração na demanda europeia pelo produto. Creditam, portanto, a diminuição dos preços à redução da procura pelo açúcar. Pretendemos demonstrar, ao longo desse capítulo, que apesar dos grandes prejuízos causados na economia da Europa pela crise do século XVII, essa não foi responsável pela recessão do mercado açucareiro da Bahia.

A demanda europeia por açúcar estava se ampliando durante o século XVII, por isso nas primeiras décadas da centúria foi possível manter o preço do açúcar alto. Pelo mesmo motivo, outras nações europeias iniciaram suas lavouras de cana nas Antilhas. Consideramos que não seria plausível o empenho de ingleses, franceses e holandeses na produção, se esses não dispusessem de uma demanda, ao menos presumível, para seus produtos. Ademais, ter uma balança comercial favorável, exportando mais do que importando, era um dos princípios fundamentais do mercantilismo. Portanto a entrada de novos concorrentes no mercado internacional do açúcar não pode ser vista apenas como uma tentativa de apropriação de parte dos lucros desse comércio, mas sim como uma política que visava reduzir as saídas de moeda dos países, garantindo o abastecimento de seus mercados com o produto mais barato.

Godinho (1953) nos mostra que de fato a produção de açúcar nas Antilhas foi a responsável pela diminuição dos preços do produto. O autor credita aos holandeses o início da lavoura de cana-de-açúcar “nos meados do século XVII, os holandeses, expulsos do Nordeste do Brasil onde se queriam assenhorear do açúcar, do tabaco e do gengibre, transplantam as técnicas brasileiras para as Pequenas Antilhas. Os Franceses e ingleses [...], igualmente se aproveitam desta transplantação de técnicas”¹⁶⁰. A partir da implantação dessa produção de açúcar no “Mediterrâneo Americano”:

Os produtos portugueses vêm-se expulsos dos mercados franceses, ingleses e holandeses. É verdade que ingleses, franceses e holandeses ainda carregam açúcar e tabaco em Lisboa, mas é para os venderem noutras partes: os seus mercados nacionais propriamente ditos estão perdidos para os portugueses. E é cerca de 1670 que esta falta se começa a fazer sentir em Lisboa. As existências acumulam-se nos armazéns; os produtos não se vendem; vende-se por preço inferior ao do custo; e não só isso, **mas também queda dos**

¹⁵⁹ Sobre a estrutura do mercado de açúcar do Rio de Janeiro durante o século XVII ver: ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, v. 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda/Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, *passim*.

¹⁶⁰ GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 3, 1953 p. 74.

preços porque a oferta aumenta muito mais rapidamente que a procura. (GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 3, 1953 p. 74, grifo nosso)

Com a entrada de concorrentes no mercado internacional do açúcar, a exclusividade que o produto brasileiro gozava em alguns países foi perdida. Com isso qualquer retenção ou diminuição da oferta do produto, visando afetar os preços, não podia mais ser implementada, já que oscilações na oferta podiam ser supridas (ao menos em períodos de paz) pelo produto antilhano.

Afirmar que o foco das políticas régias foi nas variáveis do mercado produtor interno não é o mesmo que dizer que a crise tenha se iniciado na colônia. Essa sem dúvida foi agravada por fatores internos, mas, surge de uma reestruturação do mercado internacional do açúcar, num momento em que o número de produtores aumentou, visando suprir a demanda que igualmente se ampliava. Houve uma crise de oferta e não de demanda como defendem Ferlini (2003) e Menz (2013).

Os consumidores do açúcar brasileiro eram predominantemente europeus, portanto as variáveis que influenciavam seu preço não eram as mesmas que agiam sobre o preço dos alimentos, produzidos para consumo do mercado interno. Quando havia aumento no valor dos insumos os produtores de, por exemplo, farinha de mandioca podiam repassar essa variação ao montante pago pelos consumidores do produto, sem risco de perder rendimentos, já que a oferta no mercado interno era restrita. Os senhores de engenho não tinham esse benefício, como sua produção era voltada para o mercado externo, a fixação de preços dependia da disponibilidade de açúcar na Europa. Para conseguir ganhos com a produção tinham que operar com custos baixos visando garantir a competição no mercado internacional.

Acreditamos que uma análise da crise que valorize a ótica dos fatores internos é possível, apenas, para produtos que fossem predominantemente consumidos na capitania, o que não era o caso do açúcar. Pois como nos alerta Mauro (1989) não é a produção de açúcar que é dominante, mas o comércio do produto ligado ao mercado europeu¹⁶¹.

Uma análise da crise que dá grande ênfase aos fatores internos é feita por Salles (2014), afirma o autor que “embora, acreditemos que o excessivo valor dado ao fator externo tenha limitado a interpretação do período, não negamos a existência deles. Mas, dar tanto valor às influências do mercado externo dentro da colônia é uma retrospectiva das

¹⁶¹ MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989 p. 268.

interpretações modernas acerca das crises econômicas atuais.”¹⁶². Acreditamos que analisar a produção sem considerar o mercado consumidor é focar em apenas parte do problema, como o mercado do açúcar era externo ressaltar essas variáveis nos parece inevitável. Ferlini (2003) e Menz (2013) consideram o mercado consumidor europeu em suas análises, contudo creditam a crise ao decréscimo da demanda, o que a nosso ver não condiz com o aumento da produção ocorrido tanto no Brasil como nas Antilhas a partir da segunda metade do século XVII.

Todas as medidas para recuperar o açúcar foram tomadas em um cenário de expansão do número de engenhos na Bahia, e de mudança na estrutura do mercado açucareiro local. Onde novas unidades produtivas menores e mais eficientes que as existentes, até aquele momento na capitania, permitiram que a produção se espalhasse, do Recôncavo para o interior.

2.2 - A estrutura produtiva da Bahia

No início do século XVII o Brasil figurava como maior produtor mundial de açúcar e não enfrentava concorrência significativa no mercado internacional. De 1622 a 1635 os preços do açúcar na Bahia sofreram um aumento de aproximadamente 120%, enquanto a variação dos preços dos produtos produzidos para o consumo local foi de 45%. Após 1635 a tendência de elevação se alterou e o preço do açúcar sofreu uma pequena queda de 7%, enquanto o nível geral de preços subiu quase 40%¹⁶³.

O preço do açúcar branco recebido pelo Engenho Sergipe do Conde entre os anos de 1620 e 1651, corrobora a afirmação do aumento no preço do produto durante a primeira metade do século XVII. Em 1620 o engenho recebia 955 réis pela arroba do açúcar branco e em 1651 ela valia 1.350 réis, representando um incremento de aproximadamente 40%. A alta não foi constante e em alguns anos o preço do açúcar caiu muito, entre 1622 e 1623 a arroba atingiu o nível mais baixo do período sendo cotada à 518 réis¹⁶⁴.

Mesmo com uma tendência de elevação de preços, os lucros na indústria açucareira não eram tão avultados. Essa situação era vivenciada principalmente pelos produtores do mercado baiano, objeto central de nosso estudo, que na década de 1640 sofreram

¹⁶² SALLES, Wesley Dartagnan. *O império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640-1695)* 2014. 251 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Assis, 2014 p. 121.

¹⁶³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 146.

¹⁶⁴ FERLINI, *op. cit.*, 2003 p. 89.

significativas perdas oriundas de vários ataques holandeses. Em um deles, em 1648, 23 engenhos do Recôncavo foram queimados e entre 1647 e 1648, 130 embarcações com açúcar baiano foram perdidas. Além das perdas com os ataques, os senhores de engenho tinham que arcar com os custos da luta contra os holandeses e da proteção da costa do Recôncavo, situações que minguavam ainda mais os lucros¹⁶⁵.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela indústria açucareira, sua relativa prosperidade atraiu investimentos que se materializaram num célere aumento do número de unidades produtivas. Estima-se que em 1614 o Brasil contabilizasse 192 engenhos, passando a 300 em 1624 (um incremento de aproximadamente 56% em apenas 10 anos). A expansão prosseguiu e em 1637, eram 350, chegando em 1710, a 528¹⁶⁶.

A produtividade dos engenhos, no entanto, não cresceu na mesma proporção: em 1614 foram produzidas 700.000 arrobas; 960.000 arrobas em 1624 (aumento de aproximadamente 37%); em 1637 houve uma pequena redução com a produção alcançando as 900.000 arrobas; em 1710 a produção ultrapassa o um milhão de arrobas chegando a 1.295.700¹⁶⁷.

Em pouco menos de um século, entre 1614 e 1710, a produção de açúcar teve um incremento de 85% enquanto o número de unidades produtivas praticamente triplicou, saltando de 192 em 1614 para 528 em 1710, aumento de 275%.

As estatísticas sobre a quantidade de engenhos, e seus níveis de produção, são muito escassas e não há grandes séries históricas. Os poucos dados disponíveis provêm de fontes diferentes, situação que se embaraça ainda mais quando tratamos da segunda metade do século XVII. Para a Bahia, Schwartz (2005) compilou os seguintes dados: em 1610 a capitania contava com 63 unidades produtivas, passando a 84 em 1632, diminuindo para 69 em 1675, e chegando a 146 em 1710¹⁶⁸.

Durante nossa pesquisa encontramos um documento que acreditamos trazer uma importante contribuição para a série histórica do número e produção dos engenhos baianos na segunda metade do século XVII¹⁶⁹.

¹⁶⁵ FERLINI, *op. cit.*, 2003 p. 96.

¹⁶⁶ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 150

¹⁶⁷ *Idem*

¹⁶⁸ *Idem*

¹⁶⁹ O documento em questão trata-se de uma representação datada de 08/09/1660, presente no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino: *Representação do juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro*, AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778. Há uma transcrição do documento publicada por MAURO, Frédéric. *Le Brésil au XVIIe siècle: documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*. Separata de Brasília vol. XI, Universidade de Coimbra: Coimbra, 1961 pp. 289-301.

Em 08 de setembro de 1660, o juiz do povo da Bahia e de dois misteres da cidade¹⁷⁰, encaminharam a Lisboa uma representação onde apresentavam os problemas que os senhores de engenho vinham passando por “não terem cana para moer e se irem acrescentando novos engenhos, com que vai sendo mais evidente a ruína de todos pois é cada vez menos a cana em que sua conservação consiste”¹⁷¹. Segundo os signatários a solução do problema seria a proibição de construção de novos engenhos à beira-mar

E se mostra que o único remédio que tem para se conservarem os engenhos que há e se aumentar a quantidade de açúcar com os que pode haver, é mandar sua majestade por expressa lei que senão faça mais de novo nesta capitania engenho algum marítimo e os que tiverem cabedal para os fundar os façam pelas terras adentro (que há muitas) a imitação dos de Pernambuco, em parte donde não privem por nenhum caso da lenha ou cana de que se aproveitam ou possam aproveitar os marítimos. (*Representação do juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro*, AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778)

As novas unidades produtivas que vinham sendo construídas, na maioria movidas à tração animal, eram conhecidas como engenhocas ou trapiches enquanto os grandes engenhos movidos a água eram chamados de reais. Como relatado no documento não haviam terras litorâneas disponíveis para a construção de engenhos reais, e dado o menor custo de instalação das engenhocas, muitos indivíduos se motivavam a instalá-las.

A capacidade produtiva desses engenhos era diferente: os reais eram capazes de produzir entre 7.000 e 6.000 pães de açúcar, enquanto que as engenhocas entre 4.000 e 2.000 pães anuais. A quantidade produzida por cada unidade é descrita no seguinte trecho do documento:

E por esta causa costumando os engenhos reais fazer cada ano seis e sete mil pães de açúcar, hoje mal passam de quatro e cinco e se as engenhocas faziam quatro mil e mais, são contadas as que chegam a três e quase todas

¹⁷⁰ Assinam a representação o juiz do povo Francisco Ruiz Braga, e dois misteres Antônio de Pinho e Dom Antônio. O juiz do povo era responsável por defender os interesses dos artesãos junto a administração, os misteres exerciam uma atividade análoga defendendo o interesse de diferentes corporações de profissionais. (MAURO, Frédéric. *op. cit.*, 1961 p. 289). Os titulares desses cargos eram eleitos dentre os “artesãos brancos e relativamente bem-sucedidos [...] donos de propriedades e escravos, casados e com filhos.” (KRAUSE, Thiago Nascimento. *De homens da governança a primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia setecentista*. Revista de História, São Paulo, n. 170, 2014, p. 227). Esses homens assistiam na Câmara de Salvador e não eram senhores de engenho nem grandes lavradores de cana, o que concede alguma credibilidade ao documento.

¹⁷¹ AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778 .

ordinariamente muito menos de dois mil. Donde serve com evidencia que nem por haver mais engenhos, se faz mais açúcar antes que por se fabricarem os que se acrescentaram, se arruinaram os que estão perdidos (AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778)

No documento, o juiz do povo e misteres de Salvador, pretendiam apontar “a importância da conservação dos engenhos, a evidente ruína que se tem a todos de se irem acrescentando outros novos, comprovada com as experiências daqueles que por essa causa se tem perdido e atrasado”¹⁷². A experiência dos que foram prejudicados, pelos novos engenhos, é detalhada em um longo trecho, onde os signatários da representação elencam as unidades instaladas e as desfabricadas devido à falta de canas. Pela importância do trecho o transcrevemos:

E discorrendo por todos seja exemplo. Que por não ter Francisco de Araujo de Aragão bastante cana para o seu engenho que fez em Taparica e para o que comprou a seu irmão Baltazar de Aragão por ser de agua desfabricou o de Taparica. Por Antonio de São Costa fazer seu engenho arruinou o de seu irmão Fernão Vaz da Costa que hoje não tem cana alguma por lhe tirar os lavradores que lhe davam. Em Paraguaçu por o capitão Diogo de Aragão Pereira fazer seu engenho ficou fazendo o de Santiago muito menos e se reduziu o da ponta a tão miserável estado que o capitão Antonio Lopes Ulhoa seu dono por se não acabar de perder o vendeu ao mesmo Diogo de Aragão Pereira. E por Pedro Paes Machado fazer outro, tem grande perda Pedro Garcia de Araujo e muito maior a da Capanema. Por Sebastião Brandrão comprar este da Capanema por não ter cana para ambos, desfabricou, e desfez o de seu pai Belchior Brandrão que era real. Por Francisco Ferreira Cocim (com ser o mais rico homem do Brasil) fazer o seu engenho novo da Patatiba desfabricou o seu engenho de Jagoaripe que ainda existe, sendo real, por não ter cana para ambos. Por não ter cana para o que tinha Duarte Lopes Suciro, e para o que de novo comprou a Pedro de Andrade, assim como o comprou, o desfabricou e extinguiu e seu filho Antonio Lopes por não ter canas alheias demais. E por haver feito o capitão Felipe Barbosa outro engenho no seu rio, se resolveu a desfabricar o mesmo engenho que ficou de seu pai, e a fabricar dois no sertão para a cana que lá plantou. Por o capitão Francisco Gil de Araujo fazer engenho na sua fazenda de Seregipe e os capitães Francisco Ferreira Cocim e Cosme de Sá Peixoto na Patatiba e nela da banda de terra outros três engenhos, Damião de Negreiros, Estevam Pereira Bacelar e Francisco de Escobar, tiraram a cana a muitos engenhos do mar que sentirão a perda, como foi o de Bernardim Ferreira Gaspar de Azevedo, da ponta de Taparica, (que está quase perdido) o de Alvaro Rodrigues que o vendeu por não ter cana a Antonio Ferreira de Souza, o de Diogo de Leão que chegou a arrematar-se em praça, o do capitão Filipe de Moura e o de Antonio da Silva Pimentel, que todos se proviam daquelas partes, e dali por diante fizeram muito menos. Na ponta da Cajaíba fez engenho Sebastião Martins, e pela mesma causa se arruinou o de Mayrape que o capitão Paulo Cardoso de Vargas, arrendou, o qual havendo sido um dos ricos lavradores desta capitania pelo arrendar se perdeu por não ter cana e lhe não bastarem as fazendas que tinha. No rio de Pernamirim

¹⁷² *Idem*

estando quase perdido o engenho de Martim Ribeiro pode melhorar com se perder um dos de Estevão de Brito. O que Francisco Barreto de Menezes fez na freguesia de Nossa Senhora do Socorro tem atrasado o de Agostinho de Paredes e fazem menos os do capitão Manuel de Moura Rolim, Diogo Pereira da Silva e Lourenço Barbosa da Franca. E havendo antigamente no rio de Matuim somente o de Cotegipe (que hoje é do secretario deste estado Bernardo Vieira Ravasco) o de Andre Carvalho, Cristovam de Aguiar, João Paes Floriano e Francisco Pereira, se acrescentaram os de Mateus Pereira, Gaspar Pereira, Bartolomeu de Vasconcelos, Hieronimo Muniz, Constantino Pereira de Lacerda, e Gaspar de Araujo. E costumando o de Cotegipe fazer sete e oito mil pães com a vizinhança do de Gaspar de Araujo não faz mais de quatro. Com o de Hieronimo Muniz se acabou de perder o de Constantino Pereira de Lacerda que escassamente moi. Com o de Bartolomeu de Vasconcelos está totalmente desfabricado o de João Paes Floriano (que hoje é do Manoel da Rocha) e com os de Gaspar Pereira e Mateus Pereira se perdeu também quase o de maré (que foi de Mateus Lopes Franco) que costumando fazer seis sete mil pães, com não ser de agua, não chega agora a fazer quatro, e fazem muito menos do que lavravam os de Francisco Pereira, Andre Carvalho e Cristovam de Aguiar. E com o engenho que em Piraja fez Gregorio Mendes fizera muito menos o de Diogo Muniz, se não tivera a muita cana de Diogo Lopes Franco. E o lucro que o mesmo Gregorio Mendes tirou de o fabricar foi rematarem-lho na praça pelas dividas em que se empenhou para o fazer. E comprando depois Estevão de Aguiar está quase perdido pelo haver comprado com ser engenho real de agua, por não ter cana alguma e não lhe bastar a que podia divertir do engenho de Diogo Muniz. (AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778)

Com base nesses dados elaboramos a Tabela 1. Usamos os seguintes critérios para classificar as informações: 1) como não haviam terras livres à beira-mar, onde pudessem ser instalados engenhos reais, consideramos que as novas unidades construídas eram todas engenhocas, fora os casos onde houve expressa indicação do contrário; 2) todos os engenhos vendidos foram considerados como sendo reais bem como os desfabricados, salvo quando houve indicação contrária; 3) Os engenhos antigos foram considerados como reais, exceto em casos onde ficasse claro se tratar de uma engenhoca.

Tabela 1: Relação dos Engenhos da Bahia em 1660

Senhores de Engenho	Reais	Engenhocas	Desfabricados	Saldo
Agostinho de Paredes	1	0	0	1
André Carvalho	1	0	0	1
Antônio da Silva Pimentel	1	0	0	1
Antônio de Sá Costa	0	1	0	1
Antônio Ferreira de Souza	1	0	0	1
Antônio Lopes Ulhoa	1	0	-1	0
Bartolomeu de Vasconcelos	0	1	0	1
Bernardim Ferreira Gaspar de Azevedo	1	0	0	1

Bernardo Vieira Ravasco	1	0	0	1
Constantino Pereira de Lacerda	0	1	0	1
Cosme de Sá Peixoto	0	1	0	1
Cristóvão de Aguiar	1	0	0	1
Damião de Negreiros	0	1	0	1
Diogo de Aragão Pereira	1	1	0	2
Diogo de Leão	1	0	-1	0
Diogo Muniz	1	0	0	1
Diogo Pereira da Silva	1	0	0	1
Duarte Lopes	1	1	-1	1
Estevão de Aguiar	1	0	0	1
Estevão de Brito	1	0	-1	0
Estevão Pereira Bacelar	0	1	0	1
Felipe Barbosa	2	2	-1	3
Felipe de Moura	1	0	0	1
Fernão Vaz da Costa	0	1	0	1
Francisco de Araújo de Aragão	1	1	-1	1
Francisco de Escobar	0	1	0	1
Francisco Ferreira Cocim	1	2	-1	2
Francisco Gil de Araújo	0	1	0	1
Francisco Pereira	1	0	0	1
Francisco Barreto De Menezes	0	1	0	1
Gaspar De Araújo	0	1	0	1
Gaspar Pereira	0	1	0	1
Gregório Mendes	1	0	-1	0
Jeronimo Muniz	0	1	0	1
João Paes Floriano	1	0	-1	0
Lourenço Barbosa da Franca	1	0	0	1
Manuel de Moura Rolim	1	0	0	1
Martim Ribeiro	1	0	0	1
Mateus Pereira	0	1	0	1
Paulo Cardoso de Vargas	1	0	0	1
Pedro Garcia de Araújo	1	0	0	1
Pedro Paes Machado	0	1	0	1
Sebastião Brandão	2	0	-1	1
Sebastião Martins	0	1	0	1
	Reais	Engenhocas	Desfabricados	Saldo
	30	23	-10	43

Fonte: Representação do juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778.

No ano de 1660 teríamos no Recôncavo 43 unidades produtivas, sendo 23 engenhocas e 20 engenhos reais. Considerando as estimativas de produção apresentadas no documento,

esses poderiam produzir no máximo 232.000 pães de açúcar por ano. Com essas informações elaboramos a Tabela 2, que demonstra a estrutura produtiva do mercado açucareiro do Recôncavo:

Tabela 2: Estrutura do mercado açucareiro do Recôncavo em 1660¹⁷³

Tipos de Unidades Produtivas	Quantidade de Unidades Produtivas	Produção por Unidade (em pães de açúcar)	Produção da Indústria Açucareira (em pães de açúcar)
Engenhos Reais	20	7.000	140.000
Engenhocas	23	4.000	92.000
			232.000 (capacidade produtiva)

Com unidades produtivas de pelo menos dois tamanhos dividindo a produção de açúcar na Bahia¹⁷⁴, podemos classificar o mercado açucareiro baiano de finais do século XVII como um oligopólio com concentração relativa. Havia, portanto, competição entre as unidades produtivas, e o debate que se seguiu a representação de 1660 é uma prova disso, como veremos quando tratarmos da lei de distância mínima entre engenhos.

¹⁷³ Para elaborar essa tabela utilizados como base o quadro do *criée au hasard* de LABINI, Paolo Sylos. *Oligopólio e Progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 58.

¹⁷⁴ Considerar que haviam apenas dois tipos de engenhos é uma simplificação teórica da qual nos valem para tentar definir, mesmo que aproximadamente, a produção de açúcar no Recôncavo no ano de 1660. Durante a pesquisa tivemos contato com documentos que demonstram que havia na capitania unidades produtivas de outros tamanhos. Ademais durante o século XVII apareceram alguns inventores com máquinas que prometiam revolucionar a produção de açúcar, o que pode ter diversificado ainda mais as estruturas produtivas dos engenhos. Foi o caso de Belchior da Costa, citado em um documento da Câmara de Salvador de 1626 que alegava ter a mesma Câmara despachado uma petição que proibia que seu invento fosse utilizado por senhores de engenho por dez anos. Em 1656 uma petição de João Lopes Serra foi analisada na Câmara, o requerente alegava poder fazer os engenhos cozerem o açúcar com menos lenha. Em 1693 uma carta régia pedia que o governador-geral do Brasil chamasse a sua presença o inventor Diogo Soares Alemão junto com alguns senhores de engenho e mestres de açúcar com intuito de verificar se seu invento, que se dizia ser capaz de garantir que os engenhos produzissem com menos despesa dos cobres das caldeiras e lenhas, era de fato eficaz (PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944. São Paulo: Editora Nacional, 1982, pp. 228-232). Em agosto de 1663 foi apreciada no Conselho Ultramarino correspondência do agente real nos estados de Holanda, Jerônimo Nunes da Costa. Esse encaminhava carta de Cláudio Urrey que dizia que “a custa do seu muito trabalho, dispêndio e grande desvelo, tem descoberto com seu engenho, um de nova fábrica para os senhores e lavradores dos engenhos do Brasil, assim de água como de gado poderem moer a menor custo, com dois negros e um só que poderá ser bastante, e grande utilidade, mais quantidades de açúcares, com que a fazenda de Vossa Majestade tenha maiores lucros nos dízimos que se lhe pagam”. O descobridor da nova tecnologia se disponha a entregar a máquina para que fosse testada, e uma vez comprovada sua eficácia, pedia que se lhe pagasse “em prêmio de seu trabalho depois de dois anos passados de um direito de três por cento em todos os açúcares, que do estado do Brasil vierem a este Reino”. Os conselheiros consideraram o valor cobrado muito alto e colocaram em dúvida a real existência da máquina pois, não havia notícia de que os holandeses durante o período que dominaram Pernambuco a tinham empregado nos engenhos. (*Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI], sobre carta do agente português em Amsterdão, Jerônimo Nunes da Costa, informando da nova fábrica para se moverem os engenhos de açúcar, descoberta por Cláudio Urrey*, AHU_CU_005-02, Cx. 17, D. 1954).

O peso de cada pão de açúcar estava relacionado ao tamanho da forma utilizada para sua fabricação. No século XVI e início do XVII, o tamanho das formas variava entre 0,5 e 1 arroba¹⁷⁵. Consideremos que cada pão de açúcar possuía em média 10,9 quilogramas, com isso a capacidade produtiva da Bahia seria de pouco mais de 2.528 toneladas anuais de açúcar.

Os números mais próximos que temos para estabelecer uma comparação são ainda os apresentados por Schwartz (2005) para o ano de 1675. Segundo o autor, os 69 engenhos da capitania, produziam 7.500 arrobas anuais de açúcar por unidade¹⁷⁶. Dado que uma arroba corresponde a aproximadamente 14,5 quilogramas, a produção anual giraria em torno das 7.503 toneladas. O próprio autor reconhece que os números de produção estão superestimados. Ademais, devemos nos atentar para dois pontos: primeiro sem fazer uma separação entre os tipos de engenho a tendência é aumentar muito o nível produtivo da capitania, já que as unidades menores possuíam cerca de 50% da capacidade produtiva das maiores; segundo, ter capacidade instalada não indica que a produção anual alcançava sempre o patamar máximo, pois, nem sempre haviam canas disponíveis para a moenda.

Nessas condições, os lavradores que tinham capital suficiente para construir suas próprias engenhocas passavam a ter uma importante vantagem sobre os engenhos reais, integravam verticalmente a produção cultivando sua própria cana. A integração vertical por parte dos lavradores, com a instalação de engenhocas próprias, mostrava-se vantajoso pois “quanto as matérias-primas, o modo ideal de controlar seus preços é controlar sua produção, ou seja, o modo de que se torna possível pela integração vertical”¹⁷⁷. Os senhores dos engenhos reais eram os grandes prejudicados com a competição, pois como não produziam toda a cana que suas moendas tinham potencial de processar, dependiam do fornecimento feito pelos lavradores de cana. Assim, ficavam a mercê não apenas das variações sazonais das safras, mas também da vontade dos lavradores aumentarem a produção de suas engenhocas¹⁷⁸.

¹⁷⁵ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 106.

¹⁷⁶ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 150.

¹⁷⁷ LABINI, *op. cit.*, 1984, p. 85.

¹⁷⁸ Em mercados, como o do açúcar no século XVII, de baixa complexidade tecnológica, que produzem produtos padronizados e tem menores barreiras de entrada, segundo Williamson (1975), os produtores devem trabalhar para diminuir seus custos de transação. Os benefícios advindos do controle sobre essa variável seriam maiores dos que os obtidos através das economias de escala, ou pelo avanço de aspectos tecnológicos da produção. Uma vez que o mercado produtivo é limitado, no longo prazo, com o aumento do número de unidades produtivas, os custos de transação para o comprador aumentariam e esse pagaria preços maiores pelo produto, dado que os vendedores teriam mais clientes potenciais. Sendo assim, produzir a própria matéria-prima era muito vantajoso para os senhores das engenhocas, pois não demandavam cana no mercado, ficando menos sujeitos as variações no preço do produto. Já para os proprietários dos engenhos reais, que eram os grandes compradores de cana do mercado, os custos de produção tendiam a aumentar com a inclusão de novas unidades produtivas na indústria. WILLIAMSON, Oliver E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications a study in the economics of internal organization*. New York: Free Press, 1975

Podemos notar que além da Bahia contar com engenhos de tamanhos diferentes, essas unidades produtivas competiam entre si, observação que vai de encontro com a descrição da indústria açucareira colonial feita por Furtado (1959).

Afirma o autor que a produção de açúcar não era compatível com a pequena propriedade, já que a atividade dependia de grandes inversões de capital. Seria necessário um significativo desembolso para a instalação do engenho, bem como para a manutenção da produção, que além de depender fortemente da mão de obra escrava, necessitava constantemente de outros insumos. Para o autor desde o início da colonização o investidor tinha que operar em uma escala relativamente grande, para compensar os elevados custos. A expansão da indústria se dava através de gastos monetários na importação de equipamentos, alguns materiais e escravos. Esses gastos seriam financiados pelos rendimentos acumulados anteriormente pela indústria, que produzia excedentes suficientes para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos. O crescimento ou retrocesso da empresa exportadora se dava sem que houvesse mudanças na sua estrutura, a expansão seria apenas geográfica, com a instalação de unidades produtivas em terras anteriormente não exploradas¹⁷⁹.

Simonsen (1978) apresenta uma descrição da indústria açucareira da colônia, que a nosso ver, está mais próxima da conjuntura que observamos nos documentos, apesar de não abarcar um importante aspecto por nos discutido, a competição entre as unidades produtivas de tamanhos diferentes. Segundo o autor no início da instalação da indústria açucareira na colônia a opção dos colonizadores foi pela construção de grandes e médios engenhos, isso se deu pois nas terras virgens o custo com a cultura, transporte e embarque das canas não poderia ser suportado por pequenas unidades produtivas. Havia ainda o problema da hostilidade das populações autóctones, que gerava custos com a defesa do empreendimento. Para contornar as dificuldades com transporte e os riscos de ataque dos indígenas os engenhos eram construídos próximos ao litoral, preferencialmente às margens de rios navegáveis. A disseminação da população, e o que o autor chama genericamente de “outras condições”, foram os fatores que possibilitaram a instalação de unidades produtivas menores¹⁸⁰.

Acreditamos que a competição com as engenhocas pode justificar o significativo declínio no número de engenhos entre os anos de 1632 e 1660, quando esses passaram de 84

¹⁷⁹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959 pp. 37, 57-58, 60-67.

¹⁸⁰ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 pp. 98 e 102.

para 43 unidades. Como podemos ver na Tabela 3 houve uma redução média de 3 unidades a cada 2 anos durante o período.

Tabela 3: Média de variação anual do número de engenhos 1610-1710

Período	Variação no número de engenhos	Variação média anual
1610 - 1632	21	1,0
1632 - 1660	-41	-1,5
1660 - 1675	26	1,7
1675 - 1710	77	2,2

Fonte: Schwartz, *op. cit.*, 2005 p. 150 e AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778.

Outros problemas decorrentes da atividade produtiva, como os gerados pelo financiamento da compra de insumos a prazo, eram muito mais nocivos aos pequenos produtores. Contudo, esses tinham o privilégio de produzir a cana necessária para suas moendas. E essa vantagem foi destacada pelo juiz do povo e misteres de Salvador:

E a razão por menor é porque tal lavrador que, *verbi gratia*, dava 100 tarefas de cana a vários engenhos, se se resolve a fazer engenho (como não haja parte donde o faça de agua e há de ser necessariamente de bois ou de cavalos) de necessidade há de deixar as 50 tarefas em pasto, que sem ele não pode sustentar a fábrica. E perdidas aquelas 50 se fica com as outras 50: e os outros engenhos que gozavam aquelas 100 não só as perdem, mas perdem demais a mais toda a cana que aquele novo senhor de engenho tira dos lavradores que lha davam para moer no seu. E assim tem mostrado a experiência que quanto é maior o número de engenhos que se foram acrescentando é menor o de pães de açúcar que vão fazendo. Pois ainda que se tem plantado mais cana que o que havia antigamente, também se tem diminuído toda a que por esta razão se deixou ir a monte para pastos. E toda que há é muito menos que a necessária para os muitos engenhos que se tem fabricado de novo. (AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778)

O debate sobre a falta de canas durou ao menos até o ano de 1670. Como veremos quando tratarmos sobre a Lei da distância entre engenhos, ficou polarizado entre os que defendiam a proibição da construção de novos engenhos no Recôncavo, argumentando que esses concorriam com os já instalados pelas canas e os contrários à proibição, que alegavam que os novos engenhos eram úteis para a colonização do território, pois seriam os embriões das vilas e cidades.

Afora as disputas no mercado produtivo baiano, praticamente toda a produção de açúcar da capitania tinha como destino o mercado externo, mais precisamente a Europa, que durante o século XVII encontrava-se numa conjuntura de aumento da demanda pelo produto.

2.3 – A demanda europeia por açúcar

A demanda por açúcar¹⁸¹ cresceu gradativamente na Europa ao longo da Idade Média. Quando a produção do Brasil alcançou os mercados europeus, no século XVI, o uso do produto já era bastante difundido. A partir da inserção do chocolate, do café e do chá, durante o século XVII¹⁸², acelerou-se o ritmo de crescimento da demanda em toda a Europa, isso porque esses três alimentos, que são consumidos preferencialmente adoçados, passaram a fazer parte da dieta das classes mais baixas da sociedade.

A rápida popularização do consumo de açúcar só foi possível graças ao barateamento dos preços, reflexo do aumento da oferta gerado pela entrada de novos produtores no mercado mundial do produto. Mesmo com a crise enfrentada pela Europa ao longo do século XVII, tratada no capítulo I desse trabalho, a demanda por açúcar se ampliou significativamente. O produto que na Antiguidade e Idade Média era considerado um condimento exótico que só podia ser adquirido com um elevado custo comercial¹⁸³, passou a frequentar a mesa dos trabalhadores europeus.

¹⁸¹ A tentativa de mensurar a demanda dos produtos durante o século XVII ou em qualquer período anterior ao século XX é uma tarefa difícil, senão impossível, já que “*Conocemos realmente poco acerca de los mercados interiores (esto es, la demanda de las masas de ciudadanos dentro de cualquier país) anteriores al siglo XX. Sabemos menos aún acerca de esse fenómeno característico de la era moderna que es la aparición de una demanda de bienes y servicios sin precedentes, como la radio (o, en le período de que se trata aquí: el tabaco, el té, el café, el chocolate), como algo distinto de la demanda de nuevos productos substitutivos de necesidades antiguas – las medias de nylon por las de seda (o, en nuestro período, el azúcar por edulcorantes más antiguos). De aquí que sólo podamos hablar acerca de los desarrollos de mercados con suma cautela.*” (HOBSBAWN, Eric John. La crisis del siglo XVII. In: ASTON, Trevor (org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1983 p. 57. grifos nossos).

¹⁸² O chocolate teria sido o primeiro a desembarcar na Europa, o primeiro grande carregamento de sementes de cacau chegou a Espanha em 1585. A disseminação foi rápida em 1595 já era conhecido em Florença e Veneza, no início do século XVII a França e Nápoles tiveram contato com o produto, que posteriormente foi levado para a Alemanha e em 1657 os holandeses introduziram o chocolate na Inglaterra. O café era conhecido pelos venezianos pelo menos desde 1570 graças as transações comerciais com o Império Otomano, mas foi apenas no século XVII que seu consumo se difundiu pela Europa. Na França o café teria sido introduzido em 1644 através de Marselha, em 1652 foi inserido em Londres e em 1686 uma cafeteria foi aberta na cidade de Regensburg localizada no atual estado alemão da Baviera. Os primeiros europeus a terem contato com o chá durante a Idade Moderna foram provavelmente os portugueses graças aos descobrimentos. Há relatos que nos Países Baixos o chá já era consumido em 1606 e por volta de 1637 alguns médicos holandeses receitavam o produto para tratar doentes. Na Inglaterra teria sido inserido durante o reinado de Carlos II (1649-1685). Para mais informações ver LEMPS, Alain Huetz. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, *passim* e MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The place of Sugar in Modern History*. New York: Elisabeth Sifton Books, 1985, pp. 108-112.

¹⁸³ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida uma história*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004 p. 235

Durante sua trajetória na Europa até o século XVII o açúcar foi empregado em 5 principais funções que coexistiram, sem que a utilização do produto em uma suplantasse totalmente as demais, foram elas: medicamento, condimento, produção de material decorativo, edulcorante e conservante¹⁸⁴. Essas não evoluíram numa sequência lógica, elas foram se juntando ao longo do tempo; em dado momento eram empregados maiores volumes de açúcar em uma função sem, contudo, que esse deixasse de ser empregado nas demais, mesmo que em quantidades menores.

O período de maior uso do açúcar como material decorativo, talvez seja o de mais fácil delimitação pois acompanhou a oscilação do preço do produto. Teve seu auge da metade do século XVI até a metade do século XVII, nesse interim como os preços ainda eram muito elevados seu uso era uma forma de validação do status social, por isso era utilizado em grandes quantidades pela nobreza e mercadores ricos¹⁸⁵. Com o barateamento do produto sua aplicação nessa finalidade perdeu o sentido, ainda continuaria sendo usado para decorar alimentos, mas em quantidades muito menores.

Inicialmente, dado sua raridade e elevado preço, o açúcar era utilizado em pequenas quantidades: no tratamento de algumas enfermidades e no preparo de alimentos (quando tinha a função de tempero). Já nos séculos XIII, XIV e XV estava presente na maior parte das refeições das elites europeias, sendo utilizado no preparo de sopas, entradas, assados e sobremesas¹⁸⁶. O livro de cozinha da Infanta D. Maria nos mostra que a culinária das elites portuguesas também seguia essa tendência.

O livro constitui-se de um códice, denominado I.E. 33, que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional “Vittorino Emanuele III” de Nápoles. Esse manuscrito, confeccionado entre o fim do século XV e início do XVI¹⁸⁷, pertencia ao espólio pessoal de D. Maria¹⁸⁸ e

¹⁸⁴ *Sucrose can be described initially in terms of five principal uses or "functions": as medicine, spice-condiment, decorative material, sweetener, and preservative.* MINTZ, *op. cit.*, 1985, p. 78.

¹⁸⁵ “The connection between elaborate manufactures of sweet edibles and the validation of social position is clear” MINTZ, *op. cit.*, 1985 p. 90.

¹⁸⁶ FLANDRIN, Jean-Louis. Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998 p. 654.

¹⁸⁷ As datas foram determinadas por Antonieta Hosokawa em sua tese de doutoramento, segundo a autora “as características filológicas e linguísticas levam-nos a pensar que o códice contém textos que em grande parte remontam aos fins do século XV e princípios do século XVI. O estabelecimento de uma data crítica, quer para o manuscrito, quer para as receitas que ele inclui, será sempre uma tarefa difícil, visto que é o mais antigo texto manuscrito do gênero, em língua portuguesa, não havendo, anterior a ele, nem sequer receitas dispersas com as quais se pudesse estabelecer alguma comparação” HOSOKAWA, Antonieta Buriti de Souza. *O tratado da cozinha portuguesa - códice I.E. 33: Aspectos culturais e linguísticos*. 2006. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006 p. 5.

¹⁸⁸ Infanta D. Maria, duquesa de Parma, filha do Infante D. Duarte, duque de Guimarães, neta de D. Manuel I e sobrinha de D. João III, nasceu em Lisboa a 8-11-1538 e morreu em maio de 1577. Foi batizada com água do rio Jordão. Era muito erudita e versada nas línguas grega e latina, em Filosofia, em Matemática, em demais ciências,

teria sido levado de Portugal, junto com uma pequena biblioteca, por ocasião de seu casamento¹⁸⁹ com Alexandre Farnese 3º Conde de Parma, Piacenza e Guastalla.

O Códice I.E. 33 se divide em quatro partes denominadas cadernos: Caderno dos Manjares de Carne, 26 receitas; Caderno dos Manjares de Ovos, 4 receitas; Caderno dos Manjares de Leite, 7 receitas e Caderno das Coisas de Conserva com 24 receitas¹⁹⁰.

No Caderno dos Manjares de Carnes 76,9% das receitas utilizam açúcar; em 11 delas o produto aparece como tempero adicionado a preparos que levam vinagre, limão, sal ou pimenta em uma clara tendência para o agridoce e em 9 é indicado que as carnes, depois de prontas, deveriam ser servidas por cima de fatias de pão passadas em ponto de açúcar¹⁹¹. O Caderno dos Manjares de Ovos é constituído apenas por receitas doces, todas levam açúcar¹⁹². Já no Caderno do Manjares de Leite temos o uso do produto em 85% das receitas, mas nesse caso, apesar do grande número de preparações que levam açúcar, nem todas são doces, como é o caso do manjar branco, que em sua composição leva os seguintes ingredientes: farinha de arroz, galinha, leite, canela, açúcar e sal¹⁹³. O quarto caderno que trata sobre as receitas de conserva tem o açúcar como ingrediente de 83% de seus preparos; 11 receitas são de conservas, na maioria de frutas, que utilizam a calda de açúcar como método de conservação, em outras 9 o produto é utilizado no preparo de doces ou bolos¹⁹⁴.

O açúcar estava presente em 50¹⁹⁵ das 61 receitas do livro sendo utilizado em 81,9% dos preparados descritos na obra, tendo ora a função de tempero ora a de edulcorante e conservante.

A utilização do açúcar como tempero nos pratos diminuiu gradativamente em Portugal ao longo do século XVI, seguindo uma tendência iniciada pelos franceses¹⁹⁶. Durante esse

bem como na lição da Sagrada Escritura. Governou os Estados de Parma e Plasência, na ausência do marido. Escreveu um *Directório Espiritual* cheio de sentenças dos Santos Padres, que depois da sua morte foi encontrado em suas mais preciosas jóias. O padre Sebastião de Moraes, da Companhia de Jesus, que foi seu confessor e depois bispo do Japão, escreveu sobre a vida de D. Maria, que foi publicada em Bolonha, em 1578, com o título: *Vita e morte de la serenissima Maria di Portogallo, principessa de Parma e Plassencia*. Teve uma segunda edição publicada em Roma em 1602. *Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira*, v. XVI, p. 320.

¹⁸⁹ Matrimônio celebrado em Bruxelas em 30 de novembro de 1565.

¹⁹⁰ BORGES, Inês da Conceição do Carmo. A fruta na gastronomia quatrocentista/quinhentista e seiscentista portuguesa. *Revista Estudios Avanzados*. Universidad de Santiago de Chile. Santiago, n. 16, dez. 2011, pp. 75-76 e HOSOKAWA, *op. cit.*, 2006 p. 9.

¹⁹¹ *Idem* p. 87.

¹⁹² *Idem* pp. 87-88.

¹⁹³ *Idem* pp. 89-90.

¹⁹⁴ *Idem* pp. 90-93.

¹⁹⁵ 20 no caderno de carnes, 4 no de ovos, 6 no de leite e 20 no caderno de conservas.

¹⁹⁶ A partir do século XVII, os cozinheiros e os comilões franceses esquecem progressivamente, as funções dietéticas dos alimentos e limitam-se a levar em consideração a harmonia dos sabores. Antes do final do século a pratica de adoçar carnes, aves, peixes e legumes é considerada uma falta de gosto; daí em diante, o açúcar só é utilizado com ovos, cereais, na preparação de bolos, ou com frutas, café, chá e chocolate. FLANDRIN, Jean-

período, dado o aumento da disponibilidade do produto, mais açúcar foi destinado pelas elites em aplicações que necessitavam de grandes quantidades desse: conservação de alimentos, fabricação de doces¹⁹⁷ e confecção de material decorativo, usado pelas classes mais abastadas da sociedade europeia em seus banquetes¹⁹⁸.

Durante o governo de D. Pedro II seria publicado, em 1680, o primeiro livro português de culinária intitulado *Arte de Cozinha*¹⁹⁹ escrito por Domingos Rodrigues²⁰⁰, famoso cozinheiro português que teria trabalhado na corte. Na obra podemos notar a diminuição do uso do açúcar como tempero e a crescente importância do produto para a fabricação de doces.

São ao todo 270 receitas divididas em duas partes: a primeira que trata do modo de cozinhar vários manjares e diversas iguarias de todo gênero de carnes, tortas, empadas e pasteis conta com 163 receitas, na segunda são 107 ensinando o modo de preparo de guisados de peixe, mariscos, ervas, frutas, ovos, laticínios, conserva e toda a sorte de doces²⁰¹. O açúcar é empregado em 38,1% das receitas do livro, percentual bem menor do que o encontrado no livro de cozinha da infanta D. Maria. Entretanto dos 103 preparos que utilizam açúcar na sua confecção, 41 estão separados em capítulos exclusivos para doces, demonstrando o aumento da especialização da confeitaria portuguesa²⁰².

Louis. Da dietética à gastronomia, ou a libertação da gula. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998 p. 675. Para uma análise da mudança da culinária francesa através dos livros de culinária editados durante o período ver FLANDRIN, *op. cit.*, 1998 *passim*

¹⁹⁷ Para uma análise do uso do açúcar na fabricação de conservas ver ALGRANTI, Leila Mezan. Alimentação, saúde e sociabilidade: A arte de conservar e confeitar os frutos (séculos XV- XVIII). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.42, 2005 *passim*.

¹⁹⁸ Para uma descrição detalhada de um evento decorado com açúcar ver STOLS, Eddy. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004 pp. 237-238 nesse trecho o autor descreve em detalhes o casamento de Alexandre Farnese com a infanta D. Maria de Portugal ocorrido em 1565 em Bruxelas, e como grandes quantidades de açúcar foram utilizadas para a decoração do evento.

¹⁹⁹ O título completo da obra era *Arte de Cozinha, dividida em duas partes, a primeira trata do modo de cozinhar varios pratos de toda a casta de carne, e fazer conservas, pastéis, tortas e empadas. A segunda trata de peixes, marisco, frutas, ervas, ovos, laticínios, conservas e doces: com a forma dos banquetes para qualquer tempo do ano*.

²⁰⁰ Célebre cozinheiro nasceu em Vila Cova à Coelheira (bispado de Lamego), em 1637, e morreu em Lisboa, em 20 de dezembro de 1719. Serviu nas casas dos marqueses de Valença e de Gouveia e foi chefe das cozinhas da Casa Real, no tempo de D. Pedro II. Adquiriu ruidosa fama na organização de banquetes nas casas dos reis e dos grandes fidalgos, tanto pelo número como pela qualidade dos pratos. Não tinha competidores na sua inventiva que o levava a refinamentos culinários e a uma variedade infinita, desde as sopas às sobremesas e aos vinhos. *Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira*, v. XXV, p. 917.

²⁰¹ VIANA JÚNIOR, Fernando Santa Clara. *Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2015, pp. 63-65

²⁰² O capítulo VII “Doces de massa” possui 21 receitas, no capítulo VIII “De doces de ovos” encontramos 5 e no capítulo IX “Doces de frutas” temos 15 receitas de doces; segundo VIANA JÚNIOR, *op. cit.*, 2015 p. 82. Há receitas de doces em outros capítulos como no V “De pasteis e tortas doces”, mas essas não são apresentadas em capítulos exclusivos para produtos de confeitaria como é o caso dos três capítulos citados.

Os livros de culinária nos dão uma visão de como as elites portuguesas consumiam açúcar, mas e quanto as classes menos favorecidas? Em Portugal e em algumas regiões da Espanha, como a Andaluzia e Valência, seu consumo disseminou-se entre as classes mais baixas, nessas regiões a indústria de conserva de frutas e de doces desenvolveu-se associada a produção de açúcar²⁰³.

A associação entre a fabricação de doces e conservas de frutas e a produção de açúcar fica bem evidente quando observamos o caso da Ilha da Madeira. Já durante o século XV a ilha produzia conservas e confeitos de frutos que eram famosos, não apenas entre os moradores da localidade, mais também entre viajantes. No século XVI as frutas cristalizadas e um doce denominado casquinha aumentaram ainda mais fama da região entre os navegadores²⁰⁴.

Além das conservas outros doces eram famosos no Portugal continental: rabanadas, toucinho celeste, tutano do céu e papos de anjo eram muito populares entre os portugueses, mesmos entre os mais pobres. Em Lisboa, no ano de 1644, havia ao menos 200 mulheres autorizadas a venderem doces. A região norte do país foi uma das pioneiras na utilização do açúcar para confecção de pães, criando a broa dos santos.

A profissão de confeiteiro já era regulamentada em Portugal em 1572, mas mesmo antes disso, por volta de 1539, esses profissionais já estavam organizados em uma associação²⁰⁵. O reconhecimento da profissão de confeiteiro atesta a importância da fabricação de doces e conservas no cotidiano da sociedade portuguesa. Além de confeitores e de mulheres que vendiam seus doces nas ruas, Portugal tinha os conventos como grandes produtores de doces.

Os exemplos aqui apresentados tratam, principalmente, da demanda portuguesa por açúcar. Em cada sociedade o produto seguiu uma trajetória de inserção diferente e não pretendemos afirmar que a evolução da demanda tenha seguido em todos os países o mesmo caminho que em Portugal. No entanto, nos parece plausível a afirmação que os mercados europeus demandavam cada vez mais açúcar, e que a queda de preços vivenciada durante o século XVII, não decorreu de uma crise de demanda e sim de oferta.

A maioria dos consumidores europeus não tinham acesso ao açúcar até que esse começou a ser inserido em seus mercados nacionais a preços acessíveis, que só foram

²⁰³ ALGRANTI, *op. cit.*, 2005 p. 35, LEMPS, *op. cit.*, 1998 p. 612 e STOLS, *op. cit.*, 2004 p. 241.

²⁰⁴ A casquinha era uma “conserva feita com a casca de frutos cítricos, a qual fazia parte da provisão das embarcações nas grandes viagens marítimas, por ajudar a combater o escorbuto”. ALGRANTI, *op. cit.*, 2005 pp. 36-37.

²⁰⁵ Os confeitores passaram a fazer parte da Casa dos Vinte e Quatro em 1539. STOLS, *op. cit.*, 2004 pp. 240-241.

alcançados quando a concorrência no mercado internacional aumentou, reflexo da entrada de ingleses, franceses e holandeses na indústria açucareira.

2.4 – Novos Concorrentes: queda nos preços e perda de mercados

Foi no Mar do Caribe que ingleses, franceses e holandeses encontraram as condições ideais para iniciarem suas lavouras de cana em larga escala. A colonização ocorreu de forma específica em cada uma das ilhas da região. Optamos por centrar nossa análise nas colônias inglesas, principalmente Barbados, pois foram essas as pioneiras na exportação de açúcar e eram, portanto, as maiores concorrentes do açúcar brasileiro durante a segunda metade do século XVII. As possessões francesas só passaram a exportar quantidades significativas a partir do século XVIII. Ademais, nos documentos consultados, os produtores da Bahia se referiam a toda a região como “Barbadas” numa clara referência a colônia de Barbados.

O processo de inserção da indústria açucareira nas Antilhas inicia-se no século XVI, quando as ilhas ainda eram possessões da Espanha²⁰⁶. Apesar dos esforços iniciais a produção açucareira antilhana só se consolidou a partir da década de 1640 quando as técnicas para o cultivo da cana e manufatura do açúcar sofreram um aprimoramento, alcançando um nível de excelência que permitiu a ampliação da produção de Barbados²⁰⁷.

Essa colônia britânica foi a primeira a produzir quantidades significativas de açúcar, e foi o centro de dispersão da técnica de preparo do produto para as demais ilhas antilhanas. Dela partiram os colonos e capitais responsáveis pelo aperfeiçoamento da cultura na região²⁰⁸.

²⁰⁶ Gradativamente, durante o século XVII, Espanha foi perdendo as ilhas para outras nações europeias. Em 1623 a ilha de São Cristovão foi ocupada por franceses e ingleses, em 1632 os holandeses se apossaram de Santo Eustáquio e em 1655 os ingleses tomaram a Jamaica. No final do século XVII os franceses dominavam parte de São Cristovão, Guadalupe, Martinica, Maria-Galante, São Bartolomeu e parte de São Martinho, além da metade ocidental de São Domingos. Os ingleses ocupavam Barbados, Nevis, Antigua, Redonda, Montserrat, Barbuda, Anguilla, Bahamas, Bermuda, Jamaica e parte de São Cristovão. Já os holandeses além de Santo Eustáquio conquistaram as ilhas de Saba, parte de São Martinho, Bonaire, Curaçao e Aruba. CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981, pp. 21-22.

²⁰⁷ CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 37, a autora relaciona o avanço da cultura açucareira em Barbados com a chegada dos holandeses, expulsos de Pernambuco pelos portugueses. Esses teriam levado para o Caribe capitais e conhecimento que garantiram o sucesso da nova indústria. Russell Menard defende que os capitais necessários para a implantação da indústria açucareira seriam em sua maioria oriundos de mercadores residentes em Londres que viram no produto boas possibilidades de ganho e dos moradores da ilha que antes do açúcar já produziam outros produtos para o mercado externo, como tabaco e algodão. Segundo o autor esses indivíduos possuíam o conhecimento necessário da produção agrícola para iniciar a cultura do açúcar. MENARD, Russell R. *Sweet Negotiations: sugar, slavery and plantations agriculture in early Barbados*. Charlottesville/London: University of Virginia Press, 2006, pp. 49-66.

²⁰⁸ CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 39. O caso da Jamaica exemplifica a importância de Barbados na dispersão da cultura da cana pelas Antilhas. Em 1663 Thomas Modyford, grande proprietário de terras, transferiu-se para a Jamaica acompanhado de outros ricos plantadores. No ano seguinte foram introduzidas as técnicas de cultivo de cana e fabricação do açúcar utilizadas em Barbados, e por volta de 1671 a produção da ilha já era considerada de melhor qualidade do que a de Barbados. Em 1675 a Jamaica possuía 75 engenhos de açúcar que produziam entre 3300 e 6600 arrobas, havia ainda 40 engenhos em construção. CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 pp. 39-46.

Já em 1647, o açúcar de Barbados alcançava o mercado europeu, mas a qualidade do produto ainda não era boa. O mascavado era o único tipo produzido e se apresentava “mal purificado e muito úmido”, dado que tinham pouca lenha disponível na ilha para o processamento inicial, o produto tinha no mercado inglês seu único destino²⁰⁹.

A produção de Barbados, que ainda era insignificante em 1648, cresceu rapidamente e em 1659 era comercializado em grandes quantidades já sendo considerado de boa qualidade. Em 1676 a ilha produzia o suficiente para “carregar 40 navios, cada um levando 150 toneladas de açúcar bruto.” Já no fim do século XVII havia em Barbados entre 25.000 e 30.000 escravos e a produção de açúcar alcançava os 100.000 quintais métricos²¹⁰.

Ao observarmos o valor das importações de açúcar das colônias para a Inglaterra, notamos que houve um grande aumento a partir da década de 1660. Em 1663, foram importados 148.000 quintais, passando a 190.500 em 1669. Para o próximo ano da série, o incremento foi ainda mais significativo, um total de 257.000 quintais foi importado para o mercado inglês em 1690. Entre 1698 e 1700, novo aumento: 471.100 quintais desse montante aproximadamente 40% foi reexportado²¹¹.

Com a expansão da exportação das colônias antilhanas, o açúcar brasileiro teve sua participação em tradicionais mercados europeus drasticamente reduzida. No mercado inglês da década de 1630, a participação do açúcar brasileiro chegava a 80%, em 1670 essa parcela reduziu-se para 40%, chegando a apenas 10% em 1690²¹². Essa queda é justificada não só pelo aumento da produção nas Antilhas, mas principalmente, pelas ações protecionistas tomadas pelo governo inglês. A partir de 1660 foram instituídos novos impostos sobre o

²⁰⁹ CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 39. Os autores consultados para elaboração desse trabalho divergem sobre a data de início da exportação do açúcar de Barbados, contudo são unânimes em fixá-la na década de 1640. Segundo Schwartz em 1643 o produto de Barbados já era comercializado na Europa e a partir de 1644 outras colônias inglesas, e também francesas, iniciaram a substituição da lavoura do anil pela do açúcar (SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 162). Para Menard as exportações da ilha também teriam começado em 1643, o produto foi ganhando importância gradativamente e em 1649 era o principal item de exportação da colônia. (MENARD, *op. cit.*, 2006, pp. 16-17). Já Hobsbawm data o início das exportações do açúcar de Barbados em 1646 “Barbados empezó a exportar azúcar em 1646, Jamaica inauguró las plantaciones en 1664, Haití restableció las plantaciones en 1655, La Martinica las inició en el mismo año, las exportaciones de azúcar de St. Kitts sobrepasaron a las exportaciones de añil em 1660” (HOBSBAWN, *op. cit.*, 1983 p. 22 nota de rodapé 15). Segundo Lippmann a produção de açúcar em Barbados teria começado em 1641, mas apenas em 1646 “fez-se o primeiro embarque de açúcar para a Inglaterra” o produto era ainda de baixa qualidade sendo comercializado a preços igualmente baixos. (LIPPMANN, Edmund O. Von. *História do açúcar*. t.2. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942, p. 114).

²¹⁰ LIPPMANN, *op. cit.*, 1942, pp. 114-115.

²¹¹ SHERIDAN, Richard B. *Sugar and Slavery: An Economic History of the British West Indies, 1623-1775*. Kingston-Jamaica: Canoe Press, 2000, p. 22.

²¹² SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 162.

produto importado, possibilitando que os produtores das colônias inglesas conquistassem o virtual monopólio do mercado interno da Inglaterra²¹³.

Nos demais mercados europeus a redução foi de 40% entre 1650 e 1710²¹⁴. Ainda que menor que a contração no mercado inglês, foi muito alta se considerarmos que nesse período a produção brasileira sofreu um significativo incremento.

Foi na década de 1670 que os efeitos da concorrência, gerada pelos novos produtores, começaram a ser sentidos com mais força pelos comerciantes do açúcar brasileiro. Os estoques aumentavam consideravelmente em Lisboa, pois muitas vendas não eram concretizadas²¹⁵.

O aumento da oferta do açúcar no mercado internacional levou a uma significativa baixa do preço do produto em Amsterdã, principal praça de negociação do açúcar na Europa durante o século XVII. O produto que em 1650 era comercializado por 0,67 florins a arroba, chegou a 0,24 em 1690, redução de aproximadamente 64%²¹⁶.

O sistema de produção utilizado nas Antilhas, assim como o empregado nos engenhos brasileiros, dependia fortemente do trabalho de escravos africanos. Entre 1651 e 1700 foram levados para as colônias britânicas das Antilhas aproximadamente 228.500 escravos²¹⁷. Desse modo, o açúcar antilhano concorria com o brasileiro não apenas pelos mercados consumidores, mas também pelos insumos, forçando uma subida nos preços desses.

Aproximadamente 47% desses escravos foram enviados para Barbados, o restante foi para a Jamaica e demais possessões inglesas no Caribe. A partir da década de 1650 o volume de produção de Barbados começa a rivalizar com o da Bahia. Em 1665, a produção da ilha foi

²¹³ O imposto aplicado sobre os açúcares estrangeiros em 1660 na Inglaterra era de 4 xelins sobre o quintal do mascavo e 7 xelins e 4 dinheiros por quintal do refinado. O açúcar produzido na Antilhas Inglesas tinha uma taxaço muito menor sendo o imposto sobre o mascavo de 1 xelim e 6 dinheiros e do refinado 5 xelins por quintal. CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 235. Depois da taxaço o açúcar brasileiro era vendido no mercado inglês entre 3 libras e 3 libras e 10 xelins por quintal, enquanto o açúcar branco das colônias inglesas custava entre 45 e 50 xelins. CANABRAVA, *op. cit.*, p. 226. A imposição de novos impostos sobre os produtos estrangeiros estava diretamente ligada a promulgação dos Navigation Acts. Essas leis, promulgadas em 1651, 1660, 1663, 1673 e 1696, visavam proteger o comércio ultramarino inglês da concorrência dos holandeses, determinavam que: todas as transações comerciais entre a Inglaterra e suas colônias passariam a ser feitas, exclusivamente, em navios ingleses, esses seriam operados apenas por marinheiros ingleses e as viagens deveriam acontecer entre os portos da Inglaterra, ou seja, as colônias não podiam comercializar entre si. Segundo Morgan (2002) além da proteção dos altos impostos, que recaíram sobre os produtos de outras nacionalidades, as colônias inglesas receberam significativas injeções de capital inglês, com recursos para financiar a compra de terras e as atividades dos colonos e comerciantes. MORGAN, Kenneth. *Mercantilism and the British Empire, 1688-1815*. In: WINCH, Donald and O'BRIEN, Patrick K. *The Political Economy of British Historical Experience, 1688-1914*. Oxford: Oxford University Press, 2002 pp. 168-171.

²¹⁴ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 162.

²¹⁵ GODINHO, *op. cit.*, 1953 p. 74.

²¹⁶ FERLINI, *op. cit.*, 2003, p. 108.

²¹⁷ SHERIDAN, *op. cit.*, 2000, p. 247.

maior que a da Bahia em 1700, e durante a década de 1660 as exportações de Barbados eram maiores que a soma de todas as colônias espanholas na América juntas²¹⁸.

Mas qual o segredo do sucesso de Barbados? Segundo Menard seria a estrutura produtiva. Enquanto na Bahia a produção de cana estava dispersa nas mãos de vários lavradores, que cultivavam a terra com seus próprios escravos, em Barbados ela era centralizada. Os senhores de engenho eram proprietários das terras e escravos utilizados no cultivo da cana, com isso podiam obter melhores resultados, já que controlavam todas as etapas da produção. A indústria canavieira barbadiana seria mais intensiva em capital do que a da Bahia, graças às leis que concediam maior segurança para os credores. Enquanto credores baianos não podiam executar os devedores em insumos necessários à produção (como os próprios escravos), a lei inglesa defendia o credor garantindo assim maior segurança no recebimento dos empréstimos. Além disso, fatores sociais, como a religião; os católicos tinham mais feriados religiosos do que os protestantes; e tecnológicos; moenda de três rolos²¹⁹ e o trem da Jamaica²²⁰; foram determinantes para o sucesso da indústria açucareira da ilha²²¹.

Depois do aumento da oferta do produto das Antilhas, a fixação do preço do açúcar no Brasil tinha que considerar a disponibilidade desse na Europa. Apesar do açúcar brasileiro ser de melhor qualidade, os antilhanos após o refino eram vendidos por preços muito competitivos. Os mercadores, conhecedores dessa realidade, ofertavam importes baixos pelo produto brasileiro, o que não era aceito de bom grado pelos senhores de engenho, apesar do conhecimento que esses tinham da conjuntura internacional do mercado do açúcar, como demonstraremos a seguir.

²¹⁸ MENARD, *op. cit.*, 2006 p. 18.

²¹⁹ A moenda de três tambores era constituída por três cilindros verticais. Esse equipamento possuía várias vantagens frente a moenda tradicional de dois cilindros horizontais: “era mais fácil de construir, prensava melhor a cana, eliminando com isso a necessidade de prensas auxiliares, não exigia quantidades tão grandes de animais como força motriz e podia moer a cana a um ritmo mais rápido”. SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 pp. 117-118.

²²⁰ O trem da Jamaica foi uma importante inovação tecnológica, que possibilitou uma considerável economia de madeira para os produtores de Barbados. O trem consistia em uma fornalha central que distribuía calor para vários tachos, além disso o fogo podia ser alimentado com bagaço de cana, lenha ou uma mistura dos dois. MILLER, Shawn W. Fuelwood in Colonial Brazil: The Economic and Social Consequences of Fuel depletion for the Bahian Reconcavo, 1549-1820. *Forest and Conservation History*. Durham, v. 38, n. 4, 1994 p. 189.

²²¹ MENARD, *op. cit.*, 2006, *passim* e MENARD, Russell R. Law, credit, the supply of labour, and the organization of sugar production in the colonial Greater Caribbean: a comparison of Brazil and Barbados in the seventeenth century. In: McCUSKER, John J. and MORGAN, Kenneth. *The early modern Atlantic Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 154 – 162, 2000. Durante o século XVIII a participação da indústria barbadiana no total das exportações de açúcar das colônias inglesas no Caribe foi gradativamente diminuindo. Entre 1700-1704 a ilha produzia 43% do açúcar exportado para a Inglaterra, em 1730 esse montante diminuirá para 15%, chegando a apenas 8% em 1770. Para mais informações sobre a economia açucareira de Barbados ver: McCUSKER, John J. and MENARD, Russel R. The sugar industry in the seventeenth century: A new perspective on the barbadian “Sugar Revolution”. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, pp. 289-330, 2004.

2.5 – A visão dos senhores de engenho

Em novembro de 1686, o rei escreveu ao marquês das Minas, governador-geral do Brasil, solicitando que o mesmo tomasse informação sobre a situação do comércio, e principalmente da indústria canavieira, com pessoas entendidas da matéria “porque o dano e ruína dos cabedais da Bahia e de todo o Brasil está na pobreza em que tem caído os senhores de engenho, os quais comprem as fazendas fiadas para pagar em açúcares dando estes muito baratos e tomando aquelas muito caras”²²².

Um dos indivíduos consultados pelo marquês foi João Peixoto Viegas²²³, um famoso proprietário de terras da Bahia. O governador solicitou que esse desse seu parecer “acerca da diminuição em que está o comercio em toda a parte”²²⁴ e as causas que levaram a isso. Foi lhe repassado ainda questionamento do rei sobre a possibilidade de aprimorar os métodos de produção do açúcar brasileiro, visando melhorar a qualidade do mesmo, deixando-o ainda mais fino.

O parecer emitido por Viegas em 1687, apesar de bastante pessimista, ilustra a percepção que os produtores brasileiros tinham da situação que enfrentavam. Logo no início da carta, ele apresenta a causa da crise enfrentada pela indústria açucareira do Brasil “as causas de diminuição e total ruína em que se acham o comercio dos frutos do Brasil, não procede de se obrar mal, senão de ser muito o que dele, das barbadadas, e da Índia vai a Europa; porque não se pode obrar melhor, nem Vossa Excelência achará remédio para que sejam mais finos.”²²⁵

Era do conhecimento dos senhores de engenho brasileiros, que o mercado do açúcar havia sofrido um grande choque com o início da produção nas Antilhas, chamadas por Viegas

²²² BIBLIOTECA NACIONAL. *op. cit.*, vol. 68, p. 119.

²²³ João Peixoto Viegas nasceu em 1616, em Viana do Castelo, e em 1640 mudou-se para o Brasil se engajando em atividades comerciais na Bahia. Exportava açúcar e importava escravos, vinhos e gêneros alimentícios. Em 1646 foi denunciado ao Santo Ofício como judaizante, mas graças a seus contatos em Portugal saiu livre do processo e ainda conseguiu o cargo de familiar da instituição. Casou-se em 1650 com a filha de um senhor de engenho, Joana de Sá Peixoto. Foi vereador da Câmara de Salvador em três oportunidades; 1664, 1668, 1686. Em 1673, assumiu o cargo de secretário da Câmara Municipal. João Peixoto não era um grande investidor da indústria açucareira, seus investimentos eram em terras no interior da capitania utilizadas para a criação de gado. Por volta de 1665, era o proprietário de 100 mil acres de terra entre os rios Paraguaçu e Jacuípe onde estabeleceu rebanhos de gado e currais, promovendo a submissão e expulsão dos índios da região. Possuía ainda terra nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte também destinadas a criação de gado. Para mais detalhes sobre a biografia ver SCHWARTZ, Stuart. B. e PÉCORA, Alcir (Orgs.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 309-311 e SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 165

²²⁴ VIEGAS, João Peixoto. Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, 1898, p. 213.

²²⁵ VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 213.

de Barbadas em referência a primeira colônia a produzir quantidades significativas de açúcar no Caribe no século XVII²²⁶.

Para Viegas, a manutenção dos preços num patamar muito elevado entre os anos de 1644 e 1654, foi o que atraiu as demais nações europeias ao mercado de açúcar. Para ele, a necessidade de suprir os custos da Guerra de Restauração, através do aumento de impostos, somada a ganância dos conselheiros do rei D. João IV, foram as responsáveis pela entrada de novos concorrentes no mercado e pela posterior queda do preço do açúcar. Portanto, era responsabilidade da Coroa, as dificuldades pelas quais passavam os produtores brasileiros.

A causa dos Ingleses, e depois Franceses, e os mais do Norte se divertirem do açúcar do Brasil, e aplicarem alauzallo (sic), e o tabaco por si, foi o excesso de preço a que chegou em Portugal pelos anos de 44 até os de 54, que se vendia no Reino a 3200 reis e 3500 reis por esta ganancia a que atenderam os do conselho do senhor rei D. João, e pela necessidade da guerra, que existia se acrescentaram então muito os direitos desse negócio; e, contudo, podia o preço pelo qual o vendiam seus donos. E não se advertiu então (como nunca se adverte) quando se intenta acrescentar o rendimento real, na consequência; que foi o dano que a anos se experimenta no nosso comercio, pela diversão dos estrangeiros. (VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 217)

Viegas também cita os problemas enfrentados pelos senhores de engenho para saldar suas dívidas, já que “os do negócio ordenam a seus comissários, que lhes mandem os seus cabedais em direitos ou letras que em açúcar ou tabaco por nenhum modo, porque nenhuma saída, nem preço tem lá nem esperança de o ter nunca, pela quantidade que os do Norte levam da Índia, e barbadas”²²⁷.

Para o autor do parecer, os problemas da indústria açucareira seriam amenizados se a tarifação sobre o produto diminuísse, possibilitando assim uma redução de preços suficiente para o produto brasileiro concorrer com o antilhano, que segundo Viegas, chegava à Itália por 200 réis a arroba²²⁸.

O preço da arroba do açúcar das Antilhas foi subestimado por Viegas, muito provavelmente, com intuito de deixar mais crível seu argumento de diminuição de impostos. O açúcar brasileiro teria muita dificuldade em competir, com um preço fixado em 200 réis por arroba na Europa, já que o produto era comercializado no Brasil por preços bem mais elevados. Estimativas do preço recebido pelos engenhos baianos, por seu açúcar branco na década de 1680, mostram que o valor da arroba nunca esteve abaixo dos 700 réis durante o

²²⁶ CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 24.

²²⁷ VIEGAS, *op. cit.*, 1898, p. 217

²²⁸ *Idem*

período; em 1680 o preço era de 1.109 réis por arroba, em 1689 778 réis, saltando para 1.080 réis em 1691²²⁹. E os preços praticados em Lisboa, para o ano de 1688, eram de 1300 ou 1400 réis por arroba²³⁰.

Viegas termina seu parecer aconselhando o rei a não enviar mais a Europa os açúcares batidos e mascavados, pois esses seriam utilizados para melhorar o sabor do produto fabricado pelos concorrentes do Brasil. Segundo ele, os batidos e mascavados eram “adubo preciso para o refino daqueles do Norte, porque são fracos no doce, e os do Brasil requintam neles, e os mascavados mais que os brancos”²³¹. Para requintar o doce nos seus açúcares os produtores antilhanos adicionavam, durante o refino, o açúcar mascavado brasileiro, por isso, Viegas aconselha o rei a construir refinarias na colônia onde esses açúcares deveriam ser processados antes de serem remetidos ao Reino.

A conclusão do parecer é bastante pessimista, nos fazendo entender que nem mesmos essas medidas seriam suficientes para mudar a situação da indústria açucareira brasileira

Porém já não está o negócio em termos que possa ter recurso, remédio, nem recuperação a perda do comercio do Brasil, porque os seus frutos lavram-se hoje com abundância pelos estrangeiros; e em serem no mesmo Brasil tantos no açúcar e tabaco se arruinam a si mesmo. Vejam lá os sábios da política qual pode ser o remédio; eu lhe não vejo, **senão dar nos Deus algum novo fruto de estima e preço**, e esperar milagres (VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 220 grifo nosso)

Em agosto de 1687, a Câmara de Salvador encaminhou correspondência à Lisboa, tratando também sobre a situação em que se encontrava o comércio dos gêneros do Brasil, falando especificamente sobre açúcar e tabaco. O alto preço do açúcar praticado durante os anos de guerra e os impostos sobre o produto são apresentados como as causas de sua ruína. Já o tabaco, além de sofrer com a alta carga tributária, era prejudicado pelo rigoroso sistema de estanco ao qual estava submetido:

Os que discorrem na causa deste grave dano para o Brasil e para esse Reino, concluem que para o açúcar o foi os tributos que se lhe impuseram sobre os direitos antigos e os sete vinténs por arroba de comboio na instituição da companhia geral, quando a necessidade da guerra assim o pedia e o preço de 3000 e 3500 por que se vendia tolerava a nova carga. E que para o negócio do tabaco o foi o estanco rigoroso dele e o grande tributo de vintém libra que se lhe impôs demais dos outros direitos que lhe haviam carregado no mesmo tempo da guerra e o do comboio. (*Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao*

²²⁹ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 401

²³⁰ GODINHO, *op. cit.*, 1953 p. 74

²³¹ VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 220

rei [D. Pedro II], solicitando providências sobre a baixa produção do açúcar e tabaco do Brasil, a quebra no negócio dos escravos de Angola e remédio que se lhe deve dar. AHU_CU_005-02, Cx. 28, D. 3425)

Nesse contexto, “os ingleses e os mais do Norte sentidos dos grandes preços se resolveram em ir lavrar esses gêneros as Barbadas e terra firme das Índias”. Os oficiais da Câmara pediam que medidas fossem tomadas para reverter a situação, pois o dano gerado ao Reino pela ruína do comércio do Brasil seria muito grande, “porque cessando o labor dos frutos do Brasil, há de perder-se também o negócio dos escravos de Angola, isto é claro”²³².

A solução sugerida pelos signatários da carta passaria pela diminuição dos impostos sobre os produtos do Brasil e relaxamento do estanco do tabaco:

Discorrendo-se no remédio não se nos oferece outro senão o de tirar a causa de que se originou o mal. Se foi daquele grande preço de 3500 que correu nos anos de 1645 até os de 1655. Já este a muitos anos está baixo, mas será menos o mal se se lhe baixarem os impostos. O mesmo no tabaco e rigores do seu estanco. Que se algum interesse, se lhe desviar e furtar, não fica em estranhos senão em vassalos naturais, que filhos lhes chamavam os senhores reis avós de Vossa Majestade (AHU_CU_005-02, Cx. 28, D. 3425)

Podemos perceber que os moradores da Bahia, de finais do século XVII, tinham conhecimento que as dificuldades enfrentadas pela indústria açucareira se originaram de um contexto de competição internacional, sobre o qual não tinham qualquer controle. A concorrência das demais nações europeias, que teriam entrando no mercado do açúcar motivadas pelos elevados preços praticados durante as décadas de 1640 e 1650, era tida como a principal causa dos problemas.

Sem controle sobre o mercado internacional do açúcar, as ações da Coroa tinham que se concentrar no mercado produtivo interno com políticas de diminuição dos custos de produção e de ordenamento dos engenhos.

Como vimos, pela redução de custos os senhores de engenho pediam a descida dos impostos, pela mesma razão a Coroa promulgou leis que visavam regulamentar o processo de fixação do preço do açúcar e diminuir o valor dos escravos, insumo mais importante da produção. Na tentativa de ordenar a indústria açucareira foram promulgadas normas, como a que determinava a distância mínima entre as novas unidades produtivas e as que pretendiam conter a adulteração do açúcar exportado.

No capítulo seguinte discorreremos sobre a dificuldade, enfrentada pelas autoridades régias, de empreender mudanças na estrutura da indústria canavieira, analisaremos ainda as

²³² AHU_CU_005-02, Cx. 28, D. 3425.

leis promulgadas que visavam alcançar esse objetivo. Antes, contudo, trataremos do sistema de navegação em frotas e do exclusivo metropolitano, dois importantes fatores que afetavam diretamente a produção e comércio não só do açúcar, mas de todos os gêneros coloniais.

2.6 - A navegação em frotas e o exclusivo metropolitano

Em 1571, foi promulgada legislação que determinava que todas as embarcações portuguesas, mesmo as menores, deveriam transportar armamentos suficientes para se defenderem no caso de ataques de corsários. Visando ainda a proteção dos barcos o regimento sublinhava a importância da navegação em frotas, no trajeto de Lisboa até o Brasil. A legislação orientava a utilização do sistema de navegação em comboios, contudo não tornava essa prática obrigatória. Como a lei de 1571 era constantemente desrespeitada; muitas embarcações, especialmente as pequenas, saíam do porto de Lisboa com os armamentos que a legislação determinava mas paravam em Cascais e as desembarcavam, já que essas ocupavam muito espaço que poderia ser utilizado com cargas rentáveis; e as perdas com o corso estrangeiro estavam aumentando, em novembro de 1622 o regimento foi novamente publicado mas com uma importante alteração. A nova lei determinava que as embarcações seguissem em comboio de Lisboa para o Brasil, contudo a viagem de volta poderia ser feita individualmente. Saliente-se que mesmo sem a previsão legal de navegação em comboio na viagem de volta, era costume, e frequentemente, quando havia situações de perigo, os governadores do Brasil organizavam os barcos em grupos visando garantir o regresso das embarcações em segurança. No entanto o simples agrupamento de barcos não representava, necessariamente, aumento na segurança da viagem, sem a escolta de navios de guerra a frota poderia tornar-se presa fácil para corsários que contassem com embarcações melhor armadas ou estivessem em maior número²³³.

Demonstrou-se não ser uma tarefa fácil fazer cumprir a determinação de navegação em comboios, prova disso foi dada em 1623 quando nova legislação foi expedida na reiterando a obrigação de navegação em frotas. A nova lei, assim como as anteriores, não previa a disponibilização de navios da armada para escoltar as embarcações mercantes, e assim como as legislações anteriores, parece não ter tido a eficácia esperada²³⁴. Sem a escolta de barcos de guerra o agrupamento dos navios não era interessante para os particulares, e

²³³ COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580–1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, v. 1, 2002, pp. 208-211.

²³⁴ *Idem* p. 215.

esses, num primeiro momento, não pretendiam arcar com os custos de armação das embarcações de escolta.

Em julho de 1626 o Conselho de Estado analisou um documento assinado por indivíduos que se intitulavam “homens de negócio da cidade de Lisboa”. Os signatários do papel reclamavam da insegurança na principal rota atlântica portuguesa, estimavam em 60 mil caixas de açúcar as perdas sofridas nos últimos três anos, grande parte dessas infligidas pelos corsários neerlandeses. Salientavam os homens de negócio que sendo hábito anualmente chegarem a Lisboa 120 navios carregados com açúcar, até o meio do ano de 1626 apenas 20 tinham aportado na cidade. A falta de navios afetara a comunicação com o Brasil, levando o preço do açúcar a descer para 400 réis por arroba, nessas condições não podiam os senhores de engenho continuarem produzindo. Para escoar a produção com segurança urgia designar uma escolta de navios de guerra para acompanhar os comboios na travessia do Atlântico. Apesar do grave cenário descrito no documento a Coroa não anuiu com a proposição²³⁵.

Nova proposta sobre o assunto foi analisada em maio de 1627, dessa feita as autoridades régias se mostraram inclinadas a aceitar que a frota fosse escoltada por navios da armada, desde que os custos da implantação desse sistema fossem financiados por novas contribuições, que recairiam sobre o açúcar. Dada a complexidade da questão, e o significativo dispêndio que a mudança acarretaria para o sistema de navegação, os debates sobre a propositura se estenderam até 1629. Quando pôr fim foi elaborado um plano que tinha a anuência tanto da Coroa como da maioria dos mercadores, e esse estava prestes a ser colocado em prática, a entrada dos neerlandeses no nordeste brasileiro obrigou as autoridades régias a mudarem o foco de suas ações²³⁶.

A discussão sobre a escolta das frotas do açúcar seria retomada apenas após a Restauração, no contexto de hostilidades com a República das Províncias Unidas, sobre o qual falamos no capítulo anterior. Com o aumento do curso neerlandês era essencial para a manutenção da segurança das frotas, que faziam o trajeto entre Lisboa e Brasil, que essas fossem escoltadas por navios da armada. Contudo a Coroa portuguesa não dispunha de recursos para arcar com o elevado dispêndio que seria necessário para materializar esse empreendimento, a solução encontrada foi a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Com a iniciativa o custo da defesa das frotas recairia sobre os acionistas da companhia, que segundo seu alvará de instituição, datado de 8 de março de 1649, estava obrigada a organizar dois comboios anuais, que seriam escoltados por uma esquadra composta de 18

²³⁵ *Idem* p. 222.

²³⁶ *Idem* pp. 224-225.

navios de armada. A frota de navios mercantes deveria obrigatoriamente se reunir no porto de Lisboa zarparando então para a colônia, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto²³⁷.

A iniciativa da Companhia teve vida curta e durante sua existência não foi capaz de armar os 36 navios necessários para comboiar as duas frotas. Em 16 de agosto de 1664 um decreto determinava a integração dos ativos da companhia a Fazenda Real e o pagamento de uma indenização aos seus acionistas²³⁸. Extinguia-se a companhia, mas o sistema de navegação por frotas seria mantido, ainda por muitos anos²³⁹, e com ele a insatisfação dos moradores da colônia.

Com o fim da guerra contra a República das Províncias Unidas a navegação no Atlântico, se não era tranquila, já não tinha mais os perigos que justificavam a manutenção do sistema de frotas. Sem o risco do corso neerlandês a vantagem que a proteção das naus de guerra oferecia ao comboio se perdia, deixando ainda mais latentes as desvantagens desse modelo de navegação, que não eram poucas. Strum (2012), baseado no trabalho de Leonor (2002), elenca cinco problemas que as frotas causavam aos agentes envolvidos no comércio ultramarino:

- a) o custo da viagem dos navios mais velozes era encarecido, isso porque o sustento da tripulação corria por conta dos responsáveis pela embarcação. Como os barcos mais rápidos tinham que esperar os mais lentos, seu custo com as provisões da tripulação aumentava. Mais tempo em alto mar era igual a maiores gastos com víveres;
- b) com pouca coordenação muitas vezes as embarcações acabavam se dispersando, tornando-as presas fáceis para os corsários;
- c) nos portos os barcos tinham que esperar até que todos fossem carregados para zarpar. Nesse caso além do problema do sustento da tripulação havia a possibilidade das mercadorias perderem a qualidade;
- d) a grande concentração de navios fazia com que o carregamento fosse mais lento;
- e) com o afluxo de embarcações em uma época do ano, os mercados acabavam saturados nesses momentos. Sofrendo com o excesso de oferta ou demanda no resto do ano²⁴⁰.

²³⁷ *Idem* pp. 477-484 e 537.

²³⁸ *Idem* p. 599.

²³⁹ Entre idas e vindas o sistema de navegação em frotas esteve presente até o fim da época colonial. Foi abolido apenas no curto interstício entre 1765 e 1797. Durante o longo período em que as viagens em comboio foram realizadas a época do ano em que elas aconteciam sofreu algumas alterações, concentrando-se sempre nos meses em que as condições de navegação eram mais favoráveis: partidas de Lisboa entre fevereiro e abril com regresso entre agosto e outubro. SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 pp. 360-361.

²⁴⁰ STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal, São Paulo: Odebrecht, 2012 capítulo 4 “A pique” *passim*.

A frota, portanto, só era atrativa para os agentes envolvidos no comércio ultramarino em períodos onde o risco da navegação fosse suficientemente alto para compensar os custos gerados pelo sistema de comboio. Em tempos de paz havia outras formas de se minimizar o risco da travessia atlântica.

Uma das principais era o fracionamento da propriedade naval, expediente bastante utilizado em Portugal. O espaço fretável era dividido em múltiplos de 2, 3 ou 5, geralmente terços, quartos, sextos ou oitavos, cada uma dessas partes pertencendo a um agente. A partir da tomada de Pernambuco pelos neerlandeses, com o aumento do risco da navegação gerado pela guerra, o fracionamento das embarcações portuguesas aumentou consideravelmente, chegando em alguns casos a frações de apenas 1/50 (um cinquenta avos), ou seja, um indivíduo poderia ser dono de apenas 2% do espaço fretável de um navio. Em tempos de escassez de transporte, possuir um espaço em uma embarcação poderia ser a diferença entre fazer chegar as mercadorias ao destino, ou não. A partir de 1623 essa prática se acelerou em Portugal, pelos motivos que indicamos anteriormente, mercadores compravam parcelas em diversas embarcações, de um lado para garantir o transporte de suas mercadorias, do outro para minimizar os riscos da viagem. Compartilhando o barco os indivíduos respondiam apenas pela sua fração no caso de perdas, fossem essas geradas por corsários ou por intempéries da navegação²⁴¹.

Mesmos com as expressivas desvantagens do sistema de frotas, e com os agentes contanto com outros meios para minimizar os riscos das viagens, porque a navegação em comboio continuou sendo usada por tantos anos? A resposta a essa pergunta está nos benefícios que esse sistema trazia para as autoridades régias, era ele um dos mecanismos utilizados pela Coroa para garantir a exclusividade de comércio com o Brasil. As frotas eram uma das manifestações do exclusivo metropolitano²⁴² que ordenava a economia colonial.

Segundo Ricupero (2016) o exclusivo comercial metropolitano pode ser entendido como: “a proibição legal do comércio entre as colônias e as nações estrangeiras, seja através de barcos ou de mercadores dessas nações, seja através de barcos ou de mercadores nacionais que partissem das colônias em direção a outros países”. A colônias, segundo o pensamento econômico do período, tinham sido constituídas para utilidade da metrópole e, conseqüentemente, seu comércio deveria ser exclusivo dos colonizadores, portanto toda a

²⁴¹ *Idem* capítulo 6 “A bordo” *passim*.

²⁴² Outros mecanismos de aplicação do exclusivo metropolitano eram: a permissão de comércio em apenas alguns portos e as companhias comerciais privilegiadas, dois expedientes bastante utilizados por Portugal em suas colônias. RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil. *História (São Paulo)*, Franca, v. 35, e. 100, 2016, p. 4.

navegação comercial feita com as colônias tinha que ter uma escala em portos metropolitanos²⁴³.

A proibição de comércio direto com as nações estrangeiras foi instituída em Portugal durante a União Ibérica, através de um alvará expedido em 09 de fevereiro de 1591²⁴⁴. A proibição decretada num contexto de conflitos, entre a Espanha, Inglaterra e Holanda, visava impedir as perdas causadas a fazenda régia pelo comércio feito fora das alfândegas do Reino. Saliente-se que mesmo com a lei, a inserção de estrangeiros no comércio da colônia não cessou, alguns recebiam autorizações especiais da Coroa para comerciar com o Brasil, outros o faziam mesmo sem essas permissões, demonstrando que os ganhos esperados com a mercancia compensavam o risco do empreendimento ilegal.

Após a Restauração a política do exclusivo metropolitano foi mantida pela dinastia dos Bragança, contudo algumas concessões foram feitas, principalmente a ingleses e neerlandeses. Aos primeiros na ânsia de conseguir apoio contra os inimigos, aos segundos como cláusula necessária à assinatura do acordo de paz que colocou fim à guerra, sobre o qual falamos anteriormente²⁴⁵.

O sistema de exclusivo metropolitano vigorou até a abertura dos portos em 1808, tendo no sistema de navegação em frotas um de seus principais mecanismos de materialização. Consideramos não ser possível dissociar o comércio do açúcar, ou de qualquer outro gênero colonial, dessas variáveis, já que elas pautavam o como e quando os produtos poderiam ser vendidos. Nesse contexto o exclusivo metropolitano através do sistema de frotas era uma variável que influenciava diretamente o preço do açúcar.

Praticamente todo o açúcar da Bahia era destinado ao mercado externo, a pequena fração que ficava na capitania gerava rendimentos que, provavelmente, não justificavam a expansão da comercialização do produto no interior da colônia. Para alcançar o consumidor final a maioria, ou talvez todos, os produtores da capitania dependiam do transporte proporcionado pelas frotas.

Como apontado por Viegas em seu parecer, do qual tratamos anteriormente, no início do século XVII, quando não havia competição significativa ao açúcar brasileiro, o preço do

²⁴³ *Idem*.

²⁴⁴ *Idem* p. 10. Para um histórico da gênese da legislação restritiva do comércio das nações estrangeiras nas possessões portuguesas ver: RICUPERO, *op. cit.*, 2016 *passim*.

²⁴⁵ Entre 1640 e 1670 Portugal assinou três tratados diplomáticos com os ingleses (1642, 1654 e 1661) que tratavam da concessão de permissões de comércio com as colônias. Para uma análise detalhada dos acordos firmados com a Inglaterra no período, e da forma como o comércio com as colônias é tratado nesses documentos, ver: RICUPERO, Rodrigo. O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661). *Revista de História (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, pp. 1-33, 2017 *passim*.

produto podia ser mantido em patamares bastante elevados. A concorrência gerada pelo início da produção nas Antilhas fez com que, no momento de determinação dos preços do produto brasileiro, a disponibilidade do açúcar antilhano na Europa tivesse que ser considerada, dessa forma forçando a redução dos importes.

Por mais que os senhores de engenhos tivessem informações sobre o preço do açúcar na Europa e argumentassem que seus custos eram elevados, acreditamos que a concorrência internacional limitava significativamente sua margem de negociação. Mesmo àqueles que não tinham previamente acertado o valor de venda do produto com os comerciantes da colônia, no momento em que compravam insumos a prazo (prática corriqueira, sobre a qual trataremos adiante), restava a dura decisão de vender aos preços oferecidos na frota, ou arcar com os custos de esperar até o comboio do ano seguinte, sem saber se os valores ofertados pelo produto seriam melhores.

No final do século XVII as autoridades régias procuraram implementar na Bahia, medidas que minimizassem as dificuldades enfrentadas pela indústria açucareira, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 3 – As políticas para o açúcar

As políticas régias implementadas para o açúcar, durante o governo de D. Pedro, objetivavam regulamentar o processo de fixação dos preços do produto, bem como o preço dos insumos necessários à produção, e combater a adulteração. Com isso, visavam ampliar as receitas régias oriundas da comercialização do produto, num momento em que o Império passava por uma reestruturação comercial forçada e era imperativo aumentar a eficiência da produção açucareira do Brasil.

Nesse contexto, tínhamos de um lado o mercado internacional do açúcar que influenciava diretamente o preço do produto brasileiro, mas sobre o qual as autoridades régias não tinham qualquer controle. Do outro, tínhamos o mercado produtivo interno, sobre esse sim a Coroa tinha influência, podia intervir e durante o período o fez.

Apresentaremos nesse capítulo algumas ações que a nosso ver demonstram que as autoridades régias, legislavam para alcançar o desenvolvimento da indústria, e não apenas para beneficiar os senhores de engenho, por maior que fosse a força política desses. Dentre as ações que confirmam esse padrão de atuação estão: a promulgação da lei de identificação da qualidade do açúcar nas caixas, a lei sobre os castigos aplicados aos negros e a lei da distância mínima entre engenhos, que apesar de estar sendo discutida desde 1660, só foi expedida quando era de interesse da Coroa regulamentar os novos engenhos do sertão.

A essas ações somam-se outras de menor vulto, mas que também demonstram uma intencionalidade nas ações régias e deixam claro que, apesar da importância política e econômica dos senhores de engenho, a Coroa não legislava apenas em favor desses.

3.1 – Problemas na precificação do açúcar

O açúcar era utilizado pelos senhores para aquisição dos insumos necessários à produção dos engenhos, dado a escassez de moeda na colônia. Com um longo período de safra, cerca de 9 meses por ano, os senhores precisavam constantemente adquirir insumos, e como a venda do açúcar só podia ser feita por ocasião da chegada da frota, essas compras eram realizadas a prazo, devendo ser pagas com a produção, por um preço previamente definido entre as partes.

Os senhores reclamavam constantemente de perdas geradas por essa prática pois, segundo seus relatos os comerciantes ofereciam importes muito baixos pelo açúcar, além de venderem os insumos a preços maiores que os praticados no Reino.

Os oficiais da Câmara da Bahia, em carta de julho de 1683, dão uma clara dimensão da gravidade do problema:

Escrevem a Vossa Majestade que nos anos passados costumavam os moradores que forneciam os senhores de engenho e lavouras de canas, assistirem lhe também em algum dinheiro para o que lhes era necessário, e se pagavam com os açucares que recebiam e outros tomavam a razão de juros de 6 e 4 por cento na forma do estilo, porque havia quem o dava. Que de 15 ou 16 anos a esta parte, como houve falta de moeda foi a ambição dos homens introduzindo um gênero de negócio aqui chamada usura de dano, que vem a ser receberem dinheiro antes da safra e antes do açúcar estar feito, a razão de 2 cruzados a arroba, valendo naqueles anos a mil e duzentos reis, para pagarem tantas arrobas de açúcar aquela safra com que não houve mais mercador que fornecesse em dinheiro, nem quem o desse a razão de juro, porque todos os que o tem usam deste negócio usurário que a necessidade o fez continuar até o presente (*Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, acerca dos negócios usurários que ali fazem os contratadores com os senhores de engenhos*. AHU_CU_005-02, Cx. 26, D. 3181)

Os mercadores realizavam as vendas pactuando o preço de compra do açúcar em 2 cruzados a arroba, que vem a ser o mesmo que 800 réis. Com o preço médio de compra, na época das frotas, girando em torno dos 1.200 réis, o senhor de engenho perdia nesse negócio, por volta de 33% do rendimento do açúcar. Montante que se configurava em lucro para os mercadores e que estava muito acima da taxa de juros tolerada no Reino que ficava entorno de 6,25%.

Se o senhor de engenho que tendo se comprometido a entregar um certo número de arrobas, suficientes para saldar a sua dívida na época da chegada da frota, por algum motivo, não fosse capaz de honrar seu compromisso, via seu débito com o mercador aumentar na proporção do preço praticado naquela frota: “porque se o devedor que vendeu cem arrobas de açúcar por duzentos cruzados e porque o não teve para pagar na frota, e valeu nesse tempo o açúcar geralmente a doze tostões por arroba, se qual devedor cento e vinte mil cruzados e por eles se obriga a dar para o ano seguinte cento e cinquenta arrobas”²⁴⁶.

No exemplo dado na carta, uma dívida que inicialmente poderia ser paga com 100 arrobas, por não ter sido honrada no prazo estipulado e o preço da arroba do açúcar ter alcançado os 1.200 réis na frota, passava a 150 arrobas. Isso porque, se o mercador vendesse as 100 arrobas na frota conseguiria 120.000 réis por elas, esse lucro cessante era então dividido pelo valor de compra da arroba inicialmente pactuado, no caso 800 réis, o que deixava o senhor de engenho com um saldo devedor 50% maior que o inicial. Com esse

²⁴⁶ AHU_CU_005-02, Cx. 26, D. 3181

sistema, qualquer quebra na safra poderia aumentar, e muito, as perdas dos senhores de engenho, e segundo relato dos oficiais da Câmara elas vinham ano após ano diminuindo, “pelo qual está aquela terra perdida, os senhores de engenhos e lavradores todos impossibilitados não podendo meter fabricas e escravos de novos em lugar dos que ai estão e morrem”²⁴⁷.

A prática de repactuar as obrigações nesses parâmetros era costumeira, pois quando havia quebras nas safras, os credores eram proibidos, por uma provisão de 1663, de executar ou penhorar os devedores nos insumos utilizados na produção; como escravos, bois e cobres. Além disso, os credores não podiam executar a produção em valores que prejudicassem a manutenção do engenho “e que os rendimentos das fazendas que se dessem a penhora, fossem só aqueles que ficassem livres do gasto que com as ditas fazendas se fazia para que assim não faltasse o fornecimento necessário, para se conservar a fábrica do açúcar”²⁴⁸.

Com essa legislação em vigor, os mercadores optavam pelo que era mais rentável, ou seja, a repactuação das obrigações. Em outubro de 1683 a matéria foi vista no Conselho Ultramarino e o parecer emitido pelos conselheiros foi que:

parecia que se devia passar provisão em forma de lei em que se declarasse por ilícito e usurário este e semelhantes contratos, e que se não possa vender nem comprar com preço certo açúcar ou tabaco antes das safras. E só poderão tomar e dar dinheiro por conta destes gêneros, reservando o preço para o que valerem geralmente a dinheiro de contado ao carregar das frotas. (*Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, acerca dos negócios usurários que ali fazem os contratadores com os senhores de engenhos*. AHU_CU_005-02, Cx. 26, D. 3181)

Apesar da sugestão de que fosse expedida lei considerando esse tipo de contrato usurário, durante a pesquisa não encontramos quaisquer outras menções a essa norma. Essa prática prosseguiu, trazendo grandes perdas aos produtores do Brasil.

As ações que visavam solucionar o problema dos preços foram tomadas logo no início da regência de D. Pedro. Em maio de 1669, foi determinado que o governador-geral do Brasil²⁴⁹ não deveria se intrometer na fixação do preço do açúcar ou do frete dessa

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, solicitando provisão para não serem executados os moradores nas fábricas dos engenhos, mas sim nos seus rendimentos*. AHU_CU_005-02, Cx. 17, D. 1961

²⁴⁹ Durante o governo de D. Pedro II ocuparam o cargo de governador-geral do Brasil: Alexandre de Souza Freire (1667-1671); Afonso Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena (1671-1675); Roque da Costa Barreto (1678-1682); António de Souza Meneses (1682-1684); António Luís de Souza Telo de Menezes, marquês das Minas (1684-1687); Matias da Cunha (1687-1688); António Luís da Câmara Coutinho (1690-1694); João de Lencastre (1694-1702) segundo CONSENTINO, Francisco Carlos. *Carreira e trajetória social na monarquia e no*

mercadoria, “e que deixeis obrar nos fretes e preços do açúcar o que determinarem na praça de negócio, sem vos intrometerdes nisso”. Segundo o documento, a intervenção de autoridades locais nessa questão vinha gerando significativas perdas com o atraso da saída das frotas²⁵⁰.

O envio de apenas uma frota por ano ao Brasil, causava sérios transtornos aos produtores da Bahia. Em correspondência datada de novembro de 1669, os oficiais da Câmara de Salvador relatavam ao Conselho Ultramarino que aquele ano tinha sido especialmente difícil. Dado a escasso número de navios da frota, “este presente ano que acaba tão abundante de frutos como estéril de embarcações que os conduzissem a esse reino foi ruína geral em todos estes moradores, vendendo-os por tão baixos preços que a despesa de sua cultura foi muito maior que seu rendimento”²⁵¹. Com intuito de remediar o problema, solicitavam que fossem enviadas anualmente duas frotas ao Brasil, e que se proibissem as licenças de navegação fora dessas, pois os “excessivos fretes que os navios arrancam é pouco útil a porção que por estes se pagam”²⁵².

Em fevereiro de 1670, a carta foi vista no Conselho Ultramarino. Os conselheiros não se posicionaram sobre o envio anual de duas frotas deixando essa decisão para o príncipe regente, contudo acharam conveniente a proibição das licenças de navegação dos navios estrangeiros; “ao conselho pareceu representar a Vossa Alteza o que da carta consta e o quanto convém a serviço de Vossa Alteza e conservação daqueles povos e do comercio deste reino e da navegação a proibirem-se as licenças a estrangeiros, e os mais casos a Vossa Alteza se dessem feito”²⁵³. Não houve manifestação da Coroa sobre a questão e o sistema de frota única continuou até o século XVIII²⁵⁴.

império ultramarino português, governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n 66, v. 33, 2013 nota de rodapé 14 p. 204.

²⁵⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1667-1681, vol. 67. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 55-56.

²⁵¹ *Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a conveniência de irem todos os anos, duas frotas, buscar os frutos da terra.* AHU_CU_005-02, Cx. 20, D. 2336

²⁵² *Idem*

²⁵³ *Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, pedirem para irem todos os anos àquele estado duas frotas.* AHU_CU_005-02, Cx. 20, D. 2346

²⁵⁴ Em agosto de 1670 um documento que tratava sobre o comércio com os navios estrangeiros foi apreciado pelo Conselho. Esse foi encaminhado pelo príncipe regente e tratava, entre outras questões de comércio e navegação, sobre a questão das licenças aos navios estrangeiros. A matéria tratada no documento foi considerada muito complexa pelos conselheiros, e antes de ser colocada em prática sugeriram fosse remetida para apreciação em outros tribunais “será mui conveniente que este papel se veja neste conselho com os mais que houver sobre este particular, ou em uma junta de ministros de todos os tribunais, porque conforme tem declarado se envolvem pontos mui essenciais para conservação do comercio, navegação e estado do Brasil e armadas deste reino, e visto ele e este e os mais que houver, [...] tomara Vossa alteza as resoluções que vir que mais convém a seu serviço e se aponta a junta, porque como são matérias tão grandes, e que pede pronto o remédio e sirva-se com ela como em as consultas a diferentes tribunais” (*Parecer do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D.*

Mesmo com a determinação real, a intervenção das autoridades coloniais nos preços do açúcar parece ter continuado. Em dezembro de 1677, o príncipe regente ordenou que o governador-geral do Brasil proibisse as câmaras municipais, tanto da Bahia como das outras capitanias, de se intrometerem nos preços do açúcar²⁵⁵. Foi expedida ainda legislação que permitia que o produto brasileiro fosse vendido pelo preço convencionado entre as partes²⁵⁶.

A liberdade para fixação do preço do açúcar não era uma unanimidade entre os membros do Conselho Ultramarino. Alguns conselheiros se opunham a essa ideia, acreditando que a possibilidade das partes negociarem os preços do produto era a raiz das dificuldades pela qual passavam os senhores de engenho.

Dentre os conselheiros que contestavam a eficácia da política de liberdade de preços, destacamos a figura de Salvador Correia de Sá e Benavides²⁵⁷, que pela sua vasta lista de serviços prestados a Coroa, na administração colonial, falava da questão com conhecimento de causa, por ser também parte interessada.

Em parecer emitido no Conselho em setembro de 1675, dois anos antes da publicação da legislação que determinava a liberdade de preço do açúcar, Salvador Correia defendia que a livre negociação de preços era prejudicial para os senhores de engenho.

[...] que se mostra que quem fez o papel não tem todas as notícias que ele Salvador de Sá adquiriu em tanto tempo, assim das despesas que fazem os senhores de engenho, como das faltas de cabedais como ao presente se acham, e entende que o seu total remédio está em pôr o preço aos açúcares, porque em todo o Estado do Brasil se tem introduzido um gênero de usura, que é a total ruína dos que lavram o açúcar e desta usura usam os governadores e todos os mais ministros superiores por seus agentes de negócio e os correspondentes dos homens de negócio deste Reino. (*Carta de*

Pedro], acerca do comércio e de navios estrangeiros, AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2375). Não encontramos mais menções a esse documento no decorrer da pesquisa, por isso concluímos que o mesmo não foi colocado em prática.

²⁵⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia 1783-1793 - Cartas Régias 1678-1684, vol. 82. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948, pp. 267-268.

²⁵⁶ A legislação foi promulgada em 21/12/1677 mesma data em que o rei remeteu a referida carta ao governador-geral. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva* – segunda série 1675-1683 e suplemento a segunda série 1641-1685. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1857, p. 36

²⁵⁷ Salvador Correia de Sá e Benavides descendia de uma das famílias mais tradicionais da governança ultramarina. Era filho de Martim Correia de Sá, neto de Salvador Correia de Sá e sobrinho bisneto de Mem de Sá. Foi governador do Rio de Janeiro em três oportunidades (1637-1643, 1648 e 1660-1662). Além das atividades no governo colonial foi um grande proprietário de terras na capitania, possuía ainda o trapiche por onde passava toda a exportação de açúcar fluminense. Foi decisivo também na luta contra os holandeses na costa africana, tendo comandado as tropas que reconquistaram Luanda em agosto de 1648. Para mais informações consultar BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, *passim* e CAETANO, Antônio Filipe Pereira. O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benavides entre ser sombra e ser sol. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 22, pp. 347-361, 2004.

Vossa Alteza sobre os açúcares do Brasil. BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, p. 76)

A usura a qual o conselheiro se referia, era a venda a prazo dos insumos necessários aos engenhos. Segundo ele, o ferro, o cobre e demais gêneros, eram vendidos fiado no Brasil por valores vinte ou trinta por cento maiores que os praticados no Reino, “e como a necessidade não tem lei, e quase todos os que levam açúcar, estão com mais empenho do que tem, depois de celebrar o preço, celebram o segundo do açúcar por preços mui inferiores.”²⁵⁸

Como vimos na correspondência encaminhada pela Câmara de Salvador ao Conselho Ultramarino em 1683, para que a venda fiada fosse concretizada, os senhores de engenho eram obrigados a concordar com o preço da compra futura do açúcar, que era na maioria das vezes fixado a patamares abaixo dos praticados regularmente no mercado, e segundo Salvador Correa, os produtores que não aceitavam a fixação a esses níveis não tinham crédito para comprar fiado²⁵⁹.

Esse problema afligia sobretudo os pequenos produtores ou aqueles que não produziam um açúcar de boa qualidade, pois “é certo que os engenhos do Brasil os açúcares que neles se fazem tem já assentada reputação e conforme a tem, tem o crédito para lhe fiar, porque o engenho que o faz bom, acha tudo o que há mister fiado”²⁶⁰.

Quando as frotas chegavam os comerciantes, que já tinham negociado o açúcar com os senhores de engenho por preços baixos, vendiam o produto aos mercadores recém-chegados por preços mais elevados. Conseguindo assim, significativos lucros as custas dos senhores de engenho que “não lucraram a metade deste preço [...] e assim se perdem todos”²⁶¹.

A determinação dos preços do produto pela Coroa era vista como a única maneira de controlar o lucro dos atravessadores, “pondo-se o preço do açúcar por lei no Rio de Janeiro a seis tostões o somenos e o melhor a oito, ficara sendo o preço do meio sete e estes atravessadores não poderão gozar de mais que de um tostão ou dois em cada arroba”²⁶².

Para Salvador Correia, a fixação dos preços possibilitaria que o açúcar fosse utilizado como moeda no Brasil, isso seria útil “não só as conquistas, mas a este Reino para se conservar o pouco dinheiro que nele há”²⁶³. Seria ainda, uma forma da Coroa minimizar as

²⁵⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, pp. 76.

²⁵⁹ *Idem*, p. 76.

²⁶⁰ *Idem*, p. 77.

²⁶¹ *Idem*, p. 77.

²⁶² *Idem*, p. 77.

²⁶³ *Idem*, p. 77-78.

perdas dos pequenos produtores nas negociações com os comerciantes, protegendo aqueles e permitindo que “os ricos por si se defendam”²⁶⁴.

Apesar da eloquência, a proposta do conselheiro não teve a anuência do príncipe regente, e o sistema de livre negociação dos preços do açúcar foi mantido.

Na tentativa de mitigar os efeitos nocivos da fixação antecipada dos preços do açúcar, e atendendo a pedido da Câmara de Salvador, foi renovada em novembro de 1681 uma provisão de janeiro de 1665 que proibia por seis anos a arrematação de gêneros da terra para pagar dívidas, antes do tempo das frotas. Apesar de prorrogar a provisão, o príncipe regente solicitou que os ministros da Relação da Bahia agissem com celeridade no julgamento dos casos dessa matéria “para que não experimentem os credores demora nas execuções de suas dívidas”²⁶⁵.

Em janeiro de 1684, foi promulgado um adendo a provisão de 1681. Nele o rei determinou que os credores não poderiam penhorar escravos dos engenhos para saldar dívidas, trabalhassem esses nas casas ou na produção, pois “sendo executados também nos escravos de suas casas, lhes seria prejuízo tirarem outros dos engenhos, e ficariam incapazes de beneficiar o açúcar”²⁶⁶. Contudo, assim como ocorrera em 1681, foi feita uma importante ressalva a aplicação da provisão: se o vendedor dos escravos ainda não tivesse sido pago pela venda poderia, solicitar a penhora dos cativos. Com essas medidas, a Coroa pretendia beneficiar os devedores, protegendo-os da ação predatória dos credores, sem se esquecer de salvaguardar os interesses desses frente aos senhores de engenho que abusassem da mercê.

Em 16 de março de 1688, o rei promulgou nova lei onde diminuía as taxas alfandegarias do açúcar e do tabaco e, mudando o foco da ação régia, determinou o tabelamento do preço de alguns produtos indispensáveis as atividades dos engenhos²⁶⁷.

Não foi bem aceita na Bahia a fixação dos preços dos gêneros ordenada pelo rei. O governador-geral, em correspondência de agosto de 1688, apresentou à Coroa os inconvenientes de executar a ordem. Em nova análise da matéria, o rei concordou que a lei não tivesse “efeito nem vigor na parte que respeita ao preço dos açúcares e dos quatro gêneros com que se fornecem os engenhos porque assim um como outros se venderam livremente à avença das partes”²⁶⁸.

²⁶⁴ *Idem*, p. 78.

²⁶⁵ SILVA, *op. cit.*, 1857, pp. 364-365.

²⁶⁶ SILVA, *op. cit.*, 1859, p. 7

²⁶⁷ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 162-164.

²⁶⁸ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 175-177. Ainda nessa carta o rei proíbe a produção no Brasil do açúcar batido pelos muitos prejuízos que esse causava; aos senhores de engenho que lavrassem ou

Por mais que as autoridades régias tentassem - por meio da legislação - resolver o problema dos preços dos produtos, todas as ações parecem não ter surtido o efeito esperado. Os senhores de engenho continuavam reclamando da escassez de recursos, e como tinham que adquirir os insumos necessários para a manutenção de suas atividades produtivas, mantinham-se reféns do sistema de compra antecipada dos açúcares.

Em julho de 1689, a Câmara de Salvador encaminhou solicitação a Lisboa para que a proibição da arrematação dos produtos antes das frotas fosse novamente prorrogada. Pedia ainda, que os açúcares só pudessem ser arrematados 20 dias antes da partida da frota “e que o dono do trapiche onde estiverem depositados sejam obrigados a pagar ao credor, que não ficava prejudicado nem o devedor destruído”²⁶⁹.

A solicitação foi encaminhada para análise do procurador da Fazenda do Conselho Ultramarino, que em seu parecer esclareceu “que não se lhe oferecia dúvida a que se passasse a provisão para que as arrematações se fizessem pelo preço que arbitrassem os louvados a aprazamento das partes”²⁷⁰. Os louvados, escolhidos pela Câmara, eram os responsáveis por negociar o preço do açúcar entre o credor e o devedor, procurando com a intermediação evitar os abusos cometidos pelos mercadores que, como vimos, sempre fixavam o preço do produto em patamares mais baixos do que aqueles praticados na época das frotas.

Seguindo o parecer do procurador, o rei renovou a provisão em 11 de novembro de 1689, deixando claro que os açúcares não poderiam ser arrematados antes dos 20 dias da partida da frota e que o dono do trapiche, onde o produto estivesse depositado, seria o responsável por pagar o credor, como a Câmara de Salvador havia solicitado.

Eu El-Rei faço saber aos que esta minha provisão virem, que, tendo respeito aos Oficiais da Câmara da Cidade da Bahia me representarem de novo o grande prejuízo que se segue aquele povo, de lhes arrematarem os açúcares, antes da partida da frota; a cujo respeito lhe havia mandado passar uma Provisão em 23 de janeiro de 1665, para que por tempo de seis anos se não arrematassem os ditos açúcares pelas dividas referidas na dita Provisão, que por outra, de 24 de novembro de 1681, fui servido prorrogar-lhes por outros seis anos, com a declaração nela expressada, os quais eram acabados; e que se naquela época em que rendia e valia mais o açúcar, mereceram aqueles vassallos a mercê, hoje, que vivem todos quase arruinados, pelo pouco rendimento e menos valor da saída dos açúcares, justamente se animavam a me pedirem lhes concedesse Provisão, para se não arrematarem os açúcares, por exceção, senão vinte dias antes da partida da frota; e que os donos do

consentissem que se lavrasse em seu engenho esse tipo de açúcar seria imposta uma multa de 200 cruzados além da perda do produto.

²⁶⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1683-1695, vol. 89. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, pp. 135-136

²⁷⁰ *Idem*, o parecer do Procurador data de 19/10/1689.

trapiche, onde estivessem depositados, fossem obrigados a pagar ao credor, que não ficava prejudicado, nem o devedor destruído. E tendo a tudo consideração, e ao que respondeu o Procurador de minha Fazenda, a que se deu vista – ei por bem de lhes fazer mercê de lhes prorrogar por outros seis anos a Provisão que se lhes passou em 24 de novembro de 1681. (SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 207.)

Renovada a mercê, surgiram dúvidas sobre em que situações a mesma deveria ser aplicada. A Câmara despachou correspondência para o Conselho Ultramarino, datada de 18 de junho de 1690, onde relatava que a Relação da Bahia através de acórdão que favorecia os credores, entendia que as provisões régias, que determinavam a avaliação do açúcar por duas pessoas de sã consciência, só valiam para os casos que o credor fosse exercer o direito de compra sobre o açúcar do devedor. Não podendo, contudo, ser aplicada quando o comprador fosse um terceiro²⁷¹.

Os oficiais da Câmara entendiam que a interpretação das provisões tinha que ser ampla, estendendo-se também à terceiros. No caso da interpretação restrita, “ficava porta aberta para os credores mandarem lançar por interpostas pessoas, e arrematarem os açúcares por muito baixo preço”²⁷². Por isso, pediam fosse expedida nova provisão em que “esta mercê se entenda e tenha lugar não só no caso em que os credores sejam os mesmos lançadores, mas também quando houver terceiros lançadores de fora”²⁷³.

A questão foi remetida para apreciação do procurador da Fazenda, que em seu parecer seguiu a análise da Relação da Bahia, com a ressalva de que sendo comprovado que a arrematação por terceiro advinha de conluio deste com o credor, a compra seria anulada “e obrigariam a toma-lo pelo preço da Câmara”²⁷⁴.

O Conselho Ultramarino por sua vez, entendeu que a interpretação da Câmara era a correta e que os açúcares sempre deveriam ser tomados “na forma da avaliação não havendo contrato particular em contrário”²⁷⁵.

O rei consentiu com a interpretação da Câmara e, em 24 de novembro de 1690, promulgou a provisão que determinava que a avaliação dos açúcares deveria ser aplicada a todos os compradores e não apenas àqueles com os quais os senhores de engenho tinham dívidas

²⁷¹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 172-174.

²⁷² *Idem*, p. 173.

²⁷³ *Idem*

²⁷⁴ *Idem*, p. 173-174.

²⁷⁵ *Idem*, p. 174.

[...] hei por bem declarar, que a graça que tenho concedido aos moradores da Bahia, sobre as arrematações de seus açúcares, se intende, não somente nos credores, mas em todas as mais pessoas que quisessem neles lançar, e que sempre os tomarão na forma da avaliação, não havendo contrato particular em contrário. E com essa declaração mando se cumpra a dita Provisão como nela se contém. (SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, pp. 254-255.)

Em 1692 os oficiais da Câmara da Bahia pediram mais uma vez que se renovasse o prazo da mercê, justificando que “o estado em que se acham aqueles moradores com a baixa dos açúcares e falta da moeda os tem tão impossibilitados que cada vez estão mais atenuados e pobres”²⁷⁶. O pedido da Câmara foi mais uma vez atendido e a provisão renovada em 25 de fevereiro de 1693:

[...] hei por bem fazer mercê aos ditos moradores da cidade da Bahia de lhes continuar com a mesma graça para que por tempo de outros seis anos não possam os açúcares, e mais gêneros da terra, ser arrematados pelos seus credores, senão pelo preço em que forem avaliados, a partida das frotas, por dois homens de sã consciência, que a Câmara nomear para a dita avaliação, pela qual serão obrigados os ditos credores a os receber. (SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 314.)

Sucessivamente, a Coroa tentou (através dos meios que estavam a sua disposição, como a promulgação de leis) atenuar as perdas dos senhores de engenho, mas não logrou êxito, dado que o preço do açúcar era determinado pela oferta do produto no mercado internacional.

No momento da negociação, os comerciantes sempre se propunham a pagar preços que garantissem a competição com o açúcar antilhano. Isso gerava reclamações dos senhores de engenho devido aos altos custos dos insumos utilizados na produção, principalmente os escravos. Os senhores de engenho se propunham a vender a um preço 30% acima do praticado no mercado, já os comerciantes ofereciam-se para comprar a preços 50% menores²⁷⁷.

Os problemas enfrentados pela indústria açucareira com a fixação do preço do açúcar, no último quartel do século XVII, parecem ter sido atenuados apenas nos momentos em que o produto brasileiro encontrava melhor aceitação no mercado internacional. Com a conjuntura

²⁷⁶ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 223-224.

²⁷⁷ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 173.

externa favorável e a grande valorização do produto, o problema certamente era amenizado. Esse quadro esteve presente no reinado de D. Pedro II durante a Guerra dos Nove Anos (1688-1697) e a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713). Por ocasião dos conflitos, houve amplas flutuações nos preços²⁷⁸, que acabaram beneficiando os senhores de engenho do Brasil.

Pouco tempo após ao início da Guerra de Sucessão Espanhola, o preço do açúcar mascavo antilhano já experimentava uma significativa flutuação. O produto que fora comercializado nas Antilhas Francesas em 1702 por 800 réis a arroba, teve seu importe reduzido para 500 réis por arroba em 1704, redução de aproximadamente 37%. No Rio de Janeiro em 1702, o mascavo era vendido por 1.000 réis a arroba, apesar do preço mais elevado era mais seguro para os comerciantes comprarem açúcar do Brasil que se encontrava fora da zona de conflito²⁷⁹.

As exportações de açúcar da Bahia comprovam a preferência dos comerciantes pelo produto brasileiro durante o período. Em 1698 a capitania exportou 9.444 caixas de açúcar dessas 6.296 eram de branco e 3.148 do mascavado. O valor total gerado foi de 326.023 mil-réis. Em 1704, foram exportadas 22.000 caixas, 14.667 de branco e 7.333 do mascavado, gerando uma receita de 900.906 mil-réis²⁸⁰.

A quantidade de caixas exportadas aumentou aproximadamente 233% entre 1698 e 1704, mas esse não foi o único índice a apresentar variação positiva. O preço médio pago pelo açúcar baiano teve também um salto. No início do período, o mascavado era comercializado por 683 réis a arroba e o branco por 1.138 réis. Em 1704 a arroba do mascavado valia 810 réis e a do branco 1.350 réis²⁸¹. Se o aumento dos preços não foi suficiente para repor as perdas geradas pelas sucessivas baixas do açúcar no mercado internacional em anos anteriores, ao menos proporcionou algum alívio para as finanças dos produtores brasileiros.

Reduzir os custos de produção era um meio de melhorar a competição do açúcar brasileiro no exterior, nesse quadro, o mais importante insumo da indústria açucareira não poderia passar despercebido às políticas régias para fomentar o setor.

²⁷⁸ *Idem*, p. 166

²⁷⁹ CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 222.

²⁸⁰ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 403.

²⁸¹ *Idem*

3.2 – As políticas para diminuição do preço dos escravos

O custo de reposição de mão de obra não podia ser negligenciado pela Coroa se ela pretendia que o açúcar brasileiro concorresse em condição de igualdade com o produto antilhano. Havia muitas perdas durante o transporte dos escravos até o Brasil e visando amenizar esse problema, em 18 de março de 1684, foi promulgado o “Regimento da condução dos negros cativos de Angola para o Brasil”²⁸².

Visava a lei diminuir o número de mortes de escravos, pois menos perdas durante a viagem resultariam num maior número de indivíduos que poderiam ser comercializados. Com uma maior oferta, seria possível uma queda nos preços e, consequentemente, o custo de produção dos engenhos se reduziria. Contudo, essa relação de causa e efeito parece não ter se concretizado na prática. Em 1680, um escravo era comercializado por aproximadamente 50 mil-réis e em 1690 houve uma pequena elevação, com o valor médio se aproximando dos 60 mil-réis²⁸³. Com o início da mineração, o preço dos escravos disparou, chegando na década de 1720 a 200 mil-réis²⁸⁴.

Além das perdas decorrentes da falta de água e alimentos a bordo, a legislação pretendia diminuir o problema das epidemias de varíola, às quais aparentemente estavam mais sujeitos os cativos vindos de Angola²⁸⁵. Epidemias de varíola dizimavam grandes quantidades de escravos durante a viagem e mesmo depois da chegada desses ao Brasil.

O regimento da condução dos negros foi denominado pela historiografia como “Lei das arqueações”, já que o regulamento determinava que todos as embarcações que zarpassem com escravos, de quaisquer portos sobre controle de Portugal, deveriam ter sua capacidade de carga certificada. O intuito era garantir que só transportassem o número de cativos para o qual pudessem garantir os mantimentos e espaço. A nova lei determinava que “se não possam carregar alguns negros em navios e quaisquer outras embarcações, sem que primeiro em todos e cada um deles se faça arqueação das toneladas que podem levar, com respeito dos agasalhos e cobertas para a gente e do porão para as agoadas e mantimentos”²⁸⁶.

No preâmbulo do documento, são enumeradas as causas que levaram a elaboração do regimento e as intenções da Coroa com a regulamentação

²⁸² SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, pp. 8-11

²⁸³ SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 167 dados extraídos do gráfico 4.

²⁸⁴ *Idem*

²⁸⁵ FERLINI, *op. cit.*, 2003 p. 110

²⁸⁶ SILVA, *op. cit.*, 1859 p. 9. Para uma discussão mais detalhada sobre a lei das arqueações bem como da historiografia que a analisou ver SALLES, *op. cit.*, 2014 pp. 190-210.

Desejando que em todos os domínios da minha Coroa, e para com todos os vassallos e súditos dela se guardem os ditames da razão, e da justiça, sendo informado que na condução dos negros cativos de Angola para o Brasil obram os carregadores e mestres dos navios a violência de os trazerem tão apertados e unidos uns com os outros, que não somente lhes falta o desafogo necessário para vida, cuja conservação é comum e natural para todos, ou sejam livres, ou escravos; mas do aperto com que vem, sucede maltratarem-se de maneira, que morrendo muitos chegam impiamente lastimosos os que ficam vivos [...] e querendo prover de remédio a tão grande dano, como é conveniente ao serviço de Deus Nosso Senhor e meu [...] (*Regimento da condução dos negros cativos de Angola para o Brasil*. SILVA, *op. cit.*, 1859, pp. 8-9)

Os 23 capítulos do regulamento descrevem de forma detalhada como a Coroa esperava que os escravos fossem tratados durante a viagem transatlântica. Todas as embarcações utilizadas para o transporte de escravos deveriam seguir as regulamentações prescritas, independente do porto de onde saíssem.

O capítulo VII estipulava que os condutores das embarcações eram obrigados a levar nas viagens “os mantimentos necessários para darem de comer aos ditos negros três vezes no dia, e fazer e levar a água, que abunde, para lhes darem de beber em cada um dia uma canada infalivelmente”²⁸⁷. Para determinar a quantidade de água e alimentos que seriam levados em casa viagem, além de considerar o número de cativos e tripulação da embarcação, deveria ser utilizado o tempo médio de viagens, estipulado pelo capítulo VIII: “computados de Angola para Pernambuco trinta e cinco dias de viagem, para a Bahia quarenta, e para o Rio de Janeiro cinquenta.”²⁸⁸

O capítulo X determinava que se durante a viagem os cativos adoecessem, deveriam ser tratados com “toda caridade e amor de próximos; e serão levados e separados para aquela parte, onde se lhes possam aplicar os remédios necessários para a vida.”²⁸⁹

Aos olhos do leitor essa legislação pode apresentar certas características humanitárias, contudo não podemos nos esquecer que no final do século XVII, a escravidão de africanos era um “procedimento considerado lícito, válido, legítimo e justo diante das leis divinas, do direito natural e do das gentes”²⁹⁰. Não podemos, portanto, considerar que havia outras motivações que não econômicas para a promulgação do regimento da condução dos negros²⁹¹.

²⁸⁷ SILVA, *op. cit.*, 1859 p. 9

²⁸⁸ *Idem*

²⁸⁹ SILVA, *op. cit.*, 1859 pp. 9-10

²⁹⁰ LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamerica*, Madri: Fundación Histórica Tavera Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom) p. 27.

²⁹¹ Segundo Marquese (2004) as Ordenações Filipinas não regulavam de forma explícita a posse e o domínio senhorial sobre os escravos, indicavam apenas os fundamentos que legitimavam o cativeiro dos negros. E as

Já a legislação sobre os castigos aplicados aos escravos por seus senhores, da qual trataremos a seguir, segundo Marquese (2004), muda sensivelmente o foco das ações régias. Motivada pelos desdobramentos da luta contra o quilombo de Palmares²⁹², a Coroa promulgou disposições legislativas, a partir de 1688, que buscavam coibir os abusos senhoriais no trato dos escravos, entendidos como uma das principais razões que levavam os cativos à fuga²⁹³.

Em 20 de março de 1688, foi expedida, por iniciativa régia, a legislação que visava regulamentar o tratamento dado aos escravos pelos seus senhores. O rei encaminhou correspondência ao governador-geral determinando que, daquele momento em diante, em todas as devassas gerais se deveria perguntar sobre os senhores, que com crueldade castigavam seus escravos. Aos cativos deveria ser aplicado apenas o castigo moderado e permitido por lei, não sendo mais tolerados os excessos praticados por alguns proprietários. A carta régia determinava ainda, que os senhores que comprovadamente castigassem seus escravos de maneira excessiva, seriam obrigados a vende-los e concedia ao escravo a prerrogativa de denunciar os maus tratos.

Por ser informado que muitos dos moradores desse Estado que tem escravos lhes dão muito mal trato e os castigam com crueldade o que não é lícito aos senhores dos tais escravos porque só lhes podem dar aquele moderado castigo que é permitido pelas leis, e desejando evitar que os pobres escravos padeçam sobre lhes faltar a liberdade à tirania e vingança de seus senhores. Sou servido que de hoje em diante em todas as devassas gerais que se tirarem nesse Estado se perguntem pelos senhores que com crueldade castigarem os seus escravos e que aqueles que o fizerem sejam obrigados a vende-los a pessoas que lhes deem bom trato e que havendo denúncias perante as justiças dos senhores que na forma referida castigarem cruelmente os seus escravos se lhes tomem as denúncias e ainda nos que derem aos mesmos escravos castigados e no caso que se não provem as ditas denúncias ou querelas serão pelas justiças notificados os senhores dos tais escravos que por esta causa lhes não façam dano algum. (*Carta de Sua Majestade sobre a lei tocante aos escravos que forem castigados*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 159-160)

legislações complementares, como o regimento de condução dos negros, tratavam “basicamente do fluxo do comércio negreiro e das receitas régias por ele geradas”. MARQUESE, Rafael de Bivar. Ideologia imperial, poder patriarcal e o governo dos escravos nas Américas, c. 1660-1720. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 31, 2004 p. 53.

²⁹² Para mais informações sobre Palmares e a guerra contra o quilombo ver: GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2014 *passim*.

²⁹³ MARQUESE, *op. cit.*, 2004 p. 53.

Em nova carta datada de 23 de março do mesmo ano, ainda tratando sobre o assunto do castigo aplicado aos cativos, o rei visando coibir as punições excessivas que “não somente obram contra a proibição das leis, mas também contra a caridade do próximo”²⁹⁴, ordenou que o governador-geral tomasse informações sobre a forma que os senhores tratavam seus escravos “e achando que alguns excedem a moderação que lhes é permitida os castigueis arbitrariamente e quando acheis algum compreendido em excesso grave o fareis processar sumariamente remetendo ao ouvidor geral”²⁹⁵.

Dessa vez, ao contrário do que ocorrera na carta de 20 de março, o rei orientava que, na medida do possível, as ações que visavam punir os senhores deveriam ser tomadas sem o conhecimento dos escravos. O objetivo era “evitar que com menos justificada causa possam arguir a seus senhores”²⁹⁶. Prescrevia ainda que o arcebispo deveria reportar ao governador-geral quaisquer denúncias de maus-tratos que chegassem ao seu conhecimento, para que pudessem ser aplicadas as devidas penas²⁹⁷. Ao ordenar que as autoridades eclesiásticas reportassem quaisquer transgressões à legislação, fica evidente o interesse da Coroa de coibir os maus-tratos contra os escravos, já que essas autoridades estavam mais próximas da população do que o governador-geral. A lei estava promulgada, mas sua aplicação se mostraria inviável, já que contrariava os interesses dos grandes proprietários de escravos.

As ordens não foram bem aceitas no Brasil. Em 11 de agosto de 1688, o governador-geral remeteu correspondência a Lisboa apresentando os inconvenientes da aplicação da nova lei. Relatou já ter havido perturbações entre senhores e escravos que sem demora tinham tomado conhecimento das ordens régias. Ao analisar as informações prestadas pelo governador-geral, o rei revogou sua determinação “hei por bem que não tenham efeito as ditas ordens de 20 e 23 de março e que nesse Estado se guarde e observe o que as leis dispõem em comum sobre os senhores que a seus escravos dão imoderado castigo”²⁹⁸.

As políticas para o açúcar, implementadas durante o governo de D. Pedro II, não visavam apenas a proteção dos interesses dos senhores de engenho, elas buscavam garantir o desenvolvimento da indústria açucareira propiciando assim maiores rendimentos aos cofres régios. Com suas ações a Coroa pretendia instituir regulamentos que ordenassem práticas que

²⁹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 160-161

²⁹⁵ *Idem*

²⁹⁶ *Idem*

²⁹⁷ *Idem*

²⁹⁸ A resposta do rei foi escrita em Lisboa em 23/02/1689, BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Provisões, Patentes, Alvarás, Mandados 1651-1693*, vol. 32. Rio de Janeiro: Typografia Archivo de História Brasileira, 1936, pp. 394-395.

eram prejudiciais à indústria, como no caso dos castigos imoderados aplicados aos escravos por seus senhores.

A violência do senhor, além de, por vezes, causar a morte de escravos, poderia incitá-los à rebelião e eram essas situações que a legislação pretendia evitar. Todavia, as decisões régias que se opunham aos interesses dos senhores, alterando de alguma forma o *status quo*, tinham aplicabilidade reduzida ou acabavam revogadas, como ocorreu com a legislação ora estudada, dado o elevado poder político e econômico que essa classe detinha.

A lei das farinhas, inicialmente proposta pela Câmara de Salvador, nos dá mais um exemplo de que não era tarefa fácil opor-se aos interesses dos senhores de engenho.

3.3 – A Lei das Farinhas: exemplo da força política dos senhores de engenho

Em 14 de julho de 1686 a Câmara da Bahia encaminhou correspondência relatando ao rei a carestia de farinha de mandioca na cidade²⁹⁹. A carta ressalta a dependência que Salvador tinha da farinha vinda de mar a fora, principalmente das vilas de Camamú. Devido ao mal tempo ou a ação de inimigos, o produto recorrentemente faltava. A solução apresentada era que, através de determinação régia, “todos plantem cada ano 500 covas de mandioca por escravo que tiverem de serviço e particularmente os que lavram açucares por engenho e canas que possuírem terras para o poderem fazer e os que plantam tabaco dez léguas ao redor da cidade”³⁰⁰.

Em 15 de novembro do mesmo ano, o rei pediu que o governador-geral do Brasil (à época Matias da Cunha) o informasse sobre essa questão, consultando para tanto as pessoas que tivessem conhecimento da matéria³⁰¹.

Em sua resposta, Matias da Cunha se posicionou favorável a solicitação da Câmara de Salvador. Pediu apenas que os senhores de engenho fossem isentos da obrigação, dado que muitos engenhos não tinham terras próprias para plantar mandiocas.

[...] era muito justa a lei que o Senado pretendia sobre a planta das mandiocas porque com esta providencia ficaria o povo abundante de farinhas próprias, sem a dependência das que vinham do mar em fora das três vilas e não teria mantimento seguro e barato para o tempo de paz, mas a praça nos que por terra lhes podiam vir nas ocasiões que se oferecessem de guerra e estaria sempre a cidade livre da fome que ordinariamente introduzia a indústria dos mestres dos barcos e moradores daquelas vilas, que para lhes levantarem o preço costumavam falhar ao concerto de os trazerem, mas

²⁹⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 120-121.

³⁰⁰ *Idem*

³⁰¹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, p. 120

porque muitos engenhos não tem terras suas em que plantem as mandiocas e os donos das que as tem mandam ordinariamente aos que fazem farinhas se provem com as suas no inverno, se valiam e se valem dos escravos dos engenhos para as beneficiarem e padeciam grande detrimento em compreender a tal lei que parecia representar a Vossa Majestade, que se conceda ao Senado da Câmara o que pretende, ficando isento os donos dos engenhos. (BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1683-1695, vol. 89. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, pp. 90-91)

A matéria foi analisada pelo Conselho Ultramarino em 04 de fevereiro de 1688. Os conselheiros se posicionaram favoráveis a petição da Câmara, apesar de segundo seu entendimento não ser essa uma matéria nova. E assim como o governador geral, pediram que todos os cuidados fossem tomados para que a legislação não prejudicasse os senhores de engenho, pois muitos desses não tinham escravos suficientes para atender a nova determinação sem com isso, prejudicar a produção de açúcar:

Este arbítrio porem não é novo e já se praticou na mesma capitania e se não continuou pelos inconvenientes que se encontravam na sua execução sendo o maior o prejuízo que resultava a lavoura do açúcar porque os senhores de engenho e lavradores de cana não tem os negros que são necessários para o seu benefício e precisamente há de faltar a estes em se revertendo-os para a planta das farinhas. E assim parece que se deve mandar passar a lei que pedem os oficiais da câmara e também ordem do governador a parte para que antes de se publicar a dita lei a confira e comunique com os novos oficiais da Câmara e outros cidadãos e homens bons da governança que lhe parecerem mais prudentes e experimentados e não lhes parecendo inconveniente que ultrapasse mais que as utilidades referidas mande por em execução a dita lei. (*Parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento dos oficiais da Câmara da Bahia acerca do cultivo da farinha para o sustendo dos moradores*, AHU_ACL_CU_005, Cx. 2, D. 216)

O rei solicitou então, que a questão fosse encaminhada ao procurador da Fazenda para que o mesmo emitisse seu parecer sobre o caso. Esse foi assente ao governador do Brasil e salientou, assim como os membros do Conselho Ultramarino, que estender a obrigação aos senhores de engenho resultaria em prejuízo para a lavoura de açúcar “porque os senhores de engenho e lavouras de cana não tinham os negros que são necessários para o seu benefício e precisamente hão de faltar a ele, divertindo-os para a planta de farinha”³⁰².

No parecer, o Procurador pede ao rei que oriente o governador geral a aplicar a lei sem prejudicar a lavoura do açúcar, porque a do tabaco estaria livre de inconvenientes, pois, a maior parte das plantações estavam distantes mais de dez léguas de Salvador. Além disso,

³⁰² O parecer do procurador da Fazenda foi emitido em 06/02/1688. BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 95-96

como o tabaco “é lavoura que não ocupa o serviço dos negros todo o ano não fica sendo tão incompatível com a das farinhas”³⁰³.

Amparado em todas as informações, o rei expediu em 25 de fevereiro de 1688³⁰⁴ o alvará que determinava que os moradores até dez léguas ao redor de Salvador estavam obrigados a plantar 500 covas anuais de mandioca por escravo de serviço.

Hei por bem e mando que os moradores do Recôncavo da dita cidade da Bahia dez léguas ao redor dela sejam obrigados a plantarem todos cada ano, quinhentas covas de mandioca por escravos que tiverem de serviço, e particularmente os que lavram açúcar por engenho e canas que possuïrem terras para o poder fazer, e os que plantam tabaco. (*Alvará em forma de lei sobre a planta das farinhas*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 223-225)

O alvará é claro ao determinar que apenas os lavradores de cana estavam obrigados a plantar as 500 covas de mandioca. A obrigação não recaia sobre os senhores de engenho como pedira o governador geral, e demais autoridades régias. Na carta enviada junto ao alvará, o rei deixa ainda mais explícito o seu desejo de que a nova lei não prejudicasse a indústria açucareira

[...] mandeis por em execução a dita lei evitando nela quanto for possível que se não prejudique a lavoura do açúcar porque a do tabaco, além de que a maior parte se planta e beneficia fora das dez léguas que a dita lei compreende como é lavoura que não ocupa o serviço dos negros todo o ano não fica sendo tão incompatível com a das farinhas. (Carta de Sua Majestade sobre a forma que se há de dar cumprimento a lei das farinhas. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, p. 223)

Mesmo em situação de adversidade econômica o poder político dos senhores de engenho era muito grande. E não poderia ser diferente, já que a estrutura da sociedade

³⁰³ *Idem*

³⁰⁴ Prado Júnior (2012) falando sobre a carestia de alimentos que afligia os grandes núcleos populacionais da colônia, principalmente durante períodos de alta dos preços dos produtos da grande lavoura, afirma que “o alvará de 25 de fevereiro de 1688 mandava que os lavradores de cana plantassem pelo menos quinhentas covas de mandioca para cada escravo de serviço”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 171. A afirmação nos levou a interpretar que a expedição do alvará foi uma ação que partiu da Coroa, contudo, durante a pesquisa, pudemos elucidar a trajetória da legislação que se iniciou com a carta expedida pela Câmara da Bahia.

colonial estava moldada em torno dos engenhos³⁰⁵; tornando seus proprietários verdadeiros fidalgos do açúcar que exerciam seu domínio muito além da esfera econômica³⁰⁶.

Mas se promulgar leis que contrariavam os interesses dos senhores de engenho não era uma tarefa simples, não podemos afirmar que na atividade legislativa, a Coroa pretendia sempre atender aos anseios dessa classe.

Duas normas expedidas no período mostram que as autoridades régias tinham suas próprias concepções sobre o que era benéfico para a indústria açucareira. As leis sobre a distância entre engenhos e padronização das caixas de açúcar, demonstram que a Coroa objetivava tornar a produção mais eficiente, mesmo se opondo aos interesses dos senhores de engenho.

3.4 – A lei da distância entre engenhos

O aumento do número de engenhos vinha se tornando um problema, pois esses estavam sendo construídos cada vez mais perto uns dos outros, e concorriam entre si pelas canas. Em 1660 o juiz do povo de Salvador, Francisco Ruiz Braga, e dois misteres da cidade, encaminharam uma representação ao Conselho Ultramarino onde pediam que fossem proibidas as novas construções de engenhos à beira-mar no Recôncavo.

A inserção de novos concorrentes no mercado açucareiro era um problema para os produtores do Recôncavo, pois a maior parte da cana moída nos engenhos era plantada fora de seus domínios, por senhores de terras conhecidos como lavradores de cana. Muitos desses, após acumular capitais durante os anos de atividade, acabavam por se aventurar na construção de seus próprios engenhos, gerando diminuição da área cultivada com cana e consequente dificuldade dos engenhos marítimos acessarem essa matéria-prima.

Dependendo da quantidade de cana que tinham anualmente para moer, os engenhos podiam operar com maior ou menor intensidade. Se por algum motivo a safra fosse prejudicada, podiam trabalhar com menos capacidade, evitando assim custos adicionais com lenhas, cobres e outros insumos³⁰⁷. O problema é que muitos custos, como a manutenção da escravaria, não dependiam da quantidade de açúcar produzido e sem canas para moer o engenho estava fadado a ruína, e muitos foram os que se perderam.

³⁰⁵ “Embora desde o início existissem outros grupos e outras atividades no Brasil português, o açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira.” SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 209.

³⁰⁶ FERLINI, *op. cit.*, 2003 p. 288.

³⁰⁷ Segundo o documento os engenhos eram “uma perpetua consumição de escravos, bois, cavalos, moendas, madeiras, taboados, caixões, barcos, telha, tijolo, formas, lenhas, canas, ferro, aço, breu, cobre, enxareia, brou, estopa, lona, fazendas de vestir e comer de todo gênero” AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778.

O aumento do número de unidades produtivas podia ser facilmente compensado pela ampliação da área cultivada com cana, o problema, segundo os signatários da representação, era que “as terras marítimas capazes de cultura estão já todas plantadas e se tem fabricado tantos engenhos que há mais engenhos do que há canas para eles”³⁰⁸. No Recôncavo, a maior parte do transporte de matéria-prima era feito por via fluvial, e as lavouras de cana não podiam ficar muito longe dos engenhos, pois uma vez colhida essa tinha que ser rapidamente processada, preferencialmente no mesmo dia “para que não fique depois de cortada a murchar-se no engenho, ou não se seque exposta ao sol no porto, se este for distante da moenda”³⁰⁹, essa precaução era necessária para manter a doçura da cana e não prejudicar a qualidade do açúcar.

Dado a indisponibilidade de terras litorâneas no Recôncavo para o cultivo da cana e o fato dessas terem que ser processadas no mesmo dia que colhidas, foi solicitado ao rei que proibisse as construções de novos engenhos no litoral, sendo autorizada apenas a instalação de novas unidades produtivas no sertão em local que não prejudicassem os antigos:

Conveniente é logo ao serviço de Sua Majestade e ao bem público desta capitania que se ponha cobro em um dano que tão insensivelmente se tem introduzido e tão gravemente se vai experimentando no prejuízo comum dos engenhos que há. E o remédio é tão fácil como danosa a consequência de se lhe não dar. Este é mandar vossa majestade que Deus guarde por lei expressa que em consideração de todas as causas referidas, e de senão poder fabricar novos engenhos marítimos (pois não haja terras vizinhas ao mar em que se possa plantar canaviais que não estejam cultivadas com eles) sem evidente ruína dos outros: se não fabrique mais engenho algum em porto de mar, nem em parte do sertão, tão vizinha aos engenhos que há, que de algum modo os possa privar das canas, ou lenhas que neles se lavram ou possam lavar. E os que quiserem fabricar de novo o façam pela terra dentro donde há muitos massapês (que é a terra em que os canaviais se plantam) devolutos, e muitas lenhas que por distantes do mar são inúteis, imitando nisto os engenhos de Pernambuco e Rio de Janeiro, porque deste modo será maior a quantidade dos açucares, não padecerão detrimientos os engenhos marítimos, aproveitar-se-ão as terras e matos ociosos, crescerão as rendas reais nesta capitania e os direitos do comercio no reino [...] (AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778)

Termina a representação com a enumeração de três razões para que o rei expedisse a proibição: a primeira considera que não era o número de engenhos que determinava a quantidade do açúcar produzido e sim a quantidade das canas, e como todas as terras litorâneas já estavam cultivadas com essa, acrescentar mais engenhos só diminuiria a produção dos já instalados à beira mar. Em segundo lugar, a proibição garantiria a

³⁰⁸ *Idem*

³⁰⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 118.

manutenção das rendas dos vassallos tanto de senhores de engenhos como dos postulantes a esse posto. Por fim, consideravam que já havia legislação para a proteção dos engenhos e que essa só não fora aplicada por descuido da administração³¹⁰.

A representação foi vista no Conselho Ultramarino em abril de 1661. A rainha regente d. Luísa de Gusmão solicitou ao procurador mor da Fazenda Real no Brasil, Lourenço de Brito Correa, que “ouvindo aos oficiais da câmara homens do governo dessa cidade”, mandasse-lhe as notícias necessárias sobre a viabilidade da implantação da proibição e se a mesma geraria quebras na rendas e dízimos reais³¹¹.

Em maio de 1662, o procurador mor da Fazenda enviou seu parecer, posicionando-se contrário a proibição de instalação de novos engenhos. Afirmava Lourenço de Brito que o povo não tinha conhecimento da representação feita pelo juiz do povo e misteres, e que a proibição da construção de novos engenhos seria prejudicial para os cofres régios.

O procurador constatara, ao analisar os livros de registro dos contratos dos dízimos, que em tempos passados, havia mais engenhos na Bahia que produziam muito mais açúcares do que naquele momento. No período de alguns anos, teriam deixado de funcionar 27 engenhos (15 reais e 12 engenhocas), a maioria “extintos por morte de seus donos e serem bens partíveis que seus herdeiros não souberam conservar.” Apenas 11 engenhos novos haviam sido construídos: 2 de duas moendas e 9 de apenas uma, “os quais todos 11 não fazem mais do que faziam 4 engenhos dos reais antigos”³¹².

Em junho de 1662, uma nova representação, dessa vez assinada por homens nobres e da governança de Salvador³¹³, foi remetida ao Conselho Ultramarino. Os signatários dessa se

³¹⁰ A legislação a que se referem são os capítulos 28 e 29 do Regimento dos Governadores Gerais. No primeiro o rei determinava que os governadores deveriam favorecer “aos que fizerem engenhos de novo, ou reedificarem os caídos para que a terra se cultive”, enquanto que no segundo solicitava informações sobre as lenhas dos engenhos “para se dar a forma com que nelas se havia de proceder, para nunca poderem faltar”. Nisso consideram os autores do documento que ficava explícito o desejo da Coroa de “haver menos engenhos bem providos, que muitos que fossem uns consumo dos outros.” AHU_CU_005-02, Cx. 15, D. 1778

³¹¹ *Carta Régia da rainha regente D. Luísa de Gusmão proibindo a abertura de novos engenhos no Recôncavo da Bahia em lugares prejudiciais à lenha e à cana-de-açúcar.* AHU_ACL_CU_005, Cx. 2, D. 123

³¹² *Carta do provedor da Fazenda do Brasil, Lourenço de Brito Correia ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos de açúcar e conveniência de não se construírem mais junto ao mar.* AHU_CU_005-02, Cx. 16, D. 1862 – 1863

³¹³ No preâmbulo da representação os signatários apresentam seus postos que os credenciam a se identificar como homens nobres e da governança da terra “Nós os abaixo assinados fidalgos da Casa de Vossa Majestade e cavaleiros das três ordens militares e homens nobres e da governança desta cidade do Salvador Bahia de todos os santos e sua capitania, e nela povoadores e moradores e provedores mores da fazenda real e provedores da fazenda e juizes da alfandega dela e mais donos de engenho de açúcar e lavradores de cana e oficiais maiores do exército e presídio desta dita cidade, mestres de campo, tenentes de milícias de campo, general, capitães, ajudantes de tenentes gerais e capitães de infantaria e sargentos maiores”. *Representação dos moradores da Bahia ao rei [D. Afonso VI], sobre a necessidade de ser permitido construir mais engenhos, para um maior desenvolvimento, rendimentos dos moradores e das rendas reais e de defesa dos ataques do gentio bárbaro que destrói os engenhos.* AHU_CU_005-02, Cx. 16, D. 1868

posicionavam, assim como o provedor da fazenda, contrários a proibição de instalação de novos engenhos no Recôncavo. Para eles “nas capitanias donde houve muitos engenhos houve mais gente e mais comercio e mais cabedal e mais navegações”, isso porque:

o mais povoado no Brasil consta engenhos e seus lavradores e donde se fazem engenhos novos logo se povoa com vizinhança lavradores e cabedal e operários de todos os ofícios mecânicos. E os mais deles com suas igrejas e capelas porque o trato dos engenhos por mar e por rios e também por terra vem a ser como um lugar quase vila ou aldeia, porque de cana dos lavradores dos engenhos e seus mantimentos e legumes, e do mel dos açucares e do que lança desse se sustentam também os assistentes e oficiais. E os escravos de comer e beber, e nele há barcas navegações e gastos de ferro, cobre, breu, linho e as mais fabricas e ingredientes e cavalos, bois, carros, serventes, oficiais de carpinteiros, ferreiros, calafates, sapateiros, alfaiates, caldeireiros, correeiros, que todos tem suas soldadas ganancias e comodidades nos engenhos. (*Representação dos moradores da Bahia ao rei [D. Afonso VI], sobre a necessidade de ser permitido construir mais engenhos, para um maior desenvolvimento, rendimentos dos moradores e das rendas reais e de defesa dos ataques do gentio bárbaro que destrói os engenhos.* AHU_CU_005-02, Cx. 16, D. 1868)

Por essas razões, não se deveria proibir, em hipótese alguma, a construção de novos engenhos em quaisquer partes da capitania. Esses deveriam inicialmente ser instalados à beira mar próximos dos rios navegáveis partindo daí em direção ao sertão, onde “[...] os selvagens naturais que nos fazem guerra nos estão matando os moradores e seus escravos e famílias [...]”³¹⁴. Serviriam os novos engenhos como meio de colonização da terra e proteção contra o ataque dos índios, por isso a supressão do direito de construí-los seria um desserviço à Coroa e geraria significativas perdas aos cofres régios.

O secretário de estado do Brasil, e senhor de engenho, Bernardo Vieira Ravasco encaminhou um requerimento ao Conselho Ultramarino em julho de 1662, mostrando-se favorável à proibição de construção de novos engenhos à beira mar. Junto com o documento foi enviada uma carta, assinada por indivíduos que se apresentavam como: “cidadãos e moradores do Rio de Janeiro que de presente nos achamos nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos”, descrevendo o mesmo problema de diminuição na produção de açúcar decorrente do aumento do número de engenhos ocorrido naquela capitania³¹⁵.

Relatavam que enquanto havia no Rio de Janeiro entre 60 e 70 engenhos, esses embarcavam anualmente para o Reino quatorze até quinze mil caixas de açúcar. Quando

³¹⁴ *Idem*

³¹⁵ *Requerimento do secretário de estado do governo do Brasil, capitão Bernardo Vieira Ravasco ao rei [D. Afonso VI], solicitando o envio de requerimento e papel dos oficiais da Câmara da Bahia, sobre o inconveniente de se fazerem mais engenhos.* AHU_CU_005-02, Cx.16, D. 1871.

passaram a ser por volta de 160 engenhos, o montante das exportações diminuiu significativamente ficando próximo das nove mil caixas anuais. Isso se deu principalmente “porque os lavradores com cuja cana se conservavam perfeitamente os sessenta até setenta engenhos se resolveram a fabricar outros, com que ficaram destituídos de cana que não lhe moíam a sua”³¹⁶.

O secretário de estado deixa claro ainda, no seu requerimento, que no capítulo 29 do Regimento dos Governadores Gerais do Brasil, fica explicito o desejo da Coroa de que seria melhor menos engenhos providos de insumos do que muitos com dificuldades de obtê-los³¹⁷.

Novo parecer contrário à proibição de construção de novos engenhos foi enviado ao Conselho Ultramarino, em outubro de 1662, por Antônio Lopes de Ulhôa, provedor mor da Fazenda do Brasil. Seus argumentos são os mesmos que os utilizados pelos nobres da governança de Salvador. Alega o provedor que por duas razões não se deveriam proibir a construção de novos engenhos: primeiro pela conservação do estado pois, “[...] os engenhos são as povoações e vilas que fazem habitável essa capitania e estado”; a segunda seria pela conservação da Fazenda Real. Acrescenta que sobre as canas, eram recolhidos os dízimos e que havendo mais engenhos se poderia moer mais cana. Com isso os rendimentos dos cofres régios aumentariam³¹⁸.

Com poucos engenhos poderia sobrar cana que não fosse moída, gerando assim perdas para a Fazenda Real. Para o provedor mor, os signatários da Representação de 1660 erraram ao pedir que se proibisse a construção de novos engenhos “[...] e está igualdade que o juiz do povo quer que aja para que não falte cana aos engenhos, nem sobrem engenhos a cana, é melhor que quando se erre seja pela parte em que se seguram as rendas de Vossa Majestade que é havendo muitos engenhos.”³¹⁹

Em agosto de 1663, depois de terem chegado ao Conselho Ultramarino representações de várias autoridades da capitania, foi a vez da Câmara de Salvador encaminhar seu parecer sobre a proibição da construção de novos engenhos. Os oficiais daquela vereação eram

³¹⁶ *Idem*

³¹⁷ O requerimento segue com uma cópia do referido capítulo do regimento, nesse é tratado o problema da falta de lenha nos engenhos. Na correspondência original a seguinte passagem aparece grifada “[...] os vão cortando, e tenham lugar de crescerem umas enquanto as outras se cortam e que se não façam engenhos de novo tão perto de outros, que não fique de uns a outros lugar bastante de que tirar lenhas, fazendo-se para isto primeiro diligencia do provedor da capitania em que se houverem de fazer, porque muito mais importaria menos engenhos com lenhas bastantes que haver mais com falta de lenha, e consumir-se de maneira que venha a faltar a todos e perder-se tudo.” *Idem*.

³¹⁸ *Carta do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhôa ao rei [D. Afonso VI], sobre a proibição de se fabricarem engenhos de novo à beira-mar na Bahia, devido à falta de terrenos disponíveis para a cana e falta de lenha, o que não convém.* AHU_CU_005-02, Cx. 16, D. 1894.

³¹⁹ *Idem*

favoráveis a representação apresentada pelo juiz do povo e misteres, em setembro de 1660. Defendiam que novos engenhos “[...] só se possam fabricar de novo no sertão, uma légua distante ao menos dos engenhos marítimos, e em parte donde os não possam prejudicar na cana, lenha ou agua. Entre os que de novo se fabricarem no sertão haja meia légua de distância de um ao outro [...]”³²⁰.

Prestavam maior serviço a Coroa aqueles que, possuindo cabedais suficientes, comprassem os engenhos que se encontravam arruinados, do que aplicassem esses recursos na construção de novos. Para justificar seu argumento, os oficiais da Câmara diziam contar com a providência divina de “[...] não ser nenhum dos que nele estamos senhor de engenho, e sermos quase todos lavradores de canas”³²¹.

Em março de 1665, por ainda não haver desembarcado no Brasil um parecer da Coroa sobre a proibição de construção de novos engenhos a beira mar no Recôncavo, D. Vasco de Mascarenhas, governador geral do Brasil, escreveu ao Conselho Ultramarino se mostrando favorável à proibição. Descrevendo os males que enfrentavam os engenhos, conta que nos últimos anos as dificuldades haviam aumentado, pois as terras já cansadas estavam produzindo ainda menos canas³²². Defendia o governador na correspondência:

que Vossa Majestade se sirva mandar por lei expressa e inviolável que no Recôncavo desta capitania da Bahia se não fabrique mais engenho algum marítimo. E pelo sertão dela se plantem canaviais, aproveitem as terras e façam engenhos em parte donde não possam prejudicar nas aguas, lenhas e canas aos engenhos de beira-mar, e que estes se conservem e entre eles mais principalmente os reais como melhores e de maiores despesas, e moam as canas com que sempre se conservaram e neles foi costume lavar-se. (*Carta do governador-geral e vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, [D. Vasco de Mascarenhas], ao rei [D. Afonso VI], sobre convir que se conservem os engenhos que existem e não se construírem outros à beira-mar.* AHU_CU_005-02, Cx. 18, D. 2077)

A questão parecia muito complexa e continuou sem uma solução efetiva por parte da Coroa. Em 1669, o Conselho Ultramarino expediu parecer em que se mostrava contrário à proibição de fabricação de novos engenhos, tendo como fundamento os argumentos de conservação do Estado e manutenção das rendas da Fazenda Real³²³.

³²⁰ *Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. Afonso VI], sobre a conveniência de se conservarem os engenhos de açúcar velhos e não se criarem novos, para não arruinarem os lavradores.* AHU_CU_005-02, Cx. 17, D. 1951

³²¹ *Idem*

³²² *Carta do governador-geral e vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, [D. Vasco de Mascarenhas], ao rei [D. Afonso VI], sobre convir que se conservem os engenhos que existem e não se construírem outros à beira-mar.* AHU_CU_005-02, Cx. 18, D. 2077.

³²³ AHU_CU_005-02, Cx. 16, D. 1894. O parecer está à margem do documento datado de 02/10/1662.

Apesar do posicionamento do Conselho, não houve comunicação oficial da decisão às autoridades da Bahia. Prova disso é que ao menos mais uma correspondência foi remetida a Lisboa, tratando sobre a falta de canas.

Em 1670, a Câmara de Salvador encaminhou ao Conselho Ultramarino petição para que fosse expedida lei proibindo a construção de engenhos à beira-mar. A situação que descrevem não é muito diferente da relatada na Representação de 1660:

Em consideração dos gravíssimos danos que haviam padecido os engenhos que havia bastantes a moer as canas que há em todo o Recôncavo com os que de novo se fabricaram: pois para estes não só deixaram os lavradores que os fizeram em pastos para sustentar os cavalos e bois a maior parte de seus canaviais e diminuíram aos outros engenhos a cana que lhe davam. Contra que lhe tiravam: mas fizeram encarecer as lenhas, os fornecimentos, os escravos, e as soldadas de que resultou perecerem muitos engenhos. Lavravam menos açúcar que o que se fazia nos antigos e ficaram todos seus donos empenhados. E temendo lhes que se continuasse está pernicioso liberdade de levantar cada lavrador que quisesse um engenho seria cada vez maior o dano de todos: pois nenhum nem outros teriam cana suficiente para as safras e seria maior a despesa do fornecimento que metem do que a ganancia do açúcar que livrassem, por serem todos de beira mar e grandíssimos os gastos que fazem com as embarcações de que se servem. (*Carta do governador-geral do Brasil, Alexandre de Sousa Freire ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a conveniência de não se fabricarem mais engenhos perto do mar.* AHU_CU_005-02, Cx. 20, D. 2366)

Os oficiais da Câmara afirmam que “até o presente não tem vindo resolução alguma de Vossa Alteza”, e porque iam sendo “cada vez mais públicas e graves as experiências do dano”, pediam que enquanto “ não vem a resolução de Sua Alteza mande por seu real serviço e bem público desta capitania promulgar lei e ordem vinculável que até não vir a resolução de Sua Alteza a quem tem dado conta se não fabrique engenho algum a beira mar nem em parte do sertão, donde possa prejudicar aos antigos”.³²⁴

Não encontramos na documentação qualquer indicio de que a carta da Câmara tenha sido respondida; e nos anos que se seguiram, o debate sobre a falta de canas parece ter se esfriado. Acreditamos que as sucessivas perdas geradas pela falta do insumo obrigaram os interessados em construir novas unidades produtivas, a instala-las no sertão da capitania. Isso parece se confirmar quando em 1680 inicia-se uma nova discussão sobre a construção de engenhos, tendo dessa vez como cerne a disputa pelas lenhas entre os engenhos do sertão. Ao contrário da questão das canas, essa teve uma resposta mais célere da Coroa.

³²⁴ *Carta do governador-geral do Brasil, Alexandre de Sousa Freire ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a conveniência de não se fabricarem mais engenhos perto do mar.* AHU_CU_005-02, Cx. 20, D. 2366.

Em carta datada de 25 de julho de 1680, os oficiais da Câmara da Bahia relatavam o grande “prejuízo que se seguia em se fabricarem muitos engenhos de açúcar juntos uns dos outros pela terra dentro sem terem lenhas bastante para seu gasto”³²⁵. Explicavam que os engenhos consumiam grandes quantidades de madeira, e uma vez derrubadas as árvores “não tornavam a dar outras menos de vinte anos e estas ainda muito fracas para o cozimento dos açúcares”³²⁶.

Na correspondência pediam que fosse expedida legislação proibindo a construção de novos engenhos no sertão e que entre os já existentes fosse respeitada a distância mínima de meia légua uns dos outros, privilegiando os que tivessem sido construídos primeiro.

E parecia justo que os engenhos que primeiro se fizeram abrindo estradas e matos pela terra dentro se conservassem e não permitisse levantar outros, que lhes prejudicasse as lenhas se não tivessem terra bastante para si e para a necessidade do engenho que se levantou primeiro, e que a distância de um engenho ao outro fosse de meia légua, para que não ficassem em breve tempo desfabricados, faltando as lenhas com diminuição dos dízimos reais, e era mais útil conservar-se um muitos anos, que perderem-se dois em pouco tempo. (BIBLIOTECA NACIONAL. *op. cit.*, vol. 88, pp. 209)

Consultado sobre o caso, o procurador da Fazenda Real concordou que seria viável estipular a distância de meia léguas entre os novos engenhos, visando preservar as lenhas necessárias ao funcionamento dos mesmos. Contudo, no seu entendimento, a regulamentação da distância recaía apenas sobre os engenhos do interior, pois: “os que ficavam junto ao mar não militavam neles as razões referidas, porque as lenhas e as canas lhe vinham ordinariamente de diferentes sítios e assim não necessitavam de mais terra que para pastos”³²⁷.

Após apreciação do procurador, a solicitação da Câmara foi encaminhada ao governador geral para que esse, após consultar pessoas entendidas no assunto, desse seu parecer sobre o caso.

O parecer do governador foi remetido em junho de 1681, relatando que após consultar os senhores de engenho concluía que meia légua era uma boa distância entre as unidades produtivas, já que “em menos distância que essa não era possível que houvesse pastos suficientes para sustentarem os cavalos e bois que eram necessários nas moendas das canas e conduções das lenhas que se haviam de gastar no dito engenho”³²⁸.

³²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *op. cit.*, vol. 88, pp. 209-211

³²⁶ *Idem*

³²⁷ *Idem*

³²⁸ *Idem*

Solicitava, contudo, que não fossem proibidas as construções de novos engenhos nos sertões, “porque por este meio se iam povoando aqueles ermos”. Também lembrava que os açúcares produzidos nos engenhos do interior eram os melhores do Brasil e “que seria rigor impedir-se ao senhorio de uma fazenda que pudesse fabricar nela o que lhe fosse mais conveniente sem prejuízo de terceiros, como era levantar um engenho em distância de meia légua do outro”³²⁹.

Tanto o Conselho Ultramarino como o procurador da Fazenda Real concordaram com os argumentos apresentados pelo governador geral, salientando o procurador que “os moradores faziam uma grande despesa na fábrica de um engenho, e se lhe faltava terra vinham a perder todo o emprego e a Fazenda Real os dízimos”³³⁰.

Em 03 de novembro de 1681, D. Pedro expediu provisão em que determinava que não se poderiam fabricar engenhos nos sertões a menos de meia légua uns dos outros, determinava também que respeitada essa distância poderiam ser construídas novas unidades produtivas no interior.

Hei por bem e mando que pela terra dentro do dito Estado do Brasil se não possam fabricar engenhos, em menos distancia de meia légua de um a outro, que vem a importar mil e quinhentas braças de engenho a engenho; e por ser desnecessária mais largueza de terra para se conservar qualquer engenho no sertão, hei outrossim por bem que, excedendo a dita distancia de mil e quinhentas braças de terra, se não proíba aos senhores das fazendas do sertão poderem levantar novos engenhos. (SILVA, *op. cit.*, 1857, p. 84.)

Expedida a legislação, os senhores dos engenhos já instalados passaram a se valer dela para impedir que as construções iniciadas, antes da promulgação da lei, fossem concluídas. Isso fez com que alguns moradores da Bahia se queixassem ao Conselho Ultramarino.

Em novembro de 1682, as queixas de quatro moradores foram analisadas³³¹ no Conselho. Relatavam os suplicantes que “as pessoas que tem engenhos acabados próximos aos seus lhes vieram com embargos impedindo-lhes o continuarem com a sua obra, com grande perda de suas fazendas por terem despendido muitas em darem princípio aos ditos seus engenhos, tomando por fundamento a proibição da lei”. Pediam que se lhes passassem

³²⁹ *Idem*

³³⁰ *Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta dos officias da Câmara da Bahia, acerca do prejuízo que se segue de se fabricarem engenhos pela terra dentro, juntos uns dos outros.* AHU_CU_005-02, Cx. 25, D. 3031 e 3032

³³¹ Os queixosos eram o padre Bartolomeu Soares, Cristóvão Cavalcante de Albuquerque, Manuel de Brito e Miguel Pereira da Costa todos moradores no distrito da Bahia. *Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre requerimentos dos construtores de engenhos, padre Bartolomeu Soares, Cristóvão Cavalcante de Albuquerque, Manuel de Brito e Miguel Pereira da Costa, acerca da provisão que proíbe que se façam a menos de meia légua uns dos outros.* AHU_CU_005-02, Cx. 26, D. 3138 e 3139

“provisões para que os ministros a que toca lhes não impeçam fabricarem os seus engenhos sem embargo da dita provisão, visto serem principiados antes da publicação dela”³³².

Ao analisar os requerimentos, o procurador da Fazenda consentiu com o pedido, acrescentando que o entendimento deveria valer para todas as construções de engenhos iniciadas antes da promulgação da lei de distância mínima:

devia entender-se e praticar-se somente nos engenhos que depois da dita provisão chegar ao dito estado se fizeram e fabricaram de novo e não podia ter lugar nos que já antes da dita lei tinham princípio. Porquanto as leis, e mais ainda as proibitórias, sempre regularmente respeitavam ao futuro e se não estendiam ao pretérito, principalmente nesta matéria para ser ordinariamente muito considerável a despesa que se fazia na fábrica de um engenho, e assim lhe parecia se devia declarar a dita lei não só a respeito dos suplicantes mas geralmente para todos. (*Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre requerimentos dos construtores de engenhos, padre Bartolomeu Soares, Cristóvão Cavalcante de Albuquerque, Manuel de Brito e Miguel Pereira da Costa, acerca da provisão que proíbe que se façam a menos de meia légua uns dos outros.* AHU_CU_005-02, Cx. 26, D. 3138 e 3139)

Em janeiro de 1683, foram expedidas provisões aos suplicantes “para que a cada um deles se lhes não impeça o continuarem em a fábrica dos seus engenhos que levantaram na Bahia antes de chegar a provisão em forma de lei”³³³.

Os oficiais da Câmara de Salvador, em carta de agosto de 1684, relatavam que muitos senhores de engenho fazendo uso da nova lei, impediam que fossem iniciadas construções a menos de meia légua de suas unidades produtivas, mesmo que essas não os prejudicassem. Segundo seu relato, no sertão poderiam ser construídas unidades em distâncias menores que as 1.500 braças determinadas por lei, isso porque “nos matos do Brasil em algumas partes se pode fazer muitos engenhos dentro de meia légua sem fazerem prejuízo uns aos outros, e muitas vezes se fabricam mais perto em razão da agua e massapês de que necessitam, e não por prejudicar a outro”³³⁴. Dado que essa situação vinha gerando muitos questionamentos, pediam ao rei que analisasse o caso “para que por uma vez se resolvam estas duvidas com toda a brevidade”³³⁵.

A resposta régia deixa claro que a Coroa pretendia que a lei fosse rigorosamente seguida, fazendo exceção apenas as construções que tivessem sido iniciadas antes da promulgação da mesma:

³³² *Idem*

³³³ *Idem*

³³⁴ *Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. Pedro II], sobre a dúvida relativa à provisão para se não fabricar engenhos em menos de meia légua, uns dos outros.* AHU_CU_005-02, Cx. 27, D. 3245 e 3246

³³⁵ *Idem*

Hei por bem de declarar geralmente para todos que a provisão em forma de lei que mandei passar para se não fabricarem engenhos no sertão do estado do Brasil senão com meia légua de distância de uns a outros se deve entender e praticar somente nos engenhos que depois da dita provisão chegar ao dito estado se fizeram e fabricaram de novo, e não pode ser lugar nos que já antes da dita lei tinham princípio, porquanto as leis e mais ainda as proibitórias sempre regularmente respeitam ao futuro e se não estendem ao pretérito, principalmente nesta matéria por ser ordinariamente muito considerável a despesa que se faz na fábrica de um engenho. Pelo que mando ao meu governador e capitão geral do estado do Brasil, provedor mor de minha fazenda dele, ministros e mais pessoas a que devam, cumpram e guardem está provisão sem duvida alguma. (*Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. Pedro II], sobre a dúvida relativa à provisão para se não fabricar engenhos em menos de meia légua, uns dos outros.* AHU_CU_005-02, Cx. 27, D. 3245 e 3246)

Não podemos afirmar que a lei tenha sido seguida à risca, como esperava a Coroa, fato é, que na documentação consultada para a elaboração do presente trabalho não encontramos quaisquer menções à problemas com a aplicação da lei posteriores a 1684.

Se a questão da distância mínima para implantação de novas unidades produtivas parece ter sido acatada pelos moradores da Bahia, as leis que procuravam evitar a fraude nas caixas de açúcar, aparentemente, também o foram. No enfrentamento do problema da falsificação, a Coroa tinha a grande vantagem de poder fiscalizar o cumprimento das determinações, já que as caixas de açúcar exportadas obrigatoriamente tinham que passar pelas alfândegas do Reino

3.5 – Combate às fraudes e a tentativa de padronização do açúcar

A adulteração do açúcar vinha impondo muitas perdas ao comércio, e com intuito de reverter essa situação foi expedido em 23 de março de 1687, alvará que determinava que: daquela data em diante todas as caixas de açúcar produzidas no Brasil deveriam trazer uma marcação a ferro que identificasse o engenho em que o produto fora produzido e a qualidade do mesmo. A identificação da qualidade seria feita por letras: para os finos um F, R para os redondos e B para os baixos.

Eu EL-Rei faço saber aos que este meu alvará em forma de lei virem que tendo consideração ao que a Junta do Comércio Geral me representou em razão de ser das principais causas para não terem saída e gasto os açúcares do Brasil, o mal que se obram os excessivos preços por que se vendem, e as misturas que deles fazem tudo em prejuízo dos compradores do comércio e do Reino e para que este dano em parte se evite e se tire totalmente o estilo de que naquele estado se usa de serem os mesmos internados no valor dos frutos os que lhes põem os preços como são os vereadores que em os porem

mais caros fazem o seu negócio e de outros interessados. Hei por bem e mando que no Estado do Brasil se ponham em todas as caixas e fechos de açúcar marcas de fogo nos engenhos em que forem fabricados, nas quais se acrescente um “F” também de fogo para os finos um “R” para os redondos e um “B” para os baixos para assim se evitarem as misturas e vendas de uns por outros. (*Carta de Sua Majestade que acompanha a lei sobre os açúcares*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720*, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, p. 168)

No caso de se encontrarem açúcares misturados ou de qualidades inferiores serem vendidas como sendo de superiores, seria imposta uma pena pecuniária para o fraudador correspondente a três vezes o valor do produto. Além disso, o infrator seria desterrado do Brasil por dez anos. Na lei, o rei mais uma vez defende que não sejam colocados preços certos nos açúcares “por se entender que assim se lavrarão melhor”³³⁶.

O alvará não surtiu o efeito esperado e o rei promulgou, em 15 de dezembro de 1687, uma Lei Geral para todas as capitanias do estado do Brasil. Nessa o procedimento de identificação da qualidade do açúcar por letras foi mantido. Foi determinado que as caixas de açúcar deveriam ser pesadas em um trapiche onde haveria o Ver-o-Peso, que emitiria um termo atestando a qualidade do produto. A lei determinava ainda que as caixas deveriam trazer marcação à ferro da sua tara³³⁷.

As caixas encaminhadas para o Reino por conta dos senhores de engenho estavam desobrigadas de passar pelo Ver-o-Peso, mas deviam trazer a marca do engenho e a tara da caixa, assim como todas as outras, para que no caso de quaisquer divergências na qualidade ou peso, o produtor fosse responsabilizado³³⁸.

As penas para a falsificação de açúcar foram abrandadas. O senhor de engenho pego falsificando o produto pagaria uma multa de quarenta mil réis e seria degredado por dois anos para outra capitania do Brasil. Para os caixeiros, tanto a pena pecuniária como o tempo de degredo seriam os mesmos. A única diferença estava no local de cumprimento da pena, que para esses profissionais seria em Angola. Havendo reincidência as penas seriam dobradas³³⁹.

Na mesma data em que foi promulga a Lei Geral, o rei encaminhou carta ao governador-geral do Brasil determinando que fossem tomadas medidas para solucionar outro problema que afetava a qualidade do açúcar, e conseqüentemente sua reputação no mercado internacional.

³³⁶ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 167-169

³³⁷ SILVA, *op. cit.*, 1859, pp. 131-132. A tara correspondia ao peso da caixa em que estava embalado o açúcar.

³³⁸ *Idem*

³³⁹ *Idem*

Uma considerável parcela do produto estava sendo encaminhada para Europa em caixas feitas com madeira verde que, devido a sua umidade, acabavam alterando a qualidade do açúcar. O rei ordenou que o governador instituísse as penas que lhe parecessem necessárias para evitar que os açúcares encaminhados ao Reino fossem acondicionados em caixas feitas com madeira verde³⁴⁰.

Em agosto de 1688, o governador-geral do Brasil respondeu ao rei que não seria necessário impor penas aos senhores de engenho, que acondicionavam seus açúcares em caixas de madeira verde, porque “nenhum senhor de engenho ou lavrador chegava a meter o seu açúcar em caixões verdes senão obrigados da necessidade de o não terem secos”³⁴¹.

Segundo o governador os produtores de caixas da Bahia não produziam a quantidade suficiente para acondicionar todo o açúcar fabricado na capitania. Algumas caixas tinham que ser trazidas de outras localidades e iam secando durante o processo de moagem da cana. Era conveniente para o senhor de engenho que as caixas fossem secas, as verdes só eram usadas quando se tinha que escolher entre perder o açúcar nas formas ou acondiciona-los nessas³⁴².

O rei entendeu os inconvenientes que levavam os senhores de engenho a usar as caixas de madeira verde, mas pediu ao governador-geral que cuidasse para que na medida do possível fosse mandado pouco açúcar dessa forma para o Reino “pelo dano que recebem e o mal que reputa a este gênero”³⁴³.

O peso das caixas de açúcar remetidas do Brasil representava também um problema para as alfândegas do Reino, isso porque não havia um padrão e muitas eram excessivamente pesadas. Isso dificultava o seu transporte durante o descarregamento da frota, quando alguns trabalhadores do porto “deixavam e se ausentavam, por não perigarem na vida e saúde, com o peso a que suas forças não chegam”³⁴⁴.

Em novembro de 1698, foi expedida lei que determinava que as caixas de açúcar poderiam pesar no máximo quarenta arrobas, somados o produto e a caixa, “e todo maior peso que nelas houver seja perdido, na mesma espécie de açúcar, para minha Fazenda, o qual mandara tirar o provedor de alfandega dentro nela, assim como se achar o excesso na balança”³⁴⁵.

³⁴⁰ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, p. 208.

³⁴¹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 106-107.

³⁴² *Idem*

³⁴³ *Idem*. A resposta do rei data de 22/02/1689, antes de tomar conhecimento da carta do governador-geral o rei havia expedido outra correspondência tratando sobre o mesmo assunto em 15/02/1689, BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, p. 196.

³⁴⁴ SILVA, *op. cit.*, 1859, pp. 421-422.

³⁴⁵ *Idem*, p. 421.

Como vimos no decorrer desse capítulo, as ações empreendidas para o açúcar buscavam diminuir os custos de produção, bem como ordenar a indústria. Como o sucesso dessas políticas dependia de uma conjuntura internacional favorável, e esse quadro, nas últimas décadas do século XVII, estava comprometido pela concorrência do açúcar antilhano, a Coroa não logrou restaurar os ganhos obtidos com o comércio do produto, experimentados no início do século.

Nesse contexto era necessário encontrar novas fontes de receita. Intentando alcançar esse objetivo, a Coroa empreendeu algumas ações que visavam ampliar seus ganhos com o comércio do Brasil, no final do século XVII, sobre essas trataremos no próximo capítulo.

Capítulo 4 - A busca por novas fontes de receita no Brasil.

Com a indústria açucareira em crise, e as ações régias para recuperar o setor limitadas pela conjuntura internacional do mercado do produto, era imperativo para a Coroa encontrar novas fontes de receita. Procuraremos demonstrar que a tentativa de diversificar a pauta de exportações da colônia foi o meio utilizado para atingir esse objetivo, já que o expediente de elevação de impostos estava limitado pois, durante a segunda metade do século XVII, novas e pesadas contribuições haviam sido impostas aos moradores do Brasil³⁴⁶.

No presente capítulo analisaremos quatro medidas colocadas em prática no campo econômico, a saber: 1) aclimação das especiarias do oriente; 2) criação de mecanismos para ampliar o controle sobre a fumicultura, 3) fomento da economia do Estado do Maranhão e Grão-Pará e 4) fundação da Colônia do Sacramento. Além dessas ações, durante seu governo, D. Pedro incentivou as expedições que visavam descobrir metais preciosos no interior da colônia, sobre as quais falaremos brevemente.

Apesar desse trabalho estar focado nas variáveis econômicas, seria um erro afirmar, que a Coroa, no momento da tomada de decisão, considerava apenas esses fatores. A manutenção dos domínios e as necessidades dos súditos eram também considerados no momento de colocar em prática uma medida que afetava a economia da colônia.

A necessidade de conservação dos domínios foi um dos fatores que levaram a Coroa a fundar a Colônia do Sacramento, empreitada que visava garantir a posse do território mais meridional do Brasil. Da mesma forma, não podemos desvincular as ações de fomento da economia do Maranhão, do interesse régio de garantir a posse dessa importante região de fronteira. Motivações políticas eram, portanto, uma variável muito importante para as decisões da Coroa.

Dentre as medidas, empreendidas nas últimas décadas do século XVII, que buscavam aumentar as receitas régias através da diversificação da pauta de exportações da colônia, as que trouxeram os maiores ganhos foram as implementadas na cultura do tabaco. As outras, mesmo não tendo alcançado o êxito esperado, demonstram o conteúdo programático da atuação régia no período.

Apesar dos mecanismos de controle da fumicultura terem sido os mais rentáveis, à medida que melhor representa a intencionalidade da Coroa de promover a economia do Brasil é a aclimação das especiarias. Por esse motivo, e por termos chegado a conclusões, sobre o fracasso da empreitada, que diferem de outros autores, falaremos dessa ação antes da

³⁴⁶ Referimo-nos as novas contribuições impostas para pagar o acordo de paz firmado com a Holanda e o dote do casamento da infanta Catarina com o rei da Inglaterra Carlos II.

economicamente mais importante.

Iniciaremos o capítulo com uma análise das instruções dadas a Roque da Costa Barreto, quando esse foi eleito governador geral. Essas ordens demonstram o interesse da Coroa de diversificar as fontes de receitas oriunda do Brasil.

4.1 – As instruções de Roque da Costa Barreto

A preocupação da Coroa com a diversificação das fontes de receitas oriundas do Brasil fica clara, quando analisamos as instruções que Roque da Costa Barreto recebeu ao ser eleito governador geral da colônia.

Barreto trouxe consigo um novo regimento para os governadores gerais que, na maior parte, era uma compilação de regimentos anteriores³⁴⁷. Em apenas 7 artigos, dos 61 que compõem o compêndio, encontramos referências às questões econômicas³⁴⁸. Se esse assunto foi pouco tratado no regimento, as instruções específicas dadas ao novo governador geral detêm-se, quase que exclusivamente, sobre a economia da colônia. Logo no primeiro artigo das instruções, D. Pedro deixa claro que: “é de tanta importância e consideração ter eu entendido as rendas que possui minha Fazenda em todo o Estado, imposições e contribuições que pagam os povos dele, que desejando muito serem-me presentes e o fundamento com que se pagam e a que se aplicam”. O governador é instruído a apurar todas as despesas que a Real Fazenda tinha no Brasil, para tanto deveria remeter para Lisboa “os traslados das folhas eclesiásticas e seculares, com a distinção do que cada um recebe e porque ordens”³⁴⁹.

Às câmaras, Barreto deveria ordenar o envio de uma “relação dos impostos e donativos que se cobram por seus oficiais e a que os aplicam, a infantaria a que pagou e quanto há nas ditas praças”. O regente solicitava ainda que o governador apurasse os

³⁴⁷ O regimento dado a Roque da Costa Barreto em 23 de janeiro de 1677, “apresentava poucas diferenças em relação aos que foram elaborados durante a União Ibérica, particularmente os dois últimos, de Gaspar de Sousa e Diogo de Mendonça Furtado, destacadamente o deste último”. CONSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume Editora, 2009 p. 253.

³⁴⁸ No artigo 26 são dadas instruções de como a terra deveria ser povoada e cultivada. No 27 o governador geral é exortado sobre os cuidados necessários para que não falte lenha para a produção dos engenhos. No 28 o cuidado na colheita do pau brasil é o tema central. O artigo 29 trata sobre a viabilidade de se produzir salitre no Brasil. No 30 são dadas instruções sobre o contrato das baleias e no artigo 48 são elencadas as liberdades concedidas aos habitantes de algumas nações, como ingleses e holandeses, de comerciarem com o Brasil. No artigo 54 o rei concede a exploração das minas do Brasil aos vassallos, dada a falta de recursos da fazenda real. *Regimento novo de Sua Alteza que trouxe em sua companhia o mestre de campo general deste estado a cujo cargo está o governo dele para se guardar no dito estado*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Livro 1º dos Regimentos 1653-1684, vol. 79. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1948 pp. 244-287. Mudança importante dada pelo novo regimento foi a forma de arrematação dos contratos dos dízimos. Esses que até então eram arrematados anualmente, “passaram a ser negociados por triênio”. CONSENTINO, *op. cit.*, 2009 p. 265.

³⁴⁹ *Instrução a parte de Sua Alteza que trouxe o mestre de campo general e governador deste estado do Brasil para os negócios de que por ela veio encarregado*. BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 79 p. 288-289.

pagamentos de tenças feitos por conta da Fazenda Real, além de informações sobre a cobrança dos dízimos, que “se não tem notícia certa quando começam nem quando acabam, o tempo porque se arrematam e enquanto andam”³⁵⁰.

No artigo 7 das instruções, Barreto é exortado a tomar notícias dos regimentos do provedor-mor e dos provedores da Fazenda, ouvindo as pessoas que, para tanto, julgasse necessário. Depois de concluídas as diligências as informações deveriam ser remetidas ao Reino para que os regimentos pudessem ser reformados. Antes do embarque do governador para o Brasil, chegaram a Lisboa rumores, de que muitos cargos da folha eclesiástica da Bahia encontravam-se vagos, sem que o preposto da Sé informasse essa situação a Coroa. Barreto foi orientado a apurar esse caso, visando preservar as rendas que vinham sendo indevidamente gastas no pagamento de cargos não ocupados³⁵¹.

Roque da Costa deveria verificar a situação das consignações, em especial os valores empregados no pagamento das dívidas contraídas pela Fazenda Real e os aplicados na aquisição de armas e munições, bem como na manutenção das fortalezas³⁵².

No artigo 12, as ordens sobre o cuidado com as receitas régias aparecem sintetizadas:

e assim vos encomendo e mando vejais os mais pagamentos que se tem feito e fazem sem provisão minha para que se não continue, tendo particular cuidado para que nenhuma divisa velha se pague sem eu o mandar e o mesmo executareis não consentindo se façam remates de contas por estarem proibidos por ordens e regimentos meus. (*Instrução a parte de Sua Alteza que trouxe o mestre de campo general e governador deste estado do Brasil para os negócios de que por ela veio encarregado*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Livro 1º dos Regimentos 1653-1684, vol. 79. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1948 p. 293)

Até esse ponto, as instruções tratavam apenas de ações que deveriam ser tomadas para evitar os descaminhos das receitas régias. Nos artigos seguintes, o foco passa para a origem dos rendimentos. O governador é exortado a colocar em prática algumas ações que visavam diversificar as fontes de renda da Coroa no Brasil.

O artigo 14 das instruções versa sobre a exploração das minas de salitre do rio de São Francisco. O governador deveria tomar as providências necessárias para se iniciar o processamento do produto, fazendo diligências “para que façam a experiência e vos informem da quantidade e qualidade dele, e do que resultar me dareis conta e do modo com que se pode entabular esta fábrica e pouco mais ou menos o que poderá custar cada quintal de salitre posto

³⁵⁰ *Idem* pp. 289-290.

³⁵¹ *Idem* pp. 291-292.

³⁵² *Idem* p. 293.

ou nessa praça ou em Pernambuco”. No artigo 15, o príncipe regente, ordenou que fossem enviadas expedições as capitanias da repartição do sul “para averiguação das minas de prata de Paranaguá ou da Serra de Sabaraboçu”. Essas expedições serviriam para constatar se as minas existiam de fato, ou se não passavam apenas de rumores. Já no artigo 17, o governador é instruído a apurar a quantidade máxima de sal que poderia ser introduzida no Brasil, de forma a aumentar os rendimentos com a arrematação do estanco do produto³⁵³.

O artigo 18, volta a falar das consignações, dessa vez trata dos recursos oriundos do Conselho Ultramarino, que eram aplicados na aquisição de armas, pólvora e munições. No artigo seguinte, o governador é informado que traria consigo ao Brasil “oitenta quintais de pólvora boa em seus barris e duzentas espingardas da fábrica de Portalegre”, para serem vendidas aos moradores do Recôncavo³⁵⁴.

Dos 22 artigos que compõem as instruções, apenas os 3 últimos não tratam de questões econômicas³⁵⁵. Se por um lado o documento deixa transparecer a importância das receitas do Brasil, por outro demonstra que essas não vinham sendo bem administradas, evitar os descaminhos dos rendimentos era, pois, uma tarefa urgente. Ademais, a Coroa advogava que novas fontes de receitas deveriam ser exploradas pelo governador, demonstrando um conhecimento do potencial de diversificação da economia colonial.

As informações sobre a economia colonial chegavam a Lisboa por intermédio de relatórios e pareceres. Esses ora eram elaborados por solicitação das autoridades régias, ora eram encaminhados pelos vassallos, acompanhando alguma reivindicação. Fosse qual fosse o trajeto dessas informações, era baseado nelas que a Coroa tomava suas decisões.

As instruções dadas a Roque da Costa Barreto são uma síntese do que foi a ação da Coroa durante as últimas décadas do século XVII. Nelas encontramos dois tipos de ordens: 1) as que pretendiam aumentar a eficiência, dos mecanismos de controle da arrecadação de impostos, visando diminuir os descaminhos das receitas e 2) as que objetivavam diversificar as fontes de rendimento.

Sobre essas duas variáveis se alicerçaram as decisões tomadas no período, ora o foco era a ampliação dos meios de controle, ora a diversificação das fontes de renda. Isso parece

³⁵³ *Idem* pp. 294-296.

³⁵⁴ *Idem* p. 296.

³⁵⁵ O artigo 20 trata de uma devassa que deveria ser feita sobre a atuação de alguns ministros da Relação, no 21 são dadas instruções sobre a posse de um novo desembargador no Tribunal, João da Rocha Pita, e no artigo 22 o regente pede para ser informado sobre todas as ações do governador, no tocante ao cumprimento das ordens dadas, através do Conselho Ultramarino. Os artigos 13 e 16 tratam sobre a diminuição de custos suportados pela Fazenda Real, por essa razão consideramos que abordam também a questão econômica. O artigo 13 trata da remessa para o Reino das peças de artilharia que se encontravam sem condições de uso. Já o 16 fala de algumas fortalezas desnecessárias que, por produzirem dispêndios supérfluos, deveriam ser desativadas.

ficar mais explícito quando analisamos individualmente os planos colocados em prática pela Coroa, como faremos a seguir.

4.2 – As expedições em busca de metais preciosos

A primeira manifestação do interesse do regente pelas riquezas minerais do Brasil consta das ordens que levou Afonso Furtado de Mendonça, quando foi nomeado para o cargo de governador geral. Foi-lhe concedida autoridade especial sobre os assuntos relacionados a exploração das minas³⁵⁶, prerrogativa que Furtado de Mendonça fazia questão de exercer em sua plenitude.

Em 21 de junho de 1672 o governador escreveu a D. Pedro pedindo para ser substituído de seu cargo:

E sendo tão presente a todo este estado a pouca confiança que de mim se fez, a não posso ter para continuar o governo dele, e me acho obrigado a pedir a Vossa Majestade com toda veneração, se sirva mandar encarrega-lo a quem mereça a felicidade de a lograr, pois não convém ao serviço de Vossa Majestade se ocupe nele quem não foi digno do segredo a que se mandou um sujeito, tão pouco benemérito dele. (*Carta do governador-geral do Brasil, visconde de Barbacena, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, ao príncipe regente D. Pedro, sobre as minas a que vai João Vieira de Moraes o qual pede uma sumaca para ir a Sergipe com dois seculares que levou do reino, e um clérigo* AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2501 – 2502)

O governador reclamava que mesmo estando trabalhando com todo desvelo “na execução do que dispõem um capítulo da minha instrução sobre as minas deste estado”, não tinha sido informado sobre a missão que o príncipe regente tinha encarregado ao ex-capitão mor do Rio de São Francisco, João Vieira de Moraes³⁵⁷.

Esse desembarcara em Salvador em 09 de janeiro de 1672 trazendo consigo ordens régias que determinavam que Afonso Furtado deveria assisti-lo no que fosse necessário para a realização de uma viagem ao Rio São Francisco, sem, contudo, explicitar qual o propósito da jornada. Por se dilatar em alguns dias sua saída da Bahia, João Vieira teria dito ao governador que “não vinha as minas de salitre, senão a uma de prata”. Ao tomar conhecimento dessa informação, Afonso Furtado respondeu que “não queria saber, ao que era mandado pois não era justo, eu admitir a menor notícia de um segredo que Vossa Majestade fora servido mandar

³⁵⁶ HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. Lisboa: Dom Quixote, 1986 p. 244.

³⁵⁷ *Carta do governador-geral do Brasil, visconde de Barbacena, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, ao príncipe regente D. Pedro, sobre as minas a que vai João Vieira de Moraes o qual pede uma sumaca para ir a Sergipe com dois seculares que levou do reino, e um clérigo* AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2501 – 2502.

se me ocultasse”³⁵⁸.

Apesar da insatisfação demonstrada pelo governador com o segredo da missão, seu pedido para ser substituído no cargo não foi atendido. Não sabemos do desenrolar da viagem de João Vieira de Moraes, caso essa tenha se concretizado, é bem provável que não tenha tido sucesso na descoberta de prata. Não obstante, o interesse de D. Pedro pelas riquezas minerais da colônia aumentava cada vez mais, motivado em grande medida por amostras de metais preciosos que chegavam a Lisboa.

Ainda em 1672, um oficial real chamado Diogo Carneiro Fontoura levou para o Reino 1,850 kg de ouro, proveniente de minas recém descobertas em Paranaguá. No ano seguinte, o castelhano D. Rodrigo de Castelo Branco foi designado como administrador e provedor-geral das minas de prata de Itabaiana. A expedição chefiada por ele, após dois anos de trabalho no sertão, não logrou encontrar minas de prata. O fracasso da empreitada levou o príncipe regente a ordenar que os esforços para descoberta de metais preciosos se concentrassem em Paranaguá³⁵⁹.

Depois de nove anos de tentativas infrutíferas, a busca de D. Rodrigo de Castelo Branco por prata foi abruptamente interrompida devido a seu assassinato em agosto de 1682, em uma emboscada que, supostamente, teria sido motivada pelo comportamento arrogante do nobre³⁶⁰.

Apesar dos insucessos iniciais, na década de 1690 as tão esperadas jazidas de ouro foram descobertas, trazendo um grande alento aos cofres régios e modificando significativamente a economia da colônia. Apesar da inegável importância do ouro para o entendimento da história do Brasil colonial, nesse trabalho focaremos nas medidas, que foram implementadas num momento em que a produção aurífera estava ainda no campo das possibilidades, constituindo apenas mais um dos planos da Coroa para aumentar suas rendas.

4.3 – Introdução de Especiarias

Antes da Restauração, o cultivo das chamadas plantas do oriente era proibido nas terras do Brasil pela Coroa Portuguesa. Essa situação começou a mudar em abril de 1642 quando uma provisão do recém-criado Conselho Ultramarino autorizou os moradores do Brasil a semearem gengibre e anil, em terras que não fossem próprias para plantação de cana. A provisão determinava ainda que aqueles que optassem pela nova cultura estariam obrigados

³⁵⁸ *Idem*

³⁵⁹ HANSON, *op. cit.*, 1986 pp. 244-245.

³⁶⁰ *Idem* p. 246.

a plantar mandioca numa área igual a usada para as especiarias. O Conselho autorizava os produtores a remeterem o gengibre para o Reino, pagando os devidos direitos, mas o documento não deixa claro se essa permissão se estendia também para o anil³⁶¹.

Foi, contudo, durante o governo de D. Pedro que, devido à perda de importantes possessões do Oriente para os holandeses, a inserção de especiarias se tornou um empreendimento régio. Ressalta-se que a ideia de aclimatar as plantas do oriente no Brasil não era uma novidade, durante o século XVII, devido a reestruturação comercial do Império, vários indivíduos defenderam essa iniciativa.

No início do século XVII, o autor de *Diálogos da Grandeza do Brasil* sugere, que a pimenta plantada no Brasil teria um transporte mais barato, pela menor distância até o Reino, podendo ser vendida a preços inferiores à pimenta levada pelos holandeses a Europa. Essa sugestão teria sido apresentada a um ministro que achou o projeto maravilhoso, mas considerou difícil modificar a forma de navegação da pimenta. Padre Antônio Vieira teria aconselhado a D. João IV e depois a D. Pedro a enviarem as plantas da Índia para o Brasil, acompanhadas de pessoas que conhecessem a cultura, e em diversas épocas do ano, para que se descobrisse qual o melhor clima para as elas. Duarte Ribeiro de Macedo foi também um entusiasta da inserção das especiarias no Brasil, escrevendo em 1675 as *Observações sobre a transplantação dos frutos da Índia ao Brasil*, onde discorria sobre os benefícios do cultivo de pimenta, cravo e canela nessa possessão portuguesa³⁶².

Em abril de 1671, o ainda regente D. Pedro renovou a autorização para o plantio de gengibre no Brasil, concedendo aos produtores que exportassem o produto para o Reino (fosse esse *in natura* ou em conserva) o benefício de pagarem metade dos direitos durante cinco anos. Determinava a ordem régia que os direitos sobre o produto seriam aplicados aos estados do Brasil e Maranhão, “visto serem direitos novos e sem aplicação alguma”³⁶³.

Antes que fosse renovada a autorização, a questão foi vista no Conselho Ultramarino que se mostrou favorável a liberação do plantio do gengibre, mas não do anil, pois este gênero

³⁶¹ SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva* – segunda série 1640-1647. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856a, p. 143

³⁶² ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII E XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, v. 15, 1975 pp. 356-361 e RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em Movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel Editora, 1998 p. 233.

³⁶³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1667-1681, vol. 67. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 143-144

estava “contratado por estanco, com Pedro Cezar de Menezes governador do estado do Maranhão” por um período de 20 anos³⁶⁴.

Os argumentos apresentados pelo procurador da fazenda para justificar a liberação do plantio de gengibre nos mostram a importância da produção de especiarias para a economia do Reino. Tratando sobre a proibição, que vigorava antes de 1642³⁶⁵, o procurador afirma que essa “era por causa do abatimento que faria o gengibre do Brasil ao que vinha da Índia” e continua:

como hoje o não venha, por os holandeses o tirarem todo e o navegarem para as partes do Norte aonde tem grande taxa se deve buscar meio para os vassallos deste Reino o navegarem para as mesmas partes que com este negócio se conseguira diminuir o gasto a outra nação e acrescentar este rendimento ao Reino e aos direitos sendo de grande conveniência ao serviço de Sua Alteza e ao bem destes vassallos e para isto ter efeito que Sua Alteza seja servido mandar passar provisão para que os moradores do estado do Brasil possam lavrar e fabricar o gengibre e manda-lo ao Reino assim simples como em conserva (*Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], dando conta da utilidade que se seguirá aos direitos reais e vassallos, a cultura do gengibre no Brasil* AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2408)

Seis anos depois, seria colocado em prática o plano de aclimação de outras especiarias no Brasil. O príncipe regente escreveu ao vice-rei do Estado da Índia D. Pedro de Almeida em abril de 1677 “lembrando a utilidade que poderia vir a resultar de se plantarem no Brasil algumas árvores indianas”. Por isso, pedia que chegando a Goa, procurasse mandar anualmente plantas, estacas e sementes das especiarias³⁶⁶.

Em nova correspondência encaminhada ao vice-rei da Índia, em 30 de março de 1678, o príncipe D. Pedro reitera a solicitação de que fossem enviadas ao Brasil, as plantas do Oriente que tinham maior comércio na Europa, principalmente canela, cravo, pimenta, noz moscada e gengibre. O governador foi instruído a fazer o envio das sementes ou plantas desses gêneros com todo o cuidado, diligência e cautela; procurando, tanto quanto fosse possível, manter a remessa oculta³⁶⁷.

³⁶⁴ *Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], dando conta da utilidade que se seguirá aos direitos reais e vassallos, a cultura do gengibre no Brasil* AHU_CU_005-02, Cx. 21, D. 2408.

³⁶⁵ Em dezembro de 1578 D. Henrique I expediu provisão que proibia o cultivo de gengibre no Brasil, e em quaisquer outras partes do Reino que não a Índia “hei por bem e mando que, da publicação desta provisão em diante, pessoa alguma, de qualquer qualidade e condição que seja, não semeie nem colha gengibre na dita ilha de São Tomé, nem partes do Brasil, nem em algumas outras partes de meus reinos e senhorios, salvo da Índia”. ALMEIDA, *op. cit.*, 1975 p. 421.

³⁶⁶ ALMEIDA, *op. cit.*, 1975 p. 380.

³⁶⁷ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 67 pp. 316-317

O príncipe pedia ainda que, sendo possível, fosse enviada junto com as especiarias pessoa natural da terra que conhecesse a cultura delas. Na impossibilidade de enviar um cultor, pedia ao governador que encaminhasse todas as instruções sobre o cultivo que ele conseguisse, como: o melhor lugar para a plantação (se montes ou vales, terras secas ou úmidas); a época de plantio e de semeio bem como a forma correta de realização dessas etapas³⁶⁸.

Parte dessas plantas deveria ficar na Bahia e o restante ser remetido para o Reino para que lá também pudessem ser cultivadas. Cópia dessa Carta foi encaminhada a Roque da Costa Barreto à época governador-geral do Brasil³⁶⁹.

As primeiras ordens para envio das plantas ao Brasil e ao Reino parecem não ter surtido o efeito esperado, já que em correspondência de 20 de março de 1681, encaminhada ao novo governador do Estado da Índia D. Francisco de Távora, D. Pedro reitera as ordens dadas em 1677 e 1678³⁷⁰. Na carta o regente deixa claro que a aclimação das especiarias deveria ser feita na Bahia, Pernambuco, Maranhão, Cabo Verde e no Reino, sendo que já se sabia que o Maranhão e Cabo Verde eram as duas possessões com climas mais próximos aos do Estado da Índia³⁷¹.

As primeiras notícias sobre a aclimação das especiarias na Bahia foram encaminhadas ao Reino pelo provedor-mor da Fazenda Real do Brasil Francisco Lamberto em 20 de julho de 1682. Na carta, o provedor-mor relata que das primeiras remessas recebidas durante a administração de Roque da Costa Barreto, oriundas das primeiras ordens encaminhadas ao governador do Estado da Índia³⁷², apenas uma planta de canela sobrevivera e estava com mais ou menos dois anos “muito viçosa e com formosos lançamentos novos, em altura de quatro para cinco palmos”³⁷³.

Francisco Lamberto afirmou ter recebido ainda mais cinco pés de canela e onze de pimenta vindos na nau São Pedro da Ribeira. Ao que indica a carta, o transporte das especiarias não era tarefa fácil. Durante a viagem, algumas tinas com plantas tiveram que ser

³⁶⁸ *Idem*, p. 317

³⁶⁹ *Idem*, p. 316

³⁷⁰ Segundo Almeida (1975) o vice-rei D. Pedro de Almeida não foi capaz de atender as ordens régias dado seu curto período à frente do governo da Índia, que foi de 1677 a 1678. ALMEIDA, *op. cit.*, 1975 p. 380

³⁷¹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 67 pp. 317-318

³⁷² Antônio Pais de Sande remeteu a Bahia em janeiro de 1680 “dois caixotes com muitos pés de árvores de pimenta e dez selhas com trinta árvores de canela. Acompanhava-as um regimento com minuciosas instruções sobre a forma de fazer a transplantação”. ALMEIDA, *op. cit.*, 1975 p. 381.

³⁷³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, p. 235

lançadas ao mar devido à falta de água³⁷⁴. O provedor-mor solicitava à Coroa que as próximas remessas fossem acompanhadas por um cultor para evitar as perdas durante a viagem e ajudar no desenvolvimento da cultura no Brasil³⁷⁵.

Ainda na nau São Pedro, Lamberto diz ter recebido sementes de pimenta, bem como um regimento de como elas deveriam ser semeadas. Segundo ele, as sementes puderam ser prontamente repartidas e espalhadas por toda a parte, dado a aparente adaptabilidade dessas especiarias ao solo da Bahia pedia que fossem remetidas anualmente as sementes e plantas³⁷⁶.

A carta de Lamberto foi remetida ao Conselho Ultramarino que considerou viável a ideia da remessa anual de plantas e sementes³⁷⁷.

Em março de 1683 D. Pedro avisou ao governador-geral do Brasil, Antônio de Souza Menezes, que tinha solicitado ao vice-rei da Índia que encaminhasse a capitania da Bahia oito cultores de especiarias, casados e com grande conhecimento no trato com as plantas. O rei ordenava ao governador que dois desses cultores deveriam ficar em Salvador, três seriam enviados a Pernambuco, sendo que dois permaneceriam na capitania e um seria enviado para o Estado do Maranhão. Os demais seriam dois encaminhados para o Rio de Janeiro e um para Cabo Verde³⁷⁸.

A remessa anual de sementes, e o envio dos cultores a diversas partes do Império, demonstram o grande interesse da Coroa no desenvolvimento da cultura das especiarias, e um planejamento para que essa atividade se desenvolvesse. Mas como entre a intenção e a execução há sempre um grande hiato, nem tudo saiu como o planejado.

O provedor-mor do Brasil escreveu a Coroa em 25 de junho de 1683 dando conta de como estavam as plantas recebidas na nau São Pedro da Ribeira um ano antes. Segundo ele quatro dos cinco pés de canela recebidos estavam viçosos e medindo entre dois e três palmos, a primeira planta de canela cultivada na Bahia media doze palmos de altura e suas folhas tinham “o mesmo cheiro e gosto de canela”³⁷⁹.

Os onze pés de pimenta recebidos foram plantados e estavam bem crescidos, e Lamberto acreditava que assim que produzissem sementes essas poderiam ser mui

³⁷⁴ Em carta de 25/06/1683 Francisco Lamberto expõe mais problemas no transporte das plantas, dessa vez vinculados a imperícia da tripulação. Segundo o relato a nau São Francisco Xavier e Santo Antônio iniciara a viagem levando trinta celhas das plantas, mas apenas uma delas chegou à Bahia com uma “planta de jaqueira muito mal tratada”. A justificativa da tripulação para perda das plantas foi que as mesmas caíram no mar com o balanço da embarcação. BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 88 pp. 273-275.

³⁷⁵ *Idem*, pp. 235-236

³⁷⁶ *Idem*, p. 236

³⁷⁷ *Idem*, p. 236

³⁷⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720*, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 71-72

³⁷⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 88, pp. 273-274

rapidamente espalhadas pelo território, já que das sementes recebidas nenhuma havia germinado. Dava conta ainda de onze jaqueiras que foram plantadas no Convento de Santa Tereza e se encontravam muito viçosas³⁸⁰.

Essas foram as únicas notícias que chegaram ao Reino sobre as especiarias aclimatadas na capitania da Bahia durante mais de três anos. Como tardava o envio de informações, D. Pedro II escreveu ao governador geral do Brasil, à época o Marquês das Minas, em 13 de dezembro de 1686, questionando sobre o estado das plantas de canela e se havia esperança de elas produzirem, para continuar ou não com o envio anual de sementes e mudas³⁸¹. Não encontramos na documentação analisada a resposta do governador geral.

Em 1689, os cultores da Índia, solicitados por D. Pedro II em 1683, ainda não haviam aportado na capitania da Bahia. O rei se viu obrigado a reiterar a ordem junto ao vice-rei da Índia³⁸².

A nova solicitação surtiu efeito e em 20 de janeiro de 1690, o vedor do Estado da Índia embarcou, na nau São Francisco de Borja, dois cultores³⁸³ com destino a Bahia “de bastante notícia para plantarem e correrem com a cultura das árvores de canela e pimenta que no mesmo serviço se criaram desde pequenos”. Junto com os cultores, foi expedida uma carta ao provedor-mor da Fazenda Real do Brasil contando da dificuldade de conseguir interessados na viagem³⁸⁴.

Foi dada instrução ao governador geral do Brasil, através de correspondência datada de 10 de março de 1690, que os cultores deveriam ser assistidos com os mantimentos necessários ao seu sustento e, desembarcando na Bahia, serem entregues aos cuidados dos padres do colégio da Companhia de Jesus de Salvador juntos com as especiarias³⁸⁵.

Em 16 de julho de 1690, Francisco Lamberto escreveu ao rei contando sobre a chegada dos dois cultores, e de como considerava que esses não eram muito conhecedores das culturas de canela e pimenta, dado que tinham deixado morrer durante a viagem as mudas que traziam na embarcação³⁸⁶.

³⁸⁰ *Idem*, p. 275.

³⁸¹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, p. 113.

³⁸² *Idem*, p. 189.

³⁸³ Eram eles: Lourenço de Noronha, solteiro, natural de Serula de Bardes, de trinta anos de idade e Salvador de Tavora também de Serula de Bardes e igualmente com trinta anos. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Cartas Régias 1683-1697, vol. 83. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1949, p. 106

³⁸⁴ *Idem*, p. 105.

³⁸⁵ *Idem*, p. 104.

³⁸⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1683-1695, vol. 89. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, p. 174

Relatava ainda na carta a situação das plantações de canela e pimenta. A canela vinha se desenvolvendo bem, os pés inicialmente plantados se multiplicaram e a Bahia contava naquele momento com aproximadamente 4.000 pés da planta; essas nasciam facilmente tendo suas sementes espalhadas pelos pássaros e não sofriam com a praga das formigas. Já a pimenta não se desenvolverá como o esperado, a planta não dava frutos e “nem de semente que tinha vindo todos esses anos nascera um só grão”. Era a pimenta uma exceção entre as plantas vindas do oriente já que todas as outras, enviadas até aquele momento como jacas, mangas, açafrão e mogarins, tinham se aclimatado bem³⁸⁷.

Remetida a correspondência para a análise do Conselho Ultramarino, o órgão expediu parecer no qual aconselhava a tentativa de aclimação da pimenta em Pernambuco ou no Estado do Maranhão, por essas possessões possuírem clima mais parecido com o da Índia. Por sua vez, o rei solicitou que fosse encaminhada ordem para o governador geral do Brasil verificar os conhecimentos dos cultores. Caso demonstrassem não dominar a prática, deveriam ser remetidos de volta para a Índia. Ficando comprovado que os mesmos tinham o conhecimento necessário, o governador deveria conceder-lhes as terras necessárias para o cultivo das especiarias. Essas terras deveriam ser da Coroa, dado que a tentativa de aclimação das plantas era um empreendimento régio³⁸⁸.

Com a chegada à Bahia, de indivíduos supostamente conhecedores das culturas, a Coroa tinha expectativas que essas evoluíssem. Por isso, renovou a ordem (dada originalmente em março de 1683) sobre o envio de sementes e pessoas experimentadas na cultura das especiarias ao Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão e Cabo Verde. Em correspondência datada de 16 de janeiro de 1691, o rei determinou que as especiarias fossem enviadas também a capitania do Ceará “por se julgar que também aquele sitio é muito próprio para darem estas plantas”; incumbiu ainda Francisco Lamberto da execução da ordem, dando “conta todos os anos do que neste particular se obre”³⁸⁹.

Em 19 de julho de 1691, o governador geral do Brasil Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho escreveu ao Reino confirmando a competência dos cultores vindos da Índia. Esses conheciam a técnica de cultivo de pimenta em estacas e confessaram que apenas “não sabiam um costume que se fazia no Ceilão para a canela, que se tirava mais forte”. Contudo, relatava o governador, que a Coroa não possuía terras livres (na capitania da Bahia) que pudessem ser utilizadas para o plantio, “e quanto a que se plantassem nas terras da coroa, que

³⁸⁷ *Idem*, pp. 174-175

³⁸⁸ *Idem*, p. 175

³⁸⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 83, p. 103.

a coroa não tinha terras livres, porque todas eram dadas havia muitos anos de sesmarias”. Para solucionar o problema o governador aconselhava que o rei comprasse as terras necessárias para o cultivo³⁹⁰.

Recebida a carta no Reino, como a solução apresentada requeria significativos dispêndios dos cofres régios, a matéria foi remita para apreciação do procurador da Fazenda Real do Conselho Ultramarino. Esse emitiu parecer demonstrando que seria muito custoso para a Coroa prosseguir com o empreendimento por sua conta, pois além de comprar terras teria que despender com os salários dos cultores e com os escravos necessários a lavoura. Seria mais vantajoso para os cofres régios deixar que os moradores da capitania continuassem com o empreendimento por sua custa, “pagando para a Fazenda Real o quinto do que Deus lhe desse desta espécie, a saber: um dízimo que devem à Ordem de Cristo de todos os frutos e outro por se lhe darem os mestres e estacas”³⁹¹.

O Conselho Ultramarino aquiesceu com o parecer do procurador, proclamando sua decisão em 19 de novembro de 1691 e sugerindo ao rei que mandasse “declarar que havendo alguns particulares que queiram plantar nas suas terras estas plantas o possam fazer”. Quanto aos cultores que ainda permaneciam na Bahia, que seu sustento fosse dado pela Fazenda Real enquanto estivessem no Brasil³⁹².

Em correspondência encaminhada em 9 de dezembro de 1691, o rei cientificou o governador-geral das decisões tomadas sobre a cultura das especiarias. A lavoura deveria ser feita por particulares, que pagariam direitos para a Coroa, e os custos da manutenção dos cultores correriam por conta da Fazenda Real³⁹³. Findava assim o fomento real a aclimação das plantas do Oriente na capitania da Bahia. Com recursos ainda escassos, a Coroa não podia se dar ao luxo de financiar uma empreitada que poderia não lograr êxito.

Depois de recebidas as ordens, o governador-geral ainda despachou correspondência, em julho de 1692, informando do estado que se encontravam as plantas de canela e pimenta. Segundo o relato as árvores de canela já estavam grandes, e os cultores iam ensinar aos moradores do Brasil como retirar a canela das mesmas. As pimentas em estaca ainda não haviam produzido sementes, mas algumas já apresentavam as “bainhas donde se criava a semente”. O governador esperava orientações régias para distribuir ou não as sementes pelas capitanias, no momento em que essas se desenvolvessem³⁹⁴.

³⁹⁰ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, p. 200.

³⁹¹ *Idem*, pp. 200-201.

³⁹² *Idem*, p. 201

³⁹³ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 83, p. 109.

³⁹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, p. 205.

Apesar das boas notícias remetidas pelo governador geral, não encontramos na documentação analisada quaisquer manifestações das autoridades régias sobre a questão. Houve um grande intervalo de tempo até que o assunto das especiarias fosse novamente tratado, o que evidencia o abandono do empreendimento pela Coroa. Uma carta remetida pelo rei, em 26 de junho de 1703, ao provedor-mor da Fazenda Real do Brasil Francisco Lamberto, demonstra como o empreendimento já não estava entre as prioridades do monarca. Em setembro de 1702, o provedor havia encaminhado notícias sobre as culturas das plantas do oriente, relatando o aumento das árvores de canela e da produção de mangas bem como dos frutos das pimentas. A essas novas, o rei respondeu apenas “e pareceu-me dizer-vos que espero do vosso zelo vos apliqueis com todo o cuidado na cultura dessas plantas”³⁹⁵.

Segundo Almeida (1975), o que teria determinado o fracasso do empreendimento foi a falta de habilidade dos cultores enviados ao Brasil. Em 1693, depois de comprovado que estes não sabiam como obter a canela, foram remetidos para Lisboa. O rei solicitava, insistentemente, que as autoridades da Índia remetessem ao Brasil cultores com experiência na extração da canela, preferencialmente naturais do Ceilão, onde se produzia a melhor qualidade dessa especiaria. Contudo, conseguir esses especialistas não era tarefa fácil. Em 1695, Padre Miguel do Amaral apresentou um papel à corte, em que propunha que, através do Padre José Vaz, sacerdote goês que, sob disfarce missionava no Ceilão, seria possível conseguir os dois especialistas na cultura de canela, tão almejados pela Coroa. Mas ao que parece o plano não teve êxito³⁹⁶.

Para Russell-Wood (1998), a inabilidade dos cultores também teria sido determinante para o fracasso da aclimação das especiarias no Brasil, “o rei afirmava que, a falta de conhecimentos técnicos impedia a experiência de atingir o seu potencial”³⁹⁷.

Já Antony (2013) apresenta 5 motivos para o fracasso da aclimação:

- 1) Implantação tardia do plano, depois que Portugal já tinha perdido o domínio sobre as principais zonas de produção, e essas se encontravam sob domínio holandês, o que dificultava a obtenção dos melhores espécimes;
- 2) Viagens complexas, o trajeto entre a Índia e o Brasil que poderia durar entre 4 e 5 meses era muito difícil para as plantas que necessitavam de cuidados constantes;

³⁹⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Cartas Régias 1697-1705 – Pernambuco e Outras Capitanias do Norte, Cartas e Ordens 1717, vol. 84. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1949, pp. 199-200.

³⁹⁶ ALMEIDA, *op. cit.*, 1975 pp. 389-394.

³⁹⁷ RUSSELL-WOOD, *op. cit.*, 1998 p. 234.

- 3) Os portugueses não dominavam as técnicas de cultivo e ao longo do reinado de D. Pedro II não tiveram sucesso no aliciamento de cultores;
- 4) Apatia dos cultivadores colônias, os moradores do Brasil preferiam se manter nas culturas tradicionais; como o fumo, que em condições ideais poderia dar até duas colheitas no ano; do que se arriscar no cultivo das especiarias;
- 5) Incompatibilidade geoclimática, diferenças entre os climas da Ásia e do Brasil³⁹⁸.

A inabilidade dos cultores foi sem dúvida um obstáculo para o êxito da aclimação das especiarias, contudo não foi o principal motivo para o fracasso do empreendimento. Pelo que depreendemos da documentação a falta de terras de senhorio régio na capitania da Bahia, foi o fator determinante para o abandono da empreitada pela Coroa, deixando a produção nas mãos dos moradores, que por ventura se interessassem por ela. Cabendo as autoridades régias, apenas o sustento dos cultores que deveriam ser enviados da Índia para prestar a assessoria técnica a lavoura. Com essa atitude, a Coroa pretendia aumentar suas receitas cobrando o quinto sobre a produção de especiarias, imposto sugerido pelos conselheiros do Ultramarino, além de poupar recursos não adquirindo terras.

Contudo, a ideia de aumentar as receitas com a cobrança do quinto, sobre as especiarias, parece não ter tido êxito. Depois que a Coroa transferiu a cultura aos particulares, o projeto de aclimação iniciado em 1677 fracassou. Mesmo os produtores que se interessavam pela nova produção, encontravam problemas para se manter nela. A darmos crédito ao relato feito pelo governador geral Pedro de Vasconcelos ao rei, em carta datada de 4 de maio de 1712, muitos abandonaram a cultura pelo estrago que as formigas causavam a mesma:

Informando-me do estado em que se achava a cultura da canela e pimenta, soube que os moradores do termo, e Recôncavo desta cidade, se não aplicavam muito a continuar com esta lavoura, pelo grande prejuízo que lhe fez a formiga, pois lhe não basta a diligência com que o procuravam,, e também porque muitas pessoas ignoram totalmente a forma e tempo em que se hão de tirar das árvores a canela, da pimenta há tão poucas, que só os padres da companhia tem alguns pés, mas os pássaros lhe não deixam vingar a semente, porque a comem antes de estar madura (*Carta do governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei [D. João V] em resposta a carta régia sobre a cultura da canela e da pimenta na Bahia*. AHU_ACL_CU_005, Cx. 7, D. 606)

O plano de inserção de especiarias foi constantemente renovado durante o governo de

³⁹⁸ ANTONY, Philomena Siqueira. *Relações intracoloniais: Goa-Bahia: 1675-1825*. Brasília: FUNAG, 2013 pp. 116-120.

D. Pedro, depois disso as experiências se tornam mais espaçadas³⁹⁹. A partir da década de 1780, com o declínio do ouro, o plano foi mais uma vez retomado, dessa vez trazendo alguns rendimentos a Coroa⁴⁰⁰.

O fracasso da aclimação das plantas do oriente foi diametralmente oposto ao sucesso alcançado com os mecanismos de controle da lavoura do tabaco, que geraram significativas receitas aos cofres régios.

4.4 – Novos instrumentos para controlar a fumicultura

A produção de fumo no Brasil inicia-se nas últimas décadas do século XVI, quando os colonos passaram a cultivar gêneros alimentícios de subsistência com mais intensidade, motivados pelo enfraquecimento do escambo com os indígenas, que até então eram os grandes responsáveis pelo fornecimento de alimentos. A plantação do tabaco era feita juntamente com os gêneros de subsistência, e os responsáveis pela cultura quase sempre eram os pequenos produtores, que podiam ter na família a base da unidade produtiva ou, no caso daqueles com um pouco mais de recursos, possuir alguns escravos⁴⁰¹.

Os pequenos produtores vendiam seu fumo a um grande proprietário de terras, que concentrava a produção de vários indivíduos. Isso ocorria pois, apesar da fumicultura não exigir um significativo volume de capital, o processo de manufatura do produto (confeção de cordas e colocação dessas em rolos) empregava diversos utensílios e matérias-primas (como couro e madeira), aos quais os pequenos lavradores tinham acesso limitado⁴⁰². Era, portanto, mais simples comercializar o produto ainda em folhas e deixar o processamento a cargo dos grandes latifundiários.

Até o início do século XVIII, os principais centros produtores de fumo na colônia estavam na Bahia, onde a produção concentrava-se prioritariamente nos chamados Campos da Cachoeira⁴⁰³, e em Pernambuco. Havia ainda lavouras de fumo no Maranhão e nas localidades

³⁹⁹ ALMEIDA, *op. cit.*, 1975 p. 413.

⁴⁰⁰ Para mais informações sobre esse novo plano de aclimação de especiarias ver ANTONY, *op. cit.*, 2013 pp. 124-140.

⁴⁰¹ NARDI, Jean Baptiste. *O fumo no Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987 p. 8. Para uma discussão mais aprofundada sobre a historiografia que analisou o perfil dos indivíduos envolvidos na fumicultura no Brasil ver: ACIOLI, Gustavo. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa. Um balanço historiográfico. *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, n. 12, 2005 *passim*.

⁴⁰² Para uma explicação detalhada do processo de manufatura do fumo no Brasil colônia ver: NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996 pp. 51-55. Nesse trecho o autor apresenta em detalhes como se dava a fabricação dos rolos de fumo a partir das folhas e quais os utensílios e ferramentas empregados.

⁴⁰³ Os campos da Cachoeira abrangiam naquela época muitas freguesias sendo que as mais importantes eram as de Cachoeira, São José de Itapororocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo e

de Parati, Ilha Grande e São Vicente. A partir da criação da capitania de Minas Gerais em 1709, a região de Baependi se tornou um importante centro produtor.

Quando as autoridades régias voltaram sua atenção para o tabaco, a cultura do produto já estava bem difundida na colônia e seu comércio vinha crescendo na Europa.

Em 1674, o príncipe regente D. Pedro solicitou as cortes uma contribuição anual de 1 milhão de cruzados, para financiar as despesas com a defesa do Reino e o pagamento dos soldados, sugerindo que os recursos viessem do aumento do imposto sobre as carnes e vinhos. As cortes consideraram que as taxas existentes sobre esses produtos já eram muito elevadas e propuseram que metade da nova contribuição fosse cobrada sobre o comércio do tabaco⁴⁰⁴.

Assim, em 14 de julho de 1674, foi estabelecido o direito de um vintém (vinte réis) por libra de fumo a entrar na alfândega de Lisboa. Com a criação do novo imposto, foram necessárias medidas para intensificar o controle sobre o estanco do tabaco em Portugal. Para esse fim, ainda em julho de 1674, foi expedido decreto que criava a Junta de Administração do Tabaco⁴⁰⁵. Entre as atribuições do novo órgão, estava a de servir como tribunal nos assuntos relativos ao tabaco, cabia-lhe também a execução das penas aos indivíduos que cultivassem ou comercializassem fumo fora das diretrizes do monopólio estatal⁴⁰⁶.

Ainda com o intuito de assegurar a eficácia da arrecadação do novo imposto, foi criada a Alfândega do Tabaco. Por ela deveria passar todo o produto oriundo da colônia, tanto aquele destinado para o consumo do Reino, como o que seria reexportado para outros países da Europa e para as possessões portuguesas no oriente, Goa e Macau.

O plantio do fumo era uma atividade que mesmo antes da criação dos novos órgãos, a Coroa pretendia fosse exclusiva da colônia. Um alvará que visava garantir essa exclusividade, havia sido promulgada em maio de 1649, proibindo a fumicultura em Portugal e impondo

Santo Estêvão do Jacuípe. Outras de importância menor, chamavam-se Oliveira, Santiago do Iguapé, Desterro, São Filipe, Maragogipe, São Felix e Cruz das Almas. NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 37.

⁴⁰⁴ *Carta de Lei - penas pelos descaminhos de tabaco, sementeira e manipulação, etc. Juízo privativo para conhecer destes delitos.* SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva* – segunda série 1657-1674. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856b p. 380 e NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 81

⁴⁰⁵ NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 81.

⁴⁰⁶ A Junta de Administração do Tabaco era composta de ministros: um presidente, cinco deputados; de oficiais secundários: um secretário, um tesoureiro e um contador das dívidas; de funcionários: um porteiro e dois contínuos. Todos os ministros e oficiais se reuniam em conselho, ao qual assistiam o conservador e o procurador da Fazenda Real, a título consultivo. As decisões tomadas deveriam sempre ser assinadas pelo rei. Tratava de todas as matérias relativas ao fumo, de seu comércio e de sua administração, e também julgava crimes pertencentes ao fumo. NARDI, *op. cit.*, 1987 p. 15. Segundo lei expedida em 05 de dezembro de 1674 a Junta funcionaria como um tribunal de segunda instância, os crimes relativos ao tabaco praticados no Reino seriam julgados em primeira instância pelo conservador da Fazenda Real, devendo as apelações serem remetidas ao novo órgão. SILVA, *op. cit.*, 1856b p. 380.

penas pecuniárias aos indivíduos que desrespeitassem a legislação⁴⁰⁷.

Em 28 de fevereiro de 1668, foi promulgada legislação que reforçava a proibição imposta em 1649, visando garantir os rendimentos dos comerciantes contratadores do estanco do tabaco no Reino.

Pareceu conveniente a meu Real serviço, utilidade de minha Fazenda, e observância do dito Contrato, mandar passar esta Lei, pela qual hei por bem e mando, que qualquer pessoa que fabricar tabaco, por qualquer modo que for, ou que obrar na fábrica dele, ou seja semeando-o ou mandando-o pisar, sem licença ou ordem dos Contratadores, incorra em pena de cem mil réis pela primeira vez, e duzentos pela segunda e as mais, e que perca o tal tabaco ou a estimação dele, se já lhe não for achado (*Carta de Lei - Providências para evitar o contrabando do Tabaco*. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1657-1674*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856b p. 142)

Além da pena pecuniária, o transgressor estaria sujeito, não sendo nobre, a pena de “açoites e degredo de cinco anos de galés”⁴⁰⁸. Para as pessoas de qualidade, não havia pena de açoites, e o degredo as galés era convertido em degredo para o Brasil “sendo de qualidade que caiba nele degredo, será condenado no de cinco anos do Brasil; e sendo de maior qualidade, se me fará presente, para lho mandar advertir e estranhar, como também aos Priores, Prelados, e pessoas eclesiásticas, em cujos Mosteiros ou casas se recolher ou fabricar”⁴⁰⁹. A fiscalização não era fácil pois em determinados locais como mosteiros e conventos as autoridades régias não gozavam de jurisdição plena, tanto que as penas destinadas aos eclesiásticos eram as mais brandas.

Apesar das punições previstas àqueles que plantassem, processassem ou comercializassem tabaco no Reino serem severas, essa pratica parece ter se mantido, de forma clandestina, durante todo o governo de D. Pedro, prova disso são as sucessivas leis promulgadas para combater os descaminhos do produto.

Em 05 de dezembro de 1674, na lei que determinava os poderes e forma de atuação da Junta do Tabaco, foram novamente descritas as penas que poderiam ser impostas aos infratores, análogas aquelas determinadas pela lei de fevereiro de 1668⁴¹⁰. Essas foram endurecidas em junho de 1676:

⁴⁰⁷ O alvará foi expedido em 10 de maio de 1649, as multas para os transgressores variavam de 40 mil até 200 mil réis, sendo um terço para o denunciante e o restante para a Fazenda Real. NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 74

⁴⁰⁸ SILVA, *op. cit.*, 1856 p. 142

⁴⁰⁹ *Idem*

⁴¹⁰ SILVA, *op. cit.*, 1856b p. 380.

E porque mostra a experiência que as penas estabelecidas na dita lei não são as que bastam para impedir os delitos, que se cometerem no tabaco: mando, que a pena dos homens fidalgos seja a condenação desposta na mesma lei, e que percam a casa, ou quinta aonde fabricarem tabaco, ou consentirem se fabrique, sendo suas; e trazendo-as de aluguel, serão condenados, além da pena pecuniária, no valor das quintas, e casas, e de mais do referido serão degredados três anos para a praça de Mazagão; e as pessoas que não tiverem o foro, e gozarem dos privilégios de nobreza, serão condenados em seiscentos mil réis, e em perdimento das casas, e quintas, na forma acima referida, e serão degredados cinco anos para o Brasil. (*Carta de lei - Ampliação de 5 de dezembro de 1674, sobre o contrabando do tabaco*. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1675-1683 e suplemento a segunda série 1641-1685*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1857 p. 15)

Aparentemente, mesmo os oficiais régios responsáveis pela fiscalização e aplicação das leis não obedeciam de bom grado as ordens expedidas pela Junta do Tabaco, chegando ao ponto de não cumpri-las. Para remediar essa situação, em novembro de 1677, foi determinado que “no Desembargo do Paço se não admita residência de ministro algum, sem certidão por que conste haver satisfeito as ordens da Junta”⁴¹¹.

Mesmo com as severas punições impostas pela vasta legislação, o problema dos descaminhos do tabaco prosseguia em Portugal. Em 24 de setembro de 1700, as penas para esse crime foram novamente revistas, dessa vez, apenas, para o grupo social responsável pelo maior número de infrações “que estes se cometiam com maior facilidade, e em maiores partidas, pelas pessoas abastadas de bens”⁴¹². O fato de pessoas abastadas serem as responsáveis pelas maiores transgressões as leis sobre o descaminho do tabaco, justifica a pouca vontade dos oficiais régios de cumprir as determinações da Junta.

No alvará expedido em 21 de junho de 1703, consta a derradeira proibição à cultura do tabaco em Portugal, promulgada por D. Pedro II⁴¹³, a que tivemos acesso durante a pesquisa.

Apesar do significativo número de leis criadas para proibir o plantio de tabaco no Reino, nem D. Pedro nem seus ministros acreditavam que a legislação fosse coibir completamente essa prática. Em 1698, quando o rei pediu a Junta do Tabaco que aplicasse penas mais severas aos infratores, o órgão lhe respondeu que “a experiência passada demonstrara que o desejo de lucro é mais forte do que o medo da Lei”⁴¹⁴. Os lucros eram

⁴¹¹ SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1675-1683 e suplemento a segunda série 1641-1685*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1857 p. 35.

⁴¹² SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859 p. 464.

⁴¹³ O tabaco era localmente chamado de erva-santa. NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 74.

⁴¹⁴ HANSON, *op. cit.*, 1986 p. 273.

grandes não apenas para os infratores, a Coroa também lucrava muito com os impostos sobre o fumo.

Ao entrar na Alfandega do Tabaco em 1674, o produto pagava os seguintes impostos e contribuições:

Tabela 4: Custo da entrada do tabaco em Lisboa, 1674

Entrada (20 réis por libra)	640	Réis por arroba
Dízima	140	Réis por arroba
Frota de Guerra	110	Réis por arroba
Consulado	30	Réis por arroba
TOTAL	920	Réis por arroba

FONTE: NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 87

Além dessas despesas, havia a contribuição para a sisa e o Donativo no valor de 50 réis por rolo e uma taxa de 100 réis por arroba de tabaco destinada a reexportação. Somavam-se a essas, o custo de descarregamento do navio e o transporte até o armazém, no valor de 15 réis por rolo, a taxa do escrivão da balança de três réis por bilhete emitido e a taxa do escrivão das marcas de cinco réis por rolo⁴¹⁵.

A taxação de 640 réis por arroba não foi suficiente para arrecadar os 500.000 cruzados anuais. Por isso, em 1698, o direito de entrada passou a 1200 réis por arroba⁴¹⁶. Sofrendo novo aumento em 1701, quando foi fixado em 1600 réis por arroba.

Com a imposição do direito de entrada, a tributação do tabaco era maior que a aplicada a outros produtos coloniais como por exemplo o açúcar. Como podemos verificar na tabela 5:

Tabela 5: Comparativo entre os custos de entrada do fumo e açúcar em Lisboa, 1710

Custo comparativo de uma arroba de fumo e de açúcar na entrada a Alfândega de Lisboa (1710)				
Sem o direito de entrada para o fumo				
Detalhes	Fumo	Fumo	Açúcar	Açúcar
	Réis	%	Réis	%
Taxas	400	14,5	352	14,6
Produção	1826	66,4	1645	68,1
Frete	507	18,4	395	16,3
Armazéns	19	0,7	24	1,0

⁴¹⁵ NARDI, *op. cit.*, 1996 pp. 87-88.

⁴¹⁶ NARDI, *op. cit.*, 1987, p. 34

TOTAL	2752	100,0	2416	100,0
-------	------	-------	------	-------

FONTE: NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 111

Considerando o direito de entrada, pago na Alfândega de Lisboa, a tributação total representava 57,9% do valor final de um rolo de fumo de oito arrobas no ano de 1710.⁴¹⁷ Com essa elevada tributação, não é surpresa que já em 1684, relatórios da Junta de Administração do Tabaco colocavam o seu objeto de estanco como a principal fonte de receita da Coroa.⁴¹⁸

Apurando as receitas reais para o ano de 1681 Hanson (1986) nos apresenta uma estimativa de rendimentos, provenientes do comércio do tabaco de 290.052.621 réis, valor que representaria 13,7% do total das receitas, que para o período somaram 2.114.039.257 réis. A segunda maior fonte de receitas comerciais foi a Alfândega de Lisboa que, com seus 269.850.721 réis, respondeu por 12,8% do total. Podemos notar que o tabaco tinha uma grande participação nas receitas totais e, se considerarmos que pela Alfândega de Lisboa passavam vários produtos, a importância do fumo aumenta significativamente⁴¹⁹.

Em 1675, foi fundada em Lisboa a Fábrica do Estanco Real do Tabaco, que centralizou a fabricação do tabaco em pó, anteriormente efetuada em oficinas dispersas pelo reino⁴²⁰. O tabaco em pó⁴²¹ ou rapé, produzido com o fumo de melhor qualidade, era mais caro e considerado um produto de luxo. Destinava-se quase que exclusivamente ao consumo da nobreza e dos indivíduos com alto poder aquisitivo.

Uma vez instaladas a Junta e a Alfândega do Tabaco, a entrada do produto em Portugal contava com mecanismos de controle suficientes. Faltava então criar meios de garantir que na saída do produto da colônia não houvessem descaminhos. Para assegurar esse controle, foram criadas duas Superintendências do tabaco na colônia: uma na Bahia e outra em Pernambuco.

A Superintendência do Tabaco da Bahia foi criada em 09 de setembro de 1699. Seu

⁴¹⁷ NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 110.

⁴¹⁸ Em janeiro de 1684 a Junta do Tabaco relatava que as receitas anuais com a venda do produto excediam 1 milhão de cruzados, e em junho do mesmo ano esse constituía a principal fonte de receitas da Coroa. HANSON, *op. cit.*, 1986 p. 263.

⁴¹⁹ *Idem*, p. 173 dados extraídos do quadro 3. A maior fonte de receitas no período eram as “outras receitas do tesouro” com um valor de 647.039.257, representando aproximadamente 30,6% do total das receitas, isso na estimativa considerada mais precisa pelo autor.

⁴²⁰ NARDI, *op. cit.*, 1996 pp. 89-90.

⁴²¹ O tabaco em pó também era produzido no Brasil, por volta de 1698 havia 25 casas de pisadores em Salvador, que produziam fumo suficiente para o consumo local. Em 8 de janeiro de 1699 o rei ordenou que apenas duas ou três delas continuassem ativas, isso porque parte do fumo em pó do Brasil estava sendo exportado ilegalmente para Portugal, competindo com aquele produzido pela Fábrica do Estanco Real. O governador do Brasil D. João de Alencastro não concordou com a medida e sugeriu que fosse limitado o volume de compra à um quarto de libra por pessoa a cada quinze dias. Como medida para prevenir os abusos à nova legislação o governador concentrou os produtores no prédio da Casa da Moeda e em 1701 o número de fabricantes havia sido reduzido para oito, eram eles: “Antônio Moreira, Manuel Ruiz, Antônio Estevão, João Alves de Neiva, Domingo Lopes, João Ruiz de Sousa, André Pereira e Manuel Fernandes” NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 283.

regimento determinava que a presidência do órgão caberia a “um ministro de letras, desembargador do Tribunal da Relação da Bahia”⁴²². O regimento determinou ainda que as exportações de fumo da Bahia partiriam todas do mesmo trapiche, que seria denominado de Casa de Arrecadação do Tabaco. Esse serviria como alfândega do produto, nos moldes da Alfândega do Tabaco de Lisboa. Para esse fim, escolheu-se o trapiche de Domingo Pires de Carvalho.

Apesar de possuir funções similares a sua congênere no reino, a Casa de Arrecadação do Tabaco visava além da arrecadação dos impostos “controlar a circulação do fumo desde o lavrador até o embarque no navio, para evitar extravios”⁴²³. As remessas de fumo das regiões produtoras para Salvador eram feitas sob vigilância militar⁴²⁴; e uma vez dentro do trapiche, sua saída só era autorizada para serem confeccionados os rolos, em estabelecimentos autorizados pela Superintendência a executarem esse processamento⁴²⁵.

Quando do carregamento da frota, reunia-se, na Casa de Arrecadação do Tabaco, a Mesa Grande. Essa era formada pelo superintendente, 2 escrivães⁴²⁶, um juiz de balança e um marcador.

a Mesa se reunia e os dois escrivães sentavam-se um defronte do outro. Os mestres das embarcações vinham pedir ao superintendente autorização para proceder à expedição. O fumo era então trazido, pesado e gravava-se a ferro a marca do navio no rolo. Os escrivães consignavam nos seus respectivos livros o número de rolos, o peso destes, o nome do mestre da embarcação e do navio. O juiz da balança tinha um livro idêntico. O mestre assinava então um dos registros e recebia dois bilhetes redigidos por cada um dos escrivães e assinados pelo superintendente. Concluída toda a expedição do fumo, um dos registros era lacrado com o selo real e remetido ao provedor da Alfândega do Tabaco de Lisboa para que se pudesse averiguar a carga de cada um dos navios com os bilhetes e conferir a quantidade de fumo efetivamente recebida. (NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996 p. 100)

Todo o processo era acompanhado pela brigada de vigilância, chefiada pelo guarda-

⁴²² NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 97.

⁴²³ NARDI, *op. cit.*, 1987 p. 17.

⁴²⁴ Essa determinação era dada pelo Regimento para a arrecadação do Tabaco no Estado do Brasil, esse compêndio é parte do Regimento da Junta do Tabaco. No artigo VI o rei ordena: “Ordeno, e mando aos coronéis, que com todo o cuidado, per si, e pelos seus Sargentos mores, Capitães, e mais oficiais dos Regimentos, e partidos, onde se lavram tabacos, façam logo conduzir, sem dilação alguma, todos os anos o tabaco que os lavradores tiverem beneficiado, e recolhido, tanto para a Cidade da Bahia, como para as mais partes do Brasil, aonde há tabacos, e que vem assim por mar, como por terra descarregar nos Trapiches, que tenho determinado” SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1701*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d. p. 56

⁴²⁵ Conforme especificado no artigo VIII do Regimento para a arrecadação do Tabaco no Estado do Brasil. *Idem*

⁴²⁶ Um era o escrivão do registro e outro o da ementa “ofício criado em 23 de março de 1702”. NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 99.

mor assistido por um escrivão, um guarda-livros e pelo porteiro da casa de despacho. A segurança era feita por “sentinelas permanentes para os lugares de entrada e saída e guardas contratados à diária para os navios”⁴²⁷. A Superintendência do Tabaco funcionava ainda como uma espécie de bolsa do tabaco onde “efetuavam-se as transações de venda entre os lavradores e os negociantes (ou os procuradores respectivos)”⁴²⁸.

O regimento das superintendências preconizava que estrutura semelhante a essa deveria ser instalada na Superintendência do Tabaco de Pernambuco, com uma importante diferença: a presidência do órgão ficava a cargo do ouvidor da capitania, já que lá não havia Tribunal da Relação. Contudo, como a produção da capitania era muito menor que a da Bahia, o órgão não contava com recursos financeiros suficientes para manter todos os funcionários e a estrutura necessária para seu pleno funcionamento. Dadas essas limitações, durante o governo de D. Pedro II, a Superintendência de Pernambuco não conseguiu operar em sua plenitude⁴²⁹.

Além de ser exportado para a metrópole, o fumo brasileiro tinha um outro importante destino: a Costa de Mina. Lá, servia como moeda de troca na aquisição de escravos. Os navios destinados a esse comércio não passavam por Portugal, operavam uma rota comercial que ligava diretamente Brasil e África. Foi promulgada vasta legislação tentando controlar esse comércio. Uma das principais imposições reais foi que apenas fumo de baixa qualidade (conhecido como de terceira folha) poderia ser utilizado para a escambo com os africanos. A primeira viagem da Bahia para a Costa de Mina carregada com fumo para a troca por escravos zarpou em 1678, depois de 1684 as viagens progrediram rapidamente e as exportações de fumo tornaram-se regulares e significativas⁴³⁰.

O consumo de fumo não se limitava apenas as capitanias da Bahia e Pernambuco.

⁴²⁷ *Idem* p. 100.

⁴²⁸ *Idem* p. 101.

⁴²⁹ Pelo Regimento do Tabaco as superintendências na colônia deveriam compor-se de, pelo menos, 11 oficiais: um escrivão da ementa, um do registro, um da balança, um marcador (dos rolos), um guarda-mor, um escrivão deste, um guarda-livros, um porteiro, três cabos de lanchas e soldados para as mesmas. Em Pernambuco, por sugestão do próprio superintendente em 1704, os cargos efetivos foram reduzidos a quatro: juiz da balança, escrivão do registro, guarda-mor e porteiro, sendo que estes dois últimos eram exercidos pelo mesmo indivíduo. Para mais informações sobre a atuação da Superintendência do Tabaco de Pernambuco ver: ACIOLI, Gustavo. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008 pp. 124-132.

⁴³⁰ A partir de 1684 cresceu o movimento com uma média de 6,4 navios ao ano que teriam carregado um pouco menos de 4 mil arrobas anuais permitindo a importação de uns quinhentos escravos a cada ano, com preço aproximado de três rolos cada um. O comércio teria se mantido nesse nível até 1695 quando o número de navios aumentou para uma média anual entre 18 e 20 e as exportações entre 12 mil e 13 mil arrobas, valores suficientes para uma importação de aproximadamente mil escravos anuais. NARDI, *op. cit.*, 1996 pp. 221-223. Para números sobre as transações de tabaco entre Pernambuco e a Costa da Mina ver: ACIOLI, *op. cit.*, 2008 pp. 133-142.

Como vimos, no final do século XVII havia ao menos três importantes regiões produtoras de fumo no sul da colônia: Parati, Ilha Grande e São Vicente. Em 1695, a capitania do Rio de Janeiro enfrentava sérios problemas financeiros. Parte deles advinham de uma contribuição de 5 mil cruzados anuais imposta pela Coroa para a manutenção das tropas e fortificações da recém-criada Colônia do Sacramento, sobre a qual trataremos adiante.

A Câmara do Rio de Janeiro decidiu “instaurar na capitania um Contrato do Tabaco cuja renda serviria para pagar os 5 mil cruzados para a Colônia do Sacramento”⁴³¹. Em 11 de junho de 1695 o primeiro contrato foi arrematado por Gaspar da Silva pelo valor de “3.437,5 cruzados anuais e a quantidade de fumo a importar da Bahia cada ano era limitada a seiscentas arrobas”⁴³². A vigência do contrato era de 4 anos e

Seu domínio abrangia todas as capitanias do Sul, com exceção da nova colônia. Consistia no monopólio de comércio de fumo em corda e para o fumo em pó, bem como no monopólio da fabricação deste. Havia uma fábrica no Rio de Janeiro que empregava umas quinze pessoas e produziam três qualidades: o fumo de cheiro, de pó fino e de pó grosso. A matéria prima vinha da Bahia e era limitada; ocasionalmente o contratador se abastecia com fumo de Pernambuco ou produzido em regiões próximas ao Rio de Janeiro.” (NARDI, Jean Baptiste. *O fumo no Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987 p. 21)

Em 1º de junho de 1699, pelo valor anual de 7.750 cruzados, “a sociedade composta de Salvador Viana da Rocha, Gonçalo Ferreira Santos, Jorge Mainard e Manuel Rego Bandeira”⁴³³, arrematou o contrato. Porém, ficou à frente do mesmo por pouco tempo, já que em janeiro de 1700 D. Pedro II considerou o contrato lesivo a Fazenda Real e ordenou ao governador do Rio de Janeiro a liquidação do mesmo. A administração do contrato passou à Fazenda Real, permanecendo sobre o controle dessa por aproximadamente 1 ano e meio. O contrato voltaria a ser arrendado em 01 de agosto de 1701, por Luís de Couto, pelo mesmo valor do anterior e pelo período de três anos⁴³⁴.

Durante todo o reinado D. Pedro II, foi promulgado um grande número de legislação sobre o tabaco. Em 18 de outubro de 1702, essas leis foram reunidas no Regimento da Junta de Administração do Tabaco composto por 53 artigos. Integrando o compêndio, foram expedidos os seguintes regimentos: da Alfândega do Tabaco, dos Conservadores do Tabaco e outros Superintendentes dos Portos do Reino, da Administração do Tabaco para o Brasil e dos

⁴³¹ NARDI, *op. cit.*, 1996 p. 288.

⁴³² *Idem* p. 292

⁴³³ *Idem*

⁴³⁴ *Idem* p. 306

Superintendentes do Tabaco de Portugal⁴³⁵. Mais três regimentos foram promulgados, agrupando a legislação concernente ao contrabando, e dez leis foram reproduzidas in extenso. Esse conjunto de regimentos, vigorou até o século XIX, sofrendo poucas alterações ⁴³⁶.

A Junta de Administração do Tabaco foi o órgão central na estrutura de fiscalização do comércio do fumo. A ela somam-se a Alfândega do Tabaco e o Contrato do Tabaco, que no Reino formaram a estrutura que visava assegurar os ganhos da Coroa.

Nardi (1996) divide a estrutura de fiscalização do tabaco em três esferas: administrativa, representada pela Junta do Tabaco; alfandegaria, onde figura a Alfândega do Tabaco de Lisboa; e comercial, o Contrato do Tabaco. Essa mesma estrutura foi implantada na colônia onde a esfera administrativa era representada pelas Superintendências, a alfandegaria pela Casa da Arrecadação e a comercial pelo Contrato do Rio de Janeiro.

A estrutura construída para proteger o monopólio do tabaco representa muito bem o intento da Coroa de criar meios para aumentar suas receitas no período de escassez vivenciado, nas últimas décadas do século XVII. A Junta de Administração do Tabaco “tinha um papel fundamental para o Estado: afirmar o poder deste, arrecadar impostos, administrar diversos contratos, fiscalizar a produção e o comércio. Era então a expressão do poder absolutista ao mesmo tempo que o instrumento deste; sua função era tanto política como econômica”⁴³⁷.

Vejamos a seguir as ações empreendidas na economia do Estado do Maranhão.

4.5 – Fomento da economia do Estado do Maranhão

No ano de 1682, foi promulgado o alvará que criou a Companhia do Comércio do Maranhão. O documento concedia o monopólio do comércio no estado à recém-criada companhia. Fixava ainda as condições do estanco concedido. Os assentistas se comprometiam a introduzir dez mil escravos africanos no estado durante vinte anos, a uma razão de 500 por ano⁴³⁸. Além disso, obrigavam-se igualmente a despachar ao estado fazendas e gêneros necessários para o uso e lavouras dos portugueses, além de enviar especialistas em cacau, baunilha e demais drogas para que estas fossem descobertas e cultivadas⁴³⁹. A inserção dos

⁴³⁵ SILVA, *op. cit.*, 1860 pp. 40-62.

⁴³⁶ NARDI, *op. cit.*, 1996 pp. 84-85.

⁴³⁷ *Idem* p. 356.

⁴³⁸ DIÉGUES JÚNIOR, Miguel. As companhias privilegiadas no comércio colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 3, 1950 p. 321.

⁴³⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. O “Regimento para Gomes Freire, governador do Maranhão”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 169, n. 439, 2008 p. 407.

escravos seria de suma importância para o desenvolvimento da economia do Maranhão, já que a legislação promulgada em 1680 havia proibido a escravização dos indígenas⁴⁴⁰.

A dificuldade de acesso a mão de obra era um problema que gerava constantes reclamações por parte dos moradores do Maranhão. A tentativa de introdução de escravos africanos, como veremos, não teve grande êxito durante o governo de D. Pedro II, apesar de, a partir da década de 1690, gerar bons rendimentos para os cofres régios. A opção da Coroa foi, depois de muitos debates com os membros da Companhia de Jesus, regulamentar o acesso a mão de obra indígena naquele estado. Em dezembro de 1686, foi expedido o Regimento das Missões que:

para além de expressar um acordo entre os setores coloniais, deve ser entendido como um verdadeiro projeto de ocupação do interior amazônico por meio de missões, visando à criação de uma rede comercial responsável por circular gêneros plantados e colhidos da floresta, para os fazer escoar em seguida aos mercados europeus. (DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v. 10, n. 1, 2017 pp. 243-244)

Em 1688, a lei de 1680 que proibia a escravização dos indígenas foi revogada. O rei autorizou novamente os resgates de índios e definiu os casos de guerra justa no Maranhão⁴⁴¹. A partir da promulgação da nova lei:

a compra e venda de prisioneiros indígenas deixou de ser um dos casos legítimos da escravização dos índios e passou a ser política colonial. A nova lei regulamentava de maneira mais precisa o procedimento, estipulava um financiamento público e as regras de arrecadação de imposto; além disso, tornava obrigatório o envio anual de tropas oficiais de resgate ao sertão, acompanhadas de um missionário que, representando a vontade do rei, examinasse o procedimento. Houve, portanto, uma institucionalização da prática, uma aposta no uso da mão de obra local (DIAS, *op. cit.*, 2017 p. 244)

O Regimento das Missões e a lei de 1688 formaram as bases “para a institucionalização do trato de escravos indígenas no interior do rio Amazonas e, portanto, para o modelo econômico da região a que se assistiu em seguida – durante a primeira metade do século XVIII”⁴⁴².

⁴⁴⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 52, v. 26, 2006 p. 96.

⁴⁴¹ *Idem*

⁴⁴² DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v. 10, n. 1, 2017 p. 244.

Da constituição da Companhia do Maranhão, participaram alguns sócios da extinta Companhia de Cacheu, na costa oeste da África. Com a inserção desses, o príncipe procurava resolver não só os problemas da força de trabalho no Maranhão – em razão das leis de liberdade dos indígenas promulgadas em 1680 – mas igualmente conectar essa região com o desenvolvimento da praça de Cacheu e da própria Guiné⁴⁴³. A ligação entre Maranhão e Cacheu criou uma conexão comercial Atlântico Equatorial, diferente da conexão Atlântico Sul que vinha se consolidando nas trocas comerciais entre o estado do Brasil e praças portuguesas localizadas na África meridional⁴⁴⁴.

A criação da Companhia está ligada a um conjunto de ações que vinham sendo empreendidas pela Coroa, com mais afínco desde 1676, para estimular a economia do estado. Em setembro daquele ano, D. Pedro escreveu as câmaras de São Luís e Belém informando sobre a instauração do estanco do ferro, deixando a importação e comercialização do produto e ferramentas, produzidas com ele, sob o controle da Fazenda Real. No mesmo ano, estipulou o valor das taxas que incidiriam sobre a exportação das chamadas “drogas do sertão”⁴⁴⁵, pretendendo com isso garantir os rendimentos régios que seriam gerados com a comercialização das “safras promissoras de baunilha e cacau, produtos muito apreciados na Europa do seiscentos”⁴⁴⁶.

Essas medidas, somadas a promulgação, em 1680, da lei que proibia a escravização dos indígenas⁴⁴⁷, geraram forte insatisfação principalmente em São Luís. Segundo Arenz e Matos (2014), “os objetivos metropolitanos revelaram ser pouco condizentes com a situação dos moradores que possuíam fazendas e engenhos de pequeno e médio porte e controlavam o modesto comércio local”⁴⁴⁸.

A Câmara de São Luís também se posicionaria contrária a Companhia de Comércio do

⁴⁴³ CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, 2006 p. 94.

⁴⁴⁴ *Idem* p. 95.

⁴⁴⁵ Nome pelo qual eram conhecidas as especiarias oriundas da Amazônia.

⁴⁴⁶ ARENZ, Karl Heinz e MATOS, Frederik Luiz de Andrade. “Informação do Estado do Maranhão”: Uma relação sobre a Amazônia Portuguesa no fim do século XVII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 175, n. 463, 2014 p. 353.

⁴⁴⁷ Segundo Arenz; Matos (2014) foram promulgadas em 1680 duas leis sobre a questão indígena. A primeira regulamentou a introdução de “negros da Costa de Guiné” para “a cultura de searas [plantações] e novas drogas [do sertão]”, além de flexibilizar as repartições anuais dos índios e confiar o controle sobre os descimentos e a fundação de novos aldeamentos aos inácianos. A segunda lei decretou a liberdade dos índios de toda forma de cativo e servidão. Ambas teriam sido inspiradas pelas ideias do padre Antônio Vieira. *Idem*

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 354. Os autores citam um relato de João Francisco Lisboa que descreveu a principal cidade do Maranhão às vésperas da sublevação assim: localização apertada numa ilha entre o mar e a floresta, medo constante de incursões e revoltas indígenas, sentimento de isolamento em razão da chegada irregular dos navios, falta de uma mão de obra especializada e inventiva, métodos agrícolas inadequados, ausência de planejamento urbano (casas de palha, ruas irregulares e intransitáveis), alimentação rudimentar, comércio à base de produtos “grosseiros” (pano de chita, farinha de mandioca, peixe secado) e engenhos de açúcar abandonados no entorno.

Maranhão. Desde a fundação dessa, os camaristas consideravam que os termos do assento eram desfavoráveis aos moradores. O descontentamento generalizado acabou redundando na revolta da população da cidade de São Luís, em 1684, o que ensejou, um ano mais tarde, a supressão do contrato⁴⁴⁹.

Durante sua curta existência, a Companhia enviou ao Estado do Maranhão somente quatro embarcações. Dessas, apenas duas com escravos. O total de cativos introduzidos foi de pouco mais de 200, muito aquém da cota anual de 500 estabelecida pelo seu alvará de constituição⁴⁵⁰.

Com o fracasso da Companhia, a Coroa assumiu a organização do tráfico de escravos para o Maranhão, realizando assentos ora com particulares ora com companhias de comércio. As autoridades régias logo perceberam que “da venda de africanos poderia auferir lucros diretos para a Fazenda real (que seriam utilizados na manutenção das fortalezas) e dividendos indiretos pelo aumento nos dízimos que se esperava do crescimento da lavoura e da produção”⁴⁵¹.

Ao longo da década de 1690, com recursos oriundos dos cofres régios, a política de inserção de escravos no Maranhão foi retomada. Em dezembro de 1692, foi feito o primeiro assento com a Companhia de Cabo Verde e Cacheu, que se obrigava a entregar 145 escravos no Maranhão. Desse primeiro contrato chegaram ao estado, provavelmente em maio de 1693, 139 escravos dos quais 101 foram repartidos entre os senhores de engenho e lavradores gerando uma receita de 16 contos de réis. Os 38 restantes foram vendidos em praça pública, alcançando o valor total de 6 contos de réis. O alto valor pelo qual foram vendidos os escravos gerou reclamações por parte da Câmara de São Luís, ao que o rei respondeu que os preços não eram muito elevados, estando no mesmo patamar dos valores praticados por particulares⁴⁵².

⁴⁴⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. “MUITA TERRA... SEM COMÉRCIO”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Revista Virtual Outros Tempos*. São Luís, v. 8, n. 12, 2011 p. 95. A revolta maranhense de 1684, liderada por Manoel Beckman, tinha como uma de suas principais bandeiras a concessão de escravos indígenas aos moradores do estado, dado que a ineficiência da companhia de inserir escravos africanos, elevava os preços desses. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 p. 142. Para mais informações sobre a revolta de Beckman ver: COUTINHO, Milson. *A revolta de Bequimão*. São Luís: Instituto Geia, 2004 e LIBERMAN, Maria. *O levante do Maranhão: Judeu Cabeça de Motim: Manoel Beckman*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/USP, 1983.

⁴⁵⁰ Em 1682 foi enviada uma embarcação para São Luís sem informação sobre escravos. Em 1684 o navio do estanco levou 200 escravos, entre 1684-1685 nova viagem com a informação de que foram inseridos poucos escravos, em 1685 um navio pago pela Companhia chegou ao estado do Maranhão, mas também sem escravos declarados. CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, 2006 p. 99.

⁴⁵¹ CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, 2008 pp. 415-416.

⁴⁵² CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, 2006 pp. 86-89.

Apesar das reclamações sobre os elevados preços dos cativos, as viagens fomentadas pela Coroa continuaram. Entre 1693 e 1705, teriam sido realizadas seis, nessas foram levados para o Maranhão um total de 631 escravos africanos⁴⁵³.

Como se infere pela distribuição dos negros que chegaram ao Maranhão em 1693, a indústria açucareira tinha uma significativa importância na economia da região, pois os senhores de engenho e lavradores foram responsáveis pela arrematação da maior parte dos escravos naquela oportunidade. Apesar da produção dos engenhos do estado não ser muito grande, a utilidade desses ia além da simples exportação de açúcar. Eram importantes como núcleos de colonização, servindo ainda, numa zona de fronteira como a Amazônia, como uma forma de proteção das terras.

Várias medidas foram tomadas por D. Pedro para incentivar a cultura do açúcar no Maranhão. Muitas das ações que vinham sendo empreendidas para minimizar os problemas que os senhores de engenho do Brasil enfrentavam na indústria açucareira foram aplicadas também aos produtores daquele estado. Em 1688 era dado aos senhores de engenho e plantadores de cana do Maranhão, o privilégio de não serem executados por seis anos em suas fábricas e escravos. No mesmo ano o rei concedeu aos senhores isenção de servirem nas Câmaras, dado que os engenhos ficavam muito distantes das cidades e a presença do proprietário era indispensável para o bom andamento da produção⁴⁵⁴.

Durante o século XVII, o número de engenhos no Maranhão não chegou a exceder as 50 unidades produtivas⁴⁵⁵. Essas produziam além do açúcar a aguardente. Produção que foi fortemente combatida pela Coroa. Ao contrário do que ocorria com o produto destilado no Brasil, que era usado como item de escambo no comércio de escravos na costa africana. A produção maranhense destinava-se quase que exclusivamente ao consumo interno, o que, além de problemas de ordem social, prejudicava as receitas da Fazenda Real, dado que muitos senhores de engenho deixavam de produzir açúcar para fabricar a bebida, diminuindo os rendimentos régios decorrentes do comércio açucareiro.

Ao menos em quatro oportunidades (1684, 1691, 1702 e 1706), D. Pedro II proibiu ou reforçou proibições e restrições contra a produção de aguardente. Inicialmente, em 1684, a Coroa, vedou a fabricação de cachaça “em razão dos danos causados pelas aguardentes no

⁴⁵³ Duas viagens, em 1693 e 1695, foram feitas pela Companhia de Cabo Verde e Cacheu. Três foram contratadas com Antônio Freire de Ocanha e Manuel Francisco Vilar, tendo como capitão da embarcação Diogo da Costa (1698, 1702 e 1705). Não há informações sobre os contratados para a viagem de 1696. *Idem* p. 99.

⁴⁵⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010 p. 127.

⁴⁵⁵ *Idem* p. 137.

Estado do Maranhão – por perderem com o uso delas todos os mais que as bebem o juízo, com notório perigo das vidas”. Em 1691, a proibição foi reforçada, para sofrer um abrandamento em 1702, quando o rei determinou que, por ocasião de se não poderem moer as canas, deveria ser produzida a cachaça, para não se desperdiçar a cana, que não podia ser moída nos engenhos. Em 1706 a Câmara de Belém encaminhou correspondência ao Reino reclamando dos senhores de engenho que podendo fabricar açúcares optavam pela produção de cachaça, ao que o rei informou que tomaria uma resolução⁴⁵⁶.

Havia também uma pequena produção de tabaco no Maranhão, de qualidade inferior ao daquele produzido na Bahia ou Pernambuco. Em 1701, o provedor da Alfândega do Tabaco de Lisboa fazia o seguinte relato sobre o produto remetido do Maranhão: “vieram neste ano 20 rolos de tabaco, e são muito mais pequenos que os do Brasil, e na qualidade muito inferior; e o ano passado não veio rolo algum; e agora faz 2 anos poderiam vir 4 ou 5 rolos; e nos anos antecedentes mais algum vinha, mas nunca foi de maneira que passasse de 150 até 200 rolos”. Devido à baixa qualidade e pouca quantidade produzida, em 1674 a Coroa havia reduzido pela metade o valor da taxa de entrada no Reino, do fumo proveniente do Maranhão. Enquanto o tabaco do Brasil pagava 20 réis por libra, o fumo maranhense pagava 10, mas nem mesmo essa redução foi suficiente para incentivar o desenvolvimento da fumicultura no Maranhão⁴⁵⁷.

Mesmo com algumas ações voltadas para fomentar o açúcar assim como o tabaco, os produtos que mais atraíam a atenção da Coroa, nas últimas décadas do século XVII, eram sem dúvida as drogas do sertão.

O interesse pelas drogas surge no início do século XVII⁴⁵⁸, ainda durante o processo de conquista da região pelos portugueses, numa clara tentativa de competir com as especiarias do oriente. Contudo consolida-se no governo de D. Pedro. Segundo Caetano (2011), o empreendimento régio “voltado para as drogas do sertão é tão explícito que a dinamização econômica se debruçava na conquista de outros produtos, na busca de mecanismos de

⁴⁵⁶ *Idem* pp. 138-145.

⁴⁵⁷ Os dados sobre a exportação de tabaco do Maranhão são muito escassos: em 1678 chegaram ao Reino 72 rolos (254 arrobas e 17 libras); 68 rolos em 1679 (230 arrobas e 1 libra) e 62 rolos em 1680 (180 arrobas e 13 libras). A ínfima produção do Maranhão fica evidente quando comparamos seus números com o volume total de tabaco recebido na Alfândega do produto em Lisboa. Em 1680 passaram pelo órgão pouco mais de 9 mil rolos, enquanto que em 1682 haviam chegado quase 23 mil rolos. *Idem* pp. 145-151.

⁴⁵⁸ Sobre o início da exploração das drogas do sertão no estado do Maranhão e Grão Pará ver: CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Tempo*. Niterói (online), v. 21, n. 37, 2015 *passim*.

preservação e não dilapidação dos gêneros, bem como na criação de subsídios que auxiliassem a ampliação da exploração dos produtos”⁴⁵⁹.

As drogas do sertão eram muito importantes para a economia do estado do Maranhão. Até meados de 1750 o pagamento dos soldados e dos dízimos era feito com esses produtos, “era a chamada “moeda natural”, fenômeno mais que emblemático da importância que tinham esses produtos na vida cotidiana do Grão-Pará e Maranhão”⁴⁶⁰.

Os números sobre a produção de especiarias no Maranhão no final do século XVII são muito escassos, impossibilitando uma visão clara sobre o montante produzido. Contudo a importância da cultura ou manejo desses gêneros é confirmada pelo volume de legislação promulgada sobre o tema entre 1668 e 1706, período do governo de D. Pedro, como podemos constatar pela tabela 6:

Tabela 6 – Legislação Promulgada sobre as Drogas do Sertão 1668-1706

Data	Assunto
23/05/1668	Determina que o cacau corra livremente.
1671	Recomenda à Câmara de Belém que promova meios para os colonos fazerem a cultura do cacau e da baunilha.
16/09/1676	Aprova a forma do Governador cobrar os dízimos às “Drogas”, dos quais os Religiosos não ficavam isentos
01/12/1677	Manda aumentar a cultura do cacau e da baunilha.
08/12/1677	Recomenda à Câmara de Belém a cultura do cacau e da baunilha.
13/01/1678	Manda intensificar a cultura do cacau e da baunilha.
19/08/1678	Manda intensificar a cultura do cacau e da baunilha.
30/03/1680	Isenta de todos os impostos, por seis anos, o cacau e o anil e que só paguem meio direito nos quatro seguintes.
23/03/1680	Manda registrar em Belém e Gurupá todas as canoas que vão ao sertão à colheita de “drogas”.
01/04/1680	Determina providências para o aumento da lavoura do cacau e do anil.
02/09/1684	Manda incentivar a cultura do cacau e da baunilha. Impõe pena: de confisco no cravo falsificado e cacau “corrompido”, e degredo em Angola para os criminosos.
02/09/1684	Manda fazer a cultura do cravo
02/09/1684	Manda colher a canela que se encontra no Tocantins.
30/05/1685	Manda conceder prêmios aos que cultivassem o cacau, proibindo-se a colheita fora do tempo.
24/11/1686	Recomenda o descobrimento da pimenta.
24/11/1686	Insiste na colheita da canela no Tocantins.
24/11/1686	Manda premiar colonos que duplicarem a cultura do cacau.
24/11/1686	Renova recomendação para a continuação do descobrimento da canela.
24/11/1686	Regula o corte e o carregamento do cravo. A colheita só era permitida nas árvores que tivessem anos de descanso ou vinte de plantadas.

⁴⁵⁹ CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Para aumentar e conservar aquelas partes...”: Conflitos dos projetos luso-americanos para uma conquista colonial (Estado do Maranhão e Grão-Pará, séculos XVII-XVIII). *Revista Estudos Amazônicos*. Belém, v. 6, n. 1, 2011 p. 16

⁴⁶⁰ *Idem* p. 123.

20/03/1688	Promete liberdade e mercês aos que renovarem a fábrica de anil existente em Cametá.
23/03/1688	Autoriza os Religiosos a mandarem para as ilhas do Reino, as “Drogas” que lhes pertencerem para que possam manter os serviços que lhes estão atribuídos.
14/05/1688	Insiste na recomendação para que não se cortassem as árvores do cravo.
04/05/1688	Manda vir para o Reino amostras de “Drogas”.
05/05/1688	Autoriza o comércio do pão preto.
07/05/1688	Manda promover o fabrico do anil.
25/05/1688	Recomenda que se não cortem árvores novas de cravo.
02/02/1691	Recomenda a remessa de amostra de “Drogas”, pimenta longa, quina, erva com efeito de chá, cochonilhas, pão preto, campeche, cajurá, puxuri, lã que os índios fiam.
06/02/1691	Renova a ordem para as canoas que forem, ao sertão buscar “Drogas” sejam registradas na ida e na volta.
10/02/1691	Manda que se remetam, para o Reino, novas amostras de “drogas”.
18/02/1693	Isenta de pagamentos de direitos à Casa da Índia, por dez anos, a salsaparrilha e mais “Drogas” de novo descobertas e que se vão descobrindo.
07/03/1693	Renova a isenção de direitos por dez anos às especiarias que se forem descobrindo, exceto o cravo e o cacau.
06/02/1694	Manda incentivar a cultura do anil.
28/05/1700	Proíbe a colheita de cacau verde.
31/01/1703	Condena a falsificação do cacau.

Fonte: REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal para o Vale Amazônico*. Belém: Oficina Gráfica da Revista Novidade, 1940 pp. 123-128.

Uma questão logística impedia uma maior inserção das drogas do sertão na Europa, a extração dessas era feita em regiões da floresta, distante dos portos transatlânticos. Por isso, desde a década de 1650, houve tentativas de cultivo dessas especiarias em regiões mais próximas das cidades e consequentemente dos portos. Contudo, essa tentativa de aclimação das plantas da floresta para os campos perto das cidades, nunca teve o êxito esperado⁴⁶¹.

Dentre as drogas a que teve mais sucesso como gênero cultivado foi o cacau. As primeiras tentativas de plantio ocorreram na década de 1670, iniciadas pelos moradores e incentivadas pela Coroa. O interesse das autoridades régias na lavoura do produto acompanhava a disseminação do consumo de chocolate pela Europa⁴⁶².

O incentivo da Coroa à cultura cacauera teve início entre os anos de 1676 e 1677, quando “Dom Fernando Ramirez, castelhano, nomeado provedor-mor da Fazenda apresentou um papel ao príncipe em que discutia atentamente a possibilidade e importância de desenvolver a lavoura de cacau no Estado do Maranhão e Pará”. No papel, o provedor-mor apresentava as vantagens que se seguiriam do comércio do produto, sendo essa a forma mais viável para introduzir em Portugal muita prata da Espanha. D. Ramirez acreditava possuir os meios, para fazer a lavoura de cacau se desenvolver no Maranhão sem causar dispêndios para a Fazenda Real. Segundo sua análise, os homens eram levados a trabalhar por duas causas: o

⁴⁶¹ CARDOSO, *op. cit.*, 2015 p. 130.

⁴⁶² CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, 2010 pp. 153-156.

interesse no aumento pessoal de suas fazendas e o acrescentamento da honra. Propôs então ao príncipe regente que todo o morador que plantasse, conservasse e beneficiasse mil árvores de cacau faria jus à mercê de um dos hábitos das ordens. O Conselho Ultramarino concordou com a sugestão do provedor-mor e D. Pedro emitiu ordens para o plantio do cacau⁴⁶³.

A empreitada de D. Ramirez não teve o sucesso que esse esperava. Em 10 de abril de 1681, o governador Inácio Coelho da Silva queixava-se a D. Pedro da atuação do provedor. Alegava que aquele não desenvolvera a cultura do cacau como havia prometido. E de fato, a cultura cacaueira demorou para se desenvolver no Maranhão. Em setembro de 1684, o rei escrevia ao governador do estado determinando que se encomendasse o plantio de cacau aos moradores. Nova ordem, de mesmo teor, foi expedida em novembro de 1686. Em agosto de 1699, o procurador do estado do Maranhão junto a Corte relatava que a capitania do Grão-Pará já lograva a cultura do cacau e que “havia esperanças de que nesta cultura terá a Real Fazenda muitos rendimentos, assim nos dízimos como nos direitos”⁴⁶⁴.

Fato é que, apesar das constantes solicitações para que o cacau fosse plantado, ou do relato de 1699 feito pelo procurador do estado, o produto só se tornou um item central da pauta de exportações do Maranhão e Grão-Pará a partir de 1730⁴⁶⁵.

O conjunto de ações empreendidas pela Coroa, nas últimas décadas do século XVII, não logrou inserir o Maranhão no circuito do comércio Atlântico. Contudo, acreditamos que essas medidas tinham, além do objetivo econômico, um forte apelo político. Visando a fixação dos moradores no estado, para com isso garantir a posse de um território de fronteira tão importante para a expansão dos domínios portugueses.

Claro está que para a manutenção da estrutura governativa era necessária uma fonte de recursos que proporcionasse rendimentos para cobrir os salários dos oficiais régios e os custos com a manutenção de fortalezas. Nesse contexto nos parece que as ações tiveram algum sucesso, pois não encontramos menção a déficits no orçamento do Maranhão que precisaram ser cobertos por outras fontes de receitas. Situação bem diferente da vivenciada pela Colônia do Sacramento.

⁴⁶³ *Idem* pp. 157-159. A concessão de hábitos das ordens era um expediente bastante utilizado para reconhecer os serviços prestados por aqueles que ajudassem na expansão da produção das drogas. Em 1646 o capitão Manoel Furtado conhecido como o descobridor do cravo-do-maranhão recebeu a promessa que “se o dito produto resultasse de proveito considerável à Fazenda Real, Sua Majestade lhe faria mercê de um hábito de São Tiago ou de Avis. Além disso, a tença correspondente à mercê seria retirada do rendimento da exploração do dito cravo.” CARDOSO, *op. cit.*, 2015 pp. 128-129.

⁴⁶⁴ CHAMBOULEYRON, *op. cit.*, 2010 p. 163-166.

⁴⁶⁵ *Idem* p. 168.

4.6 – A Colônia do Sacramento

Com a Restauração, Portugal perdeu uma importante fonte oficial de rendas: o comércio com a região do Rio da Prata. Uma das localidades mais atingidas por esta perda foi sem dúvida o Rio de Janeiro. A impossibilidade de comercializar oficialmente com os castelhanos durante a guerra, deixou a economia da capitania em situação muito delicada já que não tinha acesso a prata de Potosí. Por diversas vezes, a Câmara fez petições ao rei, durante a década de 1640, para que fosse reativado o comércio com a região do Prata⁴⁶⁶.

Em 1673, houve uma tentativa de organizar uma expedição para a conquista da Ilha de Maldonado na entrada do estuário do Rio da Prata. Essa missão tinha caráter predominantemente econômico pois pretendia reativar o comércio do Prata e desenvolver o potencial agrícola da região. Contudo, o empreendimento não se concretizou. A Coroa preferiu centrar esforços na descoberta de riquezas no interior do Brasil⁴⁶⁷.

Depois da tentativa não efetivada de conquista da Ilha de Maldonado e ainda antes do envio de Dom Manuel Lobo à região do estuário do Prata, D. Pedro ordenou secretamente ao tenente-general Jorge Soares de Macedo que construísse uma fortificação na ilha de São Gabriel, com o intuito de proteger a região de Paranaguá, onde segundo alguns relatos poderiam existir minas. Graças ao sucessivo mal tempo, que acabou por dispersar a frota, Jorge Soares de Macedo abandonou a missão regressando ao Rio de Janeiro.⁴⁶⁸

A criação da Colônia de Sacramento foi motivada primordialmente por questões econômicas provenientes das expectativas de retomada do comércio oficial com a região do Prata, além da possibilidade de exploração do potencial agrícola da região, até então inexplorado. No campo político a decisão foi incentivada pela posição estratégica de Sacramento, que garantia a defesa contra possíveis ações expansionistas espanholas que colocassem em risco os recursos minerais e humanos da região.⁴⁶⁹

⁴⁶⁶ RODRÍGUEZ, Mario. Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705. *The Hispanic American Historical Review*, Durham NC, v. 28, n. 2, 1958 p. 185. Não pretendemos nesse trabalho explorar a fundo a questão do comércio entre Portugal e Espanha, na região do estuário do Prata, no período entre a Restauração e a fundação da Colônia do Sacramento. Mesmo durante a guerra que envolveu os dois estados o comércio na região continuou ativo, ainda que de forma clandestina, já que para os moradores do Brasil esse era um importante canal de acesso a prata. No final do século XVII era crucial manter essa via ativa já que a colônia passava por uma carestia de moeda. Ademais o comércio era importante também para os moradores de Buenos Aires pois lhes garantia acesso a bens que não disponham na região. Para uma análise mais aprofundada sobre o comércio entre Portugal e Espanha na região do Prata ver: LÜDERS, Pedro Christian. *Portugal e o comércio do Rio da Prata (1640-1680)*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2017 *passim*.

⁴⁶⁷ Os rumores dessa expedição chegaram até as autoridades castelhanas, que reforçaram as defesas de suas conquistas no Rio da Prata. RODRIGUEZ, *op. cit.*, 1958, p. 185.

⁴⁶⁸ *Idem* p. 188.

⁴⁶⁹ *Idem* p. 194. Segundo Possamai (2004) a criação do bispado do Rio de Janeiro em novembro de 1676 também foi um fator que motivou a fundação da colônia, já que a bula papal que criou a nova diocese

A expedição que daria início ao novo povoamento, comandada por D. Manuel Lobo, partiu de Santos em 8 de dezembro de 1679 e chegou ao estuário do Prata em janeiro de 1680. Após a escolha do lugar mais apropriado, a construção da nova colônia foi célere⁴⁷⁰. Todavia, a povoação permaneceu sobre domínio português por poucos meses, em 7 agosto de 1680⁴⁷¹ seria tomada pelos espanhóis.

Os portugueses consideravam que Sacramento era o limite meridional de suas terras no Novo Mundo, enquanto que os espanhóis viam a criação da colônia como uma afronta a sua soberania sobre o estuário do Prata. A disputa pela pose do território passou então ao campo diplomático. Após longas discussões entre cartógrafos portugueses e espanhóis⁴⁷², em acordo de 1681, Portugal conseguiu reaver a pose da colônia, da mesma forma que ela estava quando foi tomada pela Espanha.

Dado a proximidade da Colônia do Sacramento com Buenos Aires, o comércio oficial não se desenvolveu como esperado. As autoridades castelhanas exerciam um significativo controle sobre as embarcações portuguesas, que navegavam pelo Rio da Prata, chegando em muitos casos a examina-las em busca de contrabando⁴⁷³.

Não defendemos que os comerciantes portugueses não tenham auferido lucro com a instalação da nova colônia. Esses podiam operar às margens da lei praticando o comércio de contrabando, o que apesar do perigo, gerava bons rendimentos já que os ganhos com essa atividade não podiam ser facilmente tarifados pelas autoridades régias. Contudo, era imperativo que a nova colônia gerasse recursos passíveis de tributação suficientes para a sua conservação, desonerando as capitanias que contribuía com sua manutenção, bem como a Fazenda Real.

confirmava que as terras entre Cananéia e o Rio da Prata faziam parte do Brasil. Ainda no ano de 1676 foi criado o bispado de Pernambuco e a diocese da Bahia foi elevada à categoria de arquidiocese, passando as novas repartições eclesiásticas do Brasil a serem sufragâneas dessa. No ano seguinte foi criado, em 30 de agosto, o bispado do Maranhão, subordinado a arquidiocese de Lisboa. A criação dos novos bispados alterou uma estrutura que perdurava desde 1551, ano em que foi fundado a primeira diocese da colônia na cidade de Salvador. A organização da Igreja era um importante ponto a ser considerado na administração das possessões ultramarinas pois, como apresentado por Prado Júnior (2012), algumas situações cotidianas da vida civil “só se praticavam por intermédio da Igreja: a constatação do nascimento se fazia pelo batismo, o casamento só se realizava perante autoridade clerical”. POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. *Mneme Revista de Humanidades*, Caicó, v. 5, n. 12, 2004 p. 51; PAIVA, José Pedro. Os bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706). Textos de História. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*. Brasília, v. 14, n. 1-2, 2006 p. 11 e PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012 pp. 349-350.

⁴⁷⁰ “No dia 4 de fevereiro já estavam prontos dois galpões de palha para abrigo do pessoal, e no dia 10 além desses, já 4 casas da futura povoação estavam habitadas [...]. Nessa data já estavam abertos no terreno os sulcos que delineavam o forte que construíam”. MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, v. 1, 1937 pp. 45-47.

⁴⁷¹ *Idem* p. 92.

⁴⁷² RODRÍGUEZ, *op. cit.*, 1958 p. 196.

⁴⁷³ MONTEIRO, *op. cit.*, v. 1, 1937 p. 111.

Sacramento era um empreendimento da Coroa e como no final do século XVII os cofres régios não contavam com fundos suficientes para mantê-la, o príncipe regente determinou que as mais ricas capitanias do Brasil contribuíssem para a manutenção daquela. Com isso, foi solicitada pelo rei uma contribuição anual para a conservação das tropas e fortificações do território recém conquistado, nos seguintes parâmetros: à Bahia caberia a importância de 10 mil cruzados anuais, enquanto Rio de Janeiro e Pernambuco foram obrigadas a subscrever, anualmente, 5 mil cruzados cada⁴⁷⁴.

Na correspondência que solicitou a nova contribuição, o rei ordenava que o governador geral do Brasil consultasse com a Câmara de Salvador, qual seria o meio mais conveniente de arrecadar os 10 mil cruzados. Essa orientação foi dada também aos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Contudo, como o valor não poderia ser prontamente recolhido, e o socorro a Sacramento não poderia tardar, o governador deveria remeter ao Rio de Janeiro a importância “de quaisquer efeitos que houver na Fazenda Real”, repondo o recurso com a arrecadação da nova contribuição⁴⁷⁵.

Os camaristas de Salvador sugeriram, através de carta datada de 30 de julho de 1694, que fosse criado um imposto sobre o azeite de peixe e sal “pondo oitenta reis em cada canada e alqueire”. Segundo eles, esses seriam os únicos gêneros que suportariam a nova contribuição “por serem só os gêneros do sal e azeite, os únicos, em que todos pagavam por igual, conforme a sua possibilidade o que fazia ser mais suave este tributo”⁴⁷⁶.

O governador geral remeteu ao Reino em julho de 1694 seu parecer. Analisando a proposta feita pela Câmara de Salvador para arrecadação dos recursos da nova contribuição, mostrava-se contrário a cobrança sobre o sal e azeite de peixe, considerando haver meios mais convenientes para o recolhimento, sem, contudo, citá-los. Deixava a decisão de aceitar ou não essa forma de pagamento nas mãos da Coroa. Tanto a carta dos oficiais da Câmara quanto a do governador geral foram vistas no Conselho Ultramarino em 1695, infelizmente o parecer do órgão encontra-se muito danificado não sendo possível apurar se essa forma de arrecadação foi ou não aceita pela Coroa. O que sabemos é que a contribuição foi instituída, apesar de, em alguns anos não ter sido paga pela capitania da Bahia, como veremos adiante⁴⁷⁷.

⁴⁷⁴ *Carta do governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre ao rei [D. Pedro II], sobre a contribuição dos contratos do sal e azeite do Brasil para o socorro à Nova Colônia do Sacramento* AHU_CU_005-02, Cx. 31, D. 3903.

⁴⁷⁵ *Idem*

⁴⁷⁶ *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a resposta do governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre, à provisão para os moradores da Bahia concorrerem cada ano com 10.000 cruzados para a despesa da Nova Colônia do Sacramento* AHU_CU_005-02, Cx. 31, D. 3900 – 3902.

⁴⁷⁷ *Idem*

A Câmara de Olinda, por sua vez, alegou não ter condições de pagar a nova contribuição, dado que já estava sendo paga a contribuição para o dote da Rainha e paz com a Holanda. Os camaristas sugeriram contribuir com gêneros. Porém, o Conselho Ultramarino determinou que, dos valores arrecadados anualmente para o pagamento da contribuição para o dote e paz, se tirassem os 5 mil cruzados para o socorro de Sacramento, sendo estendido o prazo que a capitania tinha para pagar a contribuição para o dote⁴⁷⁸.

A contribuição para manutenção de Sacramento gerou diversas reclamações dos oficiais das capitanias, mas mesmo antes de sua imposição, os recursos necessários para conservação da nova colônia eram motivo de preocupação das autoridades régias, em especial da capitania do Rio de Janeiro.

Em junho de 1686, o governador do Rio de Janeiro, João Furtado de Mendonça, escreveu ao rei informando que haviam chegado a capitania duas embarcações, o patacho Nossa Senhora de Nazaré e a fragata Jesus Maria José, que seriam responsáveis por patrulhar a costa. Na correspondência, João Furtado relata que as embarcações não seriam mais necessárias, pois há algum tempo não se tinham notícias de corsários, além disso a Fazenda Real não podia arcar com os custos de manutenção dessas, que giravam em torno dos 11 mil cruzados anuais, necessários para pagamento dos salários dos artilheiros, soldados e marinheiros. O governador sugeriu que os navios fossem mandados de volta ao Reino e caso nos anos seguintes, surgissem corsários na costa do Rio de Janeiro, se equipasse algum dos navios que estivessem no porto para combatê-los. Se o rei decidisse manter as embarcações na capitania, seria necessário a extinção da fortaleza da nova colônia do Sacramento, pois não haviam recursos suficientes para pagar as duas despesas⁴⁷⁹.

Não encontramos documentos que comprovem que as embarcações foram remetidas ao Reino, mas os custos com a conservação de Sacramento continuaram a ser motivo de reclamação. Em 1693, a Câmara do Rio de Janeiro solicitou que os moradores da capitania

⁴⁷⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a resposta do governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, à ordem régia que determina arrecadação de fundos para socorrer a Nova Colônia do Sacramento AHU_CU_015, Cx. 17, D. 1666.

⁴⁷⁹ Junto com a carta do governador foi encaminhada uma do provedor da fazenda, onde esse relata não ser possível cumprir a ordem régia de sustentar as novas embarcações com recursos do contrato dos dízimos ou do contrato das baleias, pois todas as receitas oriundas desses já estavam consignadas. Para comprovar essa informação manda uma relação das receitas e despesas da capitania, onde aparece o valor de 5200 cruzados “pouco mais ou menos”, que seriam dispendidos anualmente com o socorro da colônia do Sacramento. *Carta do governador do Rio de Janeiro, João Furtado de Mendonça, ao rei [D. Pedro II] sobre a chegada dos dois pataxos enviados para guarda desta costa; e dado o pouco comércio desta praça fica improvável voltarem os corsários a causar dano, propondo o recolhimento dos ditos pataxos e suas tripulações ou a extinção da fortaleza da Nova Colônia do Sacramento, pelo grande dispêndio da Fazenda Real e incapacidade para pagar os filhos da folha e presídio desta praça; remetendo relação da receita e despesa da capitania do Rio de Janeiro* AHU_CU_017, Cx. 5, D. 514.

fossem dispensados do pagamento da contribuição de 5 mil cruzados⁴⁸⁰, no que não foram atendidos. Para fazer frente a essa despesa, em 1695, foi instituído pela câmara o contrato do tabaco do Rio de Janeiro, sobre o qual falamos anteriormente.

Houve anos em que as capitanias não honraram com o pagamento da contribuição, o que agravava a situação da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Em 18 de junho de 1700, o governador Artur de Sá e Meneses escreveu a Lisboa relatando as dificuldades enfrentadas pela capitania para socorrer Sacramento, isso porque “a dois anos que não contribui a Bahia com o computo que lhe toca, e Pernambuco está devendo dois mil cruzados do ano passado”⁴⁸¹.

O regimento que D. Manuel Lobo levou quando foi fundar Sacramento é contraditório no que se refere a manutenção de comércio com os espanhóis. No capítulo 10, o príncipe regente deixa claro que a criação da povoação visava apenas conservar o domínio sobre as terras, e “que nunca os castelhanos entendam que o fim de se fazerem é para abrir comércio com eles”⁴⁸². Já no capítulo 21, D. Pedro dá instruções de como o governador deveria proceder caso os moradores de Buenos Aires resolvessem realizar transações comerciais com Sacramento:

Dado o caso que pelo tempo em diante (sem de vossa parte se introduzir o trato e comércio com os castelhanos) eles o queiram introduzir os admitireis assentando primeiro o que devem pagar de direitos das fazendas que meterem que há de ser a cinco por cento de todas as que trouxeram exceto prata, ouro e mantimentos que serão livres de todo o direito e dos mais gêneros pagarão naquela conformidade pois será uma ajuda para melhor se conservarem as guarnições, fortalezas e povoações e o mesmo direito de cinco por cento pagarão do que levarem da nossa parte. (*Regimento do governador do Rio de Janeiro que levou o governador Dom Manuel Lobo sobre a nova colônia do Rio da Prata, 18/11/1678*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Livro 1º dos Regimentos 1653-1684, vol. 79. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1948 p. 337)

⁴⁸⁰ *Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. Pedro II] solicitando serem dispensados de contribuir para os socorros da Nova Colônia do Sacramento* AHU_CU_017, Cx. 6, D. 573.

⁴⁸¹ *Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta do governador e capitão-geral do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, acerca da receita e despesa da Fazenda Real da capitania, incluindo os donativos pagos pela Bahia e Pernambuco para o socorro da Nova Colônia do Sacramento, além dos gastos com a conservação das fortalezas e o pagamento da infantaria, informando que a receita anual não foi suficiente para pagamento dos gastos desta capitania; reconhecendo o conselho que o Rio de Janeiro é a capitania que mais tem contribuído com os impostos e que por isso, seja ordenado, que se remeta dos efeitos do ouro a importância que faltou a Fazenda Real para pagar suas despesas com a segurança e infantaria*. AHU_CU_017, Cx. 7, D. 722.

⁴⁸² *Cópia do Regimento do governador do Rio de Janeiro que levou o governador Dom Manuel Lobo sobre a nova colônia do Rio da Prata, 18/11/1678*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Livro 1º dos Regimentos 1653-1684, vol. 79. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1948 p. 331.

Do capítulo 21, depreendemos que a Coroa tinha esperanças que o incipiente povoamento pudesse gerar recursos suficientes para a sua conservação através da instituição de comércio legal com os espanhóis, entretanto esse intento não se materializou.

As dificuldades de manutenção da Colônia, dado o escasso comércio tributável, fizeram com que D. Pedro II escrevesse uma carta ao governador de Sacramento, Francisco Naper de Lencastre, sobre a viabilidade de manter a colônia no mesmo local ou transplantá-la para outra região do estuário do Prata, mais distante dos olhares atentos dos governadores de Buenos Aires.

Na resposta, datada de 10 de janeiro de 1694⁴⁸³, o governador apresenta ao rei a inviabilidade de mudança do local da colônia, devido aos custos que se seguiriam de tal atitude, dado que Sacramento já possuía uma boa infraestrutura⁴⁸⁴, e da povoação já localizar-se no melhor local conhecido por ele.

Lencastre tinha consciência da importância do reestabelecimento da mercancia com os espanhóis, “com o comércio com os castelhanos poderá por este porto entrar no nosso Reino muita prata, como já sucedeu”. Mas como naquele momento o negócio encontrava-se “suspenso, com os apertos deste governador”, sugeria ao rei alternativas para a exploração econômica da região, ainda que demonstre ter alguma esperança na retomada das transações com os espanhóis no futuro, “amanhã poderá vir outro que mesmo o solicite, porque sempre são mais os que atendem a sua conveniência que ao serviço dos seus reis”⁴⁸⁵. São apresentadas como alternativas: a lavoura de trigo, a produção de vinhos e o manejo do gado.

Com o clima propício da região, a lavoura e a manufatura de trigo em Sacramento traria vantagens tanto para a Fazenda Real, que lucraria com os direitos e dízimos sobre a farinha, como para os moradores da colônia. Esses teriam “as conveniências das farinhas mais baratas que as que vem do Reino”. A terra seria ainda “capacíssima para vinhos, porque aos 2 anos começam as vinhas a dar fruto”, que eram tão bons quanto os produzidos no Reino⁴⁸⁶. Apesar da fertilidade do solo, e seu potencial para a agricultura, a maior riqueza da colônia seriam os rebanhos bovinos.

⁴⁸³ *Carta pelo Governador D. Francisco Naper de Lencastre, sobre a Conveniência de conservar a Colônia do Sacramento e as vantagens que poderiam dela advir a Fazenda Real* AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1888. Durante a pesquisa localizamos uma transcrição do documento em MONTEIRO, *op. cit.*, v. 1, 1937 pp. 117-122

⁴⁸⁴ O levantamento feito pelos espanhóis em março de 1705 depois de tomarem a colônia pela segunda vez indicam que essa possuía “dois hospitais, um extra-muros, casas de material, casas de campo, hortas, pomares e grande plantação de trigo” MONTEIRO, *op. cit.*, v. 1, 1937 p. 163.

⁴⁸⁵ AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1888.

⁴⁸⁶ *Idem*

O manejo do gado, abundante na região, é apresentado como a principal fonte de receitas, alternativamente ao comércio com os espanhóis. Nas palavras do governador, “há mui considerável o grande interesse que pode ter na courama que se fizer nestas campanhas onde não será possível nunca extinguir o gado”. Francisco Naper descreve como em pouco tempo, e com apenas 14 caçadores com espingardas, conseguiu juntar 6.000 couros, que foram enviados ao Rio de Janeiro e renderam 2.600 cruzados⁴⁸⁷. Os couros, bem como a carne do gado, poderiam gerar bons lucros para a Coroa. Lencastre conclui pedindo ao rei que mande soldados e cavalos para a proteção da colônia e lavradores para beneficiarem a terra

Para S.M. que Deus guarde poder tirar desta Colônia as conveniências que tenho referido da courama e enriquecer aos seus vassallos com este comercio, por ser hoje o maior que se considera e fora outros muitos que o tempo facilitar. É necessário que S.M. as mande perfazer de gente do Reino o número de 4 companhias que aqui há de 300 homens, e que a companhia de cavalos tenha 100, que venham 50 lavradores do Reino ou ilhas, casados, para se lhe darem terras, e gado com que as beneficiarem: que mande 200 cavalos e 50 éguas para se conservarem e aumentarem; o qual dispêndio se poderá fazer, quando mais com 50.000 cruzados e os interesses que dele resultarão, serão de suma importância. (*Carta pelo Governador D. Francisco Naper de Lencastre, sobre a Conveniência de conservar a Colônia do Sacramento e as vantagens que poderiam dela advir a Fazenda Real* AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1888)

Em outubro de 1694, a carta com as sugestões do governador de Sacramento foi vista no Conselho Ultramarino. O presidente do órgão, conde de Alvor, ao analisar o relato de Lencastre sobre a caça do gado considerou que; como: 1) os responsáveis pela caça do gado eram residentes na colônia, sustentados com recursos régios, 2) as balas utilizadas na empreitada eram do armazém real e 3) a caçada se dava em campanhas que poderiam ser utilizadas tanto por portugueses como por castelhanos, não sendo possível que todo o rebanho fosse de propriedade desses por “não haver título algum por onde lhe pudessem pertencer, e quando fosse seria alguma parte, mas nunca se podia considerar que todos se avaliasse por seus”; os couros pertenciam a Coroa. Dessa forma a Fazenda Real deveria arcar com os custos do beneficiamento do produto e após vende-lo, por um preço justo, aplicar o rendimento no custeio das despesas da nova colônia⁴⁸⁸.

⁴⁸⁷ *Idem*

⁴⁸⁸ *Consulta do Conselho Ultramarino acerca das informações que o Governador do Rio de Janeiro Antônio Paes de Sande e o da nova Colônia D. Francisco Naper de Lencastre deram sobre o estado em que se encontrava a Colônia do Sacramento e o que seria preciso fazer-se para a conservar* AHU_CU_017-01, Cx. 10, D. 1946.

Em despacho a margem do parecer do conselho, D. Pedro determinou que os couros passariam a pagar o quinto para os cofres régios. Instituíam-se assim uma importante fonte de recursos para a Coroa⁴⁸⁹.

O manejo das chamadas “vacarias do Uruguai ou do Mar”⁴⁹⁰ na região do estuário do Prata foi iniciada pelos portugueses e durante algum tempo, os espanhóis não disputaram o controle dessa atividade. O principal empecilho à expansão da atividade eram os índios das missões, que constantemente promoviam ataques aos portugueses quando esses se aventuravam na captura do gado⁴⁹¹.

Em correspondência datada de maio de 1700 encaminhada ao Reino pelo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, temos um exemplo dos prejuízos causados pelos índios e dos problemas gerados com a arrecadação do quinto sobre os couros. Relata o governador que os índios da repartição dos castelhanos haviam furtado dez cavalos da guarnição de Sacramento e destruíram várias pilhas de couros, o que teria gerado grandes perdas dos quintos reais. Para Artur de Sá, os quintos deveriam ser recolhidos na alfândega do Rio de Janeiro, já que na nova colônia faltavam “ministros da fazenda que olhem para as suas obrigações” pois havia em Sacramento apenas um escrivão da fazenda. Além disso, deixando o recolhimento do quinto na colônia “poderá muitas vezes haver engano, quando se quintão na campanha, donde não assistem ministros da fazenda, nem outro qualquer oficial que as zele e desta sorte se ficará tirando a dúvida de dizerem que os couros que ficam de um ano na colônia já têm pago os quintos”⁴⁹².

Não pudemos apurar se a cobrança dos quintos passou a ser feita no Rio de Janeiro, mas uma ordem régia de 17 de outubro de 1699 determinava que todos os couros que saíssem de Sacramento deveriam passar pela alfândega daquela capitania⁴⁹³.

⁴⁸⁹ *Idem*

⁴⁹⁰ O gado encontrava-se espalhado pelas terras que se estendiam desde o Rio Uruguai até à costa Atlântica, “desde a margem setentrional do estuário platino até às vacarias dos Pinhais, cerca dos limites entre os atuais Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. CORTESÃO, Jaime. O território da Colônia do Sacramento e a formação dos estados platinos. *Revista de História*, São Paulo, n. 17, v. 8, 1954 p. 135.

⁴⁹¹ *Idem* p. 138

⁴⁹² *Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II] sobre as cartas do [governador e capitão-geral do Rio de Janeiro], Artur de Sá e Meneses e do governador da Nova Colônia do Sacramento, [Sebastião da Veiga Cabral], acerca do roubo de cavalos que os índios da jurisdição dos castelhanos praticaram e a destruição das pilhas de couros, causando a perda dos quintos relativos ao couro AHU_CU_017, Cx. 7, D. 721.*

⁴⁹³ Em maio de 1700 o Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, Luiz Lopes Pegado, escreveu ao Reino relatando ter tomado conhecimento que o governador de Sacramento havia mandando, por sua conta, um carregamento de mais ou menos 10 mil couros de touro sem passar pela alfândega fluminense “para os livrar dos direitos e mais imposições que pagam nesta praça”, contrariando a ordem régia de 1699. *Carta do Provedor da Fazenda Luiz Lopes Pegado, acerca das providências que tomara para a apreensão de uma grande quantidade de couros, que o Governador da Colônia do Sacramento pretendia passar aos direitos AHU_CU_017-01, Cx. 12, D. 2363.*

O negócio do couro prosperou significativamente. Tamanho foi seu crescimento que em 1702, a Fazenda Real leiloou o direito de caça aos gados por 70.000 cruzados anuais. Tendo sido o contrato arrematado por Cristóvão Pereira de Abreu⁴⁹⁴.

Quando a Espanha dos Bourbons declarou guerra a Portugal em abril de 1704, as autoridades de Buenos Aires temerosas de um possível ataque de ingleses ou holandeses via Sacramento, decidiram atacar a colônia que foi sitiada em outubro de 1704. O cerco durou até março de 1705, quando uma pequena frota de quatro navios portugueses vindos do Rio de Janeiro aportou na colônia com ordens para levar o governador Sebastião Veiga Cabral e todos os habitantes da povoação⁴⁹⁵. Em 15 de março de 1705, a retirada dos moradores estava concluída; e no dia seguinte, as forças do governador de Buenos Aires invadiram Sacramento⁴⁹⁶.

Portugal mais uma vez perdia sua possessão mais meridional do Novo Mundo e Sacramento voltava, ao menos temporariamente, para as mãos espanholas, permanecendo sob controle de Madri por pouco mais de 10 anos. O território retornaria a Coroa portuguesa em 1715 com a assinatura do acordo de paz que pôs fim à guerra de sucessão espanhola.

Muitos portugueses instalados na região continuaram com o negócio do couro ajudados pelos espanhóis. A atividade ganadeira expandiu-se e entre 1726 e 1734, as exportações anuais de couro ficaram entre 400 e 500 mil peças⁴⁹⁷.

⁴⁹⁴ CORTESÃO, *op. cit.*, 1954 p. 141.

⁴⁹⁵ MONTEIRO, *op. cit.*, v. 1, 1937 pp. 158-159.

⁴⁹⁶ *Idem* p. 162.

⁴⁹⁷ CORTESÃO, *op. cit.*, 1954 pp. 147-148.

Conclusão

Nas últimas décadas do século XVII, o interesse da Coroa portuguesa pela economia do Brasil aumentou significativamente, motivado pela conjuntura de diminuição das receitas régias.

Desde meados de 1640, quando teve fim a União Ibérica e se iniciou a Guerra da Restauração, Portugal enfrentava um processo de redução de suas rendas, acompanhado de um aumento das despesas. A supressão do comércio legal com os domínios castelhanos, e as grandes despesas oriundas da mobilização de tropas, durante o conflito com Castela, são alguns dos fatores que nos ajudam a atender esse quadro de escassez de recursos. A esses, somam-se: a perda do controle do comércio de especiarias e de muitas possessões no Oriente para os holandeses, bem como a concorrência dos ingleses no mercado internacional do açúcar.

Nesse contexto, várias ações foram implementadas para fomentar a economia exportadora da colônia. Visando proteger uma importante região de fronteira, e aumentar a exportação dos produtos nativos da Amazônia, foram tomadas medidas para estimular a economia do estado do Maranhão. A implantação de novas estruturas administrativas para fiscalizar a fumiçultura, possibilitou o aumento do controle da Coroa sobre o tabaco, garantindo significativos lucros para os cofres régios. Com intuito de assegurar a posse do território mais meridional da colônia, e retomar o comércio com as possessões espanholas, foi fundada a Colônia do Sacramento, com o insucesso do restabelecimento das transações comerciais foi autorizado o manejo do gado da região, e a exportação do couro. A tentativa de aclimação das especiarias foi o projeto régio que, a nosso ver, melhor demonstra uma tentativa de diversificar a pauta de exportações da colônia. Acabou não tendo o sucesso esperado, dado a falta de terras disponíveis para o cultivo e o desinteresse da população do Recôncavo pela cultura.

Já as políticas para o açúcar, que visavam atenuar as perdas, geradas pela concorrência do mercado internacional do produto, não puderam ser colocadas em prática com a mesma facilidade do que as que afetavam outros segmentos da economia colonial. Há de se compreender que a estrutura da sociedade da colônia estava construída entorno da produção dos engenhos, e era uma tarefa imprescindível, para uma boa governação da colônia, manter essa engrenagem funcionando de maneira satisfatória, ainda que para isso tivessem que ser feitas algumas concessões aos senhores de engenho. Durante as últimas décadas do século XVII a Coroa tinha conhecimento da importância desse grupo para a economia e política do

Brasil. Contudo em algumas situações, contrariando os interesses desses produtores, as autoridades régias implantaram as mudanças que consideravam necessárias para o desenvolvimento da indústria açucareira, caso da lei de distância mínima entre engenhos e das leis para padronização das caixas de açúcar. Essas normas demonstram que a Coroa tinha uma visão do que era benéfico para a indústria e, na medida que as condições políticas permitiam, tentava colocar esse modelo em prática.

As políticas régias colocadas em prática no período pretendiam por um lado, diversificar as fontes de rendimentos, por outro, aumentar a eficiência dos mecanismos de controle da arrecadação de impostos, visando diminuir os descaminhos das receitas régias. As ações que buscaram reestruturar o judiciário da colônia, são um claro exemplo do interesse régio de expandir seu controle sobre as regiões economicamente mais importantes do Brasil. Ainda que, o desejo de conceder uma justiça mais eficiente aos vassalos fosse parte da meta.

Infelizmente não encontramos na documentação pesquisada quaisquer documentos que tratassem explicitamente de um plano para a economia da colônia. Podemos aqui falar apenas dos fortes indícios de um planejamento sistemático, que demonstra que as ações foram empreendidas de forma deliberada e consciente para promover a economia colonial. Contudo, falta-nos, uma variável capaz de amalgamar essas ações individuais em um único plano, geral e coeso.

O desejado amálgama pode estar presente nas ideias econômicas que circulavam por Portugal no final do século XVII, que foram mais bem representadas nos escritos econômicos de Duarte Ribeiro de Macedo. No âmbito da teoria do autor a política empreendida na colônia, de diversificação da pauta de exportação de produtos agrícolas e revitalização da indústria do açúcar, encontra respaldo.

Torna-se difícil analisar a efetividade das ações do período, pois, com a descoberta de ouro em Minas Gerais as atenções e esforços da Coroa se voltaram para a atividade mineira. Não pretendemos aqui fazer um exercício contrafactual, buscando ponderar como teriam se desdobrado as ações régias não fosse a descoberta de ouro. Quando as medidas foram empreendidas ainda não se tinha conhecimento dos benefícios, ou prejuízos, que as jazidas trariam ao Reino.

As medidas foram tomadas num momento em que as receitas régias se escasseavam, e os recursos monetários saíam de Portugal. Era, portanto, primordial agir para mudar esse cenário, e é nesse contexto que as reformas administrativas se inserem. Essas, vistas pelo prisma das ideias econômicas que circulavam entre os portugueses, nas últimas décadas do

século XVII, foram um planejamento deliberado e consciente que pretendia desenvolver novas fontes de receitas para a Coroa.

Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Documentos do Conselho Ultramarino (CU)

Avulsos Bahia (005)

Cx. 2, Doc. 123

Carta Régia da rainha regente D. Luísa de Gusmão proibindo a abertura de novos engenhos no Recôncavo da Bahia em lugares prejudiciais à lenha e à cana-de-açúcar.

Cx. 2, Doc. 216

Parecer do Conselho Ultramarino sobre o requerimento dos oficiais da Câmara da Bahia acerca do cultivo da farinha para o sustendo dos moradores.

Cx. 7, Doc. 606

Carta do governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos ao rei [D. João V] em resposta a carta régia sobre a cultura da canela e da pimenta na Bahia.

Bahia, série Luísa da Fonseca (005-02)

Cx. 15, Doc. 1778

Representação do juiz do povo e misteres da Bahia, ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos do Recôncavo e a reparação dos existentes, consideram que o único remédio que há para se conservarem os engenhos e se aumentar com eles a quantidade do açúcar é passar-se lei para se não fazerem mais engenhos a beira mar naquela capitania, e quem os quiser fazer os faça pela terra dentro.

Cx. 16, Doc. 1862 – 1863

Carta do provedor da Fazenda do Brasil, Lourenço de Brito Correia ao rei [D. Afonso VI], sobre a conservação dos engenhos de açúcar e conveniência de não se construírem mais junto ao mar.

Cx. 16, Doc. 1868

Representação dos moradores da Bahia ao rei [D. Afonso VI], sobre a necessidade de ser permitido construir mais engenhos, para um maior desenvolvimento, rendimentos dos moradores e das rendas reais e de defesa dos ataques do gentio bárbaro que destrói os engenhos.

Cx.16, Doc. 1871

Requerimento do secretário de estado do governo do Brasil, capitão Bernardo Vieira Ravasco ao rei [D. Afonso VI], solicitando o envio de requerimento e papel dos oficiais da Câmara da Bahia, sobre o inconveniente de se fazerem mais engenhos.

Cx. 16, Doc. 1894

Carta do provedor-mor da Fazenda do Brasil, Antônio Lopes de Ulhôa ao rei [D. Afonso VI], sobre a proibição de se fabricarem engenhos de novo à beira-mar na Bahia, devido à falta de terrenos disponíveis para a cana e falta de lenha, o que não convém.

Cx. 17, Doc. 1951

Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. Afonso VI], sobre a conveniência de se conservarem os engenhos de açúcar velhos e não se criarem novos, para não arruinarem os lavradores.

Cx. 17, Doc. 1954

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI], sobre carta do agente português em Amsterdão, Jerônimo Nunes da Costa, informando da nova fábrica para se moverem os engenhos de açúcar, descoberta por Cláudio Urrey.

Cx. 17, Doc. 1961

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Afonso VI], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, solicitando provisão para não serem executados os moradores nas fábricas dos engenhos, mas sim nos seus rendimentos.

Cx. 18, Doc. 2077

Carta do governador-geral e vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, [D. Vasco de Mascarenhas], ao rei [D. Afonso VI], sobre convir que se conservem os engenhos que existem e não se construïrem outros à beira-mar.

Cx. 20, D. 2336

Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a conveniência de irem todos os anos, duas frotas, buscar os frutos da terra.

Cx. 20, Doc. 2346

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, pedirem para irem todos os anos àquele estado duas frotas.

Cx. 20, Doc. 2366

Carta do governador-geral do Brasil, Alexandre de Sousa Freire ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a conveniência de não se fabricarem mais engenhos perto do mar.

Cx. 21, Doc. 2375

Parecer do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], acerca do comércio e de navios estrangeiros.

Cx. 21, Doc. 2408

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], dando conta da utilidade que se seguirá aos direitos reais e vassalos, a cultura do gengibre no Brasil.

Cx. 21, Doc. 2501 – 2502

Carta do governador-geral do Brasil, visconde de Barbacena, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, ao príncipe regente D. Pedro, sobre as minas a que vai João Vieira de Moraes o qual pede uma sumaca para ir a Sergipe com dois seculares que levou do reino, e um clérigo.

Cx. 25, Doc. 3031 e 3032

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, acerca do prejuízo que se segue de se fabricarem engenhos pela terra dentro, juntos uns dos outros

Cx. 26, Doc. 3138 e 3139

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente [D. Pedro], sobre requerimentos dos construtores de engenhos, padre Bartolomeu Soares, Cristóvão Cavalcante de Albuquerque, Manuel de Brito e Miguel Pereira da Costa, acerca da provisão que proíbe que se façam a menos de meia légua uns dos outros.

Cx. 26, Doc. 3181

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre carta dos oficiais da Câmara da Bahia, acerca dos negócios usurários que ali fazem os contratadores com os senhores de engenhos.

Cx. 27, Doc. 3245 e 3246

Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. Pedro II], sobre a dúvida relativa à provisão para se não fabricar engenhos em menos de meia légua, uns dos outros

Cx. 28, Doc. 3425

Carta dos oficiais da Câmara da Bahia ao rei [D. Pedro II], solicitando providências sobre a baixa produção do açúcar e tabaco do Brasil, a quebra no negócio dos escravos de Angola e remédio que se lhe deve dar.

Cx. 31, Doc. 3900 – 3902

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a resposta do governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre, à provisão para os moradores da Bahia concorrerem cada ano com 10.000 cruzados para a despesa da Nova Colônia do Sacramento

Cx. 31, Doc. 3903

Carta do governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre ao rei [D. Pedro II], sobre a contribuição dos contratos do sal e azeite do Brasil para o socorro à Nova Colônia do Sacramento

Pernambuco (015)

Cx. 17, Doc. 1666

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre a resposta do governador da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, à ordem régia que determina arrecadação de fundos para socorrer a Nova Colônia do Sacramento.

Avulsos Rio de Janeiro (017)

Cx. 5, Doc. 514

Carta do governador do Rio de Janeiro, João Furtado de Mendonça, ao rei [D. Pedro II] sobre a chegada dos dois pataxos enviados para guarda desta costa; e dado o pouco comércio desta praça fica improvável voltarem os corsários a causar dano, propondo o recolhimento dos ditos pataxos e suas tripulações ou a extinção da fortaleza da Nova Colônia do Sacramento, pelo grande dispêndio da Fazenda Real e incapacidade para pagar os filhos da folha e presídio desta praça; remetendo relação da receita e despesa da capitania do Rio de Janeiro.

Cx. 6, Doc. 573

Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. Pedro II] solicitando serem dispensados de contribuir para os socorros da Nova Colônia do Sacramento.

Cx. 7, Doc. 721

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II] sobre as cartas do [governador e capitão-geral do Rio de Janeiro], Artur de Sá e Meneses e do governador da Nova Colônia do Sacramento, [Sebastião da Veiga Cabral], acerca do roubo de cavalos que os índios da jurisdição dos castelhanos praticaram e a destruição das pilhas de couros, causando a perda dos quintos relativos ao couro.

Cx. 7, Doc. 722

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta do governador e capitão-geral do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, acerca da receita e despesa da Fazenda Real da capitania, incluindo os donativos pagos pela Bahia e Pernambuco para o socorro da Nova Colônia do Sacramento, além dos gastos com a conservação das fortalezas e o pagamento da infantaria, informando que a receita anual não foi suficiente para pagamento dos gastos desta capitania; reconhecendo o conselho que o Rio de Janeiro é a capitania que mais tem contribuído com os impostos e que por isso, seja ordenado, que se remeta dos efeitos do ouro a importância que faltou a Fazenda Real para pagar suas despesas com a segurança e infantaria.

Rio de Janeiro, série Eduardo de Castro e Almeida (017-01)

Cx. 10, Doc. 1888

Carta pelo Governador D. Francisco Naper de Lencastre, sobre a Conveniência de conservar a Colônia do Sacramento e as vantagens que poderiam dela advir a Fazenda Real.

Cx. 10, Doc. 1946

Consulta do Conselho Ultramarino acerca das informações que o Governador do Rio de Janeiro Antônio Paes de Sande e o da nova Colônia D. Francisco Naper de Lencastre deram sobre o estado em que se encontrava a Colônia do Sacramento e o que seria preciso fazer-se para a conservar.

Cx. 12, Doc. 2363

Carta do Provedor da Fazenda Luiz Lopes Pegado, acerca das providencias que tomara para a apreensão de uma grande quantidade de couros, que o Governador da Colônia do Sacramento pretendia passar aos direitos

Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007

BARRETO, J.A. da Graça. *Monstruosidades do tempo e da fortuna: diário dos factos mais interessantes que sucederam no reino de 1662 a 1680, até hoje atribuído infundadamente ao beneditino frei Alexandre da Paixão*. Lisboa: Typographia da Viúva Sousa Neves, 1888.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Provisões, Patentes, Alvarás, Mandados 1651-1693*, vol. 32. Rio de Janeiro: Typografia Archivo de História Brasileira, 1936

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos – Cartas Régias 1651-1667*, vol. 66. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1944

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1667-1681, vol. 67. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Livro 1º dos Regimentos 1653-1684, vol. 79. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1948

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia 1783-1793 - Cartas Régias 1678-1684, vol. 82. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Cartas Régias 1683-1697, vol. 83. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1949

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Cartas Régias 1697-1705 – Pernambuco e Outras Capitanias do Norte, Cartas e Ordens 1717, vol. 84. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1949

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Senado da Câmara Bahia 1696-1726 – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673, vol. 87. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1683-1695, vol. 89. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950

CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre Coroa de Portugal e as Mais Potências desde 1640 até o Presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, tomo I, 1856

FARIA, Leandro Dorea Caceres e. *Catástrofe de Portugal na deposição D'el rei D. Afonso o sexto e sub-rogação do príncipe D. Pedro o único, justificada nas calamidades públicas, escrita para justificação dos portugueses*. Lisboa: Miguel Manescal, 1669.

SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1640-1647*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856a

SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1657-1674*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856b

SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1675-1683 e suplemento a segunda série 1641-1685*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1857

SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1683-1700*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859

SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva 1701*. Lisboa: Imprensa Nacional, s.d.

VIEGAS, João Peixoto. Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, pp. 213 – 223, 1898

Referências Bibliográficas

ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, v. 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda/Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010

ACIOLI, Gustavo. A ascensão do primo pobre: o tabaco na economia colonial da América portuguesa. Um balanço historiográfico. *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, n. 12 pp. 22-37, jan/jun 2005. Disponível em:
< <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11313/6427>> Acesso em: 25/06/2017

ACIOLI, Gustavo. *Negócio da Costa da Mina e comércio Atlântico. Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)*. 2008. 262f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

ALGRANTI, Leila Mezan Alimentação, saúde e sociabilidade: A arte de conservar e confeitar os frutos (séculos XV- XVIII). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.42, pp.33-52, 2005. Disponível em
< <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/4642/3798>> Acesso em: 17/02/2017

ALMEIDA, Luís Ferrand de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII E XVIII. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, v. 15, pp. 339-481, 1975.

AMES, Glenn J. Pedro II and the ‘Estado da Índia’: Braganzan Absolutism and Overseas Empire, 1668-1683. *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin Press, v. 34, n. 2, pp. 1-13, inverno de 1997.

ANTONY, Philomena Siqueira. *Relações intracoloniais: Goa-Bahia: 1675-1825*. Brasília: FUNAG, 2013

ARENZ, Karl Heinz e MATOS, Frederik Luiz de. “Informação do Estado do Maranhão”: Uma relação sobre a Amazônia Portuguesa no fim do século XVII. *Revista do*

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a. 175, n. 463, p. 349-380, abr./jun. 2014

BORGES, Inês da Conceição do Carmo. A fruta na gastronomia quatrocentista/quinhentista e seiscentista portuguesa. *Revista Estudios Avanzados*. Universidad de Santiago de Chile. Santiago, n. 16, pp. 71-102, dez. 2011. Disponível em
< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=435541646005>> Acesso em: 17/02/2017

BOXER, Charles R. Portuguese and Dutch Colonial Rivalry, 1641-1661. *Stvdia* - Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, n. 2, pp. 7-42, jul. 1958

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973

BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

BRAUDEL, Fernand e SPOONER, Frank. Os preços na Europa de 1450 a 1750. In: BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, pp.33-208, 2002.

CAETANO, Antônio Filipe Pereira. O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benavides entre ser sombra e ser sol. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 22, pp. 347-361, 2004. Disponível em
<<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/730/575>> Acesso em: 26/02/2016

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Para aumentar e conservar aquelas partes...”: Conflitos dos projetos luso-americanos para uma conquista colonial (Estado do Maranhão e Grão-Pará, séculos XVII-XVIII). *Revista Estudos Amazônicos*. Belém, v. 6, n. 1 p. 1-20, 2011. Disponível em:
<http://www.ufpa.br/pphist/estudosamazonicos/arquivos/artigos/1%20-%20VI%20-%201%20-%202011%20-%20Antonio_Felipe_Caetano.pdf> Acesso em: 25/06/2017

CAMARÃO, Lúcia Andreia Rocha. *Os confessores de D. Pedro II (1668-1706): os diretores da consciência régia*. 2017. 286f. Dissertação de Mestrado - Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2017.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981

CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

CARDOSO, Alírio. Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica. *Tempo*. Niterói (online), v. 21, n. 37, pp. 116-133, jan./jun. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/tem/v21n37/1413-7704-tem-10_1590TEM-1980-542X2015v213701.pdf> Acesso em: 25/06/2017

CARRARA, Ângelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII*. Juiz

de Fora: Editora Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n 52, v. 26, pp. 79-114, 2006

CHAMBOULEYRON, Rafael. O “Regimento para Gomes Freire, governador do Maranhão”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 169, n. 439, p. 403 – 433, abr./jul. 2008

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “MUITA TERRA... SEM COMÉRCIO”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII. *Revista Virtual Outros Tempos*. São Luís, v. 8, n. 12, p. 91 - 107, dez. 2011. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uma/article/view/54/41> Acesso em: 25/02/2017

COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580–1663)*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, v. 1, 2002.

COELHO, Rafael da Silva. Moeda no Brasil no final do século XVII. 2013. 255f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2013

CONSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume Editora, 2009

CONSENTINO, Francisco Carlos. Carreira e trajetória social na monarquia e no império ultramarino português, governadores gerais do Estado do Brasil (1640-1702). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n 66, v. 33, pp. 183-207, 2013. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/rbh/v33n66/a09v33n66.pdf>> Acesso em: 25/02/2017.

CORTESÃO, Jaime. O território da Colônia do Sacramento e a formação dos estados platinos. *Revista de História*, São Paulo, n. 17, v. 8, pp. 135-165, 1954. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36095/38816>> Acesso em: 31/10/2015.

CORTESÃO, Jaime. *Obras Completas - v. 4 - História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

COUTINHO, Milson. *A revolta de Bequimão*. São Luís: Instituto Geia, 2004

DANTAS, Vinicius Orlando de Carvalho. *O conde de Castelo Melhor: valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667)*. 2009. 293f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, 2009.

DIAS, Camila Loureiro. O comércio de escravos indígenas na Amazônia visto pelos regimentos de entradas e de tropas de resgate (séculos XVII e XVIII). *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v. 10, n. 1, p. 238-259 jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/582/pdf>> Acesso em: 20/10/2017

DE VRIES, Jan. *A economia da Europa numa época de crise (1600-1750)*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

DIÉGUES JÚNIOR, Miguel. As companhias privilegiadas no comércio colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 3, p. 309 – 337, 1950. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34853/37591>> Acesso em: 15/07/2014.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida uma história*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004

FERREIRA, Letícia dos Santos. *É pedido, não tributo. O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e a paz de Holanda (Portugal e Brasil c.1660-c. 1725)*. 2014. 245f. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2014.

FLANDRIN, Jean-Louis. Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 640-666, 1998

FLANDRIN, Jean-Louis. Da dietética à gastronomia, ou a libertação da gula. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 667-697, 1998

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GAMA, Maria Luísa. Padre Sebastião de Magalhães: conselheiro e confessor de D. Pedro II (1635-1709). In: MARTÍNÉZ MILLÁN, José e RODRIGUEZ, Manuel Rivero (coords). *La corte en Europa política y religión, siglos XVI-XVIII*. Vol. III. Madrid: Ediciones Polifemo, pp. 1227-1243, 2012

GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 3, p. 69 – 88, 1953. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/015/A004N015.pdf>> Acesso em: 15/12/2015

GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2014.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Volume XVI e XXV. Lisboa – Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.

GUIMARÃES, Vitorino. As finanças na Guerra da Restauração. *Revista Militar*. Lisboa, v. 93, pp. 29-37/91-101/160-167/215-228/281-294/406-420/471-483, 1941

HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. Lisboa: Dom Quixote, 1986

HECKSCHER, Eli F. *La Epoca Mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983

HOBBSBAWN, Eric John. La crisis del siglo XVII. In: ASTON, Trevor (org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, p. 15-71, 1983

HOSOKAWA, Antonieta Buriti de Souza. *O tratado da cozinha portuguesa - código I.E. 33: Aspectos culturais e linguísticos*. 2006. 400f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006

KRAUSE, Thiago Nascimento. De homens da governança a primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia setecentista. *Revista de História*, São Paulo, n. 170, pp. 201-232, jan-jun, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/82571>> Acesso em: 20/10/2017

LABINI, Paolo Sylos. *Oligopólio e Progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984

LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In *Nuevas aportaciones a la historia jurídica de Iberoamerica*, Madri: Fundación Histórica Tavera Digibis-Fundación Hernando de Laramendi, 2000 (Cd-Rom)

LEMPS, Alain Huetz. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 611-624, 1998.

LIBERMAN, Maria. *O levante do Maranhão: Judeu Cabeça de Motim*: Manoel Beckman. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/USP, 1983

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 35, n. 1, pp. 169-201, jan-mar. 2005

LIPPMANN, Edmund O. Von. *História do açúcar*. t.2. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.

LOURENÇO, Maria Paulo Marçal. *Dom Pedro II, o pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Temas & Debates, 2010

LÜDERS, Pedro Christian. *Portugal e o comércio do Rio da Prata (1640-1680)*. 2017. 243f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, 2017.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Dinheiro para a Guerra: a Décima da Restauração. *Hispania*, v. 64, n. 216, pp. 157-182, 2004. Disponível em: <<http://hispania.revistas.csic.es/index.php/hispania/article/viewFile/200/203>> Acesso em: 27/12/2017.

MAGALHÃES, José Calvet. *História do pensamento económico em Portugal: da Idade-Média ao Mercantilismo*. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Econômicas, 1967

MARQUESE, Rafael de Bivar. Ideologia imperial, poder patriarcal e o governo dos escravos nas Américas, c. 1660-1720. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 31, pp. 39-82, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21071/13663>> Acesso em: 03/03/2018.

MAURO, Frédéric. *Le Bresil au XVIIe siècle: documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*. Separata de Brasília vol. XI, Universidade de Coimbra: Coimbra, 1961

MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

McCUSKER, John J. and MENARD, Russel R. The sugar industry in the seventeenth century: A new perspective on the barbadian “Sugar Revolution”. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, pp. 289-330, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

MENARD, Russell R. Law, credit, the supply of labour, and the organization of sugar production in the colonial Greater Caribbean: a comparison of Brazil and Barbados in the seventeenth century. In: McCUSKER, John J. and MORGAN, Kenneth. *The early modern Atlantic Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 154 – 162, 2000.

MENARD, Russell R. *Sweet Negotiations: sugar, slavery and plantations agriculture in early Barbados*. Charlottesville/London: University of Virginia Press, 2006.

MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p.35-54, jan-abr 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n49/a03v29n49.pdf>> Acesso em: 20/10/2017

MILLER, Shawn W. Fuelwood in Colonial Brazil: The Economic and Social Consequences of Fuel depletion for the Bahian Reconcavo, 1549-1820. *Forest and Conservation History*. Durham, v. 38, n. 4, pp. 181-192, 1994.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The place of Sugar in Modern History*. New York: Elisabeth Sifton Books, 1985

MONT SERRATH, Pablo Oller. *O Império português no Atlântico: poderio, ajuste e exploração (1640-1808)*. 2013. 335f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 2 volumes, 1937

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: Unesp; Bauru: Edusc, pp. 205-226, 2001.

MORGAN, Kenneth. Mercantilism and the British Empire, 1688-1815. In: WINCH, Donald and O'BRIEN, Patrick K. *The Political Economy of British Historical Experience, 1688-1914*. Oxford: Oxford University Press, pp. 165-192, 2002.

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial. Lavoura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996

NARDI, Jean Baptiste. *O fumo no Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1987

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Textype, 2002

PAIVA, José Pedro. Os bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706). *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB. Brasília, v. 14, n. 1-2, p. 11 – 34, 2006. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/6053/5011>> Acesso em: 20/06/2015

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969

PARKER, Geoffrey. Crisis and Catastrophe: The Global Crisis of the Seventeenth Century Reconsidered. *The American Historical Review*. Oxford, v. 113, n. 4, pp. 1053-1079, out. 2008. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ahr/article/113/4/1053/41238>> Acesso em: 09/12/2017.

PARKER, Geoffrey. La crisis de la Monarquía de Felipe IV en España y sus dominios. ¿Problema particular o problema global?. *Revista Hispanoamericana*. Publicación digital de la Real Academia Hispano Americana de Ciencias, Artes y Letras. Cadiz, n. 1, pp. 1-12, 2011. Disponível em: < <http://revista.raha.es/GeoffreyParker.pdf> > Acesso em 09/12/2017.

PARKER, Geoffrey. *Global crisis: war, climate change and catástrofe in the seventeenth-century*. New Haven: Yale University Press, 2013.

PEDREIRA, Jorge M. As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822). *Análise Social*. Lisboa, v. 33, n. 146/147, pp. 433-461, 1998. Disponível em: <

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1222351336H6sDZ7sk3Ak34ZY1.pdf>> Acesso em: 09/12/2017

PEDREIRA, Jorge M. Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822. In: Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 53-91, 2010

PEREIRA, João. Tentativa de D. Pedro II para renunciar a coroa. *Brotéria – Revista contemporânea de cultura*. Lisboa, vol. 57, pp. 43-59, jul. 1953

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo: Matoim, Novo Caboto, Freguesia: 1552-1944*. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. *Mneme Revista de Humanidades*, Caicó, v. 5, n. 12, pp. 32-59, out./nov. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/254/232>> Acesso em: 31/10/2015

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002

PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial, 1548-1700*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013

RAU, Virgínia. *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal para o Vale Amazônico*. Belém: Oficina Gráfica da Revista Novidade, 1940

RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil. *História (São Paulo)*, Franca, v. 35, e. 100, pp. 1-30, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000100>> Acesso em: 30/06/2018.

RICUPERO, Rodrigo. O exclusivo metropolitano no Brasil e os tratados diplomáticos de Portugal com a Inglaterra (1642-1661). *Revista de História (São Paulo)*, São Paulo, n. 176, pp. 1-33, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.117515>> Acesso em 30/06/2018.

ROMANO, Ruggiero. Coyunturas opuestas. La crisis del siglo XVII em Europa e Hispanoamérica. México: Colegio de México/Fideicomiso Historia de las Américas/Fondo de Cultura Económica, 1993.

RODRÍGUEZ, Mario. Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705. *The Hispanic American Historical Review*, Durham NC, v. 28, n. 2, pp. 179-208, maio de 1958.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. As pragmáticas portuguesas de fins do século XVII: política fabril e manufatureira reativa. *Saeculum* - Revista de História. João Pessoa, n. 22 pp. 117-135, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11493/6605>> Acesso em: 09/12/2017.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em Movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel Editora, 1998.

SALLES, Wesley Dartagnan. *O império português, a crise açucareira, o tráfico de escravos e a lei das arqueações (1640-1695)* 2014. 251 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Assis, 2014

SCHWARTZ, Stuart. B. e PÉCORA, Alcir (Orgs.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924

SHERIDAN, Richard B. *Sugar and Slavery: An Economic History of the British West Indies, 1623-1775*. Kingston-Jamaica: Canoe Press, 2000

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

STOLS, Eddy. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, pp. 237-287, 2004.

STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal, São Paulo: Odebrecht, 2012.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995

TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. La crisis general del siglo XVII. In: ASTON, Trevor (org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, pp. 72-109, 1983

VIANA JÚNIOR, Fernando Santa Clara. *Dos sabores fortes aos suaves: os limites da modernização à francesa nos livros de cozinha da corte portuguesa, 1680-1780*. 2015. 150 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2015

WILLIAMSON, Oliver E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications a study in the economics of internal organization*. New York: Free Press, 1975.